Universidade de São Paulo
Instituto de Arquitetura e Urbanismo

A moradia urbana do Piauí do século XIX

Amanda Cavalcante Moreira

...uhy publica-se uma vez por semana. Assigna-se a 10$000 por anno, 5$000 por semestre e 3$000 por trimestre; numero avulso 320 reis. Os assignantes terão 10 linh... o excedente a razão de 80 reis por linha. As publicações pedidas, devem vir legalmente reconhecidas. Os autographos não publicados não se restituem.

PARTE OFFICIAL.

GOVERNO DA PROVINCIA

...ção n. 641. *Publicada em* 19 *de agosto de* 1868. *Autorisando o presidente da provincia a facilitar a execução da resolução n.* 487 *de* 14 *de setembro de* 1859.

José Manoel de Freitas, vice-presidente da provincia do Piauhy. Faço saber a todos os seus habitantes que a assembléa legislativa provincial decretou e eu sanccionei a resolução seguinte:

Art. 1.º O presidente da provincia autorisado para facilitar a execução da resolução d'esta assembléa numero quatrocentos oitenta e um de 14 de setembro de 1859, a conceder a qualquer companhia ou commissario, que contratar a construcção de uma ponte sobre o rio Parnahyba na capital da provincia, uma subvenção pelos cofres da provincia.

Art. 2.º Esta subvenção será de duzentos contos de reis, sendo a ponte construida de ferro, com pilares de alvenaria (tijolos) e cal ou de ferro; trezentos contos de reis sendo ella de ferro com pilares de pedra (tijolos) e de vinte contos de reis sendo ella de barcas.

Art. 3.º A subvenção pagar-se ha em duas prestações iguaes em outros tantos annos, para cujo pagamento não ser applicadas as sobras de outras verbas do orçamento, devendo o presidente da provincia prescrever as cautellas fiscaes que julgar necessarias.

Art. 4.º A ponte que se construir será uma ponte movidica para poder dar transito aos bracos que houver no rio Parnahiba.

Art. 5.º O praso de quarenta e oito annos de que trata o artigo dois da resolução numero quatro centos e oitenta e sete será reduzido a cinco annos durante os quaes a companhia ou o empresario poderá arrecadar uma taxa pelo transito na ponte a qual será sujeita a approvação do presidente da provincia.

Findo este praso pertencerá a ponte a provincia sem mais indemnisação alguma.

Art. 6.º O presidente da provincia poderá do governo geral não só o privilegio de que trata o artigo dois, mas tambem o da isenção de direito de importação para os materiaes, machinas e apparelhos que sejão necessarios para a execução da ponte.

Art. 7.º Ficão revogadas todas as disposições em contrario.

Mando, por tanto, a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução da referida resolução pertencer, que a cumprão e fação cumprir tão inteiramente como nella se contem.

O secretario desta provincia a faça imprimir, publicar e correr.

Palacio do governo da provincia do Piauhy, em 19 de agosto de 1868, 47.º da Independencia e do Imperio.

José Manoel de Freitas.

Antonio Candido Ferreira da Silva.

Sellada nesta secretaria da presidencia do Piauhy, 19 de agosto de 1868.

O chefe de secção
Servindo de secretario
João de Castro Lima e Almeida.

Nesta secretaria da provincia do Piauhy, foi publicada a presente resolução, aos 19 de agosto de 1868.

João de Castro Lima e Almeida

Resolução n. 642. *Publicada em* 20 *de agosto de* 1868. *Eleva a* 5665$ *rs o ordenado do escrivão dos feitos da fazenda provincial.*

José Manoel de Freitas, vice-presidente da provincia do Piauhy. Faço saber a todos os seos habitantes que a assembléa legislativa provincial decretou e eu sanccionei a resolução seguinte.

Art. 1.º Fica elevado a quinhentos mil reis annuaes, o ordenado do escrivão dos feitos da fasenda provincial desta capital.

Art. 2.º Revogão-se as disposições em contrario.

Mando, por tanto, a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução da referida resolução pertencer, que a cumprão, e fação cumprir tão inteiramente como nella se contem.

O secretario desta presidencia a faça imprimir, publicar e correr.

Palacio do governo da provincia do Piauhy, em 20 de agosto de 1868, 47.º da Independencia e do Imperio.

José Manoel de Freitas.

Honorato Ferreira Cabral, a fez.

Sellada n'esta secretaria da presidencia do Piauhy, aos 20 de agosto de 1868.

O chefe de secção.
Servindo de secretario.

João de Castro Lima e Almeida.

Nesta secretaria da presidencia do Piauhy, foi publicada a presente resolução, aos 20 de agosto de 1868.

João de Castro Lima e Almeida.

Resolução nº 646 — *Publicada em* 20 *de agosto de* 1868. — *Determina que quando tenha lugar o enterramento de José Carvalho de Almeida na egreja matriz da villa das Barras, não terá lugar a imposição da multa em taes casos estabelecida por lei.*

José Manoel de Freitas, vice-presidente da provincia do Piauhy. Faço saber a todos os seos habitantes que a assembléa legislativa provincial decretou e eu sanccionei a resolução seguinte.

Art. 1.º Não terá lugar a imposição da multa de que trata o artigo 3. paragrapho 1 , da resolução numero quatrocentos e trinta e sete de vinte cinco de julho de mil oito centos e cincoenta e sete, combinado com a resolução numero quinhentos e quarenta e nove de vinte e um de julho de mil oitocentos sessenta e quatro, quando tenha lugar o enterramento de José Carvalho de Almeida, na egreja matriz da villa das Barras.

Art. 2.º Revogão-se as disposições em contrario.

Mando, por tanto, a todas as autoridades, a quem o conhecimento, e execução da referida resolução pertencer, que a cumprão, e fação cumprir tão inteiramente como nella se contem.

O secretario desta provincia a faça imprimir, publicar e correr.

Palacio do governo da provincia do Piauhy, 20 de agosto de 1868, 47 da Independencia e do Imperio.

José Manoel de Freitas.

Lafayette Fernandes de Moraes, a fez

Sellada nesta secretaria da presidencia do Piauhy, aos 17 de agosto de 1868.

O chefe de secção.
Servindo de secretario.
João de Castro Lima e Almeida.

Nesta secretaria da presidencia do Piauhy foi publicada a presente resolução aos 17 de agosto de 1868.

João de Castro Lima e Almeida.

EXPEDIENTE DO DIA 13 DE JANEIRO DE 1870.

=Officio=Ao Exm. presidente da provincia do Paraná.

Em resposta ao seo officio de 28 de outubro ultimo, cabo agradecer-lhe os dous exemplares que envion das leis dessa provincia promulgadas em o anno proximo passado.

=Idem=Ao Dr. chefe de policia.

Mandando informar sobre o conteudo da petição inclusa que devolverá do preso da cadeia desta capital, Severo da Silva Passos.

=Idem=Ao Inspector d'administração da fasenda provincial.

Remettendo-lhe o officio do director do estabelecimento dos educandos para informar acerca da venda de alguns instrumentos de musica d'aquelle estabelecimento q' se achão estragados para com seo producto comprar-se outros mais uteis.

=Idem=Ao gerente da companhia de navegação a vapor no rio Parnahiba.

Mandando dar passagem de estado a ré em um dos vapores dessa companhia deste para o porto da cidade da Parnahiba e vice versa a José Raimundo de Vasconcellos.

=Idem=A mesmo.

Mandando dar passagem de estado a ré no vapor «Piauhy» deste para o porto da cidade la Parnahiba a Casemiro Tavares da Silva.

=Idem= Ao commandante do destacamento da villa de S. Gonçalo

Este lhe será apresentado pelo portador que conduz para a cidade de Oeiras, alguns papeis importantes por ordem desta presidencia e determino-lhe que se por molestia ou qualquer outra circumstancia não poder elle seguir com a precisa promptidão, faça immediatamente partir um soldado de policia escolhido como andador, para levar os referidos papeis a seo destino com toda prestesa.

=Idem=Ao da cidade de Oeiras.

Determinando-lhe que recebendo este seja elle promptamente à despozição do capitão João Damaceno Ferreira, um soldado dos que ahi existem destacados sob seo commando para levar com a maior prestesa alguns papeis importantes, que esta presidencia faz seguir para a freguesia de S. João do Piauhy.

DIA 14.

=Officio=Ao Exm. presidente de Sergipe.

Accusando o recebimento de seo officio de 3 de dezembro ultimo e que fica sciente de no dia antecedente ter prestado juramento e tomado posse do cargo de presidente dessa provincia.

=Circular= Aos commandantes superiores da guarda nacional.

Communicando-lhes para seus conhecimentos, e para fazerem publico que segundo foi declarado em aviso circular do ministerio da justiça de 30 de novembro do anno proximo passado, os officiaes da guarda nacional, transferidos de uns para outros corpos, ou companhias, não devem entrar em exercicio sem que apresentem as respectivas patentes devidamente apostilladas, incorrendo na disposição do art. 65 § 1.º da lei n.º 602 de 19 de setembro de 1850, os que o não fizerem dentro dos prasos marcados pelo artigo 77 do decreto n. 722 de 25 de outubro do mesmo anno.

=Idem=Ao gerente da companhia de navegação a vapor no rio Parnahiba.

Mandando dar passagem de estado a proa na primeira viagem do vapor «Paranaguá» do porto desta cidade para o de S. Gonçalo, á Leandro José da Silva e duas filhas menores.

DIA 15.

=Officio=Ao Dr. Chefe de policia.

Accusando o recebimento de seo officio sob n. 14 de 13 do corrente, diz lhe que fica sciente de ter remettido uma copia do despacho que deo no requerimento que lhe fez Manoel José Ferreira, do termo de Campomaior, pedindo a entrega ou deposito das escravas Maria e Theresa de que trata em seos officios sob n. 2 e 3 de 3 e 4 do corrente.

=Idem=Ao Dr. juiz de direito da comarca de S. Gonçalo.

Em resposta ao seo officio de 6 do corrente, declara-lhe que não tendo ainda sido remettida a secretaria desta presidencia a lista de antiguidade dos juizes de direito, relativa ao anno proximo findo, deixa de ser satisfeita a requesição que faz em dito officio.

=Idem=Ao da Parnahibã.

Ficando interado por seo officio de 22 de desembro ultimo de ter procedido no dia 6 do dito mez a revisão do jury desse termo, e encarregado ao juiz municipal respectivo o do termo de Batalha.

=Idem=Ao vigario da freguesia da Batalha.

Recebendo com o seo officio de 3 do corrente o mappa dos baptisados, casamentos e obitos havidos nessa freguesia no ultimo trimestre do anno proximo findo.

=Idem=A Francisco Antonio de Souza Xirrita 1.º supplente do juiz municipal do termo de Peracuracu.

Ficando sciente pelo seo officio de 4 do corrente de ter naquella data deixado o exercicio do cargo de 1.º supplente do juizo municipal desse termo em consequencia de haver sido pronunciado em crime de responsabilidade, pelo respectivo juiz de direito.

DIA 17.

=Portaria.=Concedendo ao professor publico de 1.ª lettras da villa de Campo-maior, José Vicente do Nascimento trez mezes de licença com seos vencimentos para tratar de sua saude.

Expedirão-se as precisas ordens.

=Idem=Exonerando o Capitão Miguel Archanjo Pereira Lima do cargo de delegado de policia do termo de Parnaguá, e nomeando substituil-o ao capitão Thimoteo Napoleão de Moraes.

Expedirão-se as communicações precisas.

=Idem=Concedendo de conformidade com o art. 28 § 2.º da resolução n. 655 de 4 de dezembro proximo passado, ao Dr. Jesuino José de Freitas lente da guarda nacional do lyceo desta capital 6 mezes de licença com metade seos ordenados para tratar de seos interesses.

Expedirão-se as precisas communicações

=Officio=Ao commandante superior interino da guarda nacional de Oeiras.

Para que possão ser fornecidos os objectos que requesita em seo officio de 15 de desembro do anno proximo passado, pare o expediente da secretaria do seo commando superior, convem que faça o mesmo pedindo a forma de orçamento, mencionando a quantia ou o preço dos ditos objectos, como exige a lei de fasenda, em sua informação do corrente.

=Idem=Ao inspector da thesouraria de fasenda.

Em resposta ao seo officio de 14 do corrente, declara-lhe que approva a gratificação que acaba de fazer do amanuense Marcolino José Bizerra, para o serviço da fasenda nacional Gamella no departamento do Piauhy, no quenio de 1870 a 1875, que começa em julho do corrente anno.

=Idem=Ao juiz de direito interino da comarca d'esta capital.

Pelo seo officio de 14 do corrente, fico inteirado de haver concluido os trabalhos da junta revisora dos jurados deste termo e que tem de vir no corrente anno, sendo qualificados na urna geral 234, e suppletivos 168.

=Idem=Ao de Oeiras.

Accusando o recebimento do officio de 3 do corrente, e que fica inteirado dos motivos porque deixou de abrir correição nesse termo no decurso do anno proximo passado.

=Idem=Ao mesmo.

Communicando que fica inteirado pelo seo officio de 27 de dezembro proximo findo de haver no primeiro do mesmo mez, procedido a revisão das listas geral e parcial dos jurados desse termo aptos para julgar, e que forão contemplados na primeira 137 e na segunda 36.

=Idem=Ao mesmo.

Accusando o recebimento do officio de 3 do corrente e de 3 mappas relativos do juiz de direito, juiz municipal, e promotor publico da comarca, concernente ao semestre findo.

=Idem=Aos membros da junta de revisão de votantes da freguesia de N. S. das Dores.

Ficando sciente de ter a junta revisora de votantes dessa freguesia

Universidade de São Paulo
Instituto de Arquitetura e Urbanismo

A moradia urbana do Piauí do século XIX

Amanda Cavalcante Moreira

São Carlos - SP
2021

VERSÃO CORRIGIDA

VERSÃO ORIGINAL ENCONTRA-SE NA UNIDADE QUE ALOJA O PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO

Tese apresentada ao Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo para a obtenção do título de Doutora em Ciências.

Área de Concentração:
Teoria e História da Arquitetura e do Urbanismo

Orientação:
Profa. Dra. Maria Ângela P. C. S. Bortolucci

SÃO CARLOS-SP
2021

AUTORIZO A REPRODUÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTE TRABALHO, POR QUALQUER MEIO
CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca do Instituto de Arquitetura e Urbanismo
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a) local da ficha

MM838m

Moreira, Amanda Cavalcante
A moradia urbana do Piauí do século XIX / Amanda Cavalcante Moreira; orientadora Maria Angela P. C. S. Bortolucci. -- São Carlos, 2021.
308 p.

Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Teoria e História da Arquitetura e do Urbanismo -- Instituto de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, 2021.

1. Arquitetura residencial urbana. 2. Moradia século XIX. 3. Piauí - estado. I. Bortolucci, Maria Angela P. C. S. , orient. II. Título.

Bibliotecária responsável pela estrutura de catalogação da publicação de acordo com a AACR2:
Brianda de Oliveira Ordonho Sígolo - CRB - 8/8229

Diagramação e capa por Paul Newman dos Santos

FOLHA DE JULGAMENTO

Candidato(a): **Amanda Cavalcante Moreira**

Título da tese: **"A moradia urbana do Piauí do Século XIX"**

Data da defesa: **17/03/2021**

Orientador:Profa. Dra. Maria Angela de Castro e Silva Bortolucci

Comissão Julgadora:	**Resultado:**
Profa. Dra. Maria Angela de Castro e Silva Bortolucci (IAU/USP)	**Não votante**
Profa. Dra. Eulalia Portela Negrelo (IAU/USP)	**APROVADA**
Prof. Dr. Tomás Antonio Moreira (IAU/USP)	**APROVADA**
Prof. Dr. Paulo Cesar Garcez Marins (Museu Paulista-USP)	**APROVADA**
Profa. Dra. Ana Lúcia Ribeiro Camilo da Silveira (UFPI)	**APROVADA**
Prof. Dr. Nelson Porto Ribeiro (UFES)	**APROVADA**

Coordenador e Presidente da Comissão de Pós-Graduaçãodo Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo: **Prof. Dr. Tomás Antonio Moreira.**

agradecimentos

Enfrentei inúmeros desafios na escrita desta tese. Agradecer a todos os envolvidos é, sem dúvida, mais um destes, afinal, este trabalho só se tornou possível com a ajuda de muitas pessoas. Rendo-me a essa difícil tarefa certa de que irei falhar, mas já aqui, peço desculpas e agradeço. Eu sempre disse que sou uma pessoa de muita sorte. As pessoas que encontrei nesse caminho me fizeram sentir ainda mais certa disso.

Não tenho nenhuma dúvida de que se hoje me reconheço pesquisadora, devo grande parte disso a minha orientadora – esse termo parece até pequeno para tudo o que significa para mim desde que eu, oito anos atrás, me arrisquei a mandar um e-mail para a professora Maria Angela Bertoluci quando decidi tentar um mestrado no IAU, sem saber o que me esperaria. Desde então, foram inúmeras orientações cuidadosas, sugestões e um apoio enorme – a distância nunca foi um empecilho para a sua presença. Muito obrigada, Angela, por todo o carinho, cuidado e atenção com que guiou não só minha pesquisa, mas todo o meu caminho até aqui. Palavras jamais serão suficientes para expressar a minha gratidão.

Minha família foi a base para que este trabalho se tornasse real. Meus pais, desde a pré-escola ao doutorado, nunca mediram esforços para que, com o meu estudo, pudesse ser o que eu quisesse, da maneira mais confortável possível. Meus irmãos dividem comigo essa jornada, fazendo-a mais leve e mais divertida.

No IAU encontrei mais do que colegas, encontrei grandes amigos e companheiros de jornada. Agradeço aos integrantes do "nosso" grupo de pesquisa – Patrimônio, cidades e territórios – pelos valiosos momentos de trocas e discussões,

que foram muito além da academia. Em especial, agradeço às amigas Natalia e a Ana Gleria, sempre presentes, dividindo todas as dúvidas e angústias, mas também todas as alegrias e conquistas que a vida nos ofereceu. A ajuda de vocês foi essencial para que esta etapa se concretizasse e para que o caminho fosse mais feliz. Lorena, minha amiga ainda da UFPI, meu pouso certo em São Carlos, sou extremamente grata por tudo o que fez por este trabalho – e por mim.

Tive a ajuda de muitas pessoas no desenvolvimento dos levantamentos – para fazer companhia na estrada, para me ajudar com as fotografias, com os mapas e tantas outras coisas que eu não conseguiria nominar aqui. Ressalto aqui a ajuda dos meus eternos "monitores" – Camila, Ana Clara, Wanderson, Taianne e Carliene, que, em etapas e de maneiras diferentes, contribuíram muito para a pesquisa.

Agradeço a todos os professores que compartilharam seus conhecimentos comigo ao longo de toda essa jornada, fosse nas disciplinas, nos seminários, nos estágios. Em especial, a Prof. Aline Corato e Prof. Paulo Marins, que, com contribuições muito valiosas na banca de qualificação, ajudaram a definir o rumo pelo qual o trabalho seguiria.

Agradeço a todos os amigos que me apoiaram com mensagens, sugestões e – em especial, em tempos de pandemia – livros e materiais para a pesquisa. Destaco aqui a grande contribuição da Prof. Ana Lúcia Silveira.

Agradeço à Universidade Federal do Piauí, pelo afastamento das minhas atividades no último ano de pesquisa.

Por último e, não menos importante, hoje sei que casas são feitas de gente, e que esse trabalho também é feito de histórias. Agradeço, em especial, a cada um que abriu a sua morada, sua vida e suas memórias para que eu pudesse contá-las aqui. Muito obrigada!

Teresina, janeiro de 2021.

"A minha terra é um céu, se há um céu sobre a terra;
É um céu sobre outro céu tão límpido e tão brando,
Que eterno sonho azul parece estar sonhando..."

[**Amarante** - Da Costa e Silva]



Vista da Rua Grande - Amarante, Piauí

resumo

MOREIRA, Amanda Cavalcante. A moradia urbana do Piauí do Século XIX. 2021. 308p. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade de São Paulo, São Carlos, 2021.

Estuda a arquitetura residencial urbana do Piauí durante o século XIX, período em que acontece a consolidação da vida urbana do estado com a criação de uma rede de vilas e cidades. Ao selecionar as cidades de Oeiras, Parnaíba, Piracuruca, São Raimundo Nonato, Teresina, Pedro II e Amarante, valendo-se também de exemplares de outros sítios urbanos, levanta e analisa as manifestações da arquitetura urbana piauiense com base em diversos aspectos, especialmente o desenvolvimento urbano, os profissionais atuantes e os códigos de postura vigentes no período. O estudo abrange residências térreas, sobrados, moradias e comercio e moradias, comércio e rancho, observando as seguintes categorias de análise: implantação, planta baixa, materiais e técnicas construtivas. Defende a hipótese de que a moradia urbana do Piauí do século XIX é plural e singular ao mesmo tempo – as distintas características fundem-se a traços comuns dando uma unidade às diversas manifestações dessas extensas regiões piauienses e tornando-as indissociáveis do lugar. Utiliza fontes primárias, sobretudo levantamentos in loco e jornais disponíveis na Hemeroteca Digital Brasileira. Busca apoio teórico em pesquisas recentes, como a de Esdras Arraes; em autores locais, como Olavo Pereira da Silva Filho, Odilon Nunes, Monsenhor Chaves e Teresinha Queiroz; e em autores nacionalmente consolidados, como Paulo Thedim Barreto, Maria Cecília Naclério Homem, Nestor Goulart Reis Filho e Carlos Lemos.

Palavras-Chave: Arquitetura residencial urbana; Moradia – século XIX; Piauí – estado

abstract

MOREIRA, Amanda Cavalcante. 19th century urban housing in Piauí. 2021. 308p. Dissertation (Doctorate in Architecture and Urbanism). University of São Paulo, São Carlos, 2021.

This work studies the urban residential architecture of the state of Piauí (Brazil) during the nineteenth century, a period in which this state's urban life was consolidated by the creation of a network of towns and cities. The cities of Oeiras, Parnaíba, Piracuruca, São Raimundo Nonato, Teresina, Pedro II, and Amarante, besides some examples from other urban sites, were selected to analyze the manifestations of urban architecture in Piauí based on several aspects, namely the urban development, the active professionals and the ordinances or by-laws in effect at that period. The study covers one and two-story residences, houses, commercial properties, and ranches, observing the following categories of analysis: implantation, floor plan, materials, and construction techniques. It defends the hypothesis that the urban housing in 19th century Piauí is plural and singular at the same time – the distinct characteristics merge with common traits, giving unity to the various manifestations of these extensive regions of Piauí and making them inseparable from the place. It uses primary sources, mainly on-site surveys and newspapers available at Hemeroteca Digital Brasileira (The Brazilian Digital Newspaper Library). It seeks theoretical support in recent research, such as that by Esdras Arraes; in local authors, such as Olavo Pereira da Silva Filho, Odilon Nunes, Monsenhor Chaves, and Teresinha Queiroz; and in nationally consolidated authors, such as Paulo Thedim Barreto, Maria Cecília Naclério Homem, Nestor Goulart Reis Filho, and Carlos Lemos.

Keywords: Urban residential architecture; House – 19th century; Piauí – state

resumen

MOREIRA, Amanda Cavalcante. La casa urbana del siglo XIX en Piauí. 2021. 308p. Tesis (Doctorado en Arquitectura y Urbanismo) - Universidad de São Paulo, São Carlos, 2021.

Estudia la arquitectura residencial urbana del estado de Piauí (Brasil) durante el siglo XIX, período en el que la vida urbana de este estado se consolidó mediante la creación de una red de pueblos y ciudades. Al seleccionar las ciudades de Oeiras, Parnaíba, Piracuruca, São Raimundo Nonato, Teresina, Pedro II y Amarante, utilizando también ejemplos de otros sitios urbanos, plantea y analiza las manifestaciones de la arquitectura urbana en Piauí a partir de varios aspectos, especialmente el desarrollo urbano, los profesionales en activo y las ordenanzas o estatutos vigentes en ese período. El estudio abarca residencias de uno y dos pisos, viviendas, propiedades comerciales y ranchos, observando las siguientes categorías de análisis: implantación, plano de planta, materiales y técnicas de construcción. Defiende la hipótesis de que la vivienda urbana en el Piauí del siglo XIX es plural y singular al mismo tiempo, las características distintas se fusionan con rasgos comunes, dando una unidad a las diversas manifestaciones de estas extensas regiones de Piauí y haciéndolas inseparables del lugar. Utiliza fuentes primarias, principalmente encuestas in situ y periódicos disponibles en Hemeroteca Digital Brasileira. Busca apoyo teórico en investigaciones recientes, como la de Esdras Arraes; en autores locales, como Olavo Pereira da Silva Filho, Odilon Nunes, Monsenhor Chaves y Teresinha Queiroz; y en autores consolidados a nivel nacional, como Paulo Thedim Barreto, Maria Cecília Naclério Homem, Nestor Goulart Reis Filho y Carlos Lemos.

Palabras clave: Arquitectura residencial urbana; Casa - siglo XIX; Piauí - estado

índice de figuras

Figura 1: Estabelecimento Rural São Pedro de Alcântara e Usina Elétrica de Floriano, 2018. 27

Figura 2: Cidades selecionadas para pesquisa 33

Figura 3: Vilas e cidade criadas pela Carta Régia de 1761 e cidades selecionadas para a pesquisa 35

Figura 4: Território aproximado e imaginado do que seria o sertão de Rodelas 52

Figura 5: Rede de povoações da capitania de São José do Piauí em 1761. Desenho de ARRAES, 2016 sobre a Carta geográfica da Capitania do Piauhi, e parte das adjacentes levantada em 1761 por João Antônio Galuci. Mapa original da Fundação da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro 57

Figura 6: Carta Geográfica da Capitania do Piauí e das Adjacências, levantada em 1761 por Antônio Galuzzi e redesenhada e georreferenciada por Natália Diniz em 2011. 63

Figura 7: Espacialização dos caminhos do gado relatados por Domingos Afonso Mafrense 64

Figura 8: Planta esquemática da Fazenda Brejo, Monsenhor Gil. 68

Figura 9: Planta esquemática da capela isolada do corpo da casa da Fazenda Frecheiras da Lama 68

Figura 10: Planta esquemática da Fazenda Alto Alegre 69

Figura 11: Planta esquemática da Fazenda Abelheiras, Campo Maior. À esquerda, área destinada a moradia, e à direita, destinada a produção. 69

Figura 12: Vistas do alpendre da Fazenda Canela, Oeiras. 70

Figura 13: Varanda de Refeições da Fazenda Boa Vista. 71

Figura 14: Forno da Fazenda Canela, Oeiras 72

Figura 15: Acesso para a Capela da Fazenda Monte alegre, no corpo da casa da fazenda. 73

Figura 16: Capela da Fazenda Chapada 73

Figura 17: Fachada e corte esquemático da Fazenda Boa Vista, onde se vê a grande altura que atinge o telhado e a estrutura em troncos de carnaúba 73

Figura 18: Espacialização da população do Piauí em 1900 80

Figura 19: Livre reconstituição da arquitetura do conjunto do hospício e da capela dos jesuítas de Oeiras, pintada por Zuleika Tapety, com base na vista da cidade de 1809 85

Figura 20: Recorte da Planta da Cidade de Oeiras de 1809, com vista do Bairro do Rosário. Estão representados o casario, a fonte do Governador, a capela dos passos, o palácio e a Igreja, que ainda não tinha torres e tinha alpendre lateral à nave. 85

Figura 21: "Oeyras do Piauhi", final do século XVIII. 87

Figura 22: Planta da cidade de Oeiras no ano de 1809, vista a partir de Oeste. 88

Figura 23: Mapa interpretativo da formação do desenho urbano de Oeiras, a partir da geografia local e dos acessos às estradas. 89

Figura 24: Núcleo de origem da cidade de Campo Maior. 92

Figura 25: Vista aérea do núcleo central de Campo Maior no início do século XX. 93

Figura 26: Vista aérea do núcleo central de Campo Maior no início do século XX. 94

Figura 27: Fotografia de época do Casarão Simplício Dias, provavelmente da primeira metade do século XX. 98

Figura 28: : Mapa da Vila de São João da Parnaíba do ano 1798 98

Figura 29: Mapa da Vila de Parnaíba do ano de 1809, com locais indicados a partir de nomes atuais. 99

Figura 30: Aspecto da cidade de Parnaíba no início do século XX, com destaque para a Casa Inglesa no centro da Imagem. 100

Figura 31: Igreja Matriz de Nossa Senhora do Carmo. 102

Figura 32: Ampliação de trecho da área central de Piracuruca. Sem escala. Elaborado pela equipe técnica da SR/IPHAN-PI. 104

Figura 33: Foto de época de um trecho da Rua das Guela no início do século XX. 105

Figura 34: Foto de época da Casa e da Rua do Senador Gervásio no início do século XX. 105

Figura 35: Foto de época do entorno da Praça Irmãos Dantas no início do século XX. 106

Figura 36: Parcelamento atual do núcleo central de São Raimundo Nonato. 108

Figura 37: São Raimundo Nonato e seus cursos d´água. 108

Figura 38: Rio Piauí em época de estiagem com edificações de São Raimundo Nonato ao fundo, no ano de 1912. 109

Figura 39: Praça principal da cidade de São Raimundo Nonato, em 1912 109

Figura 40: Edificações do núcleo central da cidade de São Raimundo Nonato. 110

Figura 41: Casario da cidade de São Raimundo Nonato, na segunda metade do século XIX. 111

Figura 42: Desfile de 07 de setembro de 1949, com casario histórico da cidade de São Raimundo Nonato ao fundo. 111

Figura 43: Mapa que assinala a povoação da Barra do Poti, certamente anterior a novembro de 1833. Mostra-se no mapa AB, a estrada que liga de Santo Antônio a Oeiras; Em CD o Rio Parnaíba, em GH o Rio Poti. 112

Figura 44: Miniatura do Plano de Therezina. 114

Figura 45: Esquema da Miniatura do Plano de Therezina. 116

Figura 46: Esquema simplificado da Praça da Constituição e quarteirões adjacentes, no início do século XX. 116

Figura 47: Praça da Constituição no início do século XX, onde vê-se em primeiro plano o mercado, na mesma lateral o Sobrado da Família Almendra e, ao fundo, o fórum e a Igreja Matriz. 116

Figura 48: Sobrado da Família Almendra no início do século XX. 117

Figura 49: Fórum de Teresina no início do século XX. 117

Figura 50: Mercado Público de Teresina. 117

Figura 51: Sistema de praças de Teresina até o fim do século XIX. 119

Figura 52: Rua Barroso na primeira metade do século XX. 120

Figura 53: Rua Firmino Pires na primeira metade do século XX. 121

Figura 54: Expansão da cidade de Pedro II e seus principais marcos urbanos 124

Figura 55: Entorno da Praça da Igreja Matriz no ano de 1942. 125

Figura 56: Solar da Estrela Marrom em 1931. 125

Figura 57: Vista do Solar da Estrela Marrom, 2020 126

Figura 58: Núcleo urbano inicial de Pedro II, década de 1990. 127

Figura 59: Vista de casarões localizados na Praça da Matriz. 128

Figura 60: Planta da cidade de Amarante, organizada em observância ao decreto-lei nacional nº311, de 2 de março de 1938. 131

Figura 61: Recorte de um trecho do núcleo central da cidade de Amarante, com a Rua Grande ao centro. 132

Figura 62: Imagem de época da Rua Grande, em 1957. 134

Figura 63: Vista da cidade de Amarante, em 1957, com destaque para o mercado. 134
Figura 64: Fachada do estabelecimento comercial e casa de residência de Junior Silva & C. 135
Figura 65: Fachada do estabelecimento comercial e casa de residência de Luiz Gonçalves Ribeiro. 135
Figura 66: Fachada de estabelecimento comercial de casa de residência de Américo Castro 136
Figura 67: Fachada de residência e comércio e propaganda do negócio de Antônio Sobral Júnior. 136
Figura 68: Identificação dos Códigos de Posturas promulgados no Piauí durante o século XIX. 144
Figura 69: Imagem de época Fábrica de Laticínios de Campinas do Piauí. 162
Figura 70: Theatro 4 de Setembro. 162
Figura 71: Alunos do curso de Marcenaria da Escola de Aprendizes Artífices, no ano de 1913. 166
Figura 72: Planta elaborada por Francisco Parente do Estabelecimento Rural São Pedro de Alcântara 168
Figura 73: Notícia de falecimento de pedreiro em trabalho 171
Figura 74: Notícias de fuga de escravos pedreiros em jornais do Piauí do século XIX (1). 172
Figura 75: Notícias de fuga de escravos pedreiros em jornais do Piauí do século XIX (2). 172
Figura 76: Notícias de fuga de escravos pedreiros em jornais do Piauí do século XIX (3). 172
Figura 77: Notícias de alforria de escravos pedreiros em jornais do Piauí do século XIX. 173
Figura 78: Vista geral da Rua Grande, Amarante, onde se percebe o alinhamento das construções aos limites frontais dos lotes. 2018. 178
Figura 79: Imagens do ano de 1987, das Ruas Coelho Rodrigues e Getúlio Vargas, Oeiras, onde se percebe o alinhamento das construções aos limites frontal e laterais dos lotes (1) 179
Figura 80: Imagens do ano de 1987, das Ruas Coelho Rodrigues e Getúlio Vargas, Oeiras, onde se percebe o alinhamento das construções aos limites frontal e laterais dos lotes (2) 179
Figura 81: Vista geral de um dos quarteirões do entorno da Praça Domingos Mourão, em Pedro II, que evidencia o alinhamento das construções aos limites frontais e laterais dos lotes. 2019. 179
Figura 82: Vista geral do entorno da Praça Bona Primo, em Campo Maior, que evidencia o alinhamento das construções aos limites frontais e laterais dos lotes 179
Figura 83: Núcleo central da cidade de Piracuruca, onde se percebe a irregularidade do traçado e dos lotes. 187
Figura 84: Núcleo central da cidade de Pedro II, com destaque para a regularidade do traçado e dos lotes. 187
Figura 85: Esquemas das moradias piauienses em planta baixa. 192
Figura 86: Esquema das moradias piauienses em fachadas. 192
Figura 87: Praça das Vitórias na década de 1970. À direita, a Casa das Doze Janelas antes de perder área para o alargamento da rua. 193
Figura 88: Casa das Doze Janelas, 2018. 193
Figura 89: Edificação que funcionou originalmente como residência, porta e janela, na cidade de Piracuruca, Pi. Praça Getúlio Vargas, 86. 194
Figura 90: Esquema de Planta e corte da Casa porta e janela da cidade de Piracuruca, Pi. Praça Getúlio Vargas, 86. 195
Figura 91: Esquema de corte e planta baixa de casa porta e janela da cidade de Campo Maior. 195
Figura 92: Residência de porta e janela da cidade de Pedro II, desmembrada de edificação da lateral direita. 2018. 196
Figura 93: Vista do conjunto da cidade de Pedro II, que mostra a edificação da qual foi desmembrada a casa de porta e janela. 2018. 196

Figura 94: Esquema da Planta Baixa de residência situada na cidade de Campo Maior..... 198
Figura 95: Esquema da Planta Baixa de residência situada na cidade de Oeiras. 199
Figura 96: Corredor com porta em madeira trabalhada de residência conhecida como Solar da Estrela Marrom, situada em Pedro II. 200
Figura 97: Corredor com cancela com bandeira em madeira trabalhada de residência em Amarante. 200
Figura 98: Corredor com porta em madeira e óculo trabalhado na Casa do Cônego, em Oeiras..... 201
Figura 99: Detalhe decorativo no corredor de casa em Amarante..... 201
Figura 100: Corredor de uma residência em Jerumenha. 202
Figura 101: Esquema de planta e corte de residência da cidade de Amarante, com indicação da varanda de refeições. 204
Figura 102: Vista da varanda de refeições da Casa do Cônego, em Oeiras. 2018. 204
Figura 103: Vistas parciais das varandas de refeições de duas casas da cidade de Amarante..... 205
Figura 104: Planta de uma morada inteira, já demolida, na Rua da Paz com a Rua da Santaninha, São Luis, Maranhão..... 205
Figura 105: Planta da Casa do Padre Marcos, provavelmente construída no ano de 1839, na cidade de Jaicós. 208
Figura 106: Desenho da planta de residência do final do século XIX São José do Rio Pardo, SP..... 209
Figura 107: Forno do Solar da Estrela Marrom, Pedro II, Piauí. 210
Figura 108: Ruínas da Pensão Portela, 2017. 213
Figura 109: Detalhe do muro em pedra da cidade na cidade de Oeiras, 2019. 213
Figura 110: Detalhe da verga em filetes de pedra da Pensão Portela, 2017. 214
Figura 111: Os Rezende em frente ao casarão da família em alvenaria aparente. A ausência de revestimento deixa evidente o sistema construtivo dos arcos plenos e das bandeiras. 214
Figura 112: Muro de residência em Oeiras, onde foi empregada a técnica da taipa em varas de carnaúba. 215
Figura 113: Notícia de jornal indicativa da existência de casa coberta de palha em Teresina. 218
Figura 114: Notícia de jornal indicativa da existência de casa coberta de palha em Teresina (2). 218
Figura 115: Cobertura de edificação residencial em Oeiras -PI, com ripas e caibros em carnaúba. 2017. 219
Figura 116: Cobertura de edificação residencial com estrutura em carnaúba da cidade de Amarante, 2018. 219
Figura 117: Residência de Piracuruca em ruína, com destaque para o apoio de tronco de carnaúba. 2018. 220
Figura 118: Cobertura de residência em Oeiras, com tesoura canga de porco. 220
Figura 119: Fazenda da Dona Alemã..... 221
Figura 120: Fazenda Olho D´Agua dos Pires..... 221
Figura 121: Edificação originalmente residencial da cidade de Oeiras com beiral em “beira e bica”, 2019. 221
Figura 122: Edificação originalmente residencial da cidade de Oeiras com beiral em “beira seveira”. 2019. 222
Figura 123: Forma de emprego dos troncos de carnaúba nas edificações do Ceará. 223

Figura 124: Vista lateral do Solar da Estrela Marrom, Pedro II, Piauí, com destaque para o sótão. 224

Figura 125: Residência e comércio e, possivelmente, rancho, localizada na região do Mercado Municipal de Pedro II, construída na primeira metade do século XIX..... 224

Figura 126: Interior do Solar da Estrela Marrom, Pedro II, Piauí – acesso para o sótão. 224

Figura 127: Telhado da Fazenda Varginha, construído no início do século XX, onde são usadas ripas de mandacaru. 225

Figura 128: Edificações de Oeiras com aberturas com vergas reta, arco abatido e arco pleno. 226

Figura 129: Edificações de Pedro II com aberturas com vergas reta, arco abatido e arco pleno. 227

Figura 130: Casas com verga em arco abatido, reta, arco ogival e contracurva em Amarante – Pi. 227

Figura 131: Imagem de Época da Casa do Barão de Gurguéia, em Teresina-Pi. 228

Figura 132: Casas com verga em arco ogival em Campo Maior – Pi. 228

Figura 133: Edificação com aberturas com arcos em contracurvas da cidade de Floriano-PI. 230

Figura 134: Casa de moradia, comércio e Rancho de Amarante, com janelas em muxarabi..... 230

Figura 135: Edificação com bandeira em muxarabi da cidade de Amarante..... 231

Figura 136: Região que concentra o maior número de exemplares com aplicação da ogiva..... 231

Figura 137: Esquadria de residência cidade de Amarante com bandeira fixa em barro..... 232

Figura 138: Esquadria de residência em Ruínas da cidade de Teresina com bandeira fixa e moldura em barro. 233

Figura 139: Piso em ladrilho de barro cozido do Solar da Estrela Marrom, em Pedro II – Piauí. 2018. 234

Figura 140: Sobrado parnaibano e respectivo azulejo da sua fachada. 2020. 236

Figura 141: Residência parnaibana e respectivo azulejo da sua fachada. 2020. 236

Figura 142: Residência amarantina e respectivo azulejo da sua fachada. 2020. 237

Figura 143: Residência supostamente revestida em Azulejos, na cidade de Amarante. 237

Figura 144: Padronagem de emprego comum em fachadas maranhenses..... 238

Figura 145: Residência de Pedro II com calçada construída de tijolos..... 239

Figura 146: Detalhe da calçada em pedra de edificação originalmente residencial da cidade de Pedro II. 240

Figura 147: Recorte de notícia de jornal indicando a existência de um sobrado na Rua Uruguayana, Teresina. 244

Figura 148: Recorte de notícia de jornal indicando a existência de um sobrado em Campo Maior. 244

Figura 149: Recorte de notícia de jornal indicando a existência de um sobrado em Jaicós 245

Figura 150: Recorte de notícia de jornal indicando a existência de um sobrado em Jaicós (2) 245

Figura 151: Recorte de notícia de jornal indicando a existência de um sobrado em Burity dos Lopes. ... 245

Figura 152: "Oeyras do Piauhi". Autoria desconhecida, fins do século XVIII. 246

Figura 153: Sobrado dos Ferraz, atual Prefeitura de Oeiras – Pi (2019), com croqui da implantação do edifício (laranja) 247

Figura 154: Sobrado Major Selemérico, com esquema da sua implantação no lote (laranja). 248

Figura 155: Sobrado João Nepomuceno com esquema da sua implantação no lote (laranja)..... 248

Figura 156: Vista da Praça das Vitórias na década de 1930, onde se vê, ao lado da igreja, as ruínas do edifício

da Antiga Intendência Municipal. 249
Figura 157: Livre reconstituição da Antiga Intendência. Óleo sobre tela de autoria de Zuleika Tapety. 249
Figura 158: "Cópia da Villa de São João da Parnaíba", 1809, com sobrados destacados. 251
Figura 159: Sobrado dos Azulejos, Parnaíba – Pi (2017), com croqui da implantação do edifício (laranja). 252
Figura 160: Sobrado Da Dona Auta, Parnaíba – Pi (2018), com croqui da implantação do edifício (laranja). 252
Figura 161: Sobrado Simplício dias, Parnaíba – Pi, com croqui da implantação do edifício (laranja) 252
Figura 162: Casa Inglesa, Parnaíba – Pi, com croqui da implantação do edifício (laranja) 253
Figura 163: Sobrado do Comendador Jacob Almendra, Teresina – Pi (2020) 253
Figura 164: Planta Baixa do sobrado do Major Selemérico, antes da intervenção de 2006. 254
Figura 165: Sobrado com mirante em São Luís. 255
Figura 166: Sobrado com mirante em Alcântara. 255
Figura 167: Planta baixa da residência do Comendador Jacob Almendra. 258
Figura 168: Planta baixa dos pavimentos térreo e superior do Sobrado da Dona Auta, respectivamente. 259
Figura 169: Vista do corredor central do Sobrado da Dona Auta. 259
Figura 170: Plantas do Sobrado João Nepomuceno. 260
Figura 171: Estrutura da cobertura do telhado, em carnaúba. 261
Figura 172: Detalhe da estrutura da cobertura do telhado, em carnaúba. 261
Figura 173: Vista de parede do piso inferior, desprovida de revestimento, com alvenaria em adobe exposta. 261
Figura 174: Vista de parede do piso inferior, desprovida de revestimento, com alvenaria em adobe exposta. 261
Figura 175: Fechamento da parte posterior avarandada do Sobrado do Major Selemérico com pano de Venezianas. 263
Figura 176: Detalhe da pintura marmorizada na biblioteca e em um dos salões do térreo do sobrado da Dona Auta. 264
Figura 177: Notícia de jornal abordando a decoração do sobrado do Comendador Jacob Almendra para um Baile. 264
Figura 178: Fachada do Sobrado João Nepomuceno, provavelmente na década de 1960. 265
Figura 179: Detalhe do balcão do pavimento superior do Sobrado dos Azulejos. 266
Figura 180: Detalhe do balcão do pavimento superior da Casa Inglesa. 266
Figura 181: Detalhe do balcão do pavimento superior do sobrado do Major Selemérico. 266
Figura 182: Fachada da Casa Inglesa, 2019. 267
Figura 183: Casa Inglesa no ano de 1902. 267
Figura 184: Vista do Casarão Simplício Dias na época em que funcionava como Radiolândia, onde se vê o oratório inserido na quina do edifício. 268
Figura 185: Concerto no sobrado do Comendador Jacob Almendra, em Teresina. 268
Figura 186: Soirée no sobrado da Rua da Chapada, em Jaicós. 268
Figura 187: Baile no sobrado do Comendador Jacob Almendra, em Teresina. 269

Figura 188: Almoço no sobrado do Comendador Jacob Almendra, em Teresina. 269

Figura 189: Desenhos feitos por Rescala, sobre construções vinculadas às rancharias encontradas no interior do estado do Ceará 272

Figura 190: Residência-e-comércio na cidade de São Raimundo Nonato, onde a parte comercial e a parte residencial são separadas por simulacros de colunas. 274

Figura 191: Fachada frontal de residência-comércio-e-rancho da cidade de Amarante, Em evidência, a fachada frontal – parte residencial. 275

Figura 192: Fachada frontal de residência-comércio-e-rancho da cidade de Amarante, Em evidência, a fachada lateral– rancharia. 275

Figura 193: Residência, comércio e rancho da cidade de Amarante – PI. 277

Figura 194: Planta e corte da residência, comércio e rancho da cidade de Amarante – PI, conhecida como Farmácia do Povo. 278

Figura 195: Residência, comércio e rancho da cidade de Amarante – PI, conhecida como Farmácia do Povo. 278

Figura 196: Residência, comércio e rancho da cidade de Piracuruca, PI. 279

Figura 197: Planta da residência, comércio e rancho da cidade de Piracuruca, PI. 279

Figura 198: Propaganda de hospedagem na casa do Sr. Franklin Veras, em Parnaíba – PI. 280

Figura 199: Edifício comercial e residência de Manoel Alexandre e Silva, em Amarante – PI. 282

Figura 200: Planta Baixa da Casa da Rua Cel. Orlando de Carvalho, nº 118, com destaque para setorização – Oeiras 283

Figura 201: Casa da Rua Cel. Orlando de Carvalho, nº 118, Oeiras 283

Figura 202: Residência e comércio da cidade de Campo Maior. 284

Figura 203: Esquema da Planta Baixa de Residência e comércio da cidade de Campo Maior. 284

índice de quadros

Quadro 1: Edificações De Função Pública Presentes Na Planta De 1809 88
Quadro 2: Códigos De Posturas Promulgados No Piauí No Século XIX 145
Quadro 3: Seções Dos Códigos Promulgados No Piauí No Século XIX 149
Quadro 4: Engenheiros Atuantes No Piauí Do Século XIX 158
Quadro 5: Demonstrativo Da Situação Do Estabelecimento De Educando Artífices, Oeiras, 1850 165
Quadro 6: Profissionais Da Construção Civil Identificados Nas Fontes Primárias – Piauí, Século XIX 170
Quadro 7: Alinhamento Dos Edifícios E Terrenos Segundo Os Códigos De Posturas 184

índice de gráficos

Gráfico 1: Atuação dos engenheiros no Piauí no século XIX 160
Gráfico 2: Implantação das residências de Oeiras, Amarante e Pedro II 180

índice de tabelas

Tabela 1: População Da Província Do Piauí Em 1761. 60
Tabela 2: Mapa Da População, Batizados E Óbitos Da Província Do Piauí Em 1855 77
Tabela 3: População Do Piauí Nos Anos De 1890 E 1900 79

Lista de siglas

CAB	Casa Anísio Brito
FUNDAC	Fundação Cultural
IAU	Instituto de Arquitetura e Urbanismo
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
UFPI	Universidade Federal do Piauí

sumário

25 **Introdução**

49 **Nos caminhos do sertão de dentro: economia, sociedade e território do Piauí**

50 Origens, povoação do território piauiense e os primeiros núcleos urbanos

62 O outro lado das vilas: desenvolvimento e apogeu da pecuária

66 Os lugares da pecuária: a arquitetura das fazendas de gado

75 A estruturação da rede urbana no Piauí no século XIX

83 **O cenário urbano**

84 Oeiras

91 Campo Maior

95 Parnaíba

101 Piracuruca

107 São Raimundo Nonato

112 Teresina

122 Pedro II

129 Amarante

139 **Os agentes e a arquitetura piauiense**

140 Os códigos de posturas e a busca pela regulamentação das construções no Piauí do Século XIX

156 Os profissionais atuantes nas construções piauienses do século XIX

177 **Delineando a arquitetura piauiense**

178 A implantação: a casa e o lote

191 A espacialidade: a planta baixa

212 A materialidade: materiais, elementos e técnicas construtivas

243 **Outras formas de morar no Piauí do século XIX**

244 Os sobrados

270 As moradias de uso misto

287 **Conclusão**

296 Referências





Introdução

"Existirmos: a que será que se destina?
Pois quando tu me deste a rosa pequenina
Vi que és um homem lindo e que se acaso a sina
Do menino infeliz não se nos ilumina
Tampouco turva-se a lágrima nordestina
Apenas a matéria vida era tão fina
E éramos olharmo-nos intacta retina
A cajuína cristalina em Teresina".
[**Cajuína**, Caetano Veloso]

Na sensível homenagem que Caetano Veloso fez ao brilhante poeta tropicalista e meu conterrâneo Torquato Pereira de Araújo Neto, um dos meus preferidos questionamentos – "Existirmos: a que será que se destina?". Providencial. Aqui, no texto desta tese, deixo bem mais do que meu conhecimento ou esforço de pesquisa acadêmica – trago nessas páginas o resultado da infância no Centro de Teresina, das férias em Floriano, Regeneração, Parnaíba e Luís Correia e das aulas em Amarante, Pedro II, São Luís e Caxias, das raízes familiares em Pedro II, Jerumenha, Guadalupe e Uruçuí. Nasci em Teresina e sou piauiense na fala, nos gestos, nos hábitos. E isso eu sempre fiz questão de dizer. De amar. E de mostrar. Essa é, talvez, uma das razões da minha existência, que acabou por resultar no tema desta pesquisa desenvolvida nos últimos anos.

Em maio de 2016 "eu" – entre aspas porque no longo caminho que me levou a este dia, nunca estive sozinha – defendia minha dissertação, que começava assim:

> No meu repertório de lembranças, não me recordo da primeira percepção de gostar tanto do lugar que eu morava. O fato é que o sentimento de pertencimento pela casa de paredes grossas estendia-se às ruas asfaltadas e movimentadas do Centro da cidade, que eu amava observar, ainda criança, no caminho até a escola. Junto com a consciência do meu lugar na cidade, aumentou o meu encanto pelos "centros", com suas cores, efervescência e diferenças, parada sempre obrigatória nas cidades que tive a chance de conhecer. Assim, nada mais prazeroso do que estudar o "meu centro" – que me viu nascer e crescer e ocupa um lugar de destaque em minhas primeiras lembranças (MOREIRA, 2016, p. 29).

De lá para cá, quase cinco anos, muitas horas-aula, horas-atividade, horas-pesquisa, artigo, livros e pouca coisa mudou – continuo sem lembrar quando passei a gostar tanto do lugar em que morava, e ainda me sinto pertencente ao Centro, mas

agora, a vários Centros, e encontrei umas das tantas respostas para a pergunta de sempre: como cheguei até aqui?

Nasci, cresci e vivi, durante anos, no centro de Teresina – era naquela região que desenvolvia todas as atividades da minha rotina. As férias também passavam entre paredes e paredes antigas, dentre as quais destaco o Estabelecimento Rural São Pedro de Alcântara, um dos mais recentes tombamentos realizados pelo Iphan no Piauí, pela sua relevância por ser testemunho da ocupação do interior do Brasil durante os séculos XVIII e XIX e a Usina Elétrica (Figura 01), construída no ano de 1923 em decorrência da implantação de energia elétrica na região, ambos na cidade de Floriano. Sem perceber, aos poucos fui conhecendo e me familiarizando com todo o estado, com a família espalhada de norte a sul: Parnaíba, Teresina, Regeneração, Uruçuí. Isso seria determinante na escolha do que viria a ser o meu objeto de pesquisa do doutorado.

Figura 1: Estabelecimento Rural São Pedro de Alcântara e Usina Elétrica de Floriano, 2018.



Fonte: Acervo pessoal da autora.

Michel Pollak (1992) aborda em seu texto "Memória e Identidade social" a importância da memória para a coesão de uma sociedade e a manutenção de sua identidade. Ao discutir a respeito dos elementos constitutivos da memória, afirma que

> Existem lugares da memória, lugares particularmente ligados a uma lembrança, que pode ser uma lembrança pessoal, mas também pode não ter apoio no tempo cronológico. Pode ser, por exemplo, um lugar de férias

> na infância, que permaneceu muito forte na memória da pessoa, muito marcante, independentemente da data real em que a vivência se deu. Na memória mais pública, nos aspectos mais públicos da pessoa, pode haver lugares de apoio da memória, que são os lugares de comemoração. Os monumentos aos mortos, por exemplo, podem servir de base a uma pessoa relembrança de um período que a viveu por ela mesma, ou de um período vivido por tabela. Para a minha geração na Europa este é o caso da Segunda Guerra Mundial (POLLAK, 1992, p. 201).

Encontrei no autor a justificativa para a forte dimensão subjetiva da escolha do tema que me acompanharia nesta complexa, porém instigante jornada, em meio às aulas, leituras, levantamentos, longas viagens e incontáveis dificuldades. Estudar vários daqueles que eram, sim, meus lugares de memória, me ajudou a enfrentar um século e um estado inteiro como objeto de pesquisa em busca do que seria a casa piauiense. Li na introdução da tese de uma grande amiga que toda a sua jornada foi suficientemente significativa para deixar clara a relevância da pesquisa em sua vida não só profissional, mas, especialmente pessoal. Faço das palavras dela as minhas.

Além dos fatores já apontados, foi durante o processo de elaboração da dissertação, intitulada "Teresina e as moradias da região central da cidade (1850-1950)[1]" que senti a possibilidade de extrapolar os limites históricos e geográficos da cidade estudada, despertando para diversas inquietações, sendo a principal delas a diferenciação entre a arquitetura produzida na capital e no interior do Piauí. Esta inquietação principal desdobrou-se em várias outras: quais os agentes responsáveis pelas diferenças entre a arquitetura produzida na capital e no interior? Qual o grau de influência de cada um desses agentes na caracterização das moradias piauienses? A forma de colonização do território teve relação com as características dessa arquitetura? A forma da casa urbana piauiense variou de que maneira nas diversas regiões do estado?

Tais perguntas, reunidas, direcionaram o foco desta pesquisa para o estudo da arquitetura urbana do Piauí considerando as várias nuances de seu território. Desse modo, tornou-se o objetivo principal desta investigação, a partir da escolha criteriosa de algumas cidades – Teresina, Oeiras, Parnaíba, São Raimundo Nonato, Floriano, Piracuruca, Campo Maior e Pedro II –, buscar a identificação da origem desses núcleos urbanos, das transformações ocorridas e das relações internas e externas que contribuíram para o processo de urbanização do território piauiense. Chegamos, assim, aos objetivos e hipótese da nossa pesquisa.

Objetivo Geral

Compreender e analisar a arquitetura residencial urbana piauiense do século XIX.

Objetivos específicos:

1) Investigar os agentes de várias ordens envolvidos no processo de desenvolvimento das características da arquitetura residencial urbana do Piauí no século XIX, bem como a importância destes nesse processo;

2) Investigar a importância e a relação dos instrumentos legislativos com as características da arquitetura residencial urbana do Piauí.;

3) Analisar como a arquitetura se materializou, em termos de implantação, planta, materiais e técnicas construtivas;

4) Identificar as principais características e peculiaridades da arquitetura residencial urbana do Piauí do século XIX nas diversas regiões do estado e estabelecer um paralelo com as demais regiões do país.

Hipótese

Considerando a forma de colonização e o esforço de ocupação da extensa região piauiense, buscando desenvolver atividades econômicas alinhadas aos interesses nacionais, como as fazendas de gado, que se contentavam quase sempre com estruturas muito parcimoniosas erguidas nesses lugares de clima e recursos naturais tão peculiares, é possível afirmar que a adoção de soluções criativas e muito particulares até em alguns casos foi uma decorrência natural. Nesse sentido, ainda que o objetivo da tese seja o de compreender e analisar a arquitetura residencial urbana piauiense do século XIX, lançamos a hipótese de que essa moradia urbana do Piauí do século XIX é plural e singular ao mesmo tempo – as distintas características fundem-se a traços comuns dando uma unidade às diversas manifestações dessas extensas regiões piauienses e tornando-as indissociáveis do lugar.

Método de trabalho

Para que a nossa pesquisa acontecesse de forma segura e linear, nos valemos de métodos e formas de trabalho já utilizadas nas investigações realizadas pelos integrantes do Grupo de Pesquisa Patrimônio, Cidades e Território[2]s, liderado pela Professora Dra. Maria Angela P. C. S. Bortolucci, atentas principalmente à carência de fontes que norteou todo o desenvolvimento deste trabalho.

Destacamos, inicialmente, a busca pelo aporte teórico junto aos temas pesquisados, que se estendiam desde a origem do território piauiense, perpassando pelo seu povoamento, surgimento das primeiras povoações, estruturação de uma rede urbana até a materialização da sua arquitetura residencial. Todo o conteúdo foi consultado em revisão livros, artigos, dissertações, teses, bases eletrônicas de dados, etc., a fim de constituir um instrumental teórico que servisse de subsídio às investigações posteriores. Como poderá ser percebido no decorrer do texto, buscamos autores locais e autores nacionalmente consagrados, além de pesquisas recentes desenvolvidas em vários programas de pós-graduação do país.

Nesse sentindo, para a compreensão dos aspectos econômicos que envolveram o desenvolvimento do Piauí, foram fundamentais as leituras de Celso Furtado e Teresinha Queiroz; Murillo Marx e Roberta Marx Delson para a compreensão dos fenômenos urbanos do desenvolvimento das cidades piauienses; Esdras Arraes, Odilon Nunes, Monsenhor Chaves, Miridan Falci e Pereira da Costa contribuíram, especialmente, para a compreensão do fenômeno da pecuária como um dos grandes impulsos para a formação, desenvolvimento e ocupação do Piauí.

Para embasar as análises relacionadas à arquitetura, visitamos autores que tratavam da arquitetura das casas de fazenda locais, como Olavo Pereira da Silva Filho e Natália Diniz, e, novamente, autores diversos que trataram da habitação urbana em contextos nacionais, como Carlos Lemos, Nestor Goulart Reis Filho, Maria Cecília Naclério Homem, L.L. Vauthier, dentre outros. Destacamos ainda a contribuição de autores que abordaram a materialização da arquitetura urbana em lugares específicos, como Olavo Pereira da Silva Filho, no Maranhão, e José Liberal de Castro, no Ceará, que, dentre outros, contribuíram para que estabelecêssemos um paralelo entre a moradia piauiense e as circunvizinhas.

Para aprofundar o conhecimento do nosso objeto de estudo, realizamos levantamentos documentais em arquivos públicos e privados, incluindo jornais, periódicos, mensagens de governo, mapas, monografias, fotografias, projetos arquitetônicos etc. Nesse processo que envolveu estratégias várias, destacamos a relevância das informações que fomos capazes de reunir nas buscas realizadas nos jornais piauienses disponíveis na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. A partir de uma minuciosa e detalhada busca de termos relacionados à nossa pesquisa nesse acervo, conseguimos uma série de materiais importantes, dentre os quais destacamos os cinquenta e dois códigos de posturas promulgados no século XIX no Piauí, que, pela sua importância, acabaram recebendo um maior espaço na nossa tese, e oferecem amplas possibilidades futuras de maior exploração.

Destacamos, ainda, a extensa e exaustiva pesquisa de campo em cada uma das oito cidades selecionadas para alcançar os aprofundamentos reservados e exclusivos ao estar *in loco*. A partir de metodologia já descrita na nossa dissertação (MOREIRA, 2016), para que esta pesquisa tivesse maior consistência e relevância, fez-se necessário empreender o levantamento de campo em todas as cidades selecionadas, localizando e identificando todas as edificações residenciais urbanas construídas no período estudado.

Pela impossibilidade da certeza de que essas edificações foram construídas no período estudado por nós apenas pelo levantamento de campo, optamos por selecionar o recorte da cidade a ser levantado considerando os mapas das suas evoluções urbanas, adotando um período próximo ao recorte da nossa pesquisa, ou o sítio histórico definido pelo IPHAN, que geralmente também compreende um período próximo ao da nossa pesquisa.

Identificar e locar todas as edificações construídas no nosso recorte temporal nos permitiu obter as características da produção arquitetônica residencial urbana de cada uma dessas cidades, como por exemplo: implantação predominante, estilos arquitetônicos vigentes, majoritariamente sobrados ou casas terras, lotes de pequenas ou grandes dimensões etc. Além desse panorama da produção de casa uma das cidades, conhecer essas residências também nos levou a, dentre estas, escolher alguns exemplares que interessariam ainda mais à nossa pesquisa pela existência de peculiaridades, pela possibilidade de acesso, pela conservação das características originais, etc.

Definição do recorte temporal e espacial

Diversos fatores corroboraram para que fosse o século XIX o recorte temporal da nossa pesquisa. Considerando que só no fim do século XVII a província teve a sua primeira freguesia, e que somente na primeira metade do século XIX, com um incremento comercial, populacional e urbano, haverá, de fato, uma vida urbana consolidada (NUNES, 2007 e CHAVES[3],1994), por muito tempo a casa de fazenda foi a principal edificação de uso doméstico no Piauí. Assim sendo, foi necessário que ocorresse a ascensão dos núcleos urbanos para que se consolidasse a moradia

3 Joaquim Raimundo Ferreira Chaves (1913-2007), mais conhecido como Pe. Joaquim Chaves, ou Monsenhor Chaves, é um dos ícones da historiografia piauiense. A partir de obras diversas, abria novas possibilidades para a compreensão da história de Teresina e do estado, tendo em vista que buscou nos arquivos a documentação necessária para essas narrativas.

urbana, o que aconteceu apenas no século XIX, sendo este o principal fator para definição do nosso recorte temporal. Abordamos, nos capítulos 01 e 02, o processo de fundação e desenvolvimento destes núcleos urbanos.

No início do século XX, com as alterações ocorridas na conjuntura econômica do estado – gerando novas relações entre os diversos núcleos urbanos, incluindo os de estados vizinhos –, a dinâmica espacial das cidades piauienses foi sendo alterada, ocasionando um período que se estendeu até a década de 1940, o qual Bandeira (1983) classifica como segunda fase de inserção do Piauí na divisão internacional do trabalho, tendo como principal atividade o extrativismo vegetal destinado à exportação. Complementando a afirmação de Bandeira, Façanha (1988, p. 26) diz que

> Tal período, marcado pela atividade econômica extrativista, trouxe modificações importantes para a organização espacial do Piauí. A exportação da maniçoba (1900-1915), da cera de carnaúba e da amêndoa do babaçu (1910-1950) consolidou no estado a área centro-norte – Teresina, Parnaíba, Floriano, Amarante, União, todas situadas às margens do rio Parnaíba – como o "pulmão" das atividades propulsoras do desenvolvimento. Um outro fator para o desenvolvimento do estado foi a função estratégica que a navegação fluvial desempenhou interligando as cidades piauienses aos centros comerciais das regiões brasileiras e ao mercado internacional.

Em virtude de diversos fatores, mas especialmente dos apontados acima – econômicos e comerciais – a moradia urbana começa a se transformar com maior rapidez no início do século XX. O maior contato com o exterior, a possibilidade de importação de novos materiais, a chegada de novos profissionais levou ao início da adesão às características do ecletismo, enquanto a arquitetura, ainda de feições tradicionais, em muitos locais começa a ser abandonada. Considerando toda essa conjuntura, estabelecemos o fim do século XIX como marco final do nosso recorte.

Além de estabelecer com precisão o recorte temporal para compreender e caracterizar o fenômeno das transformações ocorridas na moradia urbana no estado, foi necessário o mesmo cuidado na definição do recorte espacial. Dessa forma, a escolha das oito cidades para serem representativas dessa arquitetura no Piauí, foi realizada com base em critérios diversos.

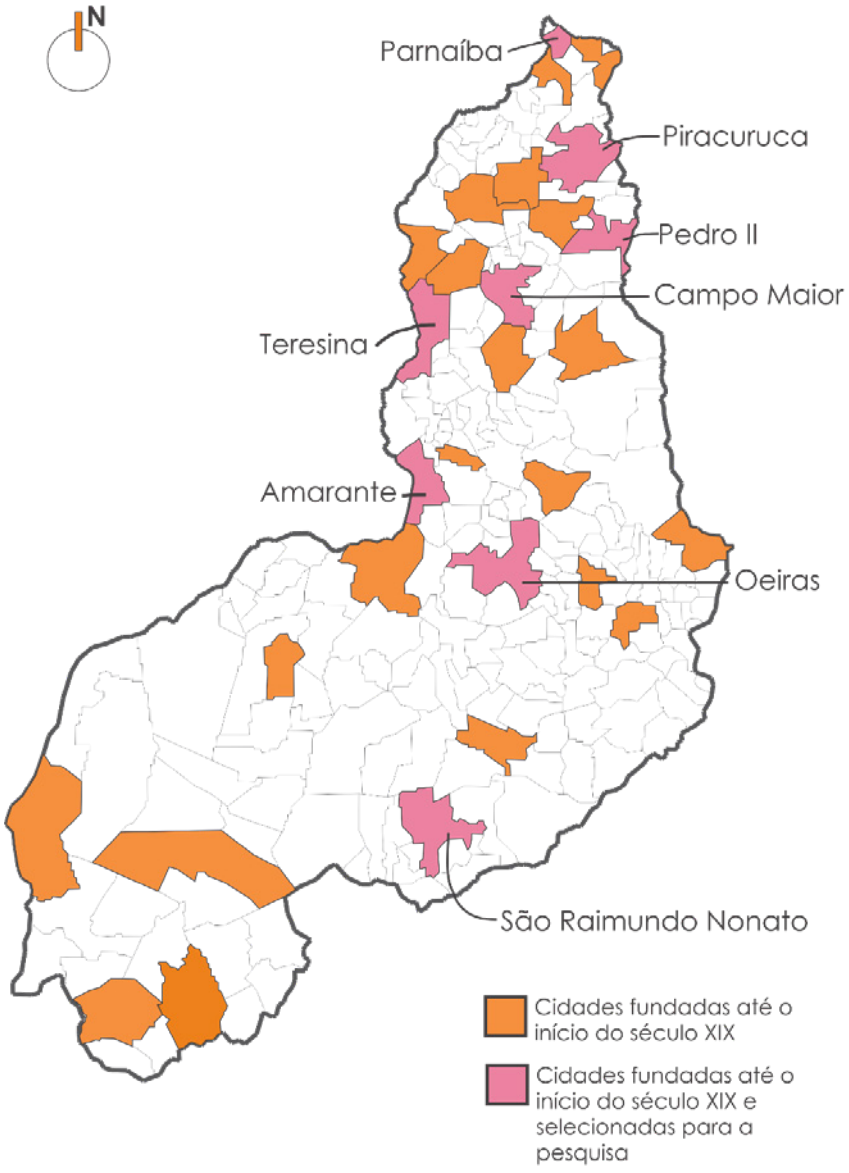
A escolha das cidades

Em um primeiro momento decidimos pela busca de todas as cidades fundadas no estado até o século XIX, acreditando que encontraríamos núcleos urbanos já consolidados e onde seríamos capazes de apreender a transformação dessas moradias. Após sinalizarmos as 29 cidades e correspondentes municípios em um mapa, foi

possível obter a visão geral da localização de todas elas e considerar a importância e a necessidade de realizar uma redução desse número, que acabaria definindo a opção pelas nove cidades espalhadas ao longo de todo o território piauiense que estão assinaladas na Figura 02:

Desse modo, além dos critérios de localização territorial e data de fundação, consideramos outros fatores para a seleção das cidades a serem estudadas. Um deles estreitamente associado à nossa hipótese –, a escolha de cidades que tivessem frentes de colonização distintas. Consideramos a variedade das atividades comerciais e a consequente relação com os estados/cidades vizinhas. Questões relacionadas à logística da pesquisa também foram consideradas e priorizamos cidades cujo sítio histórico

Figura 2: Cidades selecionadas para pesquisa



Fonte: IBGE, 2014. Redesenhado pela autora.

apresentasse um grau de preservação que nos permitiria apreender características das edificações urbanas da cidade – estas apresentam, senão tombamento do seu sítio, um estudo elaborado pelo IPHAN.

Dessa maneira, **Oeiras** foi a primeira cidade selecionada para ilustrar esta pesquisa pelo fato de serum dos primeiros núcleos urbanos significativos do estado e a primeira capital. Segundo Delson (1997), a cidade de Oeiras encontra sua origem na iniciativa da Coroa Portuguesa de propor a criação de novos núcleos urbanos para garantir o domínio de suas terras, ameaçadas em várias frentes. Está situada em um local estratégico de ligação por terra entre as cidades de São Luís e Salvador, que tinham a ligação por via marítima dificultada. Foi criada, no ano de 1697, a primeira paróquia do que viria ser o Piauí – a congregação de Nossa Senhora da Vitória, em um ponto equidistante dos povoados já existentes na região.

Entretanto, como resposta a uma série de necessidades, especialmente políticas e econômicas da região, Oeiras manteve-se como capital da Província apenas até o ano de 1852, quando esta prerrogativa de capital foi transferida para Teresina (NUNES, 2007). No ano de 2012, Oeiras teve o seu sítio histórico tombado, o que, somado a todos os fatores já apresentados, que incorrem em uma importância política, social, econômica e cultural da cidade, foram determinantes para a escolha dessa cidade como um dos objetos de estudo da nossa pesquisa.

Dispomos de variadas fontes teóricas para a análise da arquitetura residencial de Oeiras: textos que abordam desde a sua fundação, aspectos sociais e econômicos até a preservação de sua arquitetura. Destacamos, nesse sentido, a bibliografia de historiadores consagrados no Piauí, como Odilon Nunes, Monsenhor Chaves, Miridan Falci, mas também a grande contribuição de pesquisas acadêmicas recentes, especialmente de Arraes (2016), com o texto que aborda as primeiras povoações do Piauí. Oeiras conta ainda com um bom número de historiadores e memorialistas locais, que foram de grande contribuição para nossa pesquisa, dos quais destacamos *Noturno de Oeiras e outras evocações* (2009), de autoria de Elmar Carvalho e *Oeiras Municipal* (1992), de autoria de Antônio Reinaldo Soares Filho. Finalmente, destacamos o estudo de tombamento e demais documentos, especialmente os mapas, cedidos pela 19º superintendência do IPHAN.

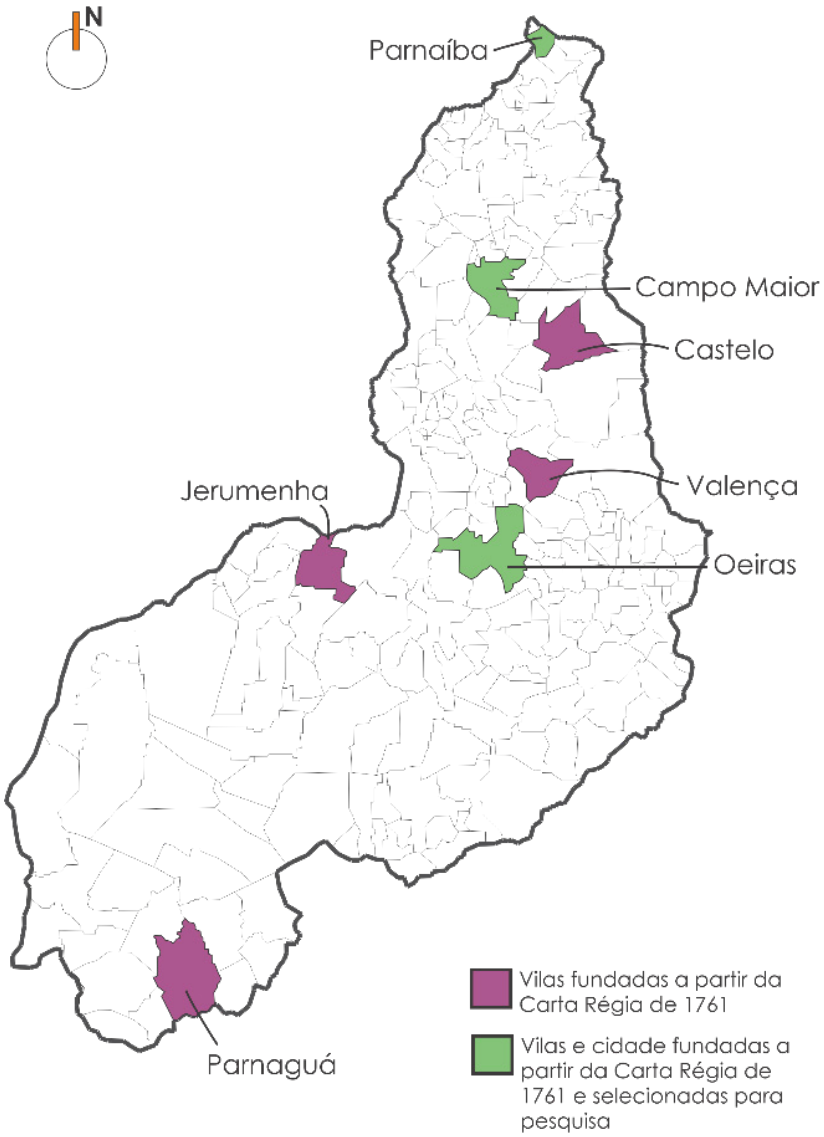
A mesma Carta Régia que determinou que a Vila da Mocha seria a capital da província, também determinou a criação de seis novas vilas na província, a partir de povoações já existentes: Parnaguá, Jerumenha, Valença, Castelo, Campo Maior, e Parnaíba, todas assinaladas no mapa a seguir (Figura 03). Dentre essas novas vilas, selecionamos Campo Maior e Parnaíba como objeto dessa pesquisa, por fatores

detalhadamente citados a seguir.

Parnaíba, até a virada do século XX, foi a cidade mais próspera do estado, estabelecendo fortes ligações comerciais com todo o país e com o exterior, o que certamente interferiu nas relevantes transformações em suas residências.

Apesar de ter sido elevada à vila pela Carta Régia de 1761, a despeito da

Figura 3: Vilas e cidade criadas pela Carta Régia de 1761 e cidades selecionadas para a pesquisa



Fonte: IBGE, 2010. Redesenhado pela autora

localidade próxima – Testa Branca – escolhida oficialmente para sua implantação – na região conhecida como "Porto das Barcas" já funcionavam, desde o ano de 1758, charqueadas, responsáveis por produzir, comercializar e exportar – até mesmo para a Europa – carne e couro, o que fez com que em 1770 a vila fosse transferida para essa localidade (COSTA *et. al*., 2008). Cerca de dez anos depois, Parnaíba já possuía a segunda população do Piauí, perdendo apenas para Oeiras, e das vilas criadas pela Carta Régia, foi a única a apresentar um crescimento populacional significativo, por fatores como a sua localização, a existência de fábricas e manufaturas isoladas (FIGUEIREDO, 2001). Em virtude disso e das dificuldades de abastecimento de Oeiras, por diversas vezes sugeriu-se a mudança da capital para Parnaíba.

No ano de 1844 a vila foi elevada à cidade, e sua condição de importante posto comercial do estado consolidou-se durante todo o século XIX e início do século XX, baseada especialmente no comércio internacional da cera de carnaúba e óleo de babaçu (COSTA *et. al*., 2008). Além da importância da cidade pelo contexto histórico mencionado acima, este resultou no conjunto arquitetônico mais exuberante de todo o Piauí, no que diz respeito à variedade de usos e estilos e à opulência de suas edificações frente ao cenário do estado em geral. Segundo Costa *et al.* (2008, p. 29):

> Hoje, Parnaíba é a segunda maior cidade do Piauí e o principal núcleo urbano no norte do Estado. Embora tenha experimentado um acelerado crescimento demográfico após a década de 1950, quando contava com menos de 50 mil habitantes, o tecido urbano do Centro Histórico permaneceu relativamente bem preservado, sendo possível fazer uma leitura ainda bastante precisa dos diversos momentos pelos quais a cidade passou no decorrer da sua história.

Além da relativa preservação da qual tratam Costa *et al.,* que é de extrema importância para a nossa pesquisa, soma-se a isso o fato de que a cidade teve o seu conjunto histórico e paisagístico, composto por 830 edificações divididas entre cinco setores denominados de Porto das Barcas, Praça da Graça, Praça Santo Antônio, Estação Ferroviária e Avenida Getúlio Vargas, tombado no ano de 2011 (IPHAN, 20--), o que ratifica a importância da análise das residências dessa cidade para a nossa pesquisa.

Apesar de Parnaíba ser uma cidade de grande relevância histórica para o Piauí, as fontes encontradas para o estudo da sua arquitetura não são numerosas. Destacamos, dentre estas, a relevância do estudo de tombamento desenvolvido pelo IPHAN, que resultou na publicação *Cadernos do Patrimônio Cultural do Piauí*: *Conjunto histórico e paisagístico de Parnaíba*, de Costa *et al.* (2008); a pesquisa acadêmica de

Figueiredo (2001), intitulada *O monumento habitado*: *a preservação de sítios históricos na visão dos habitantes e dos arquitetos especialistas em patrimônio. O caso de Parnaíba.*E a pesquisa acadêmica de Melo (2012), que trata do ecletismo parnaibano, importante especialmente pelos levantamentos de edificações residenciais apresentados.

Teresina, capital do estado desde 1852, tem nas suas residências da área central o objeto de estudo do nosso mestrado, intitulado *Teresina e a arquitetura das moradias da região central da cidade (1852-1954)*, e nos forneceu instrumentos vários para o desenvolvimento desta proposta de pesquisa, além de apontar a necessidade de uma análise ainda mais aprofundada deste conjunto de cidades piauienses.

Fundada em 1852 para se tornar a sede da Província do Piauí, Teresina foi a primeira cidade-capital planejada e construída no período do Império, como resposta a uma série de necessidades especialmente políticas e econômicas da região. Dessa forma, em 16 de agosto de 1852, oficializou-se a transferência da capital de Oeiras para o novo local, fazendo com que a segunda metade do século XIX significasse um período de grandes e verdadeiras mudanças: paralelamente ao ato de fundação de Teresina, repercutiam os discursos de redenção do Piauí, e os tão repetidos discursos dos governadores em nome do progressismo tinham como grande protagonista a nova capital do estado.

Assim, enquanto as povoações criadas a partir da Carta Régia de 1761, que impulsionaram o desenvolvimento das cidades do Piauí já estavam prestes a completar cem anos, durante a segunda metade do século XIX, a cidade de Teresina dava seus primeiros passos na busca para oferecer os recursos necessários para o funcionamento de uma capital, o que influenciou decisivamente na sua arquitetura, sendo de grande importância a sua inclusão no elenco de cidades a serem estudadas.

Além desse contexto,o fato de já ter sido nosso objeto de pesquisa durante o mestrado, nos confere uma ampla gama de leituras, documentos e levantamentos. Hoje, além de capital, Teresina é a cidade mais populosa e importante economicamente do estado e, diretamente atrelado a isso, está a descaracterização de suas edificações, suscitando uma grande urgência no estudo destas.

Contamos com muitos autores, especialmente historiadores e memorialistas locais, que nos fornecem embasamento teórico e documentos sobre a fundação, desenvolvimento, economia e sociedade de Teresina. Destacamos, dentre estes, Monsenhor Chaves (1998), com sua *Obra Completa de Monsenhor Chaves*; Maria Mafalda de Araújo, especialmente com a obra *Cotidiano e pobreza*: *a magia da sobrevivência em Teresina (1877-1914)* (1995), dentre outros.

São Raimundo Nonato foi escolhida, inicialmente por ser um dos maiores núcleos urbanos da região Sudeste do estado, como parte da estratégia de escolher cidades abrangendo todo o território e de frentes de colonização distintas.

A região foi ocupada por volta de 1815, por diversas fazendas que originaram povoados. No ano de 1832, por decreto regencial, o povoado de Confusões foi desmembrado nas freguesias de Jaicós e Jerumenha, sendo elevado à Freguesia com a denominação de São Raimundo Nonato, e em 1850 foi elevada à vila e em 1912à condição de cidade. Nesse mesmo ano, na expedição do Instituto Oswaldo Cruz, Belisário Pena e Artur Neiva, pesquisadores e médicos sanitaristas, percorreram a região e registraram suas impressões sobre a localidade naquele momento, que evidenciam a comum simplicidade dos municípios piauienses da época:

> S. Raymundo Nonato é uma vila de casas térreas, construídas com adobes, pavimentadas de tijolos, caídas, cobertas de telhas, sem forros. Há duas ruas extensas, estreitas, sem calçamento, duas praças, e casas esparsas sem ordem. População de 2.000 almas mais ou menos. Uma igreja de arquitetura banal, pequeno mercado muito pobre, algumas casas comerciais com pouco sortimento e caríssimo. Duas escolas públicas, mal acomodadas e pouco frequentadas. (PENA e NEIVA, 1916, p. 191).

Melo e Siqueira (2014) relatam que a cidade passou por um importante desenvolvimento econômico desacompanhado de um plano de preservação, o que gerou uma grande descaracterização da sua arquitetura. Isso também reforça a importância de sua inclusão em nossa tese, o que é ratificado pela quase inexistência de estudos e registros.

Amarante está situada na região central do estado com um centro urbano bem preservado e representativo das cidades desta região que tiveram, historicamente, ligação estreita com o Maranhão[4].

Segundo Falci (1992, p. 21), a vila de São Gonçalo do Amarante originou-se a partir da aldeia dos índios Acroás, que foram dizimados, e foi um importante entreposto comercial da região.

> O progresso da povoação deveu-se à localização geográfica: meio da Província, ponto de ligação do norte, litorâneo, com o leste, centro político-administrativo, e o sul, quase despovoado. Era importante porto fluvial, na confluência dos rios Canindé e Parnaíba, local onde chegavam vapores com produtos de Portugal, Maranhão, Pernambuco e que, su-

4 Várias cidades do Piauí – dentre elas Amarante – são separadas do Maranhão apenas pelo Rio Parnaíba. Na ausência de um núcleo urbano piauiense próspero nas proximidades, as cidades da província estabeleceram fortes relações, especialmente comerciais, com cidades do Maranhão. Nesse contexto, destacava-se a cidade maranhense de Caxias, que exerceu forte influência comercial com cidades do Piauí, inclusive a selecionada cidade de Amarante.

bindo o Canindé, iam até a capital.

Essa situação de importante porto fluvial e entreposto comercial foi um dos fatores que nos levou a escolher Amarante como uma das cidades a terem sua arquitetura estudada por nós, pois a grande circulação monetária, o fluxo de pessoas oriundas de lugares distintos e o comércio com outras localidades certamente interferiu na produção da sua arquitetura.

Ressaltamos ainda o fato de que Amarante, apesar de não dispor do instrumento de tombamento pelo governo federal – o IPHAN apenas desenvolveu um estudo de tombamento, mas este não foi executado – dentre os sítios históricos estudados é um dos mais bem preservados, o que confere uma maior propriedade aos nossos levantamentos.

Piracuruca, assim como ocorreu com as outras cidades apontadas até aqui, também foi escolhida por diversos motivos específicos. Diferente de várias outras e mais próxima à situação de Parnaguá, essa não fez parte do programa de criação de vilas da Carta Régia de 1761. Já era uma freguesia desde 1712, subordinada a Pernambuco (SILVA FILHO, 2007), e em 1762 já possuía "330 fogos e 84 fazendas de gado e 2.349 habitantes sendo 1.747 livres e 602 escravos" (ALENCASTRE, 1981, p. 11). Além disso, Piracuruca possuía grande importância no contexto local, o que Aires de Casal evidencia ao abordar a arquitetura de sua igreja matriz (1817, p. 291):

> Piracuruca, arraial considerável e bem situado, junto à grande ribeira do seu nome, obra de doze léguas afastado da embocadura do Longa, tem a melhor igreja matriz de toda a província. No seu distrito há minerais de caparrosa, e a verdadeira quinaquina, ou outra árvore, cuja casca faz o mesmo efeito daquela. Os seus habitadores fazem grandes plantações de algodoeiros, mandioca, e canas-de-açúcar para aguardente e rapadura.

Situada no norte do estado e fronteiriça com o Ceará, foi importante não apenas pela sua condição de entreposto comercial, mas também por ser passagem e ligação com o estado vizinho e especialmente pelo extrativismo com o ciclo da carnaúba. Esses fatores foram atuantes na sua arquitetura, sobre a qual Silva Filho (2007, p. 127-130), diz que

> O núcleo atual é marcado por três momentos distintos: o da igreja, antes e durante o ciclo da carnaúba, definhando no pós-guerra. Fora o prédio da matriz dedicada à N. Sra. Do Carmo, tudo o mais de relevo arquitetônico é do século XIX ou já do século XX [...] O conjunto timbrado de peculiaridades locais se enquadra no rol dos bens que contribuem para a identidade cultural da cidade e, por isso, merece a proteção oficial. Relativamente afastados dessa concentração ainda são encontrados imóveis da mesma época. As primeiras casas são de criadores de gado, de

> uso quase que exclusivamente residencial, como em Oeiras. São rústicas, invariavelmente de um pavimento e obedecem a tipologia da morada inteira, da meia-morada e da porta-e-janela. Dentre elas umas poucas do tipo moradia-comércio-e-rancho, à feição das encontradas em Amarante, mas com ligeiras diferenciações de implantação [...] O alinhamento e implantação das casas comprovam a posteridade das mesmas em relação ao arruamento que deixou a matriz confinada entre reduzidíssimos passeios.

Além da importância descritiva da citação de Silva Filho, inferimos desta alguns fatores que evidenciam a importância do estudo dessa cidade, sendo o primeiro destes o fato do autor apontar que a sua arquitetura é permeada por singularidades. Identificar quais são suas singularidades e porque estas existiram são objetivos que buscamos cumprir. Não menos importante é o paralelo que estabelece com Amarante, cidade já do centro-sul do estado, mas com o mesmo caráter comercial e de passagem que teve Piracuruca. Somados a estes, apontamos o fato de que Piracuruca tem um centro histórico relativamente bem preservado, o que confere maior relevância a nossa pesquisa; são ainda incipientes os trabalhos acadêmicos acerca da sua arquitetura e, finalmente, contribuir para o reconhecimento pelo IPHAN da importância do seu sítio histórico para a arquitetura brasileira, na forma de um estudo de tombamento que é um dos instrumentos que dispomos para análise dessa arquitetura, além de um primeiro levantamento *in loco* já realizado.

Campo Maior foi uma das últimas cidades a ser escolhida como objeto da nossa pesquisa, quando percebemos a importância do seu sítio histórico para o contexto geral da arquitetura piauiense. A cidade se originou a partir da povoação de Santo Antônio do Surubim, e, criada a partir da Carta Régia de 1761, foi a terceira cidade efetivamente instalada, em agosto de 1762. De acordo com Silva Filho (2007c, p. 69),

> Na margem do rio, ao longo da vereda estendida no sentido N-S da trilha do gado, cruzando o descampado em direção a Barras, surgiram as primeiras casas e a Matriz de Santo Antônio, firmando o núcleo da povoação. As posturas pombalinas encontraram ali uma configuração rarefeita de 30 fogos, assentados em consonância com a natureza. As novas construções foram se perfilando, sem, contudo, eliminar por completo as irregularidades do caminho grande predefinido pelas primeiras moradias. Na vizinhança da igreja se levantaram os edifícios mais representativos. Aí se cristalizou Campo Maior.

Em 1889 a vila foi elevada a cidade e aos poucos tornou-se parte de importante rota mercantilista entre o Ceará e o Maranhão (SILVA FILHO, 2007), o que foi determinante, também, para a escolha dessa cidade como objeto de nossa análise. Ressaltamos a proximidade entre Teresina e Campo Maior, o que nos possibilitou melhores condições para realizar os levantamentos *in loco* e obter acesso às residências

desse conjunto. Finalmente, apontamos a percepção da importância do sítio histórico de Campo Maior pelo IPHAN, que desenvolveu o estudo de tombamento deste, que é, no momento, uma das nossas maiores fontes de pesquisa da arquitetura dessa cidade.

Pedro II, apesar de não ser um dos mais antigos núcleos urbanos do Piauí, ficou muito tempo isolado das vias e eixos comerciais mais importantes, com grande parte do seu acervo preservado (SILVA FILHO, 2007), o que justificou o desenvolvimento de um dossiê para a proteção do seu conjunto histórico e paisagístico no ano de 2008, pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

O surgimento da cidade de Pedro II data do final do século XVII, quando pessoas de origem portuguesa (PEREIRA, 1986) instalaram o povoado de Pequizeiro onde hoje é a região da cidade. Depois da fundação do povoado, por volta do ano de 1815, seus moradores edificaram uma capela consagrada a Nossa Senhora da Conceição (BASTOS, 1994) e em 1851 uma Lei Provincial elevou o povoado à freguesia, que passou a se chamar Matões (IBGE, 2010). No ano de 1854, após a determinação de nova lei provincial, a freguesia de Matões foi elevada à vila e desmembrou-se de Piracuruca, quando foi nomeada de Pedro II, grafada na época como "Pedro Segundo". No ano seguinte estabeleceu-se o patrimônio da municipalidade, que correspondia aos limites anteriores da freguesia somados a todo o território da Serra dos Matões (PEREIRA, 1986).

Sobre a arquitetura dessa cidade, Brito (2015, p. 15) diz que:

> Apesar de ser um núcleo urbano que se desenvolveu em meados do século XIX, quando já se vivia sob regimento do Império, percebe-se em Pedro II a utilização de uma arquitetura profundamente relacionada aos tempos coloniais, além de uma formação urbana notadamente baseada nas ordenações daquele período.
> Surgida nos momentos em que o Brasil era uma colônia de Portugal, a arquitetura do período colonial é a prática construtiva predominante entre os edifícios históricos de Pedro II. Sua influência aconteceu tão fortemente no estado do Piauí, que mesmo após a conquista da Independência brasileira ela continuou a ser difundida e utilizada por grande parte dos núcleos urbanos piauienses. É mencionada constantemente pela denominação de "arquitetura tradicional" por várias das publicações consultadas, uma vez que continuou a ser praticada em estágios subsequentes ao Período Colonial.
>
> Em virtude das questões citadas anteriormente, do contexto social e político de muito atraso, se comparado às áreas mais desenvolvidas àquela altura, do isolamento nas mais diversas esferas e de uma economia extremamente frágil, Pedro II constituiu-se por modelos de arquitetura e urbanismo de certa maneira bastante defasados. A cidade fez uso intenso de quase todos os aspectos que marcaram os vários núcleos urbanos do período colonial, mas em momentos que essas características já se encontravam muitas vezes em desuso nos grandes centros do país. Po-

> rém, diante desses fatores, Pedro II desenvolveu formas particulares de arquitetura tradicional, sendo estas variações específicas as que mais se destacaram durante o exercício de resgate histórico da sua produção arquitetônica aqui empreendido.

Diante de todos os fatores apresentados, mostrou-se importante para a nossa pesquisa a inserção da cidade de Pedro II. Ressaltamos que, diferentemente de outras cidades aqui apresentadas, a produção de historiadores locais relativas a Pedro II consultadas por nós foi restrita. Destacamos a contribuição da dissertação de mestrado de Brito (2015), intitulada *Arquitetura e urbanismo do período colonial em Pedro II, PI,* e dos estudos para tombamento desenvolvidos pelo IPHAN no ano de 2008.

Até o último ano da nossa pesquisa mantivemos a cidade de Parnaguá como uma das eleitas para objeto de nossa análise, por ser a cidade mais antiga situada na região sul do estado, além de ser uma das sete vilas criadas pela determinação da já citada Carta Régia de 1761. Situada no extremo sul do Piauí, foi instalada a três de março de 1762, sendo a primeira das vilas instituídas.

Dispúnhamos de pouquíssima bibliografia e dados acerca de Parnaguá. Fontes diversas afirmam que a cidade foi importante no início do processo de povoamento do Piauí, pelo fato de ser uma ligação entre o sul do território piauiense e os estados vizinhos. Como evidencia Gardner, a cidade acabou ficando isolada e perdendo a sua vitalidade ainda no início do século XIX:

> A vila, situada na parte oriental de grande lagoa, contém, ao todo, uma centena de casas, das quais apenas metade são habitadas, pertencendo as demais aos fazendeiros que as ocupam só nos dias de festas [...] As casas são em geral construídas de grosseiras varas em rede, barreadas por dentro e por fora com uma argila avermelhada, sem caiação, o que dá à vila um aspecto bem estranho. Parece que seus melhores dias já se foram, porque muitas de suas casas estão caindo em ruína; e a igreja, que se ergue numa grande praça e foi outrora bela construção, também está decadente, com metade do teto desabado, e isso ao que parece, há vários anos. Não há no lugar um só comerciante retalhista permanente... (GARDNER, p. 1842, p. 124-125).

Somado ao isolamento da cidade e à extrema carência de bibliografia, diversos outros fatores logísticos contribuíram para que se tornasse inviável a inclusão de Parnaguá dentre as cidades mais exploradas na nossa pesquisa. Ressaltamos, dentre estas, a inexistência da cidade na base de dados do *Google Street View* e, especialmente, a extrema descaracterização na qual se encontram os bens arquitetônicos desta cidade, impedindo-nos de apreender as características essenciais para o estudo e análise das características de sua arquitetura.

Finalmente, anotamos que, apesar de escolhermos as cidades denominadas acima como foco desta pesquisa, nos valemos, no decorrer do texto, de exemplos e análises de residências situadas ao longo de toda extensão do território piauiense, a exemplo de Piripiri, União, Jaicós, dentre outros. Diante do exposto, acreditamos que essas cidades escolhidas nos fornecem um significativo panorama da moradia urbana piauiense.

Dificuldades encontradas

Durante todo o decorrer da pesquisa nos deparamos com uma série de percalços que nos fizeram e ainda fazem constantemente mudar de estratégia ou adotar novas metodologias de trabalho. Uma das grandes dificuldades desta pesquisa consiste no acesso às informações relativas às residências, uma vez que muitas das cidades estudadas passam por um momento de grande descaracterização do seu centro histórico e é notório o desinteresse dos proprietários na manutenção do aspecto original dessas edificações, o que quase sempre prejudicou nosso acesso a elas, por sempre nos associarem a alguma medida preservacionista. Entendemos ainda que, para os proprietários, é difícil abrir sua casa para um estranho, mesmo comprovando que a nossa única finalidade é a pesquisa científica.

Além da dificuldade de acesso, uma segunda barreira específica da obtenção de informações dessas edificações é que, mesmo quando conseguimos adentrá-las, frequentemente passaram por uma série de mudanças frente ao seu estado original. Ressaltamos ainda que poucos proprietários conseguem nos dar informações concretas acerca, principalmente, da data da construção e o responsável por esta. Encontramos pouquíssimos proprietários que mantiveram os documentos relativos ao imóvel, então optamos por outras formas de buscas, como cartórios, que fornecem informações por um alto e burocrático custo.

Outra grande dificuldade – que nos acompanha desde o mestrado, quando estudamos o mesmo tema – é com relação aos arquivos do estado do Piauí. O estado – com seus poucos arquivos concentrados majoritariamente na capital – não possui nenhum acervo de projetos aprovados nesse período: não encontramos nenhuma planta de edificação residencial arquivada mesmo quando os projetos de novas edificações já são exigidos desde o início do século XX em Teresina, nem mesmo respostas sobre o que foi feito com estas. Essa situação resulta na frequente necessidade do desenvolvimento de levantamentos métricos, pela total ausência de documentos relacionados às edificações residenciais.

Apesar dos levantamentos métricos realizados *in loco* terem sido uma saída para a ausência de documentação, a já mencionada restrição de acesso às residências foi um frequente impedimento para a realização destes. Assim, complementamos com os levantamentos disponíveis na bibliografia local – dentre os quais destacamos os levantamentos desenvolvidos por Silva Filho e publicados no livro Carnaúba, Pedra e Barro na Capitania do Piauí, utilizados nesta tese não só pela dificuldade pontuada, mas por terem sido desenvolvidos, majoritariamente, ainda na década de 1980, o que garante uma menor descaracterização das residências frente ao cenário atual e consequentemente um melhor embasamento das análises.

Destacamos a inexistência de um padrão nesses levantamentos em relação aos elementos de desenho, como escala gráfica, indicação do norte, dentre outros – por isso esses não aparecem, aqui, na totalidade dos casos. Resultante disso, apontamos que, todo o material gráfico de plantas da tese é nomeado como esquema – buscamos apresentar, em cada uma delas, os elementos passíveis de subsidiar as análises desenvolvidas, sem ter a pretensão de alcançar um levantamento completo. Ressaltamos ainda que grande parte dos levantamentos realizados por Silva Filho (2007) e apresentados nesta tese foram conferidos quando os proprietários cederam acesso, todas as edificações originalmente residenciais dentro do nosso recorte, quando ainda existentes foram fotografadas – independentemente de aparecerem nesta tese ou não – e produzimos, assim, um valioso banco de imagens dessas edificações que, dentre imagens de fachadas, interiores, detalhes e vistas urbanas, contam com cerca de cinco mil imagens e podem subsidiar trabalhos posteriores.

A bibliografia, especialmente sobre as cidades menos importantes política ou economicamente, é extremamente escassa e, por vezes, quando existe, não apresenta fontes documentais, o que faz com que muitas vezes nos mantenhamos presos aos autores já consagrados na historiografia piauiense, que nem sempre mencionam todas as cidades que nos interessam.

Ressaltamos, ainda, a vastidão do estado do Piauí e a consequente distância a ser percorrida entre essas cidades, muito frequentemente em estradas inapropriadas e perigosas, o que conferiu um risco e um custo extremamente elevado à pesquisa. Finalmente, nos deparamos com um desafio que extrapolou os limites acadêmicos e nos fez repensar todas as estratégias para finalização da tese – a pandemia do COVID19 nos deixou, durante todo o último ano da nossa tese, sem contato com o nosso objeto de pesquisa, sem acesso a bibliotecas, arquivos, dentre outros. Tivemos que nos reinventar e aprender/encontrar novas formas de pesquisar.

A Estrutura da Tese

Diante de um objeto com inúmeras possibilidades de análise, definir a estrutura da tese foi um desafio que se desenhou no decorrer das investigações, das descobertas inesperadas e do direcionamento que advinham destas. Destacamos as contribuições da nossa banca de qualificação, que direcionaram um novo recorte e, consequentemente, uma possibilidade de análises mais profundas para atingir os objetivos propostos. Desse modo, dividimos o nosso texto em cinco capítulos.

O primeiro capítulo aborda questões gerais sobre o povoamento, ocupação e urbanização do Piauí. Apesar de ser um tema por vezes revisitado na historiografia piauiense, esse capítulo embasa as análises posteriores, especialmente ao tratar da fundação de diversos núcleos urbanos e a forma na qual isso aconteceu.

Pela estreita relação entre povoação e urbanização do Piauí com a pecuária bovina, dedicamos grande parte desse capítulo a esta questão, incluindo também a sua arquitetura, por ser uma das primeiras manifestações de moradia e estabelecer posteriormente fortes influências na residência urbana piauiense, objeto dessa pesquisa.

Os historiadores e memorialistas locais foram as principais fontes de pesquisa para o desenvolvimento deste capítulo, que aqui apresentamos ainda em sua forma preliminar. Destacamos a contribuição do historiador e memorialista Odilon Nunes, especialmente com as obras *Pesquisas para a História do Piauí* (2007) *e* Súmula de história do Piauí (2001); do historiador e memorialista Monsenhor Chaves, com obras diversas, e também da historiadora Teresinha de Jesus Mesquita Queiroz, referência no estudo da atividade extrativista da borracha de maniçoba e seus impactos no desenvolvimento do Piauí, especialmente com a obra *Economia piauiense*: *da pecuária ao extrativismo* (2006). Além desses, vários outros nomes locais foram importantes fontes de pesquisas, dentre os quais destacamos Miridan Falci, Solimar de Oliveira Lima e Olavo Pereira da Silva Filho.

No segundo capítulo abordamos, com maior especificidade do que o capítulo anterior, o surgimento e o desenvolvimento das cidades selecionadas para a pesquisa. Destacamos, aqui, o desenvolvimento do traçado urbano dessas cidades, pela sua relação com a arquitetura, e aspectos gerais destas. Utilizamos, mais uma vez, majoritariamente autores locais, dentre os quais destacamos José Patrício Franco e Olavo Pereira da Silva Filho, além dos relatos de viajantes, como Gardner, Spix & Martius.

O terceiro capítulo da tese se organiza na medida em que o resultado das investigações, em especial, nos jornais disponíveis na Hemeroteca Digital Brasileira, avançou e se mostrou valioso para a compreensão da arquitetura residencial urbana piauiense do século XIX. Neste, analisamos dois possíveis agentes atuantes da determinação das características da arquitetura estudada: os profissionais da construção civil e a legislação, na especificidade dos códigos de posturas. Diante da riqueza do tema e dos materiais levantados, não foi nossa intenção exauri-lo, mas apontar a relação entre estes e a arquitetura residencial urbana que se desenhava. Destacamos, nesse sentido, especialmente a produção de autores paulistas, como Bortolucci (1991), que trata da atuação dos profissionais na cidade de São Carlos; Francisco (2013), que estuda os construtores anônimos da cidade de Campinas; e Fischer (2005) e Pareto Júnior (2011), em São Paulo. Apesar da distância geográfica, todos contribuíram para o entendimento do panorama local, em aspectos diferentes.

No quarto capítulo analisamos a dimensão física da arquitetura exclusivamente residencial urbana e térrea produzida no Piauí durante o século XIX. Destacamos, como principais aspectos analisados, a implantação, a espacialidade, a planta baixa, volumetria, elementos e técnicas construtivas, sempre buscando estabelecer relações entre a arquitetura local e as manifestações no restante do país, especialmente nas regiões circunvizinhas, como Ceará e Maranhão. Ressaltamos as contribuições de autores como Olavo Pereira da Silva Filho, Carlos Lemos, Nestor Goulart Reis Filho e José Liberal de Castro. Seguindo os mesmos eixos de análise do capítulo anterior, no quinto e último capítulo analisamos as edificações residenciais do século XIX que não se enquadravam no capítulo anterior: as moradias e comércio, as moradias, comércio e rancho os sobrados.



capítulo 01:

Nos caminhos do sertão de dentro: economia, sociedade e território do Piauí

1.1 Origens, povoação do território piauiense e os primeiros núcleos urbanos

Considerando os mais de cinco séculos do início da ocupação e povoamento das terras brasileiras pelos "colonizadores" portugueses, é recente a construção de uma historiografia brasileira que inclua os sertões na narrativa dos primórdios da colonização brasileira – data do princípio do século XIX uma narrativa ainda ideológica, que mistificava os grandes fatos e privilegiava o que seriam heróis (DINIZ, 2013).

Fe em uma economia essencialmente pastoril, desenhou-se uma civilização no curso das boiadas, com uma intrínseca relação entre os criatórios e os núcleos consumidores. Como parte pertencente a esse sertão de dentro e resultante da "Civilização do Couro" desenhado no curso das boiadas, aqui trazemos o tema da ocupação e do povoamento do Piauí, na medida que se faz necessário para a compreensão do nosso objeto de pesquisa.

Desde o século XVI, o litoral nordestino foi dominado pela produção açucareira, que demandava altos investimentos. Poucas décadas depois do seu apogeu, esta passou a apresentar momentos desfavoráveis. Só no final do século XVI inicia-se a penetração no interior, especialmente em virtude da criação do gado, uma atividade econômica que Furtado (1959, p. 70-71) evidencia ser totalmente distinta da economia açucareira:

> A criação de gado – na forma em que se desenvolveu na região nordestina e posteriormente no sul do Brasil – era uma atividade econômica de características radicalmente distintas das da unidade açucareira. A ocupação da terra era extensiva e até certo ponto itinerante. O regime das águas e a distância dos mercados exigiam periódicos deslocamentos da população animal, sendo insignificante a fração das terras ocupadas de forma permanente. As inversões fora do estoque de gado eram mínimas, pois a densidade econômica do sistema em seu conjunto era baixíssima. Por outro lado, a forma mesma como se realiza a acumulação de capital dentro da economia criatória induzia a uma permanente expansão – sempre que houvesse terras por ocupar – independentemente das condições de procura. A essas características se deve que a economia criatória se haja transformado num fator fundamental de penetração e ocupação do interior brasileiro.

A penetração e a ocupação do interior brasileiro mencionadas por Furtado foram influenciadas pela marcante divisão do litoral brasileiro em quinze capitanias,

concedidas a doze homens de prestígio, que se tornaram os responsáveis pelo crescimento e desenvolvimento do seu patrimônio, com poucas obrigações relativas à urbanização dessas regiões. Cada um dos beneficiários poderia conceder terras de sesmarias, com extensão fixada pelo próprio donatário.

Esse sistema, originário da Idade Média, foi amplamente utilizado no Brasil, com larga importância para o desenvolvimento do país – essa prática institucionalizou o fenômeno dos latifúndios e manteve-se mesmo com a decadência da política das capitanias hereditárias: "Acresce que muitas das terras concedidas gratuitamente no interior foram ampliadas pelo usucapião, ou direito de posse efetiva" (DELSON, 1997, p. 10). Longe da fiscalização dos funcionários do governo concentrados nas áreas litorâneas, eram as condições ideais para que o sertão se tornasse um poderoso ímã para os aventureiros, algo que tem como marco a década de 1690: "na mesma época em que correu a notícia da descoberta do ouro no sertão, o governo colonial proclamou a intenção de abrir *oficialmente* o interior" (DELSON, 1997, p. 12).

O processo de interiorização da ocupação do território, por envolver fatores políticos, econômicos, dentre outros, aconteceu de maneira lenta, gradual, e duramente negociada, pois empreender a entrada para o interior do Nordeste brasileiro dedicava recursos e eficiente estrutura para enfrentar os nativos resistentes, e a Casa da Torre foi a referência para que o sertão nordestino fosse desbravado e conquistado (LIMA, 2016).

> O "feudo" teve como fundador Garcia D´Ávila, que chegou à Bahia, em 1549, acompanhando o primeiro governador-geral, Tomé de Souza. Garcia D´Ávila iniciou no país como feitor e almoxarife da cidade de Salvador e da Alfândega, sendo posteriormente recompensado pelos serviços na capital com sesmarias, tornando-se "o primeiro bandeirante do Norte (LIMA, 2016, p. 22).

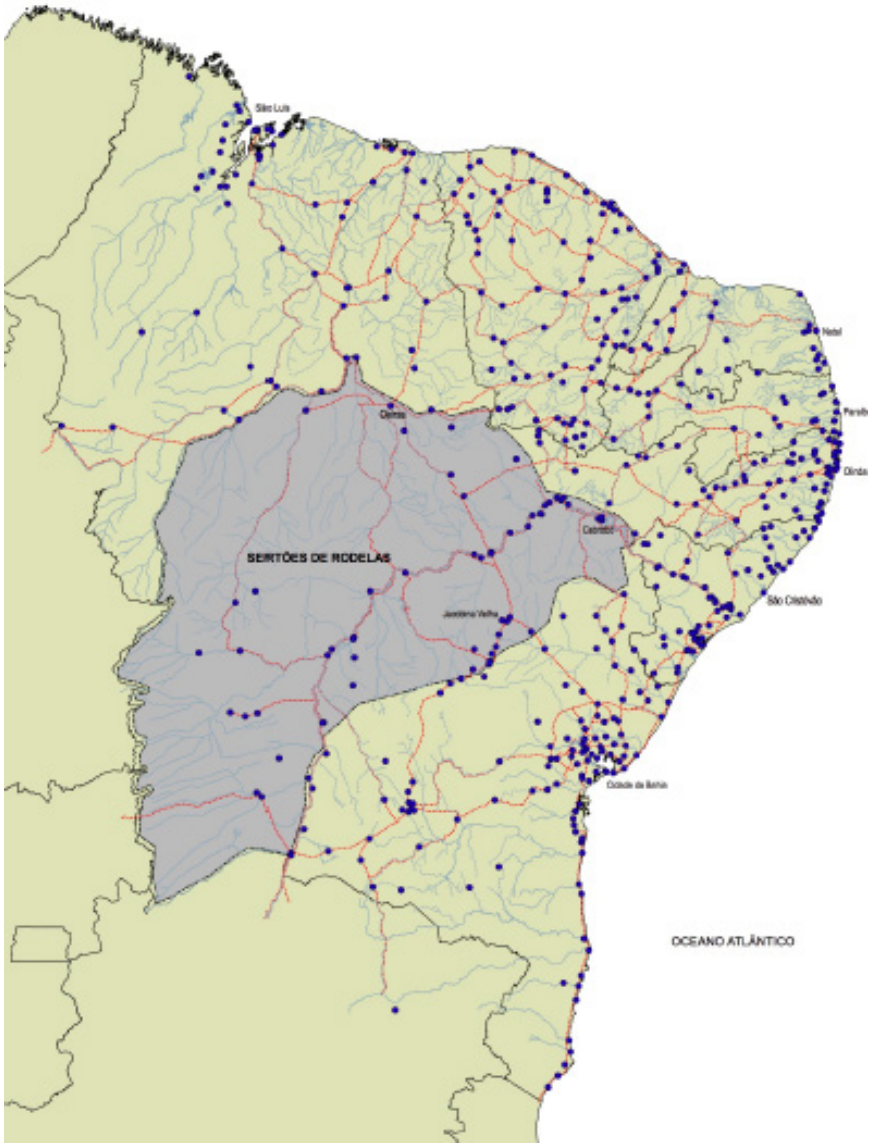
Em expedição no ano de1676, a *Casa da Torre* chegou ao rio Gurgueia enquanto perseguia os índios *gueguês*, confronto que resultou no devassamento e conquista do Piauí pelo sul (CHAVES, 1953 e LIMA, 2016). Mas Diniz (2013), apoiada em Porto (1974) e Alves (2003), ressalta que a conquista e devassamento das terras que hoje formam o território do Piauí não ocorreu apenas pelo grupo vinculado à Casa da Torre, estando fortemente relacionada ao poder e força dos sesmeiros.

A prática da doação de sesmarias, geralmente sem demarcação precisa, era a origem dos domínios do século XVII, mas na primeira metade do século XVIII foi intensa a disputa entre sesmeiros e arrendatários, na qual incluíram-se também os posseiros, que ocuparam daí em diante terras de forma produtiva, a partir da

criação de gado e com lavouras. Segundo Lima (2016, p. 27), "Prestígio, papel, tinta e violência resumem os mecanismos predominantes de obtenção e controle das propriedades do primeiro século de ocupação do Piauí".

A região, conhecida como sertão de Rodelas (Figura 04) – "uma região com limites imprecisos, complexa em aspectos socioculturais e heterogênea no âmbito biogeográfico, abrigando desde secas caatingas aos vales férteis de carnaúbas e buritis" (ARRAES, 2016, p. 259) – acolhia uma série de irregularidades em virtude da pequena quantidade de povoações, da desarmonia na distribuição de sesmarias, da violência cometida pela população habitante da região e também da incipiente fiscalização na cobrança dos dízimos eclesiásticos[5] (ARRAES, 2016).

Figura 4: Território aproximado e imaginado do que seria o sertão de Rodelas



Fonte: ARRAES, 2016. Desenho desenvolvido por Arraes a partir de informações obtidas dos manuscritos do Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa

Frente ao cenário descrito por Arraes (2016) e a partir de Delson (1997, p. 12), pudemos vislumbrar outros fatores que levaram à necessidade de povoamento e urbanização do Piauí:

> [..] o abrimento de diversas linhas de comunicação através da região aumentou a preocupação das autoridades nas duas unidades administrativas do Brasil, o estado do Maranhão e o estado do Brasil, que abrangiam cada uma parte do nordeste. A comunicação entre a cidade litorânea de São Luís, no Maranhão, e Salvador, capital do estado do Brasil, era inçada de dificuldades. Os ventos predominantes tornavam uma viagem marítima contornando o Cabo São Roque muito arriscada, enquanto a alternativa de acompanhar a linha da costa resultava numa viagem demorada e árdua. A solução lógica do problema era abrir caminho através do sertão do Piauí, pois assim a distância seria encurtada, tornando a viagem muito mais direta. Contudo, era preciso lutar contra os poderosos do sertão; para que a segurança da estrada pudesse ser assegurada, cumpria pacificar esses barões agrários.

Segundo Arraes (2016), até o ano de 1696, a freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Cabrobó era a única povoação do sertão de Rodelas sob oficialização da coroa, sendo que a estruturação de uma rede de freguesias na região foi um dos instrumentos da Coroa para combater os problemas sociais existentes nos últimos anos do século, já apontados acima.

Dessa forma, foi aprovado por ordem da Coroa o curato de Nossa Senhora da Vitória, e cabia aos fregueses paramentar a igreja e dar ao Cura o salário (ENNES, 1938). O padre Miguel de Carvalho congregou os moradores para que escolhessem um sítio adequado para o templo de Nossa Senhora da Vitória, e o brejo da Mocha foi o local escolhido conveniente, por estar em igual distância das outras povoações e por ser um lugar plano e nas proximidades de cursos fluviais, especialmente o rio Canindé e o riacho da Mocha (ARRAES, 2016).

Delson (1997) complementa que existiam instruções metodológicas para a fundação dessa e de outras vilas – após decidida a localização adequada para a sua praça central, seria erguido o pelourinho, que denotava a autoridade portuguesa. Como uma segunda providência, a indicação da área para a igreja, que depois de construída pudesse abrigar e atrair os fiéis. Deveriam ser escolhidos os locais para a câmara, cadeia e demais edificações públicas; deveria acontecer a demarcação em linha reta dos lotes destinados às residências e, finalmente, exigir que as residências tivessem o mesmo estilo de fachada. Estabelecidas essas determinações, designou-se Thomé de Carvalho e Silva como o primeiro sacerdote da freguesia, participando este das modificações simbólicas e materiais da paisagem, como por exemplo, a construção da igreja Matriz, feita com materiais simples (ARRAES, 20016).

Ainda no ano de 1699, uma carta régia ordenou a criação do cargo de juiz em cada freguesia, e poucos anos depois, em 1712, foi aprovada uma resolução da

Coroa de tornar a paróquia de Nossa Senhora da Vitória a Vila da Mocha[6]. Segundo Arraes (2016, p. 268-269),

> A vila reorganizou o Piauí, repartindo-o em três instituições subordinadas aos principais centros de poder colonial: a instância judiciária esteve encabeçada pela Relação da Bahia, para onde os agravos e apelos eram remetidos; a administração do território era agenda do governador do Estado do Maranhão e, por fim, a dimensão religiosa permaneceu na diocese de Pernambuco até os primeiros anos da terceira década do século XVIII. A vila da Mocha foi especificamente implantada para ser a sede ou "cabeça" da comarca, tornando-se o polo político e administrativo ordenador de toda a população das fazendas e sítios, assim como dos índios congregados em aldeamentos missioneiros e convertidos em "filhos do rei".

Na contrapartida desse território que se buscava "urbanizar", apenas em 1753, com a Provisão dirigida ao governador de Pernambuco, que houveram atitudes frente aos conflitos e tensões, delimitando, especialmente, as áreas das sesmarias e a distância entre elas, além de outros fatores, cuidando do ordenamento espacial e evitando na forma de lei as ocupações irregulares entre as fazendas (LIMA, 2016).

Em junho de 1758 oficializou-se a capitania de São José do Piauí e a partir de uma carta régia iniciaram-se os trabalhos para conhecimento territorial e da população residente na Vila da Mocha e região (COSTA, 1974). Nunes (2007, p. 134-135) apresenta uma interessante descrição da província do Piauí a partir das palavras de um cronista contemporâneo à época, do qual o historiador, infelizmente, omite o nome:

> A sua principal povoação e cabeça da comarca é a vila da Mocha. Tem um ouvidor Ministro de letras, que é Corregedor da Comarca, Provedor da Fazenda Real, Defuntos e Ausentes, e tem os mais cargos de justiça. Tem dois juízes ordinários, vereadores e mais Ministros de que se compõem as Câmaras. No Militar tem vários oficiais de ordenança. Dizem que S. Maj. criou agora em 1758 um governador para a governar e lhe pusera quatro companhias de soldados pagos. Está situada esta vila em 7 graus austral e 335 de longitude no meio da Capitania e Sertão do Piauí a qual se compõe de vastíssimas campinas de gado vacum e cavalar, e é o seu principal comércio, e daqui se provê de carnes a maior parte do Brasil e Minas, e poderia prover uma grande parte da Europa se fosse fácil a sua condução. Os seus principais ramos de comércio são nas barras de Parnaíba e Camocim e Caracu onde vêm muitos iates e sumacas de Pernambuco a fazer comércio em carnes secas e couros; e outro é no Parnaguá onde vêm muitos comerciantes de gados a compra-los para os levarem dali para as Minas Gerais e Praças do Brasil [...] Além da povoação principal da Mocha tem muitas freguesias em paragens onde os moradores vivem mais juntos como são as freguesias de N. S. do Livramento de Parnaguá, S. Antônio da Gurguéia, N. S. da Vitória da Mocha, N. S. da Conceição dos Aroás, S. Antônio do Surubim, N. S. do Carmo da Piracuruca, N. S. Parnaíba, e outros. Além disso, ainda que a Capitania do Parnaíba é falta de povoações formadas, não há falta de povoadores que moram e vivem dispersos em as suas fazendas de gados, as quais requerem para sua boa criação uma grande extensão de terras.

> De sorte que se os seus moradores se unissem em povos bastariam para formar várias cidades e vilas. Provê-se a dita Capitania de fazendas da Europa, comumente do Maranhão onde as vem buscar com o dinheiro que lhe produz o gado vacum e cavalar que vendem, ou levam às Minas e praças do Brasil. Já disse que esta Capitania é sujeita no espiritual ao Bispo do Maranhão, e no temporal ao General do mesmo Estado, e só as contendas das justiça cível e crime vão por apelação para a relação da Bahia e no mais tudo depende do Maranhão.

Apesar da elevação do Piauí à capitania, não houve inicialmente uma decisão sobre quais os arraiais se enquadrariam no novo paradigma urbano, e então as paróquias foram avaliadas e, dentre todas, Nossa Senhora do Livramento do Parnaguá e Santo Antônio do Surubim foram consideradas dignas, sendo "As demais julgadas impróprias diante da fragilidade material da comunidade, apresentando igrejas construídas em taipa e implantadas em lugares desagradáveis" (ARRAES, 2016, p. 278).

Documentos consultados por Arraes (2016, p. 278-279) no Arquivo Histórico Ultramarino evidenciam que Parnaguá receberia o título de freguesia tanto pela prosperidade de seus habitantes quanto pela sua estratégica posição, já que:

> A perspectiva reformista do desembargador expandia as fronteiras do Piauí para além daquela que estava a esboçar nas demarcações. Previa-se um dinâmico contato comercial entre capitanias vizinhas, ou melhor, entre as sociedades que as estruturavam. A comunicação era um fato existencial do território e daquela população residente em sertões distantes das principais cidades. Além disso, a vila pretendida para Parnaguá agiria como "sentinela" fiscal e administrativa de zonas indômitas, controlando possíveis descaminhos do ouro, comuns naquela área fronteiriça. A sua localização nas proximidades de uma estrada potencializava a sua autonomização. Quanto a Surubim, a materialidade do arraial apareceu como a razão de sua elevação hierárquica [...] Em termos geográficos, a fundação das duas vilas, uma a norte e outra a sul da capitania, equacionaria uma tríade capaz de controlar e reordenar áreas anteriormente administradas exclusivamente por Mocha, distribuindo equitativamente os respectivos termos, a aplicação da justiça aos moradores e fracionando a capitania em três partes de dimensões aproximadas. Transparece no discurso oficial uma clara ideia de urbanizar, autonomizando concelhos a fim de reformar o território e fixar a população das fazendas e dos sítios em povoações aprovadas pelo rei.

Ainda segundo Arraes (2016), as freguesias que não foram consideradas aptas a receber o pelourinho e a casa de câmara e cadeia – pelos motivos apontados por Nunes (2007, p. 144) como "pequena densidade, baixo nível cultural, nenhum povoado de significação social" – não foram totalmente esquecidas, e a rede urbana do Piauí ficou composta por povoações de hierarquias diferentes: as vilas Mocha, Surubim e Parnaguá; e os julgados Buriti dos Lopes, Cotinguinha e Gurguéia. Logo em seguida iniciou-se o processo de demarcação das terras do Piauí, parte da busca

por um território hierarquizado e urbano. Mas, apesar disso,

> D. José I decidiu outro plano para a capitania, indo além dos pareceres apresentados nos relatórios das autoridades depois da conclusão da viagem das demarcações. A solução encontrada veio por meio da carta régia de 19 de junho de 1761, cujo conteúdo indica procedimentos jurídicos e formais para a fundação de vilas seguindo um modelo razoavelmente padronizado em outros casos da colônia. Nela, a Coroa explicita a conversão das seis paróquias em vilas, em vez de três como sugerido pelo governador João Pereira Caldas. Inverteu-se o projeto do desembargador Francisco Marcelino de Gouveia: em vez de julgados, vilas. [...] O ponto alto do documento, porém, refere-se à determinação de elevar a vila da Mocha à qualidade de cidade, centro administrativo do governo criado em 1758, fazendo-se uma das capitais da rede urbana do Estado do Grão-Pará e Maranhão, posicionada no mesmo patamar hierárquico de Belém e São Luís. A Coroa justificou no início da carta a reestruturação urbana da capitania acompanhada de um novo paradigma ético, estético, espacial e cronológico a ser vivenciado pelos povoadores.

A transformação dos então julgados[7] em vilas, fundação de outras e a elevação da vila da Mocha à cidade, constituindo núcleos urbanos dispersos ao longo da província (Figura 05) gerou o estímulo à fixação de habitantes dispersos pelos sítios e fazendas e a busca pela reafirmação de uma geografia portuguesa, pois sempre se invocava os concelhos do reino (ARRAES, 2016):

> Assim, Mocha tornou-se a cidade de Oeiras do Piauí em óbvia honra ao conde de Oeiras, o articulador das políticas de D. José I. As povoações de Santo Antônio do Surubim, Nossa Senhora do Desterro do Rancho do Prato e Santo Antônio do Gurguéia converteram-se, respectivamente, em Campo Maior, Marvão e Jerumenha. Em Piracuruca e Aroazes, as autoridades implantaram as vilas de São João da Parnaíba e Valença do Piauí. Parnaguá foi a única vila a manter a nomenclatura original (ARRAES, 2016, p. 285).

7 "Nas colônias, a denominação termo de vila foi utilizada em detrimento da de município, visto que não se convinha empregar essa última em terras não emancipadas. No caso do Brasil no período imperial, ambas as denominações foram utilizadas indistintamente. Termo de vila correspondia a uma circunscrição em âmbito do poder civil. A administração da justiça (crime, cível, administração de bens dos órfãos) e a fiscalidade foram estruturadas nas circunscrições judiciárias e administrativas: comarcas, termos de vilas e distritos de paz. O território de jurisdição da comarca era divido em termos, que, por sua vez, era divido em distritos - menor demarcação territorial. Havia também o julgado, que era outro tipo de circunscrição judiciária com autonomia judiciária parcial e sem autonomia administrativa, subordinada a uma câmara.
A vila era a sede do termo e povoação principal. A designação vila era utilizada também como sinônimo de termo, abrangendo duas conotações. Ou seja, referindo-se à povoação principal e também ao seu termo, o território de jurisdição dos oficiais camarários. Cidade constituía em título honorífico concedido às vilas que exerciam funções importantes em âmbito religioso, político ou militar, correspondendo a uma graduação superior. Já os arraiais, eles eram povoações de menor graduação que as vilas, localizando-se nos distritos. A elevação de uma vila à categoria de cidade conferia-lhe apenas qualificação honorífica. Isso era diverso do que ocorria com uma povoação que era elevada ao foro de vila. Ela passava por transformações significativas, conformando-se como núcleo de poder local em âmbito administrativo e político. Era a partir da vila que o termo era administrado, nela instalando a estrutura administrativa, cuja principal instituição era a câmara. Isso favorecia seu desenvolvimento em vários aspectos, como o urbano e o econômico." (CHAVES, 2013, p. 818).

Delson (1997) aponta ainda a fundação dessas vilas no Piauí como parte de um programa da coroa para redefinir os seus direitos sobre as terras e estender a autoridade real, baseando-se, em toda a extensão do território, em quatro questões básicas: a primeira delas seria o estabelecimento de uma regulamentação para as

Figura 5: Rede de povoações da capitania de São José do Piauí em 1761. Desenho de ARRAES, 2016 sobre a Carta geográfica da Capitania do Piauhi, e parte das adjacentes levantada em 1761 por João Antônio Galuci. Mapa original da Fundação da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro



Fonte: <http://www.bn.br>. Acesso em: 03 fev. 2010.

zonas auríferas, com a previsão da nomeação de funcionários reais; a segunda, uma jurisdição sobre aventureiros – ali estavam incluídos os boiadeiros e bandeirantes, que no século XVII foram os primeiros a explorar o sertão, sem quaisquer restrições do poder real; como uma terceira questão, havia a vontade da administração real de conter a crescente força dos poderosos do sertão, enriquecidos a partir das suas conceções e de terras originais como grileiros; e, finalmente, a pretensão dos portugueses de ampliar os seus domínios territoriais às custas dos espanhóis.

Dessa forma, esses quatro objetivos foram os condicionantes da política portuguesa para as regiões do interior do Brasil durante a maior parte do século XVIII, da qual fez parte a fundação das supracitadas vilas no Piauí. Nunes (2007, p.

155) evidencia os feitos das autoridades na marcha pelo território para a fundação das vilas:

> Fundada Parnaíba, o séquito governamental regressa a Campo Maior, donde busca a Freguesia de N. S. do Desterro do Poti, ou do Rancho do Pato, como também era conhecida, e onde, no lugar de sua paróquia, no rio Cais, afluente do Poti, erige a vila de Marvão do Piauí, a 13 de setembro. Finalmente instala na Freguesia de N. S. da Conceição do Aroás, no dia 20 do mesmo mês, ainda na bacia do Poti, a vila de Valença do Piauí, no local em que possivelmente fora assentado o Arraial dos Paulistas, a poucas léguas da aldeia dos índios que deram nome à freguesia. Quatro dias após, já estava o Governador com sua comitiva em Oeiras, quando lavra o Bando erigindo em cidade e capital do Piauí, a vila que já vinha servindo de base do governo. Assim deu cumprimento a Carta Régia de 19 de junho de 1761, ficando apenas a aldeia dos Jaicós, que não recebeu os favores concedidos as outras freguesias porque andavam seus índios sempre dispersos.

Costa (2018) evidencia que a Carta Régia de 1761 trouxe, com clareza, determinações para a criação das cidades e vilas para uma melhor organização do território do Piauí, como transcrevemos a seguir:

> João Pereira Caldas, Governador da Capitania do Piauí:
>
> - Eu El-Rei vos envio muito saudar:
>
> - Tenho muita consideração ao muito que convém ao serviço de Deus, e meu, e ao bem comum de meus vassalos dessa Capitania, que nela floresça e seja bem administrada a justiça, sem a qual não há Estado que possa subsistir; e atendendo a que a necessária observância das leis se não pode até agora conseguir; para dela se colher aquele indispensável fruto, pela vastidão da mesma Capitania, vivendo os seus habitantes em grandes distâncias uns dos outros sem comunicação, como inimigos da sociedade civil e do comércio humano; padecendo assim os descômodos, e as despesas de irem buscar os magistrados em lugares muito remotos, e longínquos, de sorte que, quando lhe chegam os despachos, vêm tão tarde, que não servindo para o remédio das queixas, lhe trazem somente a ruína dos cabedais; seguindo-se daquela dispersão, e separação de famílias internadas em lugares ermos e desertos faltarem-lhes os estímulos e os meios, para se fazerem conhecidos na Corte, e para serem nobilitados os que o merecerem, como sucede nas vilas e cidades, onde os seus habitantes entram na governança delas, e se graduam com os cargos de juízes e vereadores e com os mais empregos públicos – e acrescendo a tudo, que até a própria religião padece, não só pela falta da administração dos Sacramentos, mas também pela falta da propagação do Santo Evangelho, em razão de que os índios, que se acham internados nos matos, não encontrando outros objetos, que não seja de verem os cristãos quase no mesmo estado, e fora da comunicação e da sociedade, carecem dos estímulos, que tirariam da felicidade, em que vissem os habitantes das povoações civis, e decorosas, ou para fugirem para elas, ou para procurarem viver igualmente felizes em outras semelhantes: - e havendo tomado na minha real consideração, e paternal providência sobre todos os sobreditos motivos:
>
> - Tenho resoluto que em cada uma das oito freguesias, que compreende esse governo, seja fundada uma vila na maneira seguinte:
>
> Logo que forem fundadas as referidas oito vilas: hei por bem criar de agora por então a vila da Mocha em cidade capital desse governo, para nela residir o governo de toda a Capitania; e por favorecer os meus vassalos dela, acha, outrossim, por bem que os oficiais da Câmara, que o

> forem na forma da ordenação do reino, gozem de todos os privilégios, e prerrogativas de que gozam os oficiais da Câmara da cidade de São Luis do Maranhão.
>
> Pelo que pertence a todas as outras vilas, que novamente mando criar, hei outro, outrossim, por bem que gozem dos privilégios e prerrogativas, isenções e liberdades seguintes:
>
> Os ofícios de Justiça das mesmas vilas não serão dados de propriedade, nem de serventia a quem não for morador delas. Entre os seus habitantes, os que forem casados preferirão aos solteiros para as propriedades e serventias dos ditos ofícios; porém os mesmos moradores solteiros serão preferidos a quaisquer outras pessoas, de qualquer prerrogativa e condição que seja, ou destes Reinos, ou do Brasil, ou de qualquer outra parte, de sorte que só aos moradores das ditas vilas se deem estes ofícios.
>
> [...]
>
> Por favorecer ainda mais os sobreditos moradores das referidas vilas, e seus distritos – hei por bem de os isentar a todos de pagarem fintas, talhas, perdidas e quaisquer outros atributos, e isto por tempo de doze anos, que terão princípio do dia das fundações das ditas vilas, que hão de servir nelas, excetuando-se somente os dízimos devido a Deus dos frutos da terra, os quais deverão pagar sempre com os mais moradores do Estado.
>
> [...]
>
> E para que as referidas vilas se estabeleçam com maior felicidade, e estas mercês possam sortir o seu devido efeito, sou servido ordenar-vos que, passando às referidas freguesias, depois de haverdes publicado por editais o conteúdo destas e de haverdes feito relações dos moradores, que se o oferecerem para povoar as referidas vilas – convoqueis todos para determinados dias, nos quais sendo presente o povo, determineis o lugar mais próprio para servir de praça a cada uma das ditas vilas, fazendo levantar no meio delas o pelourinho, assinando área para se edificar uma igreja, capaz de receber um competente número de fregueses, quando a povoação se aumentar, como também as outras áreas competentes para as casas das vereações e audiências, cadeias e mais oficinas públicas, fazendo delinear as casas dos moradores por linha reta, de sorte que fiquem largas e direitas as ruas.
>
> Aos oficiais das respectivas câmaras, que saírem eleitos, e aos que lhes sucederem, ficará pertencendo darem gratuitamente os terrenos, que se lhes pedirem para casas e quintais nos lugares que para isso se houverem 'delineado; só com a obrigação de que as ditas casas sejam sempre fabricadas na mesma figura uniforme, pela parte exterior, ainda que na outra parte interior as faça cada um conforme lhe parecer, para que desta sorte se conserve sempre a mesma formosura nas vilas, e nas ruas delas as mesmas larguras, que se lhes assinar nas fundações.
>
> [...]
>
> Depois de terdes determinado as funções das sobreditas vilas da referida forma, impondo-lhes os nomes das vilas mais notáveis, ou conservando os das referidas freguesias, no caso que não sejam bárbaros [...]
>
> O que tudo executareis não obstante quaisquer ordens ou disposições contrárias, promovendo as fundações das referidas vilas com o cuidado e zelo que de vós confio. Escrito no Palácio de N. S. d´Ajuda, em 19 de junho de 1761. – Rei. – Para João Pereira Caldas (ALENCASTRE, 2015, p. 161-164).

Algumas considerações podem ser feitas a partir do texto da Carta Régia de 1761. A primeira delas é que se utiliza uma justificativa maior para a fundação dessas vilas, que expõe a situação urbana do Piauí na época: a dispersão dos seus

habitantes em longas distâncias, o que interferia negativamente em diversos outros fatores, sociais, econômicos, comerciais e religiosos, prejudicando, de fato, o desenvolvimento da Província, que se buscava sanar com a implantação dessas vilas. Destacamos que o esforço ia além da fundação: o poder público buscava estimular a fixação da população nestas, principalmente através da isenção de pagamentos e cessão de terrenos.

A implantação das vilas, vista como um benefício, favoreceria a comunicação, visava reduzir distâncias, incentivar a vida urbana, além de movimentar trocas sociais e econômicas, tudo isso seguindo critérios utilitaristas – ao situar as vilas em locais convenientes – e estéticos (ARRAES, 2016). Essa posição da Coroa faz cair por terra uma série de crenças locais acerca da povoação do Piauí, associada única e exclusivamente aos rios, à fertilidade das várzeas e às rotas de comércio de gado.

Além disso, ressaltamos certa intenção de planejamento urbano dessas vilas, já que houve a determinação da locação dos equipamentos públicos e o delineamento das habitações em linha reta, gerando ruas largas e a busca pela uniformidade nas fachadas.

Nunes (2007) confirma que após a elevação desses vários povoamentos à vilas, muitos fazendeiros se comprometeram a construir residências nas sedes municipais, mas apenas alguns cumpriram o compromisso. Mostra ainda que no mesmo ano fez-se o censo da população das fazendas da capitania, a partir do qual podemos perceber que a população destas era extremamente restrita (Tabela 01).

Tabela 1: População da província do Piauí em 1761.

	SEDE			INTERIOR		
	Fogos	**Livre**	**Escravos**	**Fogos**	**Livre**	**Escravos**
OEIRAS	270	655	465	324	1411	1084
VALENÇA	39	121	33	266	751	578
MARVÃO	19	56	9	176	715	279
CAMPO MAIOR	31	128	34	276	1120	585
PARNAÍBA	4	8	11	330	1747	602
JERUMENHA	16	71	28	77	300	298
PARNAGUÁ	34	37	60	130	229	576
TOTAL		**1076**	**642**		**6273**	**4002**

Fonte: Nunes, 2007. Editada pela autora.

Na tabela anterior fica evidente que, nos locais que deveriam ser as sedes dos núcleos urbanos a população era extremamente rarefeita, o que indica os fortes efeitos da pecuária extensiva sobre a urbanização da região, extremada em Parnaíba,

que apresentava apenas quatro fogos em sua sede, enquanto no interior existiam 330. A quantidade de escravos, evidencia o absenteísmo praticado na região.

Mott (s/a) transcreve um documento intitulado DESCRIÇÃO DA CAPITANIA DE SÃO JOSÉ DO PIAUÍ, uma memória manuscrita de autoria do ouvidor da capitania – Antônio José de Morais Durão. Datado de 15 de junho de 1772, esse manuscrito dispõe, dentre outras, de mapas e de sucintos textos que tratam dos aspectos geográficos, sociais, econômicos e criminais de cada uma das 8 povoações da capitania, que nos ajudam a compreender a situação destas nas últimas décadas do século XVIII.

De acordo com a descrição, a cidade de Oeiras, mesmo sendo a capital da Província, não dispunha de diversos equipamentos públicos importantes, como Casa de Câmara, cadeia ou açougue. Possuía apenas casas térreas e uma rua completa, outras duas, incompletas, além de 692 "almas" distribuídas em 159 fogos. Relatava-se a existência de 736 índios.

Em Parnaguá – que à época se chamava Paranaguá – também se relata a inexistência de oficinas públicas e a existência apenas de vinte e nove fogos, mostrando-se uma povoação extremamente reduzida, e ainda menor que a anterior, Jerumenha, que possuía apenas 5 fogos na sede e 18 nos arrebaldes. Valença também não tinha câmara, cadeia, açougue, ou alguma oficina, e sua Freguesia era uma invocação a Nossa Senhora do Ó.

Marvão e Campo Maior encontravam-se a uma distância de 18 léguas. Marvão fora descrita como o pior sítio de todos, por ser extremamente seco, consequentemente, mais fúnebre. Em 1772, a sede abrigava apenas três casas, com três moradores. Antônio José Morais de Durão descrevia Campo Maior, com 79 fogos na época, como mais alegre e capaz de ser uma cidade melhor do que Oeiras. Ainda assim, como as demais, não possuía câmara, cadeia e açougue, nem oficina pública.

Alves (2003) relata ainda que, mesmo com o avanço do povoamento, a urbanização do Piauí se manteve baixa e, aproximadamente 80 anos depois de seu início, as vilas mantinham-se como pequenas povoações de população flutuante.

1.2 O outro lado das vilas:

desenvolvimento e apogeu da pecuária

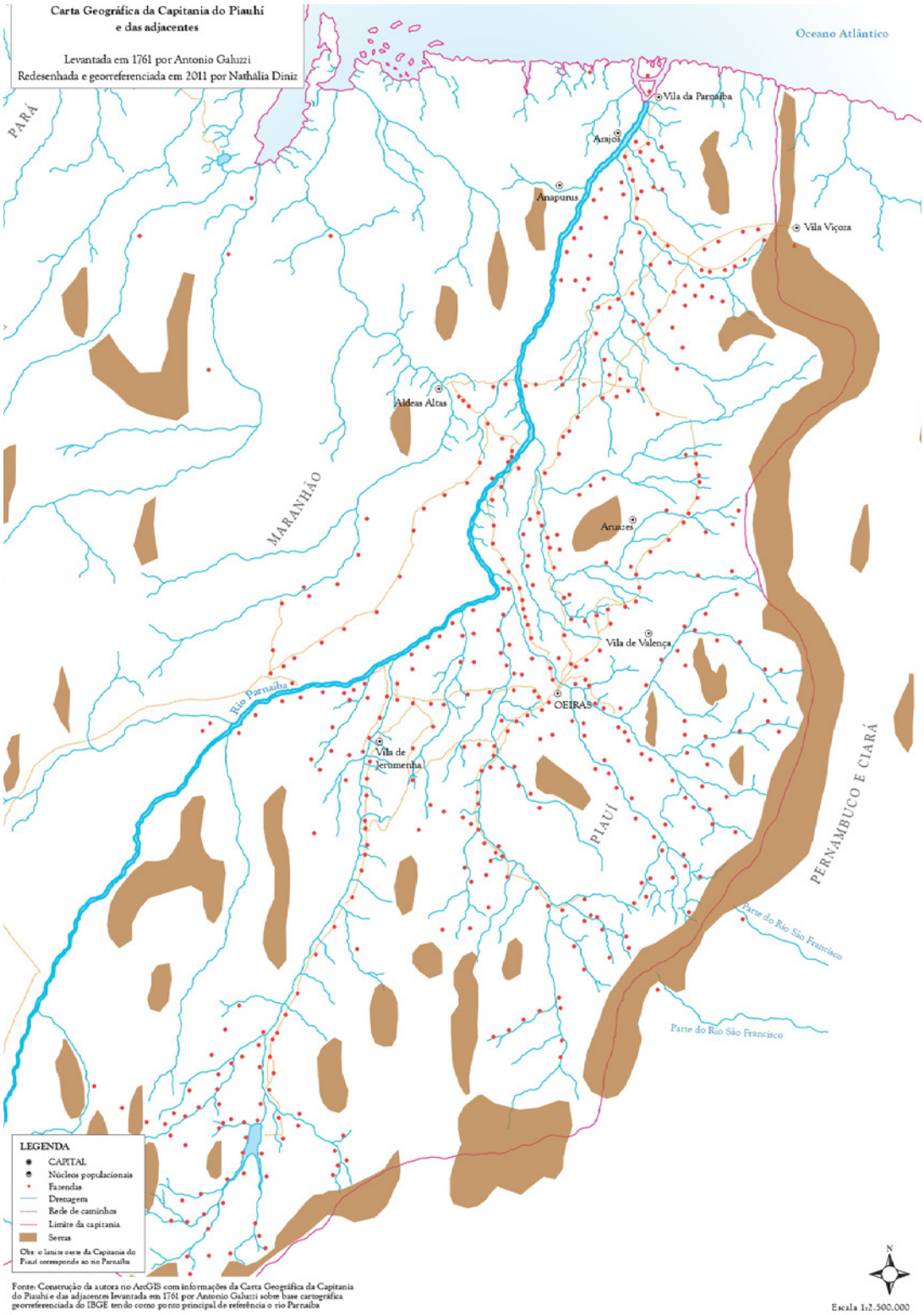
As condições naturais e a atividade produtiva foram as justificativas dos grandes proprietários para a posse de enormes fatias de terra, mas foi a abundância desta que determinou a essência da produção – no início da ocupação do território piauiense, o solo das fazendas era utilizado unicamente para o pastoreio, e o trânsito constante dos animais deu a essa produção uma característica extensiva, o que se alinhava aos interesses e aos desejos de conquistas. Dessa forma, todo o longo período que compreende o século XVII até o final do século XIX, tem o latifúndio como um dos principais elementos estruturadores das relações de produção (LIMA, 2016).

Essa forma de ocupação fez com que essas distâncias, mesmo que a Provisão Régia de 1753 estabelecesse o mínimo de uma légua, fossem, frequentemente, ainda maiores (CARVALHO, 1938). Segundo Lima (2016, p. 78), "Nos primeiros séculos da ocupação, a natureza parecia mesmo generosa com os fazendeiros. Da disponibilidade e fertilidade dos pastos parecia resultar a qualidade e a quantidade do rebanho bovino".

No ano de 1760, o engenheiro militar Henrique Antônio Galuzzi deu início ao mapeamento resultante na Carta Geográfica da Capitania do Piauí (Figura 06), do ano de 1761, onde se encontram espacializados "a rede hidrográfica, os acidentes geográficos, a rede de caminhos, os núcleos urbanos e, o que nos interessa principalmente, a rede de fazendas" (DINIZ, 2013, p. 49). Estas se situavam majoritariamente junto dos rios, com uma ocupação predominante ao norte e grande vazio ao sul, o que teria estreita relação com o posterior desenvolvimento urbano da região.

Entre os séculos XVII e XIX, a pecuária piauiense tinha fins exclusivamente

Figura 6: Carta Geográfica da Capitania do Piauí e das Adjacências, levantada em 1761 por Antônio Galuzzi e redesenhada e georreferenciada por Natália Diniz em 2011.



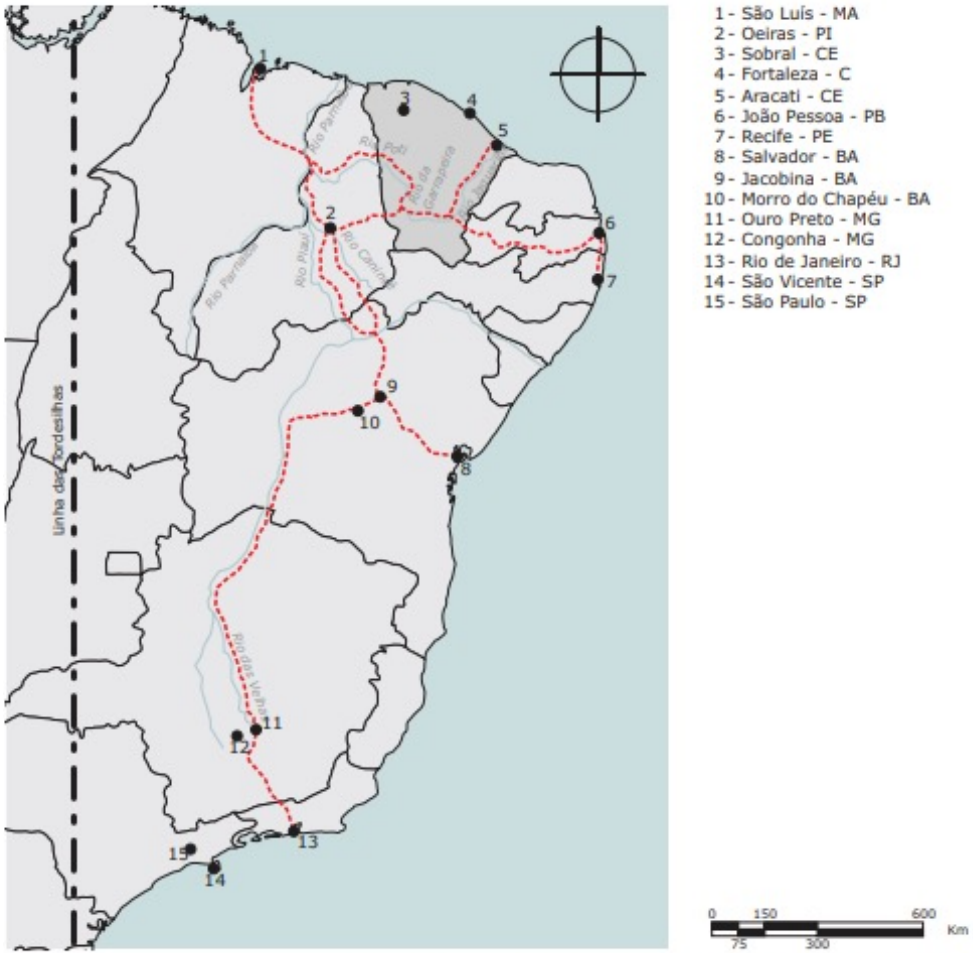
Fonte: Diniz, 2013.

comerciais, com a exceção de um autoconsumo rigidamente controlado e resultado do caráter extensivo da pecuária, a oferta crescia independentemente da demanda de mercado. Nesse âmbito,

> A primeira metade do século XVIII é caracterizada por um impulso na comercialização de gado potencializado pelo mercado das jazidas do rio das Contas, o de Jacobina (BA) e o das Minas Gerais. Ampliava-se, desta forma, o mercado para o rebanho piauiense, incorporando também com regularidade o mercado das capitanias do Norte, em especial o Pará e o Maranhão. Este impulso potencializou o aumento de propriedades e do rebanho, de contingente populacional e também de maior pressão sobre a terra derivada das tensões entre posseiros e sesmeiros. Nestes anos, iniciou-se o pagamento dos dízimos por arrematação ao Estado, o processo de estruturação das unidades produtivas com construção de infraestrutura produtiva vinculada ao pastoreio e construções domésticas, bem como implantou-se o sistema de criatório associado à agricultura de subsistência; entretanto, a pecuária permaneceu sendo atividade econômica exclusiva e com reduzida circulação monetária na economia local (LIMA, 2016, p. 88).

Segundo Diniz (2013), Jucá Neto (2007) espacializa o caminho do gado comercializado no século XVIII (Figura 07) a partir das descrições de Domingos Afonso Mafrense, evidenciando a forte ligação entre a capitania do Piauí e da Bahia, e com outras capitanias do norte e outras partes da colônia. Fica evidente que os

Figura 7: Espacialização dos caminhos do gado relatados por Domingos Afonso Mafrense.



Fonte: JUCÁ NETO, 2007.

caminhos seguiam os cursos d´água e os locais de pouso para os vaqueiros.

A historiografia piauiense caracteriza a segunda metade do século XVIII e a primeira do século XIX como um momento de estagnação pela retração da comercialização de gado para os mercados regionais, mas, em contrapartida, também ocorreram profundas mudanças. A primeira foi a descentralização da propriedade de terras e a fragmentação entre herdeiros, e a crise da comercialização do gado levou à diversificação da exploração da pecuária, a partir da comercialização dos seus derivados; e também à diversificação da produção, com o desenvolvimento de uma agricultura de mercado tanto para a exportação quanto para o comércio local (LIMA, 2016).

Dessa forma, na primeira metade do século XIX, deu-se o início da transição da agricultura de subsistência para a mercantil, tendo nas grandes propriedades, fossem públicas ou privadas, o estímulo, principalmente o cultivo de cana-de-açúcar, algodão e fumo, e, especialmente, o algodão. Mesmo vivendo crise, a pecuária manteve-se como a mais importante atividade econômica do Piauí até meados do século XIX, quase cem anos depois do início de sua decadência. Essa atividade foi se restringindo a um mercado local da província, ou no máximo, a negociações com locais limítrofes (ALVES, 2003).

1.2.1 Os lugares da pecuária: a arquitetura das fazendas de gado

No ano de 1697, apenas um ano após a criação da primeira freguesia do Piauí, foram contadas em seu território 129 fazendas de gado (COUTO, 1938). Mas apesar de tão antigas, porque são anteriores à própria estruturação urbana do Piauí, a historiografia da arquitetura das fazendas de gado é recente e ainda escassa.

O primeiro autor a abordar esse assunto foi o arquiteto Paulo Thedim Barreto, que percorreu a região a serviço do IPHAN e no ano de 1938 publicou na revista do órgão o resultado de suas visitas, o artigo "O Piauí e sua arquitetura", que foi por muitos anos a referência máxima sobre a arquitetura tradicional piauiense. Entretanto, autores como Diniz (2013) evidenciam em Thedim Barreto uma clara opção pela generalização dos tipos arquitetônicos encontrados e nos explicam a complexidade e a diversidade dessa produção.

Dessa forma, nos baseamos nos levantamentos desenvolvidos por Olavo P. S. da Silva Filho, que foram publicados na forma de livro no ano de 2007, e na análise que Diniz (2013) desenvolve destes levantamentos, sem desconsiderar a importância dos registros do pioneiro Paulo Barreto. Ainda nos embasamos em visitas de reconhecimento feitas por nós, além de autores como economistas e historiadores locais e também em relatos de viajantes, apesar de não tratarem especificamente da arquitetura desses conjuntos.

A proximidade dos cursos d'água e a facilidade de acesso eram condições primordiais para a instalação e a prosperidade das fazendas, sendo as mais próximas de cursos perenes as mais desenvolvidas (LIMA, 2016). Sobre isto, o memorialista Pereira D´Alencastre explica que

> [...] as fazendas de gado vacum estão situadas sobretudo nas fraldas de vários olhos d´água que delas nascem. Para que no sertão uma fazenda mereça o nome de boa, deve ser primeiro bem provida de água, porque sendo o Piauí sujeito a secas, como todos os altos sertões do Brasil, as fazendas com faltas de água são as primeiras que ficam despovoadas de seus gados (D´ALENCASTRE, 1857, p. 69).

Gardner[8] (1942, p. 99) descreve uma dessas prósperas fazendas:

> [...] era das maiores que eu visitara no Brasil e nela pastavam para mais de cinco mil cabeças de gado, além de centenas de carneiros. Embora sujeita esporadicamente a longas secas, como todas as outras do sertão, há todavia nesta fazenda água abundante durante o ano todo, mesmo quando não chove por mais de doze meses a fio. O rio corre a pouca distância da casa, e, conquanto apenas tenha água na estação das chuvas, dele se obtém em todo o tempo abundante suprimento de líquido, graças a uma sólida represa nele construída em lugares onde as margens são um tanto elevadas e rochosas de ambos os lados.

Nas fazendas menos favorecidas pela longa distância dos cursos d'água, nos períodos de seca, as aguadas e cacimbas eram os principais recursos de abastecimento, tanto para o provimento do gado quanto para o uso doméstico (LIMA, 2016).

A arquitetura das casas de fazendas piauiense, dentro das limitações existentes, mostra-se funcional com soluções várias voltadas para o apoio ao desenvolvimento da pecuária extensiva, desde a sua implantação até os equipamentos que a compõe. De acordo com Silva Filho (2007, p. 45), "As primeiras fazendas do Piauí foram assim, currais de casas grandes do litoral, para onde escorria a economia da pecuária. Por isso nelas não se sabe de estruturas monumentais". Julgamos importante dispor dessas características pela estreita relação que estabelecem, naturalmente, com as casas urbanas posteriores[9].

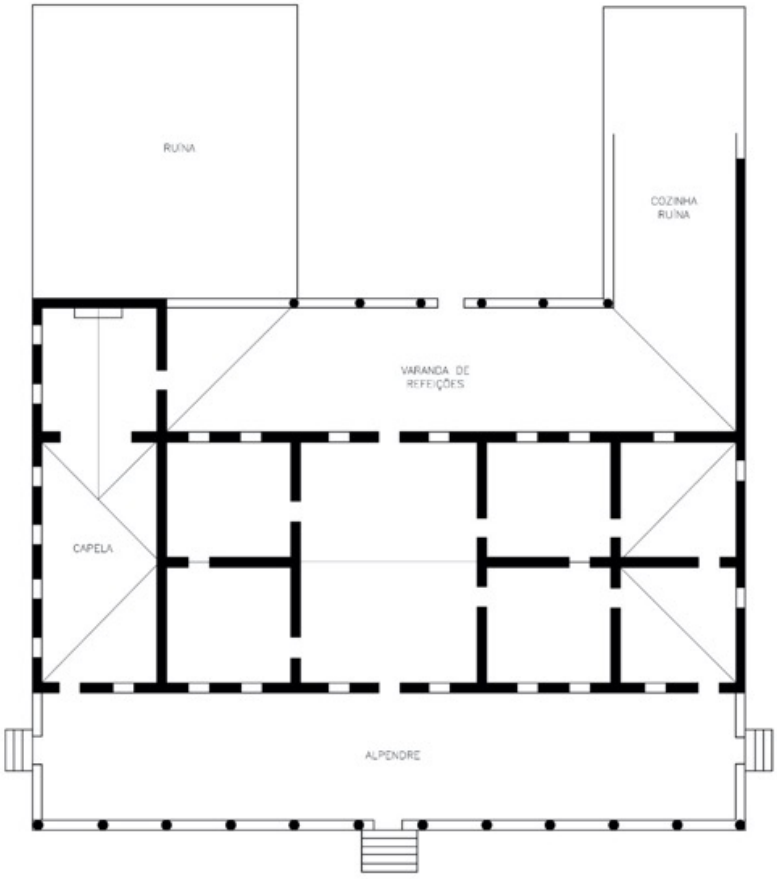
Como um primeiro aspecto relativo à arquitetura das casas de fazenda, destacamos a variedade de resultados da materialização dessa atividade econômica na arquitetura. Silva Filho (2007) relata a existência desde as edificações extremamente rústicas, que se resumiam à estrutura indispensável para sobrevivência de um pequeno núcleo familiar, a outras que perpassavam uma imagem de grandeza e de prosperidade. Independentemente da sua tipologia, tinham como característica básica a estreita articulação com o território, despidas de quaisquer relações entre suas orientações e os ventos e as chuvas. Possuíam como fator relevante a proteção a partir de um grande terreiro em seu entorno, que permitiam a identificação de movimentos estranhos ao redor da casa. Ademais, "As fazendas foram como matrizes cristãs assentadas em suaves plataformas, projetando teatralidade, imprimindo respeito e controlando os costumes (SILVA FILHO, 2007, p. 78)".

Contrariando Barreto (1975), que afirmava que a casa de fazenda reproduzia em maiores proporções a casa urbana, Silva Filho (2007) evidencia a existência de seis tipologias de casas de fazenda: casas com capelas ou oratórios no corpo da casa (Figura 08); casas com capelas isoladas; casas com alpendre (Figura 09); casas sem alpendre (Figura 10); casas com moradia de vaqueiros no corpo da casa e casas com instalações de produção em continuidade ao corpo da casa (Figura 11).

Esses espaços organizavam-se mais frequentemente em plantas em forma de "L" (Figuras 10 e 11), algumas vezes em U (Figura 08) e raramente em T ou O, além

11 Segundo os levantamentos realizados durante os anos de 1986 e 1987 da casa da Fazenda Abelheiras por Silva Filho, a planta baixa é desenvolvida em L, com as dependências de serviço situadas na ala lateral e morada do vaqueiro ajustada à modulação do bloco principal da edificação. Na continuidade das paredes, ainda, fora encaixado o curral. Destacam-se como materiais construtivos as paredes de pedra-de-jacaré com fiadas de tijolo maciço e de adobe, além da cobertura executada em caibros de carnaúba (SILVA FILHO, 2007).

Figura 8: Planta esquemática da Fazenda Brejo[10], Monsenhor Gil.



Fonte: Silva Filho, 2007, redesenhada Camila Figueiredo.

Figura 9: Planta esquemática da capela isolada do corpo da casa da Fazenda Frecheiras da Lama

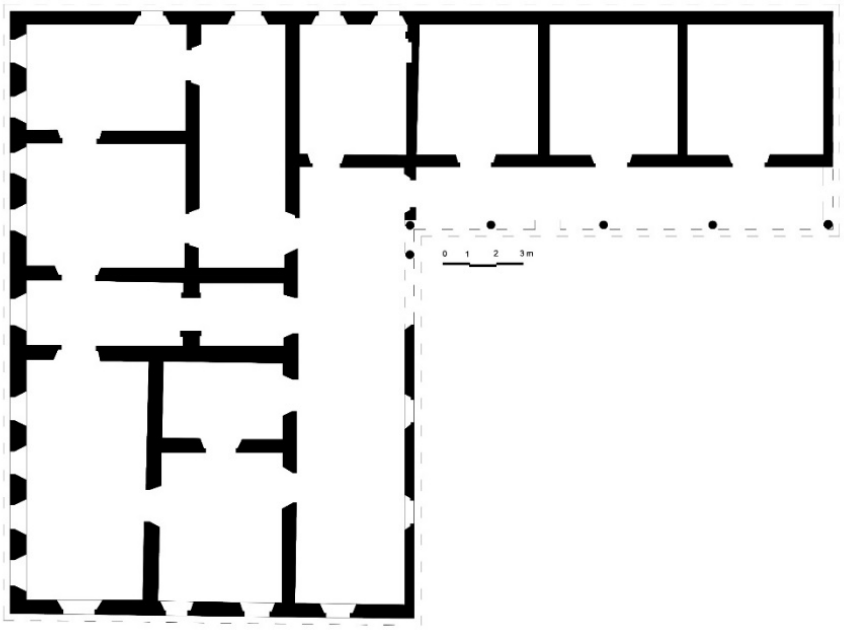


Fonte: Silva Filho, 2007, redesenhada por Camila Figueiredo.

das configurações excepcionais, com uma tendência de que as frentes apresentassem maiores dimensões do que a profundidade.

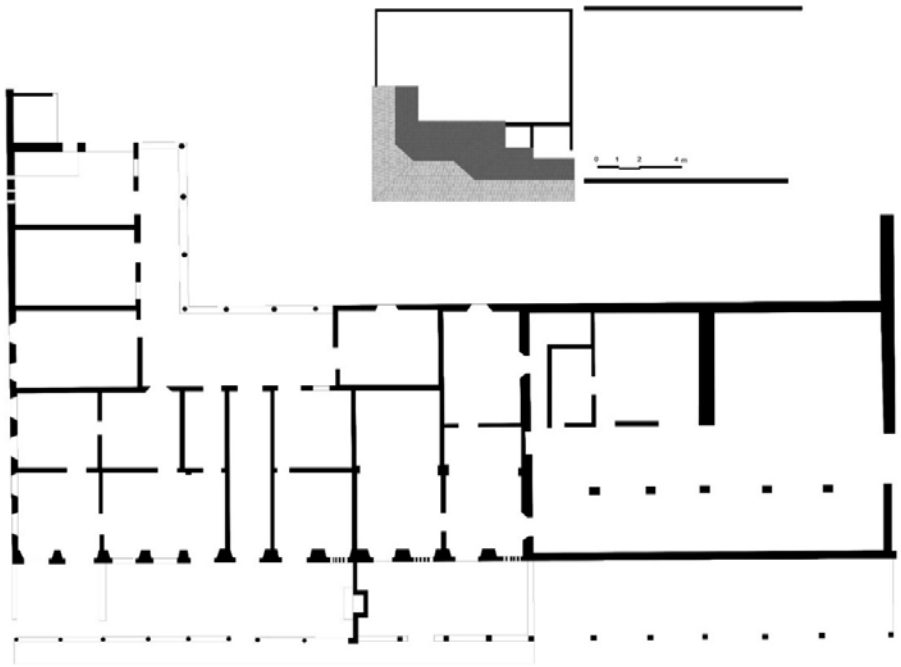
Em relação ao programa e setorização dessas edificações, Silva Filho (2007) diz que nessas configurações, majoritariamente, os cômodos principais, como dormitórios, salas, capela – ficavam na frente, e os quartos secundários, empregados e cozinha ficavam aos fundos, todos concentrados em um único bloco, e Barreto

Figura 10: Planta esquemática da Fazenda Alto Alegre.



Fonte: Silva Filho, 2007, redesenhada por Ana Clara Melo. Acervo pessoal da autora.

Figura 11: Planta esquemática da Fazenda Abelheiras[11], Campo Maior. À esquerda, área destinada a moradia, e à direita, destinada a produção.



Fonte: Silva Filho, 2007, redesenhada por Ana Clara Melo. Acervo pessoal da autora.

(1975, p. 212) complementa essa descrição afirmando que

> As grandes-casas de fazendas guardam o mesmo programa, ampliado, por serem de maiores proporções. Nota-se o aparecimento da varanda da frente, ligada à de trás pelo corredor. Os cômodos, algumas vezes, são servidos pelas duas varandas. A nova varanda surge como defesa contra o sol e para pouso de viajantes. Em muitas fazendas há varandas

> especiais para os viajantes que ao chegarem é só pendurar as redes nos armadores, ou por meio de cordas dependura-las nos troncos de carnaúba, colocados paralelamente, ao alto, apoiados nas paredes. As cordas abraçam os troncos de carnaúba e os punhos das redes.

Silva Filho (2007) destaca o alpendre (Figura 12) como a peça fundamental dessas casas de fazenda, afirmando ser a expressão máxima dessa arquitetura vernácula por abrigar muitas e variadas funções, que iam desde a reunião de patrões e empregados a abrigo a um ou outro cavalo. Assim como os alpendres, outros cômodos também cumpriam funções variadas, "onde salas e alpendres, próprios ao convívio social, também eram utilizados como dormitórios, alojamento de viajantes ou até mesmo como depósitos temporários [...] (SILVA FILHO, 2007, p. 96)".

Destaca-se, nesse programa, a existência da varanda de refeições (Figura 11), descrito por Silva Filho (2007, p. 99):

> É nesse espaço, ora retangular, ora em L, fazendo a interligação fundamental entre as áreas de serviço, a íntima e a social que patroas e empregadas exerciam atividades domésticas, rompendo a formalidade das salas de visita. Corresponde ao *triclínium* romano. É lugar de tudo fazer em rito cotidiano. Copa de refeições, ateliê de fiar e de bordar, sala de engomar roupa em ferro à brasa. Lugar de a ama-de-leite amamentar suas crias e a dos outros, onde as mulheres passavam a maior parte do tempo em intimidades descontraídas [...].

Ainda sobre o programa, Silva Filho (2007, p. 100) descreve a cozinha como:

> [...] a mais forte expressão da rusticidade rural, nas trempes de pedra, forno e fogão de alvenaria. Com o telhado rebaixado em relação às águas mestras, dá continuidade aos avarandados traseiros, constantemente com mesas de pedra, cepos e pilões. Em muitas fazendas se fazia o

Figura 12: Vistas do alpendre da Fazenda Canela, Oeiras.



Fonte: Acervo pessoal da autora.

> forno em pequeno puxado, por vezes afastado da casa. Junto às cozinhas ficam as despensas, onde se acumulam os mantimentos, ferramentas da lavoura e toda a tralha da fazenda.

É importante ressaltar que no vasto levantamento realizado por Silva Filho, o autor não encontrou essas edificações residenciais rurais com mais de um pavimento, mas relata que os autores Moysés Castelo Branco e Cláudio Bastos citam fazendas piauienses assobradadas e/ou com sótãos. Mostra ainda a existência de uma carta de uma escrava, datada do ano de 1770 que denuncia a queda de um sobrado na

Figura 13: Varanda de Refeições da Fazenda Boa Vista.



Fonte: SILVA FILHO, 2007.

Inspeção de Nazaré (SILVA FILHO, 2007).

Como um importante caractere dessas edificações, ressaltamos o fator religioso. As capelas, parte das fazendas, foram o embrião de povoados posteriormente transformados em vilas e cidades (FALCI, 1995), foram frequentes nas casas de fazenda do Piauí. A religiosidade expressou-se de várias formas nesses conjuntos,

Figura 14: Forno da Fazenda Canela, Oeiras



Fonte: Acervo pessoal da autora.

passando desde os primeiros currais, quando os próprios desbravadores carregavam rosários e escapulários, passando por simples oratórios presentes no corpo da casa (Figura 15) até capelas independentes da moradia (Figura 16) (SILVA FILHO, 2007).

Com relação às técnicas construtivas dessas edificações, foi mais presente o uso de tijolos de terra crua e a abundância de jazidas de arenito proporcionou que até residências simples fossem construídas com paredes e alicerces em pedra e barro. Os telhados, geralmente de cumeeiras muito altas e beirais baixos – chegavam a atingir a altura de 1,40m do chão – coberto por telhas de barro e estruturados por madeira lavrada, ou mesmo troncos roliços de carnaúba, estrutura que é evidenciada na imagem a seguir (Figura 15) (SILVA FILHO, 2007). Silva Filho (2007) destaca ainda a predominância dos ladrilhos de barro cozido nos pisos.

Como um último e importante aspecto, destacamos o mobiliário e os utensílios existentes nessas residências, intimamente relacionados à atividade econômica que

Figura 15: Acesso para a Capela da Fazenda Monte alegre, no corpo da casa da fazenda.



Fonte: SILVA FILHO, 2007.

Figura 16: Capela da Fazenda Chapada

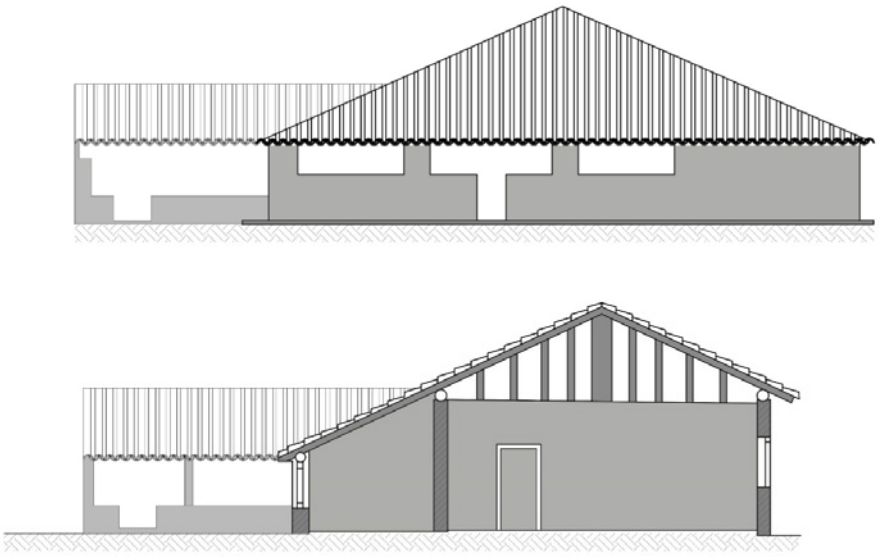


Fonte: SILVA FILHO, 2007.

deu origem a essas construções. Barreto o descreve com minúcia:

> De mobiliário, vimos mesas e bancos de madeira; alguns com encosto. Banquetas e cadeiras com assento e encosto de couro; malas de couro cru; bilheiras, potes e rede. Raramente encontramos cama, móvel que o piauiense pouco usa e que é ali bastante desagradável, tal o calor que concentra. Na rede é onde se dorme bem. Em algumas fazendas e residências encontramos mesas feitas com lajes de rio: grandes placas de pedra que se desprendem dos seus leitos. São placas de regular espessura, que se apoiam, nos quatro cantos, em pedaços de tronco de carnaúba; polidas de tanto uso. A maior que vimos foi em Campo-Maior, na fazenda do Garrote: tinha um 1,00x1,73m.

Figura 17: Fachada e corte esquemático da Fazenda Boa Vista, onde se vê a grande altura que atinge o telhado e a estrutura em troncos de carnaúba.



Fonte: Silva Filho, 2007. Redesenhado por Camila Figueiredo, acervo pessoal da autora.

> Bilheiras, potes e redes são os objetos de maior adorno, os mais cuidados e, às vezes, requintadamente acabados [...] As bilheiras e potes ou bilhas de barro são os ornamentos das varandas, onde há grande número de exemplares, variando de forma e tamanho, colocados em série. São peças bonitas e bastante ornamentais [...] As cadeiras e banquetas de couro são resultantes do meio. A civilização no Piauí originou-se nas fazendas de criação. É a civilização do couro. A carnaúba deu o couro para a mobília e para a roupa completa do vaqueiro (BARRETO, 1975, p. 211-212).

Dessa forma, diante das descrições apresentadas, destacamos o caráter extremante vernacular dessa arquitetura, uma genuína expressão do meio que se desenvolveu e que viria a ser o embrião da casa urbana piauiense e, finalmente, ressaltamos a estreita relação entre estas e as fazendas de gado cearenses, o que pode ser percebido na sucinta descrição de Jucá Neto (2012, p. 135):

> Já na primeira metade do século XVIII, a fazenda de gado dispersa no sertão sediou o povoamento. Foi a sede das sesmarias, da unidade familiar, da atividade produtiva e também onde se encontraram as condições propícias para os primeiros sinais de acumulação de renda no sertão. Além disso, foi sede da vida política local, de toda autarquia sertaneja e suas famílias, com poderes quase que absolutos, e da rede de mandos e desmandos que pautou a organização territorial. Cumpriu, ainda, o papel de defesa diante da população indígena ou perante outros sesmeiros na luta pela posse das terras. Em seu espaço, presenciou-se o processo de miscigenação e aculturação entre índios e brancos, de fundamental importância para a formação da sociedade cearense. Dentro das sesmarias, as fazendas localizavam-se em pontos estratégicos, muitas vezes em locais elevados e sempre próximos a um riacho ou rio.
>
> Todo o programa das fazendas estava diretamente associado às necessidades produtivas da economia. Além da sede, havia o curral e cercados para a agricultura; em algumas, pequenos açudes e, muito raramente, uma capela.

1.3 A estruturação da rede urbana no Piauí no século XIX

Apesar do ano de 1761 ter sido um grande marco na história da urbanização do Piauí, em razão da fundação das vilas conforme mencionado, e a posterior elevação da Vila da Mocha à cidade, é somente no século seguinte que ocorre um maior desenvolvimento e estruturação da sua rede urbana. Silva Filho (2007) relaciona

esse fato à fundação das vilas em uma região que se baseava quase que inteiramente na produção e na vida rural, totalmente dependente da pecuária – o homem ia às vilas basicamente para trocar os produtos das fazendas por outras mercadorias ou participar das festividades religiosas, gerando assim uma grande dificuldade de transferência dos domicílios rurais para as povoações, o que gerou, na primeira década de fundação destas vilas, a redução do número de seus habitantes – "Exceção à Parnaíba, onde o número de casas subiu de 4 para 78, e Campo Maior que teve seus fogos duplicados, em todas as demais reduziram, com a população urbana diminuída. Oeiras tinha sua população diminuída pela metade [...]" (SILVA FILHO, 2007, p. 33).

No século XIX registra-se um movimento de maior urbanização da província. Nunes e Abreu (1998) relatam o surgimento de vilas por todo o sertão, que disseminavam, mesmo de forma ainda tímida, as características da vida urbana na província do Piauí. Entre as últimas décadas do século dezoito até o final do século XIX foram criadas vinte e sete novas vilas, que ampliaram a estrutura urbana da região. Silva Filho (2007), evidencia que, só durante o período regencial (1831-1840) foram criadas as vilas do Poti, São Gonçalo do Amarante, Crateús, Piracuruca, Jaicós e Príncipe Imperial ao todo, 12 vilas.

O caráter dispersivo e a população ausente dos núcleos urbanos foram fortemente registrados na historiografia piauiense, fazendo desta uma das características do povoamento do Piauí. Os viajantes que por aqui passaram, ao anotar suas impressões, historiaram esse fato. Spix& Martius (1938, p. 263), afirmam que: "(...) Talvez não exista país algum, opulento de dons naturais, com tão poucas casas de moradia como aqui". Gardner(1975, p. 139), ao registrar suas impressões ao passar por Parnaguá, em 1839, diz que "A vila, situada na parte oriental de grande lagoa, contém, ao todo, uma centena de casas, das quais apenas metade são habitadas, pertencendo as demais aos fazendeiros que as ocupam só nos dias de festas(...)."

Um importante marco no desenvolvimento urbano da Província do Piauí foi a transferência da capital de Oeiras para Teresina[12], que aconteceu em 1852, mas teve seu trâmite iniciado ainda na década anterior, estimulada por fatores vários, dentre os quais a necessidade econômica local e a intenção de constituir uma capital

12 Diversos autores abordam e documentam os trâmites para a criação da nova capital. Para ler mais sobre o assunto, ver "Obra Completa", de autoria de Chaves (1998), "Pesquisas para História do Piauí", de Nunes (2007). Destacamos ainda a nossa dissertação, intitulada "Teresina e as moradias da região central da cidade (1852-1952), onde apresentamos esse processo e o desenvolvimento de Teresina nas suas primeiras décadas. No item 2.6 desta tese também abordamos esse assunto.)

com uma melhor comunicação com os pontos mais longínquos do estado. Nos primeiros anos de sua criação, a nova capital apresentou um rápido crescimento demográfico: os 49 habitantes no início já eram, em 1854, oito mil, representando a maior sede da província. Em 1872, quando o Piauí abrigava 202.222 habitantes, sua população era de 21.692, representando mais de 10% do total (ANDRADE E CASTELO BRANCO, 2016). Apesar disso, Queiroz (1994, p. 18) relata que:

> [...] Por várias décadas Teresina cresceu menos que a média do Piauí e menos do que outras do Estado, como as situadas nas áreas produtoras de maniçoba, babaçu e carnaúba e as que concentravam a exportação desses produtos. Entretanto, uma análise dessa natureza não revela o universo das mudanças qualitativas nem o sentido de novo de que a cidade vai se revestindo, as novas funções que ela passa a preencher, muito menos o quanto e o como Teresina por ser capital do Estado, portanto sede político-administrativa, vem a beneficiar-se da produção da vizinhança de municípios mais dinâmicos na economia do Estado.

Para ilustrar a situação populacional da Província do Piauí três anos após a fundação da nova capital, dispomos da Tabela 02, onde podemos observar um interessante contraste em relação aos números do século anterior (comparar com a Tabela 01). Oeiras deixa de figurar como a mais importante povoação da província, apresentando mais habitantes apenas do que Campo Maior. Isso nos leva a perceber o grande impacto sofrido pela antiga capital com a fundação de Teresina. Além disso, o número de escravos, em termos percentuais, diminuiu bastante.

Tabela 2: MAPA DA POPULAÇÃO, BATIZADOS E ÓBITOS DA PROVÍNCIA DO PIAUÍ EM 1855.

		POPULAÇÃO		BATIZADO		ÓBITO	
		Livre	Escravo	Livre	Escravo	Livre	Escravo
Teresina	**N. S. do Amparo**	11.202	1.920	529	53	92	5
Amarante	**S. Gonçalo**	9.698	1.400	457	43	73	5
Jerumenha	**S. Antônio**	12.474	980	290	32	36	6

Oeiras	**N. S. Da Vitória**	5.865	869	293	100	124	25
Valença	**N. S. do Ó**	9.235	1.389	371	65	69	6
Parnaíba	**N. S. das Graças**	8.669	1.192	187	21	40	13
Piracuruca	**N. S. do Carmo**	4.314	265	90	42	46	22
Piracuruca	**N. S. do Livramento**	11.565	1.164	399	11	28	-
Parnaguá	**Sr. Bom Jesus**	3.982	286	109	10	9	1
Parnaguá	**Sr. Bom Jesus do Bonfim**	6.604	648	407	34	45	6
Marvão	**N. S. do Desterro**	10.182	946	249	43	36	1
Campo Maior	**S. Antônio**	4.636	807	325	47	74	-
Barras	**N. S. da Conceição**	7.545	1.451	219	48	27	3
Jaicós	**N. S. das Mercês**	5.881	649	275	78	39	4
		111.852	**13.966**	**4.200**	**627**	**738**	**97**

Fonte: Queiroz, 1984. Editada pela autora.

O final do século XIX é marcado por mudanças políticas e econômicas que acabaram interferindo no povoamento e urbanização do Piauí. Segundo Queiroz (1984, p. 45): "A década de 1890 pode ser caracterizada, ao nível político, como fase de ajustamento ou transição do centralismo imperial para a de organização do estado, nos moldes federativos", mas esse ajustamento do período ultrapassa a esfera político-ideológica e também é atribuído às áreas de administração e finanças, com uma regionalização cada vez mais intensa dos interesses do estado versus as das demais unidades federadas – partindo de um cenário de grande omissão federal, dominava a ideia de que cada estado, como uma unidade autônoma, devesse buscar seu próprio caminho em direção ao progresso (QUEIROZ, 1984).

Nesse sentido, a mesma autora diz que

> Na segunda metade da década de 1890, começa a delinear-se outro discurso, que será dominante por toda a primeira década do século XX – caracterizado pelo otimismo e pela euforia frente às novas possibilidades que se apresentavam ao Estado, mormente no plano financeiro, com a descoberta de outra fonte de receita – a borracha de maniçoba[13].

13 O látex da Maniçoba foi largamente utilizado para a produção de borracha no início do século XX. São

Nos primeiros anos da "descoberta" das possibilidades da borracha de maniçoba,

> O Piauí, em 1890, encontrava-se, para efeitos políticos-administrativos, dividido em 32 municípios, que abrigavam população de 267.609 habitantes, de acordo com o censo desse ano. Os municípios mais populosos estavam distribuídos principalmente nas áreas do norte e do sudeste e em núcleos tradicionais como Oeiras, Valença, Amarante, Picos, Campo Maior, Barras, Jaicós e Regeneração. Teresina era dos mais recentes e seu povoamento foi intenso na segunda metade do século XIX, quando da sua instalação. Apenas em nove municípios, entre os quais o da Capital, a população era superior a 10.000 habitantes. Todos os demais abrigavam população entre 3 e 9 mil habitantes (QUEIROZ, 2006, p. 94).

Queiroz (2006) destaca ainda que fora a capital, apenas Amarante, Parnaíba, Picos e Valença tiveram aumento populacional, o que deve ter sido resultante das suas localizações, em rotas comerciais importantes. Como pode ser percebido na tabela a seguir, o censo de 1900, que foi aplicado em trinta e três municípios – com exceção de Jerumenha, assim como em 1890. Foram, na década de 1890, criados os municípios de Floriano, que antes era um povoado denominado de Colônia; Santo Antônio de Gilbués, que depois se tornou Gilbués, e também Bertolínia, que antes era Aparecida (FRANCO, 1977).

> [...] o incremento populacional nas áreas de Floriano, São João do Piauí e São Raimundo Nonato se teria processado, em parte, devido à transferência de população dos municípios circunvizinhos como Parnaguá, Regeneração, Bom Jesus, Jerumenha e até Amarante. Esta cidade [Amarante] começou, na verdade, a sofrer os efeitos do crescimento e da concorrência de Floriano ainda nos fins do século XIX, o que culminou com a perda de sua hegemonia sobre a região do médio Parnaíba. Jerumenha, por seu turno, vinha sofrendo perdas, inclusive territoriais, desde a década de 1890, quando, de sua área, foram desmembrados Bertolínia, em 1890, e Floriano, em 1896, e, em 1902, parte da área que viria formar o município de Uruçuí (QUEIROZ, 2006, p. 99).

Tabela 3: POPULAÇÃO DO PIAUÍ NOS ANOS DE 1890 E 1900

Teresina	31.523	45.316
Valença	17.693	13.764
Barras	12.384	15.321
Picos	14.667	14.770

conhecidas muitas espécies maniçobeiras produtoras de látex, mas poucas foram exploradas comercialmente. Destaca-se, no Piauí, a Manihot Piauhyensis, que tinha como principal área de ocorrência o sudeste do Piauí, com grande zona de produção que englobava os municípios de São João do Piauí, São Raimundo Nonato, Simplício Mendes, Jaicós, Picos, Floriano, Oeiras, dentre outros. É uma árvore de pequeno porte muito resistente às secas, que atinge maturidade aos 3 anos. As culturas em todo o Nordeste foram de espécies variadas, sem constituir, nesse aspecto, plantações homogêneas (QUEIROZ, 1984).

Oeiras	19.858	24.567
Parnaíba	4.415	9.960
Jaicós	11.841	10.875
União	4.344	21.577
Pedro II	6.351	8.950
São Raimundo Nonato	5.997	11.843
Floriano	8.210	7.529
Campo Maior	12.425	13.025
Luzilândia	5.880	10.003
São João do Piauí	8.581	7.519
Castelo do Piauí	4.241	5.247
Regeneração	11.422	14.130
Amarante	15.525	8.387
Buriti dos Lopes	4.693	2.337
Palmeirais	3.889	8.877
Piripiri	5.335	6.402
Jeromenha	...	...
Piracuruca	4.735	8.640
Bom Jesus	5.984	7.403
Alto Longá	6.976	6.198
Paulistana	6.128	5.620
Batalha	5.420	7.217
Pio IX	4.304	5.325
Luís Correia	4.347	4.691
Corrente	6.012	3.007
José de Freitas	3.822	5.015
Parnaguá	4.981	6.126
Santa Filomena	5.626	6.960
Bertolínia	-	3.2161
Total	**267.609**	**334.292**

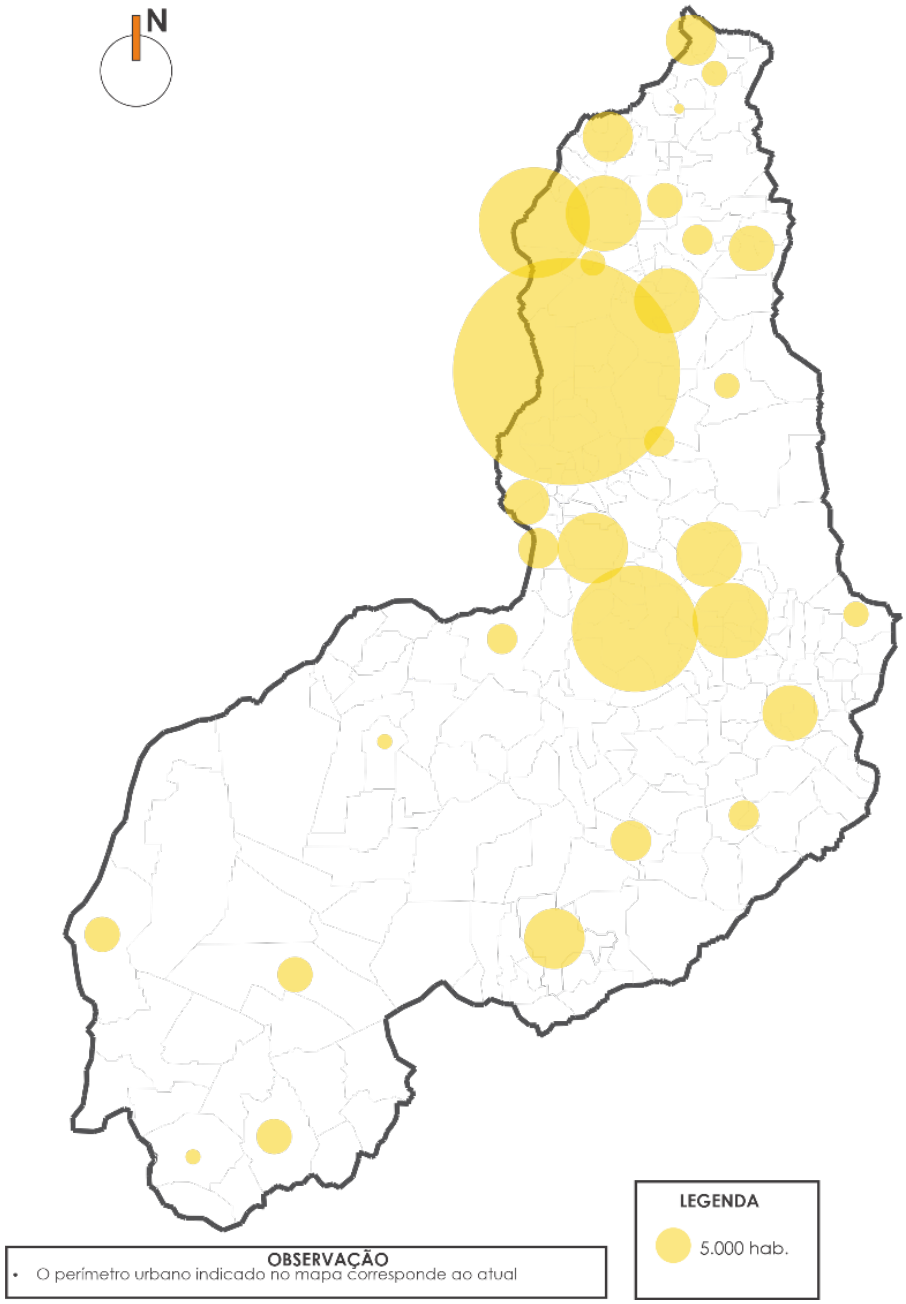
Fonte: Queiroz, 1984. Editada pela autora.

O censo de 1890 nos permitiu espacializar a população piauiense em um mapa – Figura 18, do qual podemos extrair algumas informações sobre o seu povoamento. Percebemos, com clareza, um fraco desenvolvimento das cidades da zona sul do estado, em forte contraste com a região centro-norte. A capital, Teresina, consolida-se como o mais importante centro urbano da província, apresentando

ainda municípios circuvinzinhos com população considerável.

O final do século XIX no Piauí é marcado pelo início do desenvolvimento de uma atividade econômica que teria grande impacto no desenvolvimento da economia local e, consequentemente, no desenvolvimento de muitas cidades ao longo do território piauiense – o extrativismo da borracha de Maniçoba, feito majoritariamente para exportação. Existem inúmeras versões concernentes ao início

Figura 18: Espacialização da população do Piauí em 1900.



Fonte: Produzido pela autora com dados do censo de 1900 do Piauí, sobre mapa político do IBGE.

da exploração da borracha de maniçoba no Piauí, mas especialmente a partir de 1898 os jornais começaram a enfatizar e divulgar tal atividade extrativista.

Exposto, em termos gerais, aspectos que teriam influenciado no desenvolvimento da arquitetura residencial urbana no Piauí do século XIX, descrevemos, em maiores detalhes, no capítulo seguinte da nossa tese, o processo de desenvolvimento e urbanização das cidades que elegemos como norteadoras da nossa pesquisa.







capítulo 02:

O cenário urbano

2.1 Oeiras

A cidade de Oeiras[14] originou-se nas margens do Riacho da Môcha, um afluente do Rio Canindé, e foi escolhida em 11 de fevereiro de 1697 para sede da primeira freguesia que seria instalada no Piauí, com consagração à Nossa Senhora da Vitória (IPHAN, 2009). A região teria sido escolhida, em ata de reunião de fazendeiros, pela conveniente localização em relação aos povoados próximos (CARVALHO, 1697 *apud* CARVALHO JR., 1985).

Ainda no ano de 1697 foi erguida uma rústica capela na freguesia, e um pequeno povoado se constituiu em torno desta, que foi substituída pela Igreja de Nossa Senhora das Vitórias, em 1733. A freguesia foi elevada à vila no ano de 1712, seu poder judiciário instalado em 1723. Para que a recém-criada vila fosse instalada, o governador do Maranhão enviou muitas famílias para a sua povoação e, algum tempo depois, enviou também 300 degradados portugueses, que receberiam vantagens para que ali se instalassem (IPHAN, 2009).

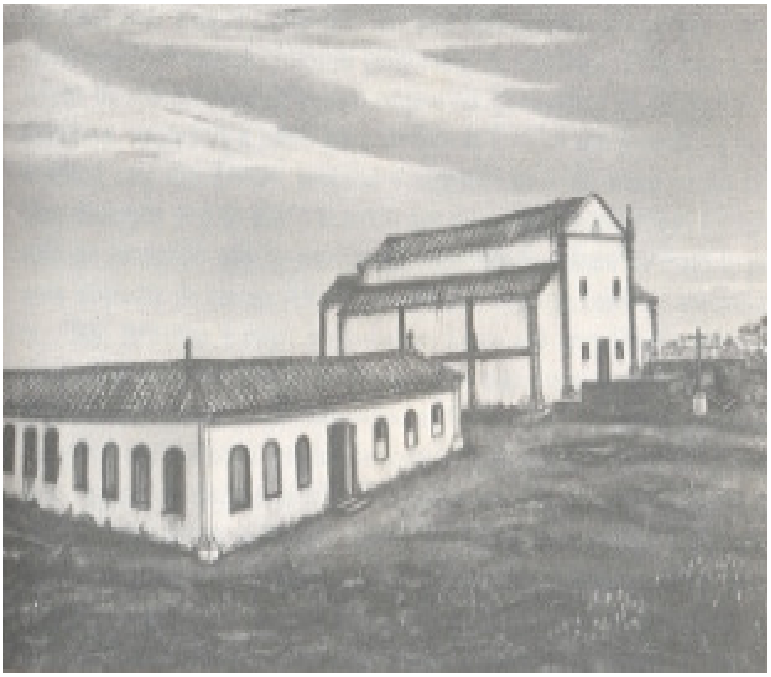
Registra-se, como importante marco da história de Oeiras, a presença dos Padres da Companhia de Jesus, pois Domingos Afonso Mafrense, detentor de muitas fazendas de gado na região, deixou-as como herança aos jesuítas do Colégio da Bahia. Os jesuítas se estabeleceram em um ponto a quinhentos metros da igreja, construindo edifícios – um hospício e uma capela (Figura 19) - que teriam sido construídos entre 1720 e 1730. Em virtude da expulsão dos Jesuítas, no ano de 1760, os seus bens foram confiscados e o hospício foi transformado em sede do Governo da Capitania do Piauí – que, em uma livre reconstituição da cidade datada nos fins do século XVIII, indica receber a denominação de Palácio.

Uma segunda representação da cidade (Figura 20), datada de 1809, representa o edifício "com um único pavimento, planta retangular, pátio central enclausurado pelas quatro faces, coberta de duas águas em cada ala, chaminés dos fornos e muitos vãos de esquadrias" (IPHAN, 2009, p. 61). A capela foi entregue ao patrimônio da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário, e no entorno desta se desenvolveu um segundo núcleo populacional, que ficou conhecido como Largo do Rosário, mais afastado, porém ligado por uma ponte ao núcleo principal; este local abrigou especialmente a população negra (IPHAN, 2009).

A Vila da Môcha foi elevada à cidade no ano de 1762 e a criação da capitania do Piauí – quando esta deixa de ser anexada ao Maranhão – acabou alavancando o lento desenvolvimento urbano da mesma, a partir da implantação de alguns órgãos de administração real (IPHAN, 2009). O Governador João Pereira Caldas chegou à cidade com a missão de, assim como as demais cidades do reino, dotar Oeiras de feições urbanas notáveis. Para isso, realizou um censo das pessoas e construções da cidade; dos subúrbios e dos arrabaldes e um novo pelourinho foi erigido em pedra entre a Igreja Matriz e a Câmara (FALCI, 1992). Nesse período,

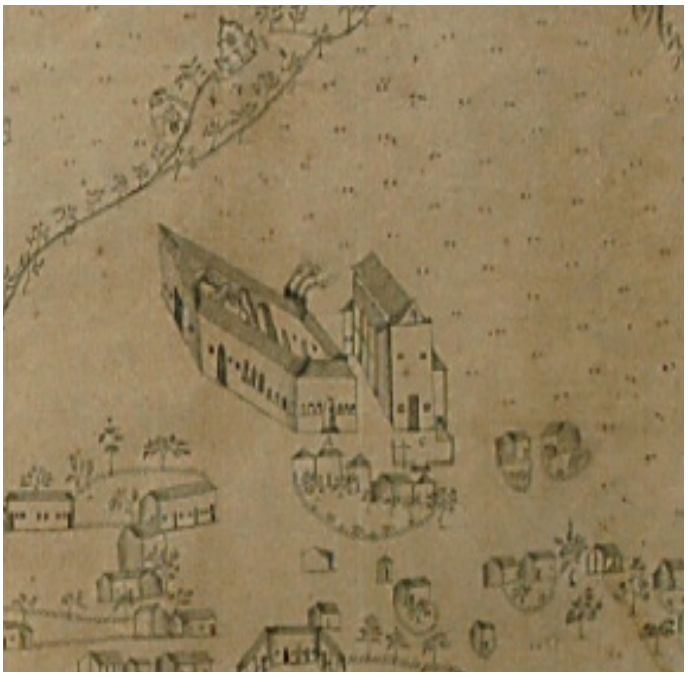
> A maioria da população se constituía de militares, funcionários da burocracia estatal, religiosos, comerciantes e escravos, enquanto profissionais liberais e artesãos apareciam em menor número. Poucos fazendeiros mantinham residência permanente no núcleo urbano, preferindo morar com a família na sua propriedade rural. A Praça da Matriz, abrigando os símbolos do poder, refletia espacialmente o quadro social da vila sertaneja, pois pela proximidade ou afastamento da residência em relação à praça se identificava a posição do indivíduo na pirâmide social (IPHAN, 2009, p. 63-64).

Figura 19: Livre reconstituição da arquitetura do conjunto do hospício e da capela dos jesuítas de Oeiras, pintada por Zuleika Tapety, com base na vista da cidade de 1809.



Fonte: CARVALHO JR, 1985.

Figura 20: Recorte da Planta da Cidade de Oeiras de 1809, com vista do Bairro do Rosário. Estão representados o casario, a fonte do Governador, a capela dos passos, o palácio e a Igreja, que ainda não tinha torres e tinha alpendre lateral à nave.



Fonte: Original do Arquivo Histórico do Exército – AHRx. Disponível em IPHAN, 2009.

Segundo IPHAN (2009), no levantamento realizado da cidade no ano de 1772, foram contabilizados 157 fogos na cidade e 139 nos subúrbios e, apesar dos esforços da metrópole de aumentar a população da Vila, este esbarrava na carência de recursos locais, que resulta em um vagaroso estado de crescimento, como descreve

Durão (1772, *apud* MOTT, 1985, p. 24):

> Não tem relógio, Casas de Câmara, cadeia, açougue, ferreiro ou outra oficina pública. Servem de Câmara umas casas térreas de barro e sobre que corre litígio. A cadeia é cousa indigníssima sendo necessário estarem presos em troncos e ferros, para segurança. A casa do açougue é alugada, e demais coisa nenhuma. As casas da cidade são todas térreas até o próprio palácio do Governo. Tem uma rua inteira, outra de uma só face, e metade de outra. Tudo o mais são nomes supostos; o de cidade verdadeiramente só goza o nome.

O desenho de nome "Oeyras do Piauhi" (Figura 21), do final do século XVIII, mostra parte dessa realidade a partir de uma vista da mesma feita do Oeste. Nela existem aproximadamente 225 edificações, com três igrejas, um quartel e um sobrado (IPHAN, 2009). Segundo Iphan (2009, p. 65):

> A Igreja de Nossa Senhora da Conceição teve sua construção iniciada na segunda metade do século XVIII, pois não consta do levantamento supracitado. Na vista, ela está retratada com a aparência de inacabada, ainda em obras. Há uma residência identificada como "Caza do Vigário", que pode corresponder à Casa do Visconde45, porém trata-se de uma suposição. Constam ainda como destaque a "Caza do Ouvidor", no flanco norte da Praça da Matriz, a "Caza do Cullegio", no Largo da Conceição, o Açogue no local do atual mercado público, a "Caza do Caminho" na saída para o Maranhão e a "Caza da Irmandade" no caminho do Rosário. Nos arrabaldes da cidade, após o Largo da Conceição, se encontra o bairro do Caquenguis e ao longo do riacho da Môcha estão plantadas algumas chácaras, com pequenas roças de palmeiras e de cana-de-açúcar, sendo possível até identificar dois engenhos com moendas de força animal. Veem-se ao fundo os morros circundando o núcleo urbano, em destaque o morro do Leme, aqui denominado Morro da Paciência. Da geografia local também estão registrados os dois riachos e as fontes de água potável: Bica, Poço de D. Jose e Poço das 3 Pedras no Môcha e o Olho d'Agoa no Pouca Vergonha, onde seria construído um chafariz no início do século XIX.

Já na planta de Oeiras do início do século XIX, conseguimos ver um certo desenvolvimento da cidade com relação ao anterior, e também identificar o surgimento de alguns prédios públicos, como evidencia a Figura 22 e o Quadro 01. Destaca-se, nesse sentido, a atuação do Governador Carlos Cézar Bulamarqui, que foi responsável pela reforma da Casa de Câmara e Cadeia, por melhoramentos no palácio do Governo, edificação de um mercado público e um chafariz de pedra e cal, além de novas estradas e do cemitério. Ressalta-se que, nesse período, a ocupação da Praça da Matriz da Rua do Fogo já estava bem consolidada e as casas ainda esparsas delineavam algumas ruas, com largura média entre seis e oito metros, determinadas pelo alinhamento das testadas, geminadas e uniformes (IPHAN, 2009).

Figura 21: "Oeyras do Piauhi", final do século XVIII.

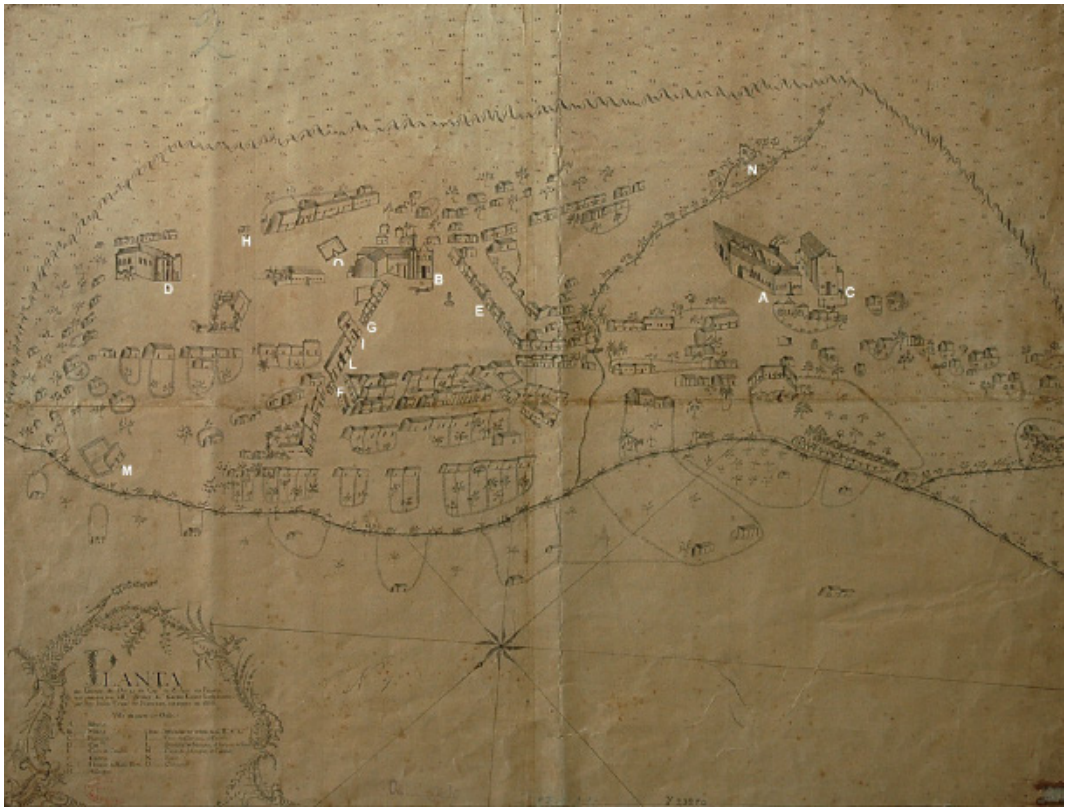


Fonte: REIS FILHO, 2000.

QUADRO 1: EDIFICAÇÕES DE FUNÇÃO PÚBLICA PRESENTES NA PLANTA DE 1809.

Existentes (Séc. XVIII)	**Levantadas no Governo Burlamaqui (1806-1809)**
A. Palácio	I. Casa de Câmara e Cadeia (Outrora Cadeia Nova)
B. Igreja Matriz	
C. Igreja do Rosário	L. Quartel para os Soldados e Hospital do Fisco
D. Igreja da Conceição	
E. Casa da Câmara	M. Casa de Açougue e Carnes
F. Cadeia	
G. Hospital do Real Fisco	N. Fonte
H. Açougue	O. Cemitério

Figura 22: Planta da cidade de Oeiras no ano de 1809, vista a partir de Oeste.



Fonte: Original do Arquivo Histórico do Exército – AHEx. Disponível em IPHA, 2009.

Fonte: IPHAN, 2009.

Sobre a estruturação urbana da cidade de Oeiras, IPHAN (2009, p. 69) diz que

> A abstração legislativa da C.R. de 1761 manifesta-se palidamente na configuração urbana, visto que o arruamento se guiou muito mais pelos imperativos da geografia local: as ruas se desenharam ao longo das veredas de acesso às fontes de água potável e de ligação com as estradas reais, enquanto os espaços de descanso das tropas de mulas, do comércio e do escambio se constituíram em largos. A racionalidade geométrica propugnada nas determinações reais foi sobrepujada pela espontaneidade dos caminhos, forjados no passo, na montaria e no girar da roda do carro de bois, caracterizando um traçado urbano predominantemente orgânico. A regularidade ficou restrita à praça central, concentradora dos símbolos do poder, e ao encadeamento das fachadas das casas com o mesmo arranjo da coberta e aberturas, assim como determinava a Carta Régia.

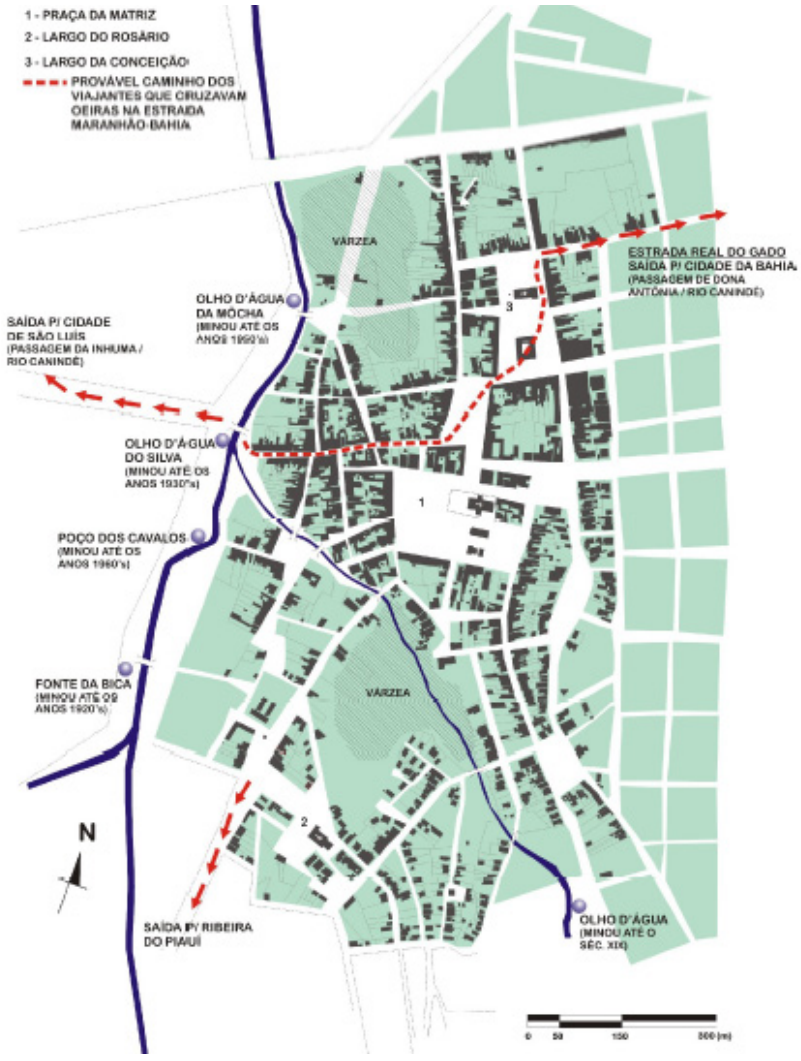
O mapa interpretativo da formação do desenho urbano de Oeiras (Figura 23) evidencia algumas das características enumeradas acima. Vemos, inicialmente, a relação entre a conformação da malha urbana e as passagens para o caminho do gado e, em ambas as imagens, fica evidente a irregularidade do traçado – tanto das ruas quanto da determinação dos quarteirões – de toda a extensão do núcleo

original. Podemos perceber ainda caraterísticas relativas à distribuição dos lotes e implantação das edificações em lotes que possuíam dimensões extremamente variadas e tinham a sua parte frontal toda construída em edificações que alinhavam-se nas testadas frontais e laterais.

Diversos autores, especialmente os viajantes, descrevem o cenário urbano de Oeiras durante o século XIX, evidenciando o quadro de atraso no seu desenvolvimento desta em relação às demais capitais das províncias:

> [...] é uma povoação insignificante, que consta de algumas ruas irregulares, com casas baixas de barro caiadas de branco. [...] O hospital, instalado especialmente para soldados, contém 40 leitos. A principal igreja, dedicada à Nossa Senhora da Vitória, e as duas capelas são edifícios insignificantes. Os jesuítas tinham aqui um colégio, atualmente casa do vigário, o qual tem autorização do Bispo do Maranhão para exercer certas funções episcopais. [...] Oeiras, em civilização e riqueza, é inferior à Vila de Parnaíba que, por sua situação na costa e pelo considerável comércio de algodão, fumo, couros, sebo e carne salgada, de todas as povoações da província floresce mais e mais. Acontece que a própria Oeiras nem mesmo pode ser o empório para os produtos do interior da

Figura 23: Mapa interpretativo da formação do desenho urbano de Oeiras, a partir da geografia local e dos acessos às estradas.



Fonte: IPHAN, 2009.

> província; de fato, as outras vilas, Parnaguá, Jerumenha, Valença, Campo Maior, Marvão, mandam as suas mercadorias, quer diretamente ao mar, para a Bahia, Parnaíba e Maranhão, quer para a Vila de Aldeias Altas, que, situada no navegável Itapicuru, é o mais apropriado empório para o comércio do Maranhão (SPIX & MARTIUS, 1981, p. 239 e 240) .
>
> É de construção muito irregular e formada principalmente de uma grande praça, e de umas poucas ruas que lhe partem dos lados de oeste e sul. A população não passa de três mil almas, e é constituída em sua parte mais respeitável, excluídos os funcionários do governo, por comerciantes varejistas de artigos europeus. A maior parte da mercadoria vem do Maranhão, transportada em grandes canoas pelo Rio Itapicuru acima até Caxias, e daí para Oeiras no lombo de cavalos. Outra parte vem da Bahia pelos mesmos meios de transporte, mas a distância é grande demais para que tais expedições deem lucro: trazem-na boiadeiros que vão lá anualmente vender gado. [...] A cidade tem três igrejas, duas das quais, embora já bem velhas, estão inacabadas. Há ainda vários outros edifícios públicos, como cadeia, quartel, a casa da assembleia da província, a câmara municipal e um hospital, mas nenhum deles merece menção, exceto a cadeia, que acabara de ser construída. Foi edificada sob a superintendência de um engenheiro alemão, que reside na província desde muitos anos, a serviço do governo; o prédio é de dois andares, havendo apenas dois outros edifícios na cidade que lhe são iguais neste particular; a parte inferior serve de cárcere e casa de correção; a parte de cima é usada como tribunal de justiça (GARDNER, 1975, p. 124 e 125).

Ambas as citações nos trazem informações diversas acerca da arquitetura que ali se materializava, dentre as quais destacamos essencialmente o fato de que, apesar de capital da província, o que naturalmente resultaria em uma maior opulência das suas construções, isso não aconteceu e acabou aproximando a capital da realidade das demais cidades da região, como veremos a seguir.

2.2 Campo Maior

Segundo Silva Filho (2007), a povoação de Santo Antônio do Surubim foi formada a partir do desenvolvimento das muitas fazendas de gado estabelecidas na região, por volta da segunda metade do século XVII. Não se sabe ao certo a data de criação da paróquia, apenas que, no ano de 1713, esta já existia. Campo Maior[15] foi uma das sete vilas criadas por João Pereira Caldas a partir de determinação real no sentido de povoamento da província, em oito de agosto de 1762, quando nesta existiam 31 fogos com 162 habitantes, sendo destes 128 livres e 34 escravos, e, ainda, no resto da freguesia, 276 fogos, 86 fazendas de gado e 1705 habitantes, sendo 128 livres e

585 escravos[16], o que evidencia que a maior parte da população estava concentrada fora do núcleo da vila, especialmente nas fazendas de gado.

Pereira da Costa (1974) tece breve descrição da vila cerca de dez anos após a sua criação:

> Ao lado da V.ª de Marvão, ou ao Norte da mesma, se encontra a V.ª de Campo Maior, numa espaçosa e alegre campina, com 79 fogos e semelhanças de povoação do R.no desafrontada de matos, e mais capaz de ser Cida.de q.~ esta de Oeiras. Tem m.no povo, m.ta faz.da e bons citios; [...] he regada de algumas ribeyras, [...] o Longá, Sorobi, copioso de peiche e outros mais inferiores. Contudo (1772) não tem Camara, cadêa, asougue nem outra alguma officina publica [...] No Celongue outro citio, assim chamado de nome de uma fazenda, também tem mais de 20 fogos juntos. Nas barras tem huma Igr.ª de campo m.to suficiente e p.ª a p.te do Poti, se trabalha noutra de invocação de N.S.ra dos humildes.

Além do supracitado autor, outros nos ajudam a reconstituir o cenário de Campo Maior nos anos seguintes à sua fundação:

> [...] villa medíocre, e bem situada na margem, e duas léguas acima da embocadura da rybeira do Surubim [...] junto d´huma lagoa profunda, piscoza de boa água. Além da Matriz dedicada a S. Antônio, tem uma Hermida de N. Senhora do Rozário... Seus habitantes criam gado, e cultivam algodoeiros e mantimentos (GAMA, 1943, p. 562).

Reunidas, as descrições evidenciam que, assim como as demais vilas, Campo Maior no momento da sua elevação à categoria de vila, ainda apresentava um cenário urbano muito incipiente, com uma população reduzida – e concentrada principalmente nas fazendas e poucas construções, com acentuada simplicidade.

De acordo com Silva Filho (2007, p. 69):

> Campo Maior vicejou, assim, naquele território chamado Longá, suavemente estendida na planície de perpétuas, fincada de carnaubeiras prateadas, entre a serra azul de perfil preciso e arestas cortantes e o rio de águas mansas e refulgentes que consagram o espírito, sombreado de moitas de mofumbo, habitado de surubins e mandis, onde lavadeiras de bustos ao sol ainda hoje coram roupa nos lajedos ardentes. Na margem do rio, ao longo da vereda estendida no sentido N-S da trilha do gado, cruzando o descampado em direção a Barras, surgiram as primeiras casas e a Matriz de Santo Antônio, firmando o núcleo da povoação. As posturas pombalinas encontraram ali uma configuração rarefeita de 30 fogos, assentados em consonância com a natureza. As novas construções foram se perfilando sem, contudo, eliminar por completo as irregularidades do caminho predefinidos pelas primeiras moradias. Na vizinhança da igreja se levantaram os edifícios mais representativos. Aí se cristalizou Campo Maior.

Juntamente com as descrições dos autores anteriormente citados, Silva Filho

16 Silva Filho (2007) atribui esse levantamento ao vigário Sebastião Vieira Sobral.

(2007) nos ajuda a compreender diversos aspectos importantes concernentes à fundação de Campo Maior. Destacamos, inicialmente, a estreita relação com o curso d´água – o Rio Surubim, como se pode perceber na imagem que retrata o núcleo fundacional da povoação (Figura 24); além da estreita relação deste com a rota do gado, atividade responsável pelo povoamento da região. Ressaltamos, ainda, a forte influência da igreja em relação ao desenvolvimento da povoação e, finalmente, a existência apenas das edificações estritamente necessárias ao estabelecimento da vila, além da reduzida população.

A figura anterior mostra o núcleo de origem da cidade, especialmente a zona marcada em rosa, que representava a rota que o gado percorria na região. A matriz está situada à margem direita do Rio Surubim, ao redor da qual formou-se a Praça de Santo Antônio e, em evidência, a intendência ao lado da igreja, a cadeia, a Igreja de Nossa Senhora do Rosário, o cemitério e o mercado (SILVA FILHO, 2007). A partir disso, observa-se que Campo Maior possuía os edifícios básicos para o desenvolvimento de uma povoação. Como de praxe, a Igreja de Rosário e o cemitério ficavam mais afastados do núcleo central da cidade.

A vista aérea do núcleo central de Campo Maior nas primeiras décadas do século XX evidencia que, mesmo depois de mais de um século de implantação da vila, a povoação ainda era rarefeita e especialmente concentrada na região mais próxima à igreja, região onde percebemos a já citada irregularidade no parcelamento. A Figura

Figura 24: Núcleo de origem da cidade de Campo Maior.



Fonte: SILVA FILHO, 2007. Redesenhada pela autora.

25 deixa clara a ocupação dos lotes dos quarteirões, notadamente concentrada nas testadas frontais e, finalmente, a maior largura das vias no sentido-norte sul, o que provavelmente relacionava-se com a rota do gado.

Observando de maneira minuciosa a imagem anterior, percebe-se que que a povoação que já existia antes da elevação à vila – correspondente à parte mais adensada da cidade não se ajustava aos traçados reguladores, pela acentuada irregularidade das vias e dos quarteirões. Segundo Silva Filho (2007), isso foi consequência da expansão do traçado ter sido de maneira justaposta às edificações já existentes, o que acabou por resultar em um traçado irregular (SILVA FILHO, 2007), com vias de variadas dimensões. Percebemos também uma grande variação na dimensão dos lotes, mas a recorrência de um único padrão: residências alinhadas nos fundos e nas laterais dos lotes e um recuo na área de fundos.

De maneira complementar à anterior, a imagem também do núcleo central de Campo Maior do início do século XX revela a rigidez do alinhamento ao limite frontal dessas edificações e a grande horizontalidade dessa arquitetura, que

Figura 25: Vista aérea do núcleo central de Campo Maior no início do século XX.



Fonte: SILVA FILHO, 2007

se materializava numa forte linearidade interrompida apenas pelas variações nas alturas das cumeeiras (Figura 26). Vemos, assim, nesse núcleo urbano características várias que se repetem nas povoações da região, como a horizontalidade, a rigidez no alinhamento, a concentração das habitações junto ao núcleo inicial e a simplicidade construtiva dessa arquitetura.

2.3 Parnaíba

As origens da povoação resultante na cidade de Parnaíba[17] estão relacionadas à

17 Parnaíba possui atualmente uma população estimada de 153.482 pessoas, com densidade demográfica [2010] de 334,51 hab/km². Situada no Bioma da Caatinga/Cerrado, a cidade apresenta 23.5% de domicílios com esgotamento sanitário adequado, 66.8% de domicílios urbanos em vias públicas com arborização e 5.6% de domicílios urbanos em vias públicas com urbanização adequada (IBGE, 2017). O conjunto histórico e paisagístico de Parnaíba foi tombado pelo IPHAN em 2014, sendo este dividido em cinco setores definidos de acordo com as características arquitetônicas e urbanísticas de cada monumento: Porto das Barcas, Praça da Graça, Praça Santo Antônio, Estação Ferroviária e Avenida Getúlio Vargas. As igrejas setecentistas da cidade são as únicas do Piauí em quadras residenciais, e a mesma destaca-se, especialmente, por ter se transformado, no século XIX, em um grande empório comercial e sua fisionomia urbana, como uma expressão do novo tempo, acolheu a arquitetura ferroviária do século XX além de edificações com inspiração de chalés, bangalôs e casas

Figura 26: Vista aérea do núcleo central de Campo Maior no início do século XX.



Fonte: SILVA FILHO, 2007

decisão do conselho ultramarino, no ano de 1699, da sondagem do Rio Parnaíba para a verificação da viabilidade de construção de um porto e desenvolvimento de uma vila na região do Delta, por ser este um local de passagem de muitos comerciantes e contrabandistas oriundos do Pará, da Bahia e de Pernambuco (FIGUEIREDO, 2001).

Já no ano de 1701, em virtude da necessidade de guardar animais e mercadorias de trocas, à margem direita do rio Igaraçu, houve a criação de do "Porto Salgado" ou "Porto das Barcas", o que originou assim o desenvolvimento da indústria do charque. Essa região prosperou em virtude da grande movimentação de embarcações, especialmente em virtude das embarcações de um português enriquecido, vindo do Rio Grande do Sul em meados do século XVII, Domingo Dias da Silva[18]. Este se tornou um fazendeiro importante, que realizou comércio diretamente com Lisboa e comercializou especialmente o charque com o Pará, Maranhão, Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro (FIGUEIREDO, 2001).

No ano de 1761, quando a Capitania de São José do Piauhy possuía apenas a vila da Môcha – elevada à cidade e capital no ano seguinte – , uma Carta Régia autorizou o assentamento de sete novas vilas, dentre elas, São João da Parnaíba. Esta trazia as instruções que deveriam ser seguidas para a implantação das novas vilas:

> [...] os habitantes deviam ser convocados em determinado dia para assistirem a escolha de local onde devia ser levantada uma praça, devendo-se erguer nela um pelourinho, seguindo-se as demarcações para construção de igreja, fazendo delinear as casas dos moradores por linha reta, de sorte que fiquem largas e direitas as ruas (PORTO, 1974, p. 69).

Figueiredo (2001) ressalta que que a Vila de São João da Parnaíba – assim como as demais – ocorreu decorrente de povoações já existentes e de paróquias já implantadas, seguindo uma forma de organização a partir do modelo estabelecido, onde os moradores decidiriam a localização da praça principal, da nova igreja e das demais edificações públicas. A resolução determinava ainda a demarcação dos lotes e exigia o mesmo estilo de fachada para as edificações, correspondendo a um esforço da administração de conferir uniformidade e harmonia ao conjunto "recém fundado".

Nesse sentido, Silva Filho (2007) explica que, apesar de serem as construções religiosas os mais importantes núcleos irradiadores do traçado urbano, em Parnaíba

com porão (IPHAN, 2014).

18 Depois da sua morte, em 1793, seus filhos continuaram seus negócios, que têm grande relação com o desenvolvimento da região (FIGUEIREDO, 2001).

encontramos uma exceção à regra, pois na maioria das cidades tais construções eram colocados em platôs mais altos, centralizados, em busca de monumentalidade para ressaltar a autoridade cristã, sem quaisquer preocupações com a insolação. Segundo Melo (2021, p. 43)

> No caso de Parnaíba os templos religiosos ainda que localizados em áreas estratégicas foram subordinados ao traçado regulador, o que confirma uma planificação urbana antes da sua existência.

Em 18 de agosto de 1762 foi instalada a nova Vila de São João da Parnaíba, a partir de uma fazenda de gado denominada "Testa Branca", que continha quatro residências, oito brancos livres e onze escravos. Ficava próxima à região do Delta e do Porto das Barcas, mas a tentativa de desenvolver a vila a partir da fazenda não foi exitosa. Silva Filho (2007) atribui esse fator a não aceitação por parte dos moradores da região do Porto das Barcas e a ausência de templo religioso no local, e Figueiredo (2001) acrescenta a estes, os problemas de cunho econômico. Esses fatores acarretaram a transferência da Vila para o Porto das Barcas, como relata Costa (1974, p. 151-152):

> Em 1769, a câmara baixou um edital proibindo que se edificasse, sem prévia licença, casa alguma em Testa Branca, ao passo que facilitava as dali [...] e somente depois que João Pereira Caldas deixou o governo da capitania foi que se resolveu sobre a mudança de local, sendo em 1770 transferida oficialmente a sede da Vila de São João da Parnaíba, em lugar da Testa Branca, para o sítio denominado Feitoria, ou Porto das Barcas, onde hoje campeia e floresce a frutuosa cidade de Parnaíba [...] Incontestavelmente o povoado do Porto das Barcas oferecia mais vantagens para o assento da nova Vila; era então uma feitoria de estabelecimentos de charqueada, cujos produtos se exportavam para Pernambuco, Bahia, Rio de Janeiro e Pará, deixando grande interesse às rendas públicas, pelo movimento comercial que resulta de semelhante indústria; com uma população crescente e ativa; algumas casas e armazéns, e uma pequena ermida fundada pelos habitantes da localidade.

A partir do exposto, constata-se que a Vila de São João da Parnaíba foi, originalmente, surgida a partir de dois núcleos geradores, o Porto das Barcas e a Fazenda Testa Branca, favorecida por sua localização geográfica privilegiada e sua estreita ligação com o ciclo do gado, segundo Falci (1995), era um ponto de escala e articulação com o sertão.

Sobre o desenvolvimento urbano, Silva Filho (2007) afirma que esta foi a primeira da província com um plano regulador implementando, ressaltando que esse planejamento prévio foi posterior ao núcleo inicial do Porto das Barcas. Nesse núcleo, a igreja perdeu o seu referencial enquanto reguladora do traçado urbano, adotando um urbanismo cartesiano, assentando-se em ruas mais retas e alinhadas,

originando assim, uma paisagem mais ordenada do que as outras vilas. Melo (2012, p. 46) ressalta ainda que

> Há ainda outras particularidades: foi o único núcleo urbano a reunir duas igrejas na mesma praça; a única que teve dois núcleos geradores, o Porto das Barcas – prefixação portuária de origem comercial; e a praça Matriz – onde se localizava o poder institucional - religioso e civil. Como se pode perceber, a singularidade foi um fator presente desde o início, quando Parnaíba ainda era uma vila em processo de formação.

Na segunda metade do século XVIII a Vila já era considerada próspera, em virtude especialmente do comércio de exportação, que ligava a mesma a vários pontos de norte a sul do país (IPHAN, 2006 e FIGUEIREDO, 2001). Esse período ficou marcado especialmente pela navegação fluvial e marítima, que foi iniciada pelo charque, que, ao perder espaço pela concorrência com o Sul, foi substituído por algodão, fumo, entre outros. Datam desse período importantes edifícios da cidade, como a Casa de Câmara e Cadeia e a "Casa Grande Simplício Dias[19]" (Figura 27).

Segundo Melo (2002, p. 47)

> A primeira cartografia de Parnaíba, de 1798 [Figura 28], forneceu uma visão de como era a ainda Vila de São João da Parnaíba. A planta (...) mostra a quadrícula como geratriz do traçado urbano, com quarenta e quatro quadras de diversas dimensões, retangulares, situadas ao redor de um centro quadrangular com a presença do pelourinho. Pode-se identificar a presença do Rio Igaraçu, a ocupação ao longo do rio e as ruas próximas ao Porto das Barcas, a Praça da Graça, as Igrejas de Nossa Senhora das Graças, iniciada em 1791, e concluída em 1795, e a Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos de Parnaíba, construída para os escravos da família Dias, e a antiga Rua Grande, atualmente chamada de Avenida Presidente Getúlio Vargas, indicando um vetor de ocupação que seria seguido pela cidade nas próximas décadas, e que terminaria em frente ao conjunto da Estação Ferroviária, na década de 1940.

A historiografia registra a existência de outra cartografia da cidade, datada de 1809 (Figura 29). De acordo com Melo (2002), apesar do mapa não obedecer a escala de distância dos referenciais naturais, nem ao número de quadras existentes, evidencia que a cidade tem praticamente a mesma configuração de antes, porém, com o acréscimo de outra praça com pelourinho, onde, anos depois, foi edificado o mercado. Identificam-se ainda casas térreas, sobrados, além de igrejas e a Capela de Mont Serrat.

Figueiredo (2001) comprova que a presença de sobrados retrata a prosperidade da Vila. Tal prosperidade foi responsável pelos acalorados debates que apontavam

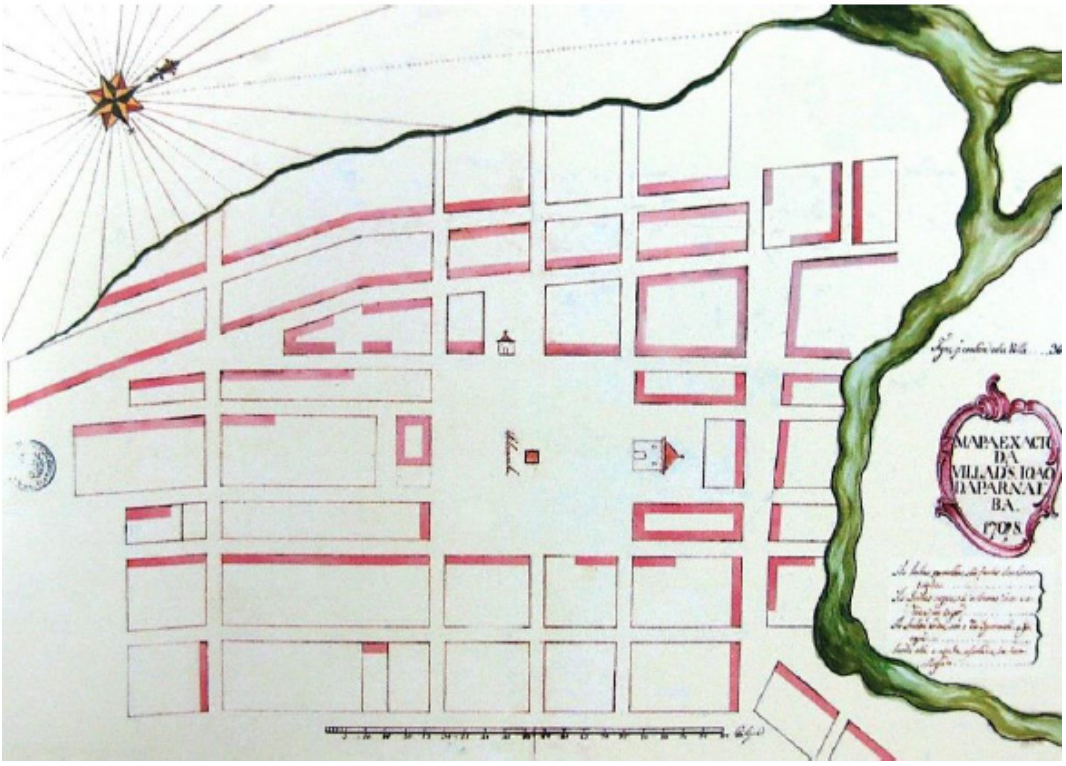
19 Trataremos desse edifício com maiores detalhes no Capítulo 5 da nossa tese.

Figura 27: Fotografia de época do Casarão Simplício Dias, provavelmente da primeira metade do século XX.



Fonte: Acervo FUNDAC.

Figura 28: : Mapa da Vila de São João da Parnaíba do ano 1798.



Fonte: SILVA FILHO, 2007.

que esta poderia ser a nova capital, pois Oeiras já não cumpria com louvor esse papel, o que acabou não se concretizando – apesar disso, Parnaíba manteve-se por todo o século XIX como um dos mais importantes núcleos da província, especialmente graças ao seu mercado fluvial e marítimo. Em 1844 a Vila foi elevada à cidade.

Relacionado com esse comércio próspero que se desenvolvia em Parnaíba, algo que teve forte relação com a sua história e, consequentemente, na sua arquitetura, foi a chegada de famílias estrangeiras à cidade, dentre as quais destacamos as

Figura 29: Mapa da Vila de Parnaíba do ano de 1809, com locais indicados a partir de nomes atuais.



Fonte: REIS FILHO, 2000, disponível em IPHAN, 2008.

famílias Clarck, responsáveis pela fundação da Casa Inglesa (Figura 30), e os Jacob, fundadores da Casa Marc Jacob (MELO, 2012).

Ainda, Figueiredo (2001) destaca que Parnaíba esteve em constante comunicação com o exterior e com o interior da província desde o século XVIII, a partir do comércio fluvial e marítimo. E Santana (1964) ressalta que Parnaíba entrou o século XX no período mais economicamente promissor da sua história, como fruto da extração e exportação da borracha de maniçoba, que se inicia em 1900.

2.4 Piracuruca

Figura 30: Aspecto da cidade de Parnaíba no início do século XX, com destaque para a Casa Inglesa no centro da Imagem.



Fonte: Acervo particular de Diderot Mavignier, disponível em GANDARA, 2008.

Várias proposições norteiam o surgimento da cidade de Piracuruca[20] em virtude da

20 "O conjunto histórico e paisagístico de Piracuruca foi tombado pelo Iphan em 2012. O centro histórico da cidade é um patrimônio único, que guarda importante acervo da arquitetura típica piauiense, ameaçada de desaparecimento pelas constantes substituições e modernizações. A área de tombamento compreende o centro da cidade, onde se destacam remanescentes urbanos e arquitetônicos de todos os períodos pelos quais o município passou ao longo de sua história, desde o início da ocupação de seu território, no século XVII, até por volta da década de 1960.O entorno, que resguarda a paisagem da área tombada, se estende até a margem oposta do rio Piracuruca, cuja ocupação mantém-se ainda relativamente restrita, para proteger a paisagem e

carência de dados e registros oficiais que comprovem os motivos da formação do arraial que originou a cidade. Destacamos, primeiramente, o que remonta à Fazenda Bitorocara, situada nas margens do rio de mesmo nome, que hoje é chamado de Rio Piracuruca (IPHAN, 2008).

A existência da fazenda está anotada no ano de 1697 (MOTT, 1985), e Nunes (1975) ressalta que desde o século XVII já existia nesta uma rudimentar capela dedicada à Nossa Senhora do Carmo, a partir da qual teria surgido um primeiro núcleo populacional, e que este se situaria a cerca de uma légua de onde foi construída a Igreja de Nossa Senhora do Monte do Carmo.

Vários outros autores atribuem o surgimento de Piracuruca ao templo católico erguido na região pelos irmãos Dantas[21], Manoel e José Dantas Correia, portugueses enriquecidos que, em uma viagem pelo interior do Piauí, foram aprisionados pelos índios. Alcançada a liberdade, voltaram à região para erguer a igreja em homenagem à Nossa Senhora do Carmo[22] (Figura 31) (FRANCO, 1977):

> A construção do templo deveu-se à promessa feita pelos prisioneiros dos índios à Nossa Senhora do Carmo, santa da devoção dos ricos portugueses. Segundo a crônica, ali empregaram grandes recursos, dando à obra um acabamento notável, de modo que ainda hoje se conserva como um dos mais belos templos do Piauí. O cumprimento do voto data do ano de 1743, quando se inicia a construção do templo, no local

controlar o adensamento. Desta forma, é possível resguardar o leito do rio e garantir a preservação da vegetação e do ecossistema ali existentes que são fundamentais para a leitura e interpretação do espaço. As pedras estão presentes na vida local por ser o município um grande produtor de ardósia - lajes em forma de placas superpostas, que têm múltiplas finalidades e podem ser usadas em calçamentos, calçadas, revestimento de paredes, balcões, superfície de mesas, bancos e decoração de interiores, entre outras formas. (IPHAN, 2014, s. p.)" No ano de 2019, Piracuruca tinha uma população estimada de 29.791 pessoas, distribuídas em um território de 2.369,210 km², Apresenta 9.6% de domicílios com esgotamento sanitário adequado, 61.8% de domicílios urbanos em vias públicas com arborização e 0.3% de domicílios urbanos em vias públicas com urbanização adequada (presença de bueiro, calçada, pavimentação e meio-fio) (IBGE, 2017).

21 Várias hipóteses permeiam a existência e origem dos irmãos Dantas. Uma delas diz que desembarcaram no Brasil em busca de pedras preciosas (IPHAN, 2008). Britto defende a teoria de Anísio Brito, de que ambos ficaram ricos após sua chegada à colônia e ressalta ainda que poderiam ser brasileiros e descendentes de Caetano Dantas, um rico português que teria vivido no Rio Grande do Norte. Existe também a hipótese de que não eram irmãos, mas padres jesuítas vindos ao Piauí para administrar fazendas de gado e, finalmente, a que "[...] aponta que teriam sido os irmãos Dantas enviados pela coroa para unir-se aos sesmeiros ali instalados e acelerar o povoamento das terras do Norte do Piauí na fundação de novas vilas, garantido a posse do território e melhorando a ligação terrestre estre as colônias do Brasil e do Maranhão, visto que o perigo de invasão por conquistadores de outros países representava uma ameaça constante". Sabe-se, com base em documentos, que eram possuidores de muitas léguas de terra e gado na região e que deixaram seus bens para a Igreja (FRANCO, 1977 e IPHAN, 2008).

22 O período da construção da igreja é incerto. Para Bittencourtt (1989), a construção se iniciou em 1722, e poucos dados existem até o ano de 1743, data gravada no frontispício da mesma, que indicaria a finalização da fachada ou do seu exterior. Segundo Iphan (2008), "Erguida em escala, proporção e estilo surpreendentes, se comparada ao porte do núcleo urbano na época da sua construção, é de se supor que tenha exigido um número considerável de pessoas trabalhando nas obras, e que isso tenha influenciado diretamente a ocupação da região". A Igreja foi tombada pelo SPHAN em 1940, com inscrição no Livro do Tombo de Belas Artes.

> que era conhecido SÍTIO, fazenda de gado criar e um arraial próspero e bem desenvolvido. Assim permaneceu o povoado, mais tarde conhecido como Piracuruca, nome do rio que banha aquela região. No correr dos anos ia progredindo, especialmente porque servia de escala de negócios entre Parnaíba e o sertão da capitania.

Uma terceira suposição, que corrobora em parte a anterior, é defendida por Anísio Brito, que defende que Piracuruca teria se originado da Fazenda Sítio:

> Abaixo cerca de 30 léguas da nascente do Rio Piracuruca, estende-se imensa planície, à direita do mesmo rio, onde, em começo do século XVIII, pela sua situação mui própria para estabelecimentos de criar, se fundou a fazenda chamada "Sítio", que é o nome, também, da sesmaria onde se acha encravada a hoje cidade de Piracuruca (BRITO, 1922, s.p).

Figura 31: Igreja Matriz de Nossa Senhora do Carmo



Fonte: Acervo pessoal A. C. Moreira

Diante de tais suposições, mesmo não comprovada a relação entre a igreja e o povoamento inicial, é consensual que esta tenha tido um importante papel para a consolidação do mesmo, pois funcionou como um elemento agregador e durante muito tempo foi o principal ponto de referência e único órgão controlador da população ali presente, registrando o número de casamentos, nascimentos e óbitos

(IPHAN, 2008).

Conforme Silva Filho (2007), Piracuruca foi elevada à freguesia em 1712, subordinada ao bispado de Pernambuco. Pereira da Costa (1974) diz que em 1723 já era uma das três freguesias do Piauí, juntamente com Oeiras e Longá. Somente em 1760 – quando os levantamentos indicavam que Piracuruca possuía 1402 pessoas adultas – a povoação foi elevada à condição de freguesia, e sua emancipação como vila ocorreu em 1832, via decreto imperial, sendo instalada em 1835 (FRANCO, 1977).

Atribui-se sua elevação à Vila em decorrência dos bons resultados da pecuária, obtidos entre 1809 e 1814, e diretamente relacionados à rápida expansão da exportação do charque em Parnaíba. O avanço da pecuária refletiu fortemente na cidade, que chegou a oito mil habitantes (PEREIRA DA COSTA, 1974). Em 1889 Piracuruca foi elevada à cidade (IPHAN, 2008).

Silva Filho descreve com minúcia o traçado de toda a ocupação da cidade. As características desta podem ser melhor observadas na Figura 32.

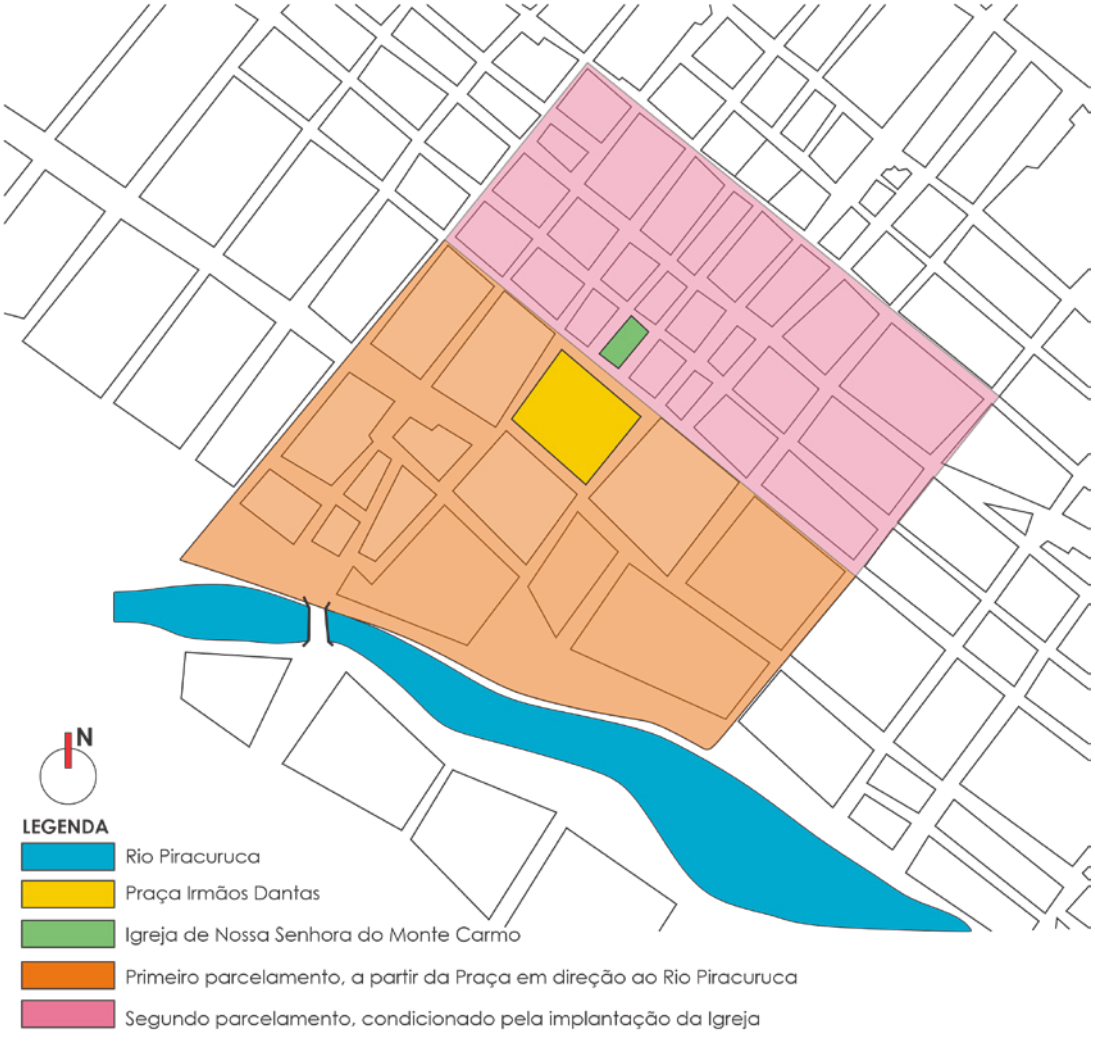
> O núcleo atual é marcado por três momentos distintos: o da igreja, antes e durante o ciclo da carnaúba, definhando no pós-guerra. Fora o prédio da matriz dedicada à N. Sra. Do Carmo, tudo o mais de relevo arquitetônico é do século XX ou já do XIX. Esse conjunto concentra-se no entorno da matriz, que é o prédio mais antigo e de excepcional valor artístico, tendo merecido o tombo federal e estadual. Tomada a monumentalidade da matriz, é curioso que nada da arquitetura civil setecentista tenha sobrevivido. Esse quadro de distanciamento arquitetônico entre a igreja e as moradias aponta para uma nucleação extremamente pobre de fogos, fato que reforça a natureza votiva da Igreja dos Dantas em local deserto. Por outro lado, está a planificação da cidade no final do século XIX, possivelmente varrendo casas do século anterior [...] As quadras da Praça Irmãos Dantas, entre a matriz e o rio Piracuruca, são as maiores e, provavelmente, as mais antigas, guardando ainda irregularidades de uma ocupação anterior à malha ortogonal que determinou a expansão da cidade na direção Norte. As quadras laterais e os fundos da matriz decorreram desse parcelamento mais recente, em que o traçado viário foi levado aos alicerces da igreja, deixando o templo ilhado. É possível que uma dessas laterais ou fundos, originalmente tenha sido ocupada por um cemitério, pois, o campo santo atual só foi construído em 1857 e distante da igreja. Essas quadras, ajustadas aos limites da igreja, são menores. O referencial desse parcelamento está nitidamente estampado na própria matriz, donde as quadras à esquerda e à direita seguem o comprimento da igreja e as de fundo a sua largura, configurando o centro do tabuleiro. O engradamento com a igreja no centro da cruzaria aponta para um acentuado processo de adensamento, confirmando esse centro como o local mais valorizado da cidade, no começo do século XX. Poe essa geometria de ajustamento viário aos limites da matriz, algumas quadras resultaram extremamente reduzidas. Nessa malha, três imóveis ocupam a quadra inteira: a matriz, o mercado público municipal e a casa de nº 554 da Rua João Martiniano, cuja quadra é menor que muitos quintais. A quadra da igreja, ou mais precisamente a própria igreja, se destaca assim como geratriz desse parcelamento.

> O alinhamento e implantação das casas comprovam a posteridade das mesmas em relação ao arruamento que deixou a matriz confinada entre reduzidíssimos passeios (SILVA FILHO, 2007, p. 127 - 130).

Diversas conclusões podem ser obtidas diante das considerações do autor e da imagem disposta. Primeiro, a força da Igreja Matriz de Nossa Senhora do Carmo como reguladora do traçado urbano local, e a peculiaridade do fato desta ter sido anterior ao traçado deu a conformação urbana de Piracuruca, fazendo desta um sítio de características ímpares, especialmente por resultar num traçado de linhas mais irregulares, distanciando-se do arruamento dos núcleos estabelecidos sob as determinações da Carta Régia de 1761. Assim, Piracuruca desenvolve-se adjacente ao rio e sob forte influência da igreja, que, de grandes proporções frente ao restante do conjunto, domina fortemente a paisagem.

Assim como os demais núcleos urbanos locais, Piracuruca apresentava feições extremamente horizontalizadas, com uma totalidade de casas térreas durante todo

Figura 32: Ampliação de trecho da área central de Piracuruca. Sem escala. Elaborado pela equipe técnica da SR/IPHAN-PI.



Fonte: IPHAN, 2008. Redesenhando pela autora.

o século XIX. O alinhamento das fachadas, como evidenciam as Figuras 33, 34 e 35, conferem à cidade um ar de cuidado e regularidade, que contrastava com o seu arruamento e foi característico das cidades piauienses durante todo o século XIX.

2.5 São Raimundo Nonato

A criação da freguesia de São Raimundo Nonato[23] data do ano de 1832, quando, a partir de um decreto da regência do Império, esta foi desmembrada dos territórios de Jaicós e Jerumenha. Construiu-se então a Igreja Matriz, que era dedicada à devoção de São Raimundo Nonato. Foi, mais tarde designada sede da paróquia e, mais tarde

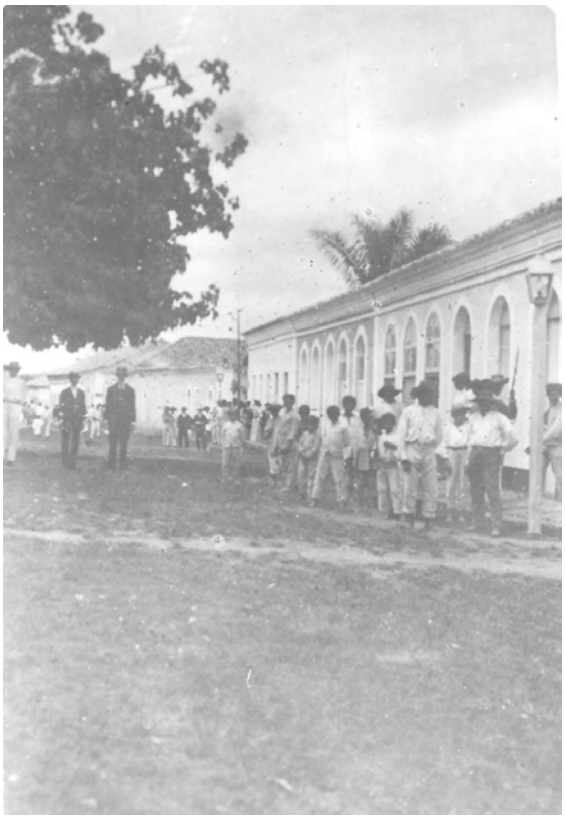
23 Situada na região sudeste do Piauí, no bioma da Caatinga, São Raimundo Nonato tem uma área de aproximadamente 2.415,599 km² e uma população estimada, em 2019, de 34.710 pessoas. Apresenta 4.4% de domicílios com esgotamento sanitário adequado, 57.7% de domicílios urbanos em vias públicas com arborização e 0.3% de domicílios urbanos em vias públicas com urbanização adequada (presença de bueiro, calçada, pavimentação e meio-fio). Quando comparado com os outros municípios do estado, fica na posição 144 de 224, 158 de 224 e 65 de 224, respectivamente (IBGE, 2017).

Figura 33: Foto de época de um trecho da Rua das Guela no início do século XX.



Fonte: FUNDAC, 2013

Figura 34: Foto de época da Casa e da Rua do Senador Gervásio no início do século XX.



Fonte: FUNDAC, 2013

Figura 35: Foto de época do entorno da Praça Irmãos Dantas no início do século XX.



Fonte: FUNDAC, 2013

da vila, o lugar denominado Confusões, mas, pelos termos da lei provincial nº35 de 27 de agosto de 1836, ela foi transferida para um lugar de denominação Jenipapo, onde se encontra atualmente a cidade.

A lei provincial de número 257, de 12 de agosto de 1850, elevou São Raimundo Nonato à categoria de vila, seguida da criação da comarca de primeira entrância pela lei provincial nº 468, de 12 de agosto de 1859. Segundo Franco (1977, p. 76-77),

> A povoação, que foi antiga aldeia de índios, teve como um de seus primeiros habitantes o proprietário da fazenda Jenipapo, que escolheria o lugar por algumas vantagens apresentadas, inclusive as proximidades de alguns baixões, próprios para a lavoura e pastagens. A influência baiana no povoamento da região foi muito importante pela proximidade do Rio São Francisco, que dava acesso às entradas e saídas de mercadorias e gêneros de produção da região [...] Ligando-se os fatos, antecedentes, fica-se sabendo que a criação do novo município é uma consequência das lutas entre jesuítas, sesmeiros e posseiros, com extinção dos índios, donos primitivos das terras [...] De fazenda em fazenda o município foi-se povoando, de modo que, à época de sua emancipação, assinalava-se notável pela população, riquezas naturais e acidentes geográficos, e especialmente pelo clima ameno, numa área que o coloca entre os maiores do estado. Alguns aglomerados, aldeias e povoados enriqueciam a população do município, num extenso território que posteriormente, ainda no século passado, desmembrou-se em municípios, sendo o mais importante São João do Piauí, no vale do rio Piauí.

Não tivemos acesso a nenhuma cartografia ou quaisquer tipos de representações antigas da cidade de São Raimundo Nonato, o que nos obriga a fazer uma análise do seu traçado urbano a partir da sua conformação contemporânea, que pode ter sofrido mutilações diversas. Ainda assim, foi possível tecer algumas considerações sobre a estruturação urbana inicial dessa cidade e, a primeira delas, é que, de forma distinta de várias outras cidades aqui apresentadas, o traçado de São Raimundo Nonato apresenta-se de forma bem mais irregular, evidenciando o caráter mais espontâneo do seu desenvolvimento, que não seguiu as determinações contidas na Carta Régia de 1761, que balizou o desenvolvimento dos núcleos urbanos da região.

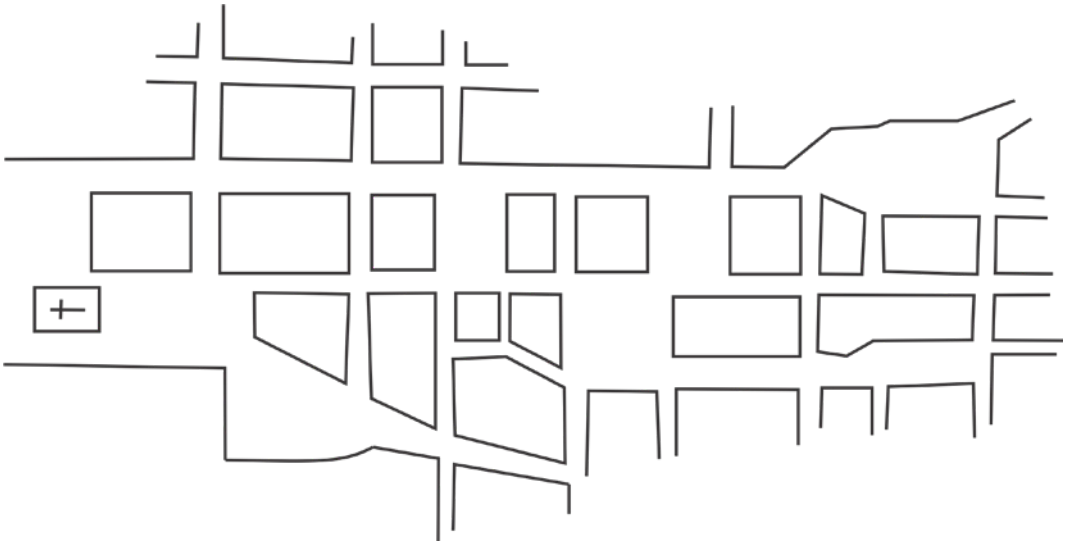
Um segundo aspecto que podemos ressaltar com relação ao traçado urbano de São Raimundo Nonato é que a cidade tem como principais cursos d´água, que drenam o município, os riachos Canário e Baixão do Sítio, além do Rio Piauí (Figura 36 e Figura 37), o qual tem seu leito represado logo acima da sede municipal. Apesar disso, a cidade desenvolveu-se de maneira independente desses cursos d´água, que pareceram não interferir no desenho do seu núcleo inicial.

Ressaltamos, como um terceiro e último aspecto relativo ao urbanismo do núcleo original de São Raimundo Nonato, a importância da Praça da Igreja Matriz como estruturadora do espaço urbano. Como foi corrente em muitas cidades

piauienses, como uma reminiscência do urbanismo colonial, ao redor da praça estavam materializados os edifícios representativos dos vários tipos de poder – a igreja, o mercado e o quartel da força policial, sendo os dois últimos retratados na figura a seguir (Figura 39).

Contribuindo para uma reconstituição desse cenário, Pena e Neiva descrevem o cenário que encontraram na cidade no ano de 1912, que devia se assemelhar

Figura 36: Parcelamento atual do núcleo central de São Raimundo Nonato.



Fonte: SILVA FILHO, 2007. Redesenhado pela auora.

Figura 37: São Raimundo Nonato e seus cursos d´água.



Fonte: GOOGLE MAPS, 2016. Redesenhado pela autora.

Figura 38: Rio Piauí em época de estiagem com edificações de São Raimundo Nonato ao fundo, no ano de 1912.



Fonte: FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ, 1992.

fortemente ao cenário dos fins do século anterior:

> S. Raymundo Nonato é uma vila de casas térreas, construídas com adobes, pavimentadas de tijolos, caídas, cobertas de telhas, sem forros. Há duas ruas extensas, estreitas, sem calçamento, duas praças, e casas esparsas e sem ordem. População de 2.000 almas mais ou menos. Uma igreja de arquitetura banal, pequeno mercado muito pobre, algumas casas comerciais com pouco sortimento e caríssimo. Duas escolas públicas, mal acomodadas e pouco frequentadas (PENA e NEIVA, 1916, p. 191).

Figura 39: Praça principal da cidade de São Raimundo Nonato, em 1912



Fonte: PENA E NEIVA, 1916.

Em relação a arquitetura do século XIX da cidade, confirma-se o que era usual na província, a forte ressonância do período colonial, com edifícios predominantemente térreos e de grandes testadas, o que conferia a cidade grande horizontalidade. Os grandes panos de telhado, com água voltada para a testada do lote contribuíam para confirmar o aspecto de cidade do Brasil colônia, como se evidencia nas imagens a seguir, que Melo e Siqueira (2014) dizem ser marcante no núcleo de povoamento original da cidade.

2.6 Teresina

Situada na região centro-norte do estado do Piauí, como apontado no capítulo anterior, Teresina[24] foi fundada, por fatores diversos, para ser a nova capital da

24 O nome da cidade foi uma homenagem à imperatriz Teresa Cristina Maria de Bourbon, que teria sido a mediadora junto ao imperador Dom Pedro II para que a capital viesse a ser Teresina. Em 2019, sua população estimada era de 864.845 pessoas, com uma área territorial de 1.391,046 km². Teresina apresenta 61.6% de domicílios com esgotamento sanitário adequado, 72.3% de domicílios urbanos em vias públicas com arborização e 5.8% de domicílios urbanos em vias públicas com urbanização adequada (presença de bueiro, calçada, pavimentação e meio-fio) (IBGE, 2017).

Figura 40: Edificações do núcleo central da cidade de São Raimundo Nonato.



Fonte: SILVA FILHO, 2007.

Figura 41: Casario da cidade de São Raimundo Nonato, na segunda metade do século XIX.



Fonte: PORTAL DO SERTÃO, 2020.

Figura 42: Desfile de 07 de setembro de 1949, com casario histórico da cidade de São Raimundo Nonato ao fundo.



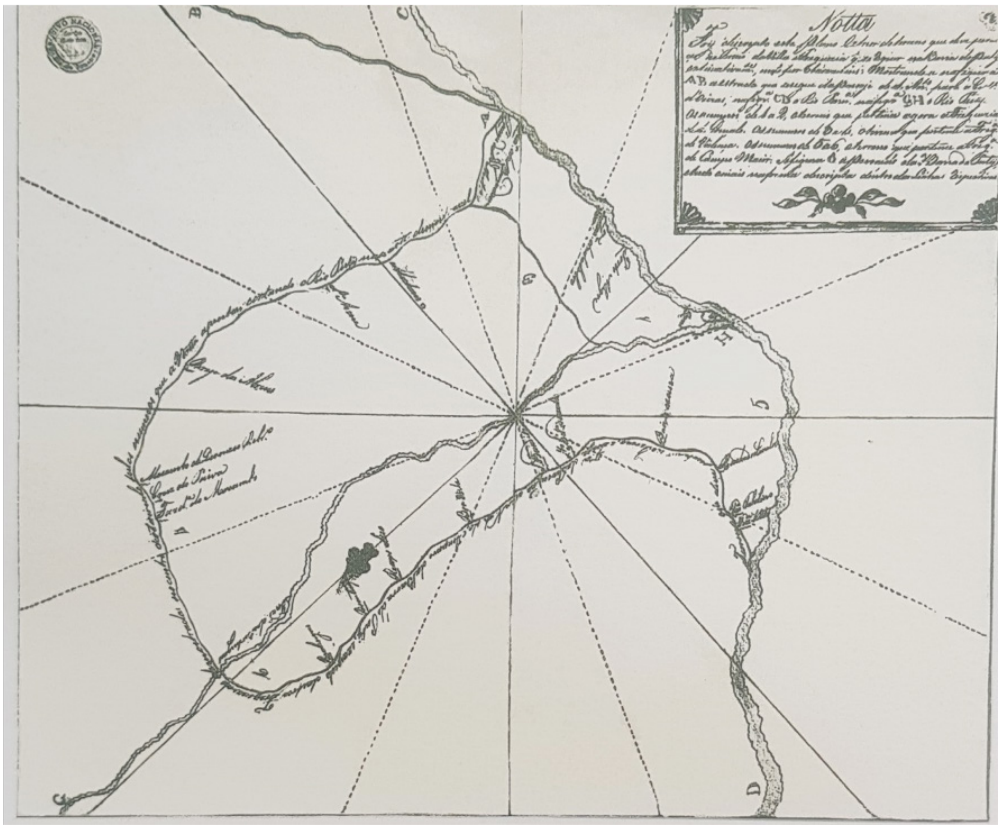
Fonte: PORTAL DO SERTÃO, 2020.

província, em substituição à cidade de Oeiras, que não mais atendia aos requisitos necessários a tal posto. Essa situação foi responsável por muitos aspectos da conformação urbanística, do traçado e da arquitetura de Teresina, distanciando-a em alguns aspectos das cidades da região.

Após a decisão de que a nova capital seria fundada e construída nas margens do Rio Parnaíba, no centro norte do estado, optou-se por uma localidade adjacente ao Rio Poti (Figura 43), na confluência com o Rio Parnaíba, que já dispunha de certa população e considerável comércio. Apesar disso, especialmente por questões relacionadas à salubridade, a capital acabou em, 16 de agosto de 1852, instalada em uma região conhecida como *Chapada do Corisco,* a poucas léguas dali.

Inicialmente, para que se fizesse o planejamento da nova capital a ser erguida, Saraiva, o então presidente da província, solicitou a vinda para a região de um Oficial do Corpo de Engenheiros (NUNES, 2007). Tal solicitação não foi atendida e foi convocado o mestre dos canteiros das obras públicas da província, o João

Figura 43: Mapa que assinala a povoação da Barra do Poti, certamente anterior a novembro de 1833. Mostra-se no mapa AB, a estrada que liga de Santo Antônio a Oeiras; Em CD o Rio Parnaíba, em GH o Rio Poti.



Fonte: Disponível em SILVA FILHO, 2007.

Isidoro da Silva França, que, segundo Nunes (2007) remeteu um "borrão" com os quarteirões da praça que ficaria a Matriz. Segundo o mesmo autor, em torno dessa "planta" havia outros documentos, pois Saraiva também já teria feito um projeto que se diferenciava um pouco do Mestre João Isidoro.

Segundo Silva Filho (2007, p. 99),

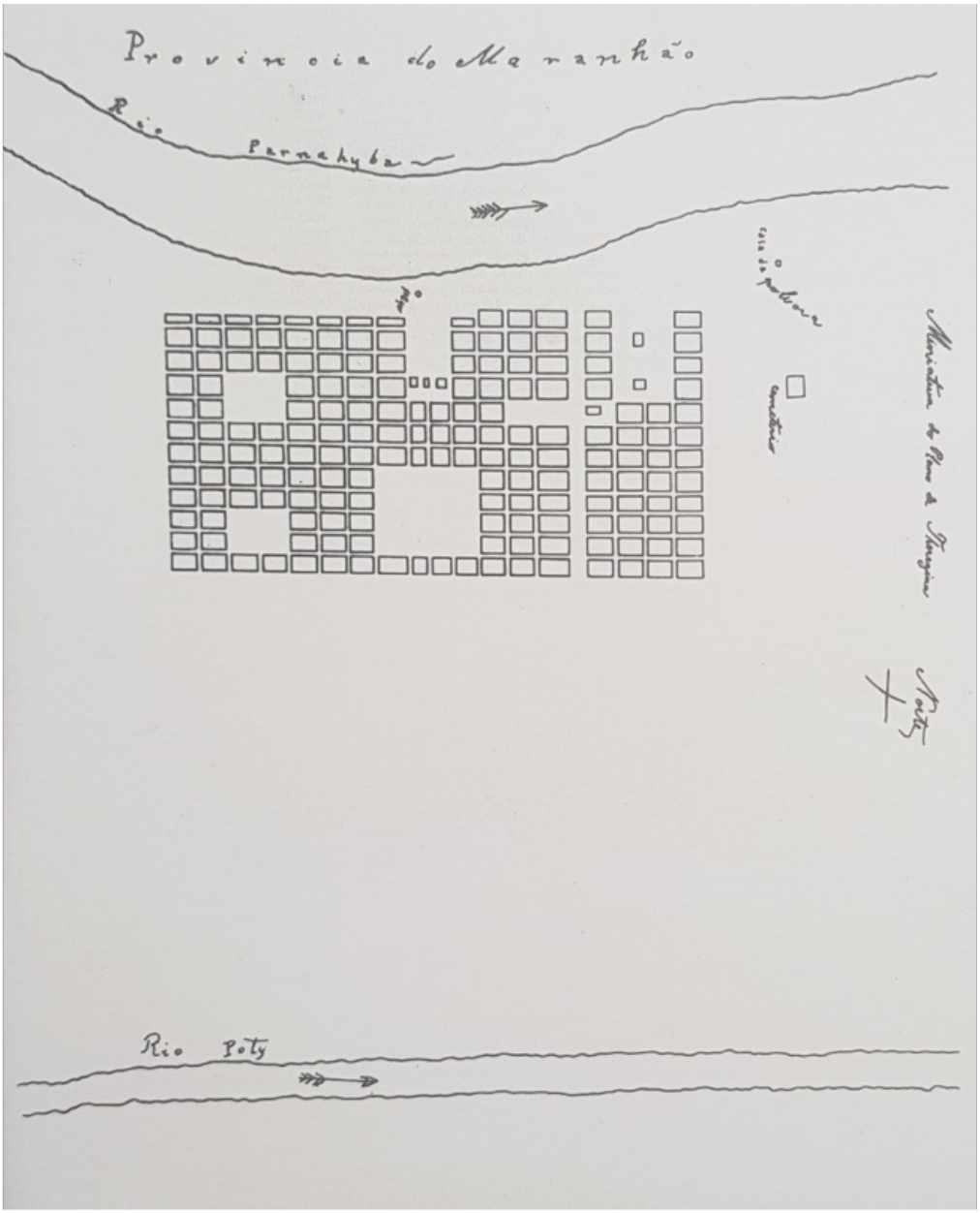
> Se tais borrões expressam menor apreensão urbanística, e, sem notícia de outro documento mais consistente, seria superficial dizer, vista a regularidade geométrica remanescente, que o terrapleno tenha sido a prancha do desenho. Por outro lado, vê-se aflorado o ímpeto de Saraiva em não perder a oportunidade de fazer a transferência da capital no seu governo, mais valendo o riscado de João Isidoro que improvável plano de Official do Império. Nesse tempo, quando a província ainda não dispunha de arquiteto ou engenheiro, e a qualificação de mestre-de-obras de certa forma se alinhava com a desses profissionais, João Isidoro se torna o projetista oficial da Província. Solicitado por Saraiva para apresentar plantas e orçamentos de prédios [...] Por esses dados parece correto atribuir a João Isidoro o mérito do primeiro riscado para a Vila Nova do Poti, modificado por Saraiva com a intenção de ampliar a praça.

Para Barreto (1975), apesar de ser uma jovem capital, Teresina foi construída ainda segundo as regras da Carta Régia de 1761. Ao analisar o plano a partir da "Miniatura do Plano de Therezina" (Figura 44), Silva Filho (2007) pressupõe que a menor largura das quadras, na linha mais próxima ao rio Parnaíba, se dá em virtude do aumento da praça feita por Saraiva, que, em correspondências, estabelece justificativas socioeconômicas para esse traçado, além de outros fundamentos urbanísticos empregados na concepção do plano: buscava-se o desenvolvimento de uma povoação com caráter paisagístico e ambiental provenientes de uma povoação regularizada e bela, com a exploração da bela paisagem proporcionada pelo Rio Parnaíba.

Silva Filho (2007, p. 101-102) descreve com minúcia sua perspectiva sobre o plano para a cidade de Teresina:

> Na demarcação do termo, com um quarto de légua para o N e outro tanto para o S, os cursos d´água serviram de limite L-W, pouco ou nada diferenciando dos antigos procedimentos. Já muito distanciada das primitivas nucleações surgidas dos caminhos do gado, de arruamentos irregulares configurados pelas casas, a nova capital buscou por uma disposição ordeira e de equilíbrio. Repetia-se a morfologia do complexo praça-igreja das povoações paroquiais setecentistas, balizando o núcleo gerador da malha urbana. Porquanto esse esquema se identifica em forma, função implantação com a *célula mater* das antigas nucleações, a

Figura 44: Miniatura do Plano de Therezina.



Fonte: Acervo CAB.

frontaria da matriz, descortinando a paisagem do Parnaíba, cujo curso nesse trecho coincide com a direção S-N, se prende a um rigoroso ajustamento cardeal. Menos pela subordinação à Diocese do Maranhão que pela ação política, aproximações do sítio com as *Constituições do Acerbispado da Bahia* seriam casuais. Maior afinidade se congrega à tradição das paróquias estabelecidas no sertão. Não se vê aqui a participação do clero na determinação da igreja, mas, como no passado, reservou-se a cabeceira mais elevada da grande praça para esse assentamento. Se a planície dissimula esse vínculo com o terrapleno, sem maior acuidade se percebe que a implantação denuncia o entendimento do terreno. Por esse mesmo intento de orientação, a malha ortogonal se conformou a essa

> bússola. A acomodação das quadras seguia assim a linha frontal da igreja, enquanto a margem deixada entre o rio e a primeira fileira de quadras, que se observa na *Miniatura do plano de Therezina,* originalmente mais generosa, posto que teria absorvido a ampliação de Saraiva e, mais tarde, outra sequência de quarteirões margeando a Avenida Maranhão, tinha a intenção de proteção ambiental, notadamente em relação às enchentes. Será pouco provável que essa faixa ribeirinha tivesse o objetivo de zona de expansão, tomada sua pouca largura para tal objetivo, vista a descontinuidade da linha de quadras ali registrada e, sobre modo, as demais direções livres para o crescimento radial. Não será exagero dizer que tal faixa se caracterizava como reserva ecológica e paisagística. Nesse sentido, o riscado inicial não foi obra do impulso repentista, mas ideia subordinada à geografia, baldrame natural para o diagrama regulador e para o bom e fácil assentamento dos edifícios. Certamente por essa apreensão cenográfica, a praça não foi demarcada no centro geométrico do tabuleiro, mas em maior proximidade do rio e no eixo de simetria L-W com 8 fileiras de quadras de cada lado. Esses atributos reforçam a ideia de que a *Miniatura do Plano de Therezina* é resultado de uma base previamente riscada.

Diante da detalhada descrição e análise de Silva Filho (2007) da Miniatura do Plano de Terezina, reforçamos alguns aspectos resultantes do traçado urbano da cidade. O primeiro deles é que, pelo fato de ser uma capital em certa medida planejada, sua configuração acaba distanciando-se um pouco das outras cidades, que já buscavam certa geometrização do seu traçado mas não teriam alcançado a rigidez presente e materializada em Teresina, que só foi possível pelo fato de ser uma povoação não espontânea.

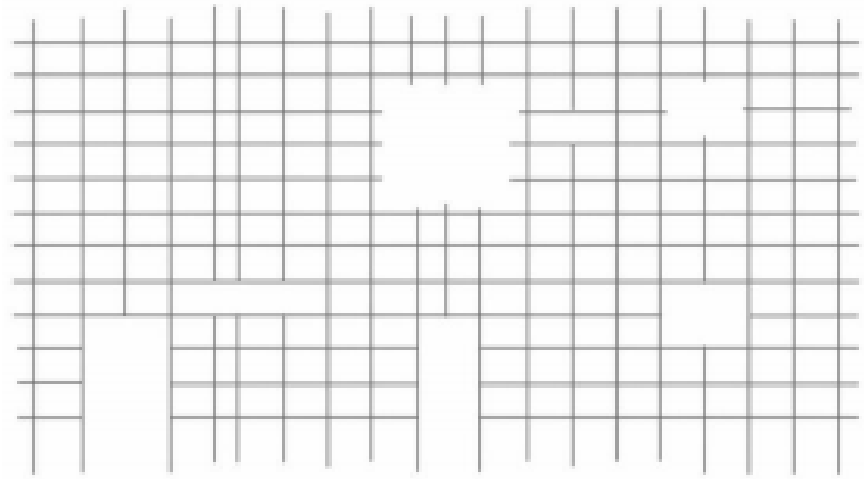
Destacamos, além desse traçado fortemente geometrizado, a tentativa de modulação, evidenciada na Figura 45. A estreita relação entre a cidade e o rio Parnaíba, fator de grande importância na determinação nas características da nova capital a aproxima de vários outros núcleos urbanos aqui estudados, assim como a presença forte do binômio praça-igreja, que concentrava, nos seus arredores, as mais importantes edificações da cidade[25] (Figuras 46, 47, 48, 49 e 50), revelando uma forte ligação com esse importante aspecto do urbanismo ainda colonial.

Ainda nesse sentido, Silva Filho (2007) ressalta a semelhança entre a Miniatura do Plano de Therezina e a Planta da Villa do Itapicuru, no Maranhão, datada de 1755, em que até a cadeia também foi localizada na extremidade da Praça Central, junto à margem fluvial. Ressalta-se ainda o rígido traçado geometrizado, as quadras adjacentes à grande praça central no eixo geométrico que abriga a igreja voltada para

25 Abordamos com maior especificidade o processo de construção das primeiras edificações da cidade de Teresina em MOREIRA (2016).

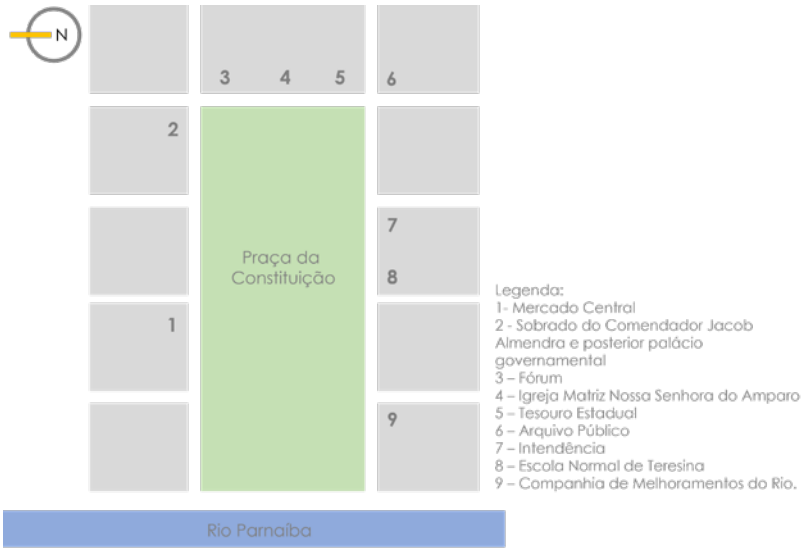
26 Abordaremos, com maior especificidade, o Sobrado da Família Almendra no capítulo 04 desta tese. Para ler mais sobre o assunto, consultar MOREIRA, 2016.

Figura 45: Esquema da Miniatura do Plano de Therezina.



Fonte: TEIXEIRA, 2018, com base no Plano de Teresina de 1852.

Figura 46: Esquema simplificado da Praça da Constituição e quarteirões adjacentes, no início do século XX.



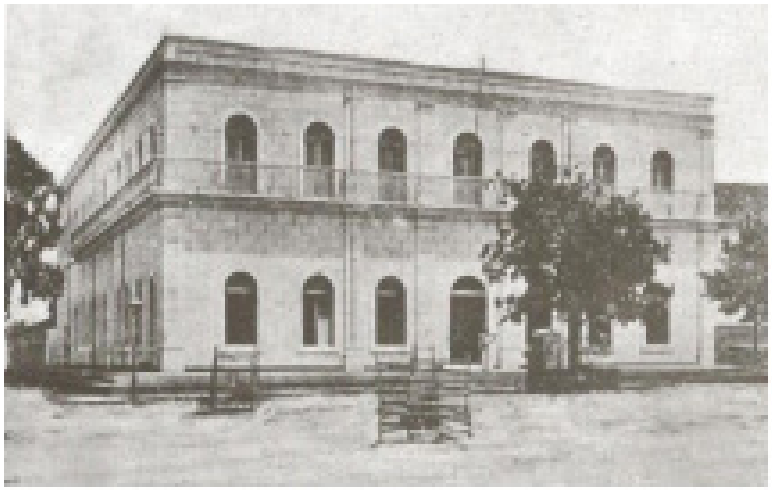
Fonte: TEIXEIRA, 2008. Editada pela autora.

Figura 47: Praça da Constituição no início do século XX, onde vê-se em primeiro plano o mercado, na mesma lateral o Sobrado da Família Almendra e, ao fundo, o fórum e a Igreja Matriz.



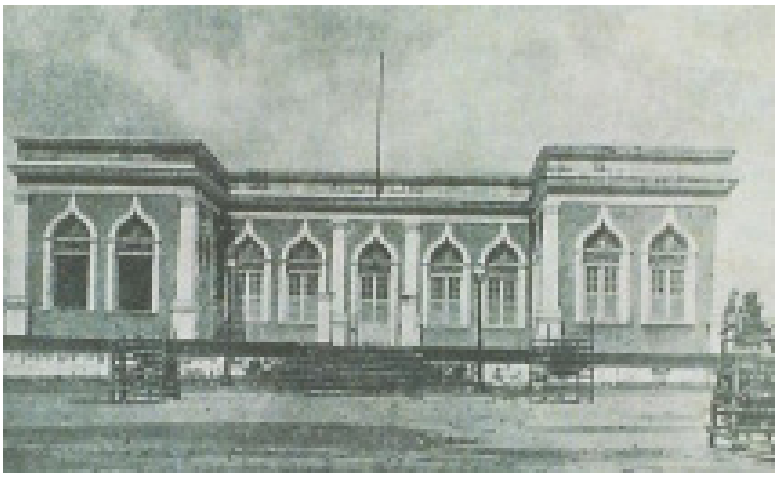
Fonte: Acervo FUNDAC.

Figura 48: Sobrado da Família Almendra[26] no início do século XX.



Fonte: Acervo FUNDAC.

Figura 49: Fórum de Teresina no início do século XX.



Fonte: Acervo FUNDAC.

Figura 50: Mercado Público de Teresina.



Fonte: O MERCADO, 1913.

o rio, além da divisão das quadras com as testadas dos terrenos no sentido Leste-Oeste.

Outros autores abordam as relações do plano de Teresina. Braz e Silva (2012)

diz que havia um vínculo formal entre o plano e o modelo urbano português das colônias brasileiras e o urbanismo pombalino da reconstrução de Lisboa em 1755. Souza (2004) julga impertinentes a noção do uso das ideias pombalinas no planejamento da nova capital, construída já três décadas depois da independência do Brasil.

Assim como as características do plano, sua ocupação foi de extrema importância para a consolidação dos atributos da cidade de Teresina. Sobre isso, Monteiro (1987, p. 94) diz que

> [...] Saraiva distribuiu terrenos à mão cheia. Não dava um lote para o morador da novel capital fazer sua casa. A cada um ele dava logo um quarteirão de 40x40 braças, 1600 braças quadradas. Muitos fizeram plantios que nomeavam por sítios ou rocinhas e até criavam gafos. Alguns tinham vacas estabuladas, ou semi-estabuladas para leite de consumo e venda. Outros faziam ali os chiqueiros para abrigo dos seus rebanhos de cabras e ovelhas que iriam pastar nas vias públicas. E havia ainda aqueles que criavam todos os animais domésticos na rua, inclusive porcos, onde a cidade era o campo coletivo, como as outras cidadezinhas interioranas do nosso sertão.

Ainda sobre a ocupação do plano, Monteiro revela que como medida inicial foram locadas as duas primeiras grandes praças e reservados doze quarteirões aos prédios públicos, onde a forma e a posição destes apontava para a hierarquia da posição que ocupavam. De um total de cem quarteirões da malha quadrangular proposta pelo plano, dezessete foram retirados para dar lugar a logradouros públicos, doze destinados a prédios públicos e um ao quartel de polícia, restando assim setenta quarteirões para as demais atividades. Em decorrência do sucesso da ocupação inicial, muitos foram os interessados em adquirir os terrenos que teriam sido doados anteriormente e os situados à beira do Parnaíba e nas suas proximidades, e esta região tornou-se uma zona estratégica de comércio, pelas facilidades relativas ao comércio fluvial. Os terrenos da região tornaram-se mais caros à medida que se aproximavam do rio (MONTEIRO, 1987).

Apesar de não estar indicado na *Miniatura do Plano de Therezina*, outro importante aspecto a ser abordado sobre o desenvolvimento de Teresina é o parcelamento do seu solo (Figura 38), que certamente foi regulamentado: em um primeiro momento, os terrenos "seriam concedidos dentro da quadra da décima urbana a 100 réis por cada braça de frente, anualmente; fora da quadra, a 50 réis" (CHAVES, 1998, p. 37).

Segundo Silva Filho (2007), o parcelamento dos quarteirões se fez a partir do mesmo em duas metades, e cada uma dessas metades foi subdivida em cinco ou

seis lotes, que tinham as suas testadas voltadas as ruas que desciam para o rio, na direção leste-oeste. Inicialmente, alguns imóveis ocupavam toda uma quadra, mas a comercialização do solo urbano, que não acontecia sobre regras mais rígidas, acabou subdividindo grande parte dos lotes maiores, que gerou uma descaracterização do parcelamento original.

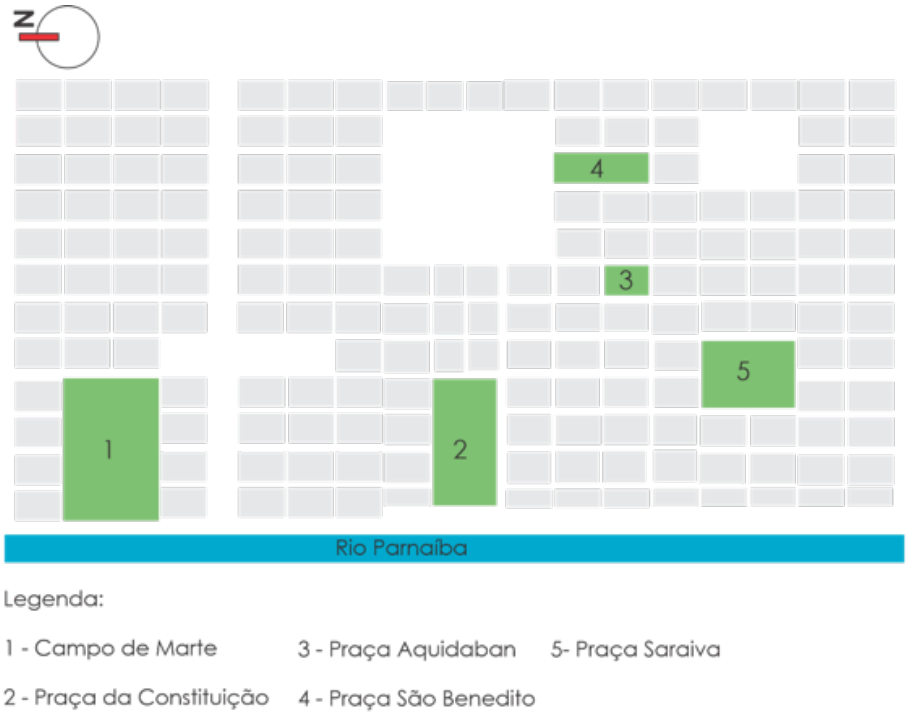
Teixeira (2018, p. 80) nos apresenta um breve panorama da cidade no final do século XIX (Figura 51):

> Até fins do século XIX, a cidade tinha cinco praças, que reuniam no seu entorno prédios institucionais. Entre as praças criadas há uma clara hierarquia, onde a Praça da Constituição abrigou os prédios públicos mais importantes [...] Na praça Aquidaban estava o Quartel da Polícia. Junto à Praça São Benedito foi construída a nova Igreja de São Benedito. Em volta da praça Saraiva estava a Igreja de Nossa Senhora das Dores e duas escolas públicas. A Secretaria de Polícia foi instalada na Rua da Palma, enquanto o Cemitério Público ficou, como determinava as normas sanitárias, fora dos limites da cidade.

Apesar de muitos aspectos terem afastado Teresina da configuração urbana de muitas cidades do Piauí, especialmente pela natureza da sua fundação – algumas cidades construídas do zero para ser a capital de uma província, outros levaram a cidade a assemelhar-se com as demais da região. Também enfrentou grandes dificuldades econômicas e técnicas para que sua arquitetura pudesse se desenvolver (MOREIRA, 2016).

As imagens a seguir mostram o caráter fortemente horizontal da sua arquitetura, com sobrados em número quase insignificantes frente a sua produção

Figura 51: Sistema de praças de Teresina até o fim do século XIX.



Fonte: disponível em Teixeira, 2018. Editada Pela autora.

total; o rígido alinhamento das construções, estabelecido nos seus primeiros códigos de posturas, e, especialmente, o fato de que mesmo sendo uma arquitetura produzida majoritariamente na segunda metade do século XIX, com seus amplos telhados voltados para a testada dos lotes, muito se assemelhava com as construções da arquitetura ainda colonial.

2.7 Pedro II

O embrião de Pedro II data do final do século XVII, quando na região da atual cidade[27] instalou-se o povoado Pequizeiro, a partir de uma fazenda fundada por João

27 Hoje Pedro II pertence à Mesorregião do Centro Norte Piauiense e integra a Microrregião de Campo Maior. Localizada na Serra dos Matões, com altitude máxima de 720 metros, distante cerca de 200 km da capital Teresina e 37500 habitantes (IBGE, 2010) distribuídos em uma área de 1518,186 km². O clima da cidade é

Figura 52: Rua Barroso na primeira metade do século XX.



Fonte: Acervo CAB.

Figura 53: Rua Firmino Pires na primeira metade do século XX.



Fonte: Acervo CAB.

Alves Pereira, seus irmãos e os amigos Abel Pereira dos Santos e Antônio Pereira, todos portugueses, ao norte do território piauiense (PEREIRA, 1986).

Segundo Franco (1977, p. 84-85), o grupo

> De início, levados pela religião de que eram possuídos, edificaram uma pequena e humilde capela dedicada ao culto de Nossa Senhora – Virgem Santíssima, que se tornou padroeira do lugar. João Alves Pereira, o mais abastado de todos, doou um quilômetro e meio de terra. Estava assim constituído o patrimônio da hoje cidade de Pedro II. [...] o povoado Piquizeiro, em 26 de agosto de 1851, por proposta do presidente José Antônio Saraiva, publicada no mesmo mês, foi elevado a Paróquia, com a invocação de Nossa Senhora dos Matões. Foi, pois, dessa época a mudança de Piquizeiro para Matões, sendo o terreno desmembrado de Piracuruca. Em 11 de agosto de 1854, pela lei provincial nº 367, o povoado foi elevado a vila, com o nome de Pedro II, o então imperador do Brasil. A instalação se deu oficialmente no dia 25 de agosto de 1855.

Apesar da origem de Pedro II ser comumente associada a esse grupo de portugueses e seus descendentes, apoiado em Lima (2009), Brito (2015, p. 100) assinala que

> Entretanto, é importante deixar claro que a sociedade de Pedro II formada durante o período colonial não surgiu exclusivamente a partir desses povoadores portugueses que ali chegaram no final do século XVIII e que fixaram moradia no lugar por eles denominado de "Pequizeiro". Os negros trazidos na condição de escravos deram início ao lugarejo que hoje corresponde ao bairro "Saborá", primeiro bairro da periferia de Pedro II, habitado por eles e seus descendentes, como sugerem as notas de compra e venda de escravos ainda existentes em um dos cartórios da cidade. Também desta localidade, procederam-se as primeiras lavadeiras e engomadeiras que serviam nas casas da elite econômica e política local. É ainda provável que negros fugitivos já formassem uma pequena comunidade na região de sertão conhecida como "São Luís". Além disso, na formação da sociedade pedrossegundense não se pode ignorar a presença indígena, cuja descendência fixou-se, sobretudo, na comunidade "Nazaré"

Segundo Pereira (1988), a economia da então Vila de Pedro fundamentava-se no cultivo da cana de açúcar para a fabricação da cachaça que era produzida em cerca de sessenta engenhos e onze alambiques espalhados pela região. O fumo também era produzido na região, em maior escala do que as outras culturas, como o milho, mandioca, feijão e arroz. Extraia-se ainda a cera de carnaúba e a pecuária bovina movimentava um modesto comércio de couro e de sola.

As transações de importação e exportação do município muito diminutas,

classificado como tropical alternadamente seco e úmido, com temperatura média de 26ºC. A economia local é baseada na agricultura, na criação de gado e na extração e lapidação de pedras preciosas, e destaca-se no cenário local pela produção de opala. Valoriza-se ainda pelo seu rico artesanato, como as redes e tapeçarias criadas em teares manuais e a produção cerâmica (CEPRO, 2002).

eram feitas sempre por meio da cidade de Parnaíba e da província vizinha do Ceará, especialmente com de Sobral e Ipu, que estavam ligadas por via férrea ao porto marítimo de Camocim. Com a queda do Império, no ano de 1889, a Vila e o Município de Pedro II voltaram a sua antiga denominação, Matões. Em 1891, a Vila foi elevada à categoria de Cidade, agora sob o nome de Itamarati, em homenagem ao Palácio da Presidência da República, mas frente à negativa dos seus habitantes quanto à nova denominação, o nome Pedro II foi restabelecido no ano de 1911 (PEREIRA, 1986).

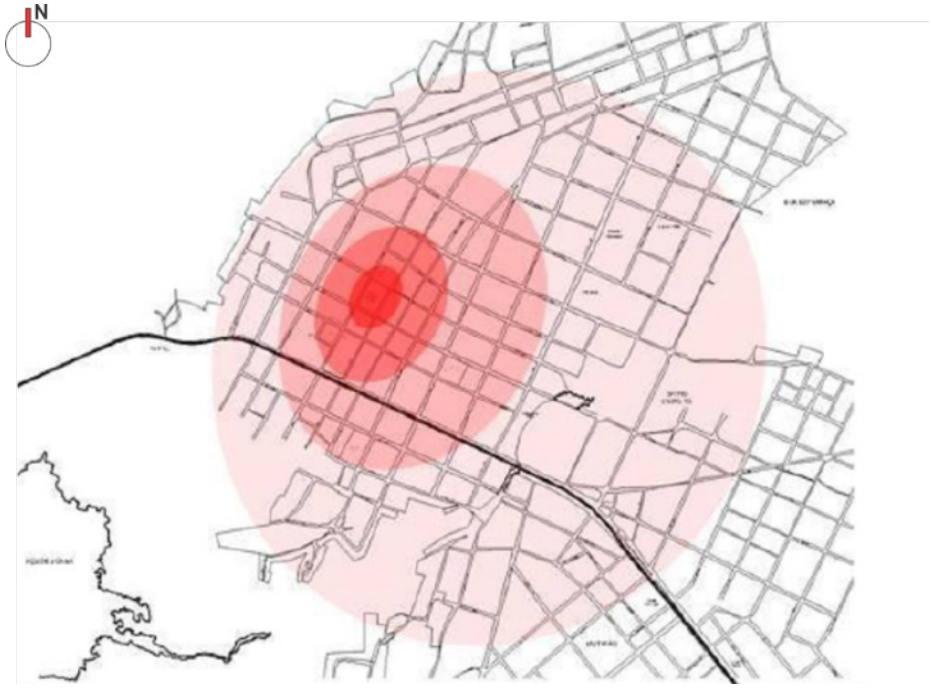
Apesar de Pedro II ter sido elevada à Vila apenas no ano de 1854, sua formação urbana baseou-se nas ordenações de caráter normativo da época do Brasil Colônia, em especial pela já comentada Carta Régia de 1761, onde o modelo xadrez com malha viária ortogonal resultava em um traçado com quarteirões quadrados. Na região considerada mais apropriada, foi construída a Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição com adro em extensão da praça. Acredita-se que em meados do século XIX, momento de fundação da Vila de Pedro II, a estrutura urbana da região constituía-se basicamente da área destinada à praça principal, chamada naquela época de Largo da Matriz e denominada atualmente de Praça Domingos Mourão, onde situava-se, em um dos seus lados a igreja matriz e, nos demais, as primeiras casas de moradia da população local (BRITO, 2015).

A figura a seguir evidencia a forma a partir da qual ocorreu a expansão do núcleo da cidade e mostra o seu núcleo inicial, composto pelo binômio praça-igreja, semelhante a várias outras cidades aqui analisadas, mas com algumas particularidades que julgamos imprescindíveis apontar e que certamente contribuíram para o seu desenvolvimento urbano e para a conformação das suas características arquitetônicas.

Sendo um número relevante de municípios piauienses originados a partir de núcleos resultantes de fazendas de gado, foi muito comum que estes se situassem nas margens ou na proximidade de cursos d´água de grande relevância, que acabariam

28 Em virtude da carência de materiais cartográficos e estudos urbanísticos da cidade de Pedro II, não foi possível periodizar a sua expansão.

Figura 54: Expansão da cidade de Pedro II e seus principais marcos urbanos[28]



Fonte: BRITO, 2015. Editado pela autora.

por interferir na orientação do seu traçado. Em Pedro II isso não aconteceu, e os cursos d´água não tiveram relevância na estruturação da cidade. Um segundo fator de destaque é que se aponta, em povoações urbanas contemporâneas à Pedro II, a recorrência da existência edificações de grande importância para a cidade nas laterais da praça da matriz, como prefeituras ou mercados. Em Pedro II o binômio praça-igreja também era avizinhado por construções importantes – inclusive residências de personalidades abastadas da cidade, que aparecem na Figura 55.

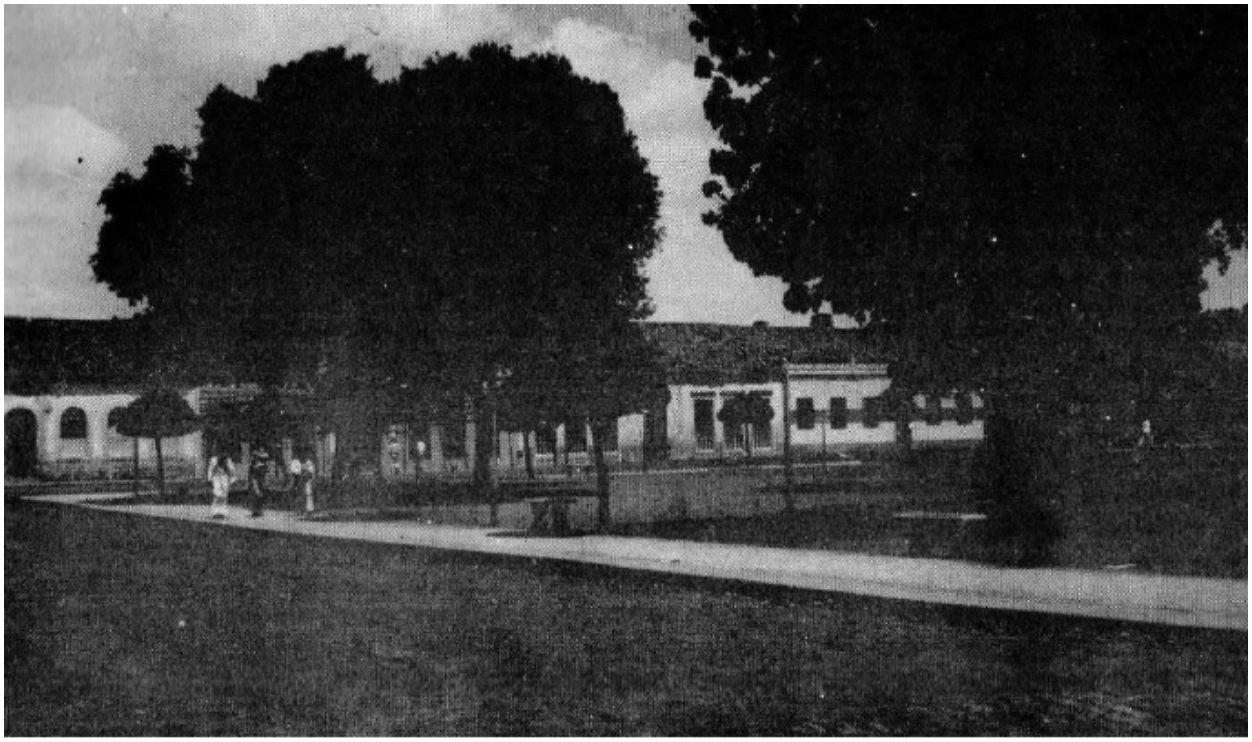
Destacamos, nesse sentido, a residência conhecida como "Solar da Estrema Marrom[29]" (Figuras 56 e 57), a maior das edificações situadas no entorno imediato da praça e que será explorada ainda diversas vezes na nossa tese.

O Sola da Estrela Marrom sintetiza várias das características comuns à arquitetura pedrossegundense do século XIX. Mesmo sem falar desse período específico, ao tratar das características gerais da arquitetura de Pedro II, no cenário da arquitetura piauiense, Brito (2015, p. 62) diz que:

> A regularidade das casas justapostas à testada dos lotes, unidas umas

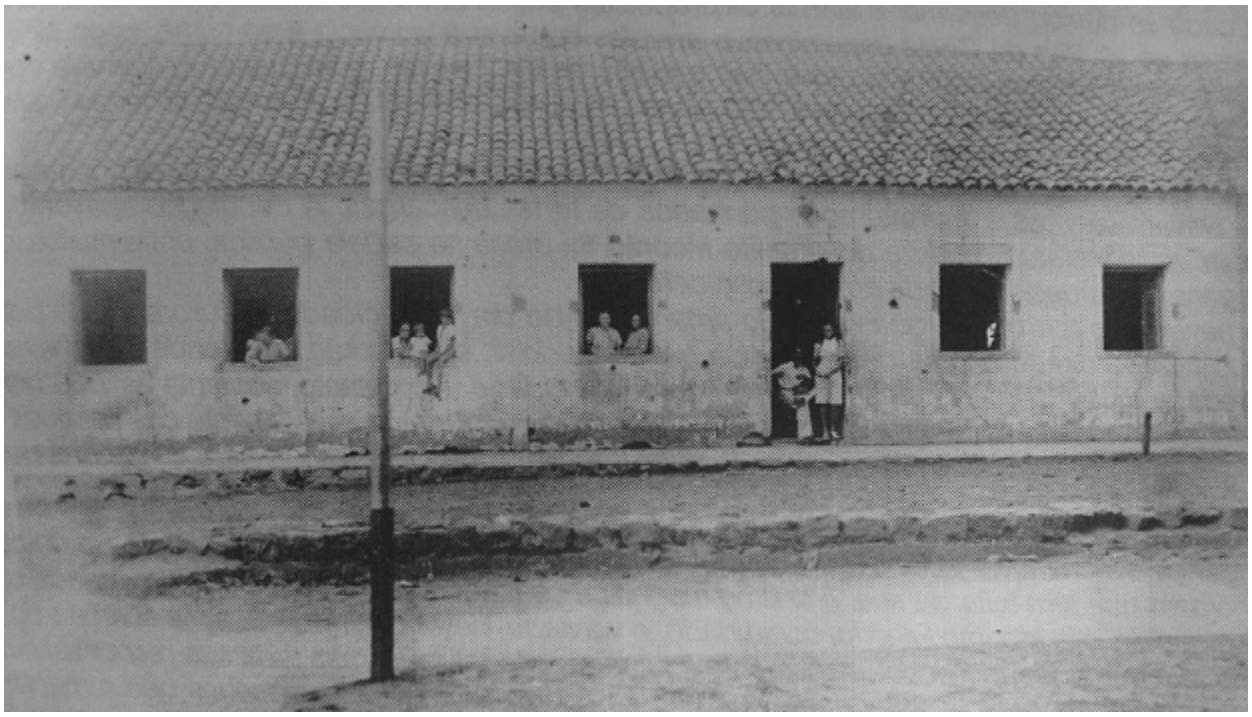
29 O Solar da Estrela Marrom é assim conhecido por possuir, em seu piso de ladrilho hidráulico, uma peça em forma de estrela, que difere das demais e chama atenção por tal fato. O Solar da Estrela Marrom é propriedade da família Mourão desde 1924, quando foi adquirida pelo Coronel Domingos Mourão Filho, e uma edificação de grande importância no cenário local por ter sido palco de significativas decisões históricas da cidade. O Coronel Domingos Mourão Filho teve grande importância nos acontecimentos históricos de Pedro II, participando ativamente da política local e tornando-se um líder para sua comunidade. A atividade política também lhe trouxe muitos inimigos, o que resultou no bombardeio sofrido por sua casa no dia 13 de abril de 1931, como forma de pressioná-lo a entregar o governo municipal (PEREIRA, 1991). Considerando a importância histórica da edificação para a cidade, e para preservar a lembrança do Coronel Domingos Mourão Filho, a família decidiu conservar ao máximo as características arquitetônicas da casa, paredes de adobe, cobertura em telhas de barro cozido, acabamentos de paredes em escaiola e ladrilhos hidráulicos (FORTES, 2007).

Figura 55: Entorno da Praça da Igreja Matriz no ano de 1942.



Fonte: PEREIRA, 1986.

Figura 56: Solar da Estrela Marrom em 1931.



Fonte: PEREIRA, 1986.

Figura 57: Vista do Solar da Estrela Marrom, 2020.



Fonte: Acervo pessoal A. C. Moreira.

às outras, expressou uma interdependência construtiva e conferiu uma unidade urbana embasa nas Ordenações Reais, difundidas por todo o período colonial, como também posteriormente, durante a época imperial, o que possibilitou a abrangência da cidade de Pedro II. Houve uma coesão espacial ordenando as frontarias e articulando o interior com os planos das fachadas, coberturas e sistemas construtivos, confirmando a aplicação de esquemas reguladores. Em algumas cidades, a utilização de estruturas de carnaúba amarradas por cordas fibras vegetais demonstram as particularidades dessa arquitetura praticada em solo piauiense. A estética artesanal fica evidente nos frequentes desaprumos e nas diferenças, por exemplo, entre os tamanhos das telhas e dos vãos das esquadrias. Mesmo assim, as formas se espelham, os telhados se unificam e os vãos se correspondem. Nessas casas, a preocupação de acomodação às condições climáticas do sertão abrasivo, ajustou as varandas internas se abrindo para os quintais e as fachadas se fechando para o exterior, com poucas aberturas normalmente protegidas por vedações de calha, resultando em edifícios com o predomínio dos cheios sobre os vazios; fato decorrente também da utilização de materiais muito pesados na constituição estrutural das edificações. Normalmente eram isentas de elementos decorativos e quando possuíam adornos, esses se limitavam a leves saliências de cornijas nas fachadas frontais ou nas molduras dos vãos[...] outro aspecto da arquitetura piauiense foi a questão dos beirais esparramados. Prática comum desde os momentos exclusivamente rurais, em que as construções limitando-se geralmente às sedes das fazendas, as varandas possuíam pés direitos bastante reduzidos devido à continuação de uma das águas do beiral. Conservada aos edifícios

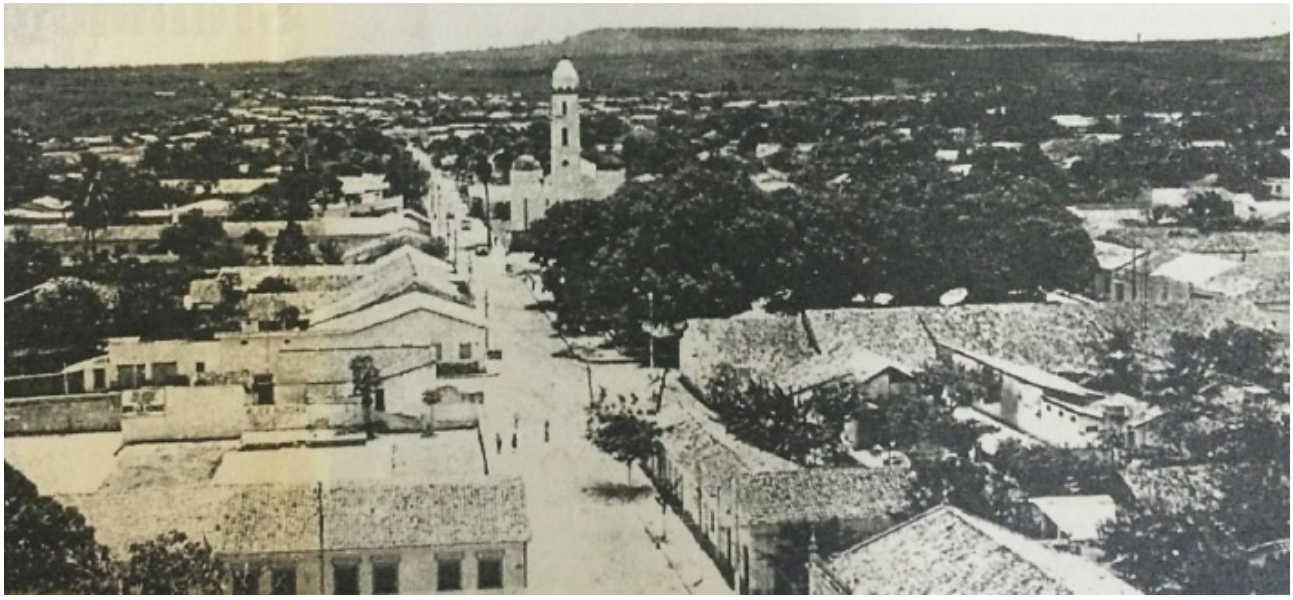
urbanos, incluindo muitos de Pedro II, consiste na diminuição drástica da altura das coberturas nos cômodos localizados na parte posterior da casa, permitindo proteção contra os raios solares que incidem fortemente.

Adentraremos nos detalhes da arquitetura residencial piauiense adiante, mas a partir da descrição acima e dos nossos levantamentos, vemos que Pedro II, apesar de ter sido fundada após o fim do período colonial, conserva – assim como outras cidades da região – uma grande afinidade com as características arquitetônicas desse período – especialmente o típico alinhamento e os grandes panos de telhados, que lançavam suas águas para as frentes e os fundos dos lotes, como pode ser visto nas imagens a seguir.

Atribuímos a manutenção dessas características e a resistência na incorporação de novos elementos especialmente à situação geográfica e comercial na cidade de Pedro II, que a manteve afastada das mais importantes rotas de comércio e de passagem da região, o que, por outro lado, contribuiu para a preservação dessas características e maior possibilidade de apreensão dos seus caracteres iniciais.

2.8 Amarante

Figura 58: Núcleo urbano inicial de Pedro II, década de 1990.



Fonte: MINHA TERRA NOSSA, 2004.

Figura 59: Vista de casarões localizados na Praça da Matriz.



Fonte: SILVA FILHO, 2007.

Amarante[30] está situada na região central do estado. Segundo Falci (1992, p. 21), a vila de São Gonçalo do Amarante originou-se a partir da aldeia dos índios Acroás, que foram dizimados, e tornou-se um importante entreposto comercial da região.

> O progresso da povoação deveu-se à localização geográfica: meio da Província, ponto de ligação do norte, litorâneo, com o leste, centro político-administrativo, e o sul, quase despovoado. Era importante porto fluvial, na confluência dos rios Canindé e Parnaíba, local onde chegavam vapores com produtos de Portugal, Maranhão, Pernambuco e que, subindo o Canindé, iam até a capital.

Apesar de ter sido oficialmente fundada no ano de 1832, dez anos antes o representante brasileiro nas cortes portuguesas já havia proposto a criação de duas vilas na região – uma na povoação de São Gonçalo, atualmente Regeneração, e outra na confluência dos rios Canindé e Parnaíba, onde se encontrava, precisamente, o Porto de São Gonçalo do Amarante, que já era uma freguesia. Em 06 de julho de 1832, desmembrando-se dos do território de Valença e Jerumenha, a vila acabou atraindo moradores da região, especialmente artesãos e comerciantes em busca de oportunidades na região (FRANCO, 1977).

Em virtude da localização privilegiada e contendo um porto, a vila – que foi elevada à cidade em 1871, alcançou grande progresso ainda durante o século XIX:

> O município, no centro geográfico da Província, apresentava condições propícias à lavoura, e também se prestava para a criação de gado, ficando encravado nele um Departamento das Fazendas Nacionais, e mais o Vale do Mulato, que tão bem se prestava à cultura de cana e frutas cítricas.
>
> Não tardou que a Vila, elevada à condição de cidade, se tornasse um centro comercial notável pelo desenvolvimento, na importação e distribuição de mercadorias nacionais e estrangeiras, como no comércio de exportação de gêneros de produção do Estado.
>
> A navegação do Rio Parnaíba, subindo e descendo em balsas, canoas à vela e barcos a vapor, tinham no antigo Porto de São Gonçalo do Amarante, um excelente ancoradouro, para carga e descarga de mercadorias, de modo que no princípio do século [XX], Amarante desfrutava de lugar de destaque na genealogia municipal piauiense, pelo rápido desenvolvimento da comunidade (FRANCO, 1977, p. 70).

O período de maior destaque da cidade frente ao cenário local foi compreendido entre o início do século XX e o final da década de quarenta, quando, estimulada pela navegação do Rio Parnaíba, possuía um comércio de grande importância. Moura

30 Atualmente, Amarante possui uma área de 1155,203 km² e fica às margens dos rios Parnaíba, Canindé e Mulato, no Bioma Caatinga, Cerrado. No último censo, sua população era de 17.135 pessoas. Apresenta 9% de domicílios com esgotamento sanitário adequado, 75.5% de domicílios urbanos em vias públicas com arborização e 0.8% de domicílios urbanos em vias públicas com urbanização adequada (presença de bueiro, calçada, pavimentação e meio-fio). A cidade fica conurbada com São Francisco do Maranhão, sendo separadas pelo rio Parnaíba (IBGE)

(1997, p. 16) relata os fatores responsáveis por essa decadência:

> 1. a passagem dos "revoltosos" da Coluna Prestes, em 1925-1926, quando o comércio local foi saqueado; 2. As cheias e inundações do Rio Parnaíba, que destruíram parte da cidade; 3. A concorrência de Floriano, cidade que apresentava franco e rápido crescimento, atraindo para lá muitas famílias de Amarante e São Francisco; 4. O desaparecimento da navegação fluvial do rio Parnaíba, que era mantida graças ao comércio com São Luís do Maranhão e Parnaíba, via Tutóia e que faliu por motivo da concorrência do caminhão, ônibus e outros centros comerciais; 5. As escassas fontes de renda de município.

Pela escassez de documentos e arquivos referentes à cidade, não tivemos acesso a nenhuma planta ou mapa do seu núcleo original ou mesmo do final do século XIX. Apesar disso, considerando a decadência que se abateu sobre a cidade ainda nas primeiras décadas do século XX, podemos extrair algumas informações sobre esta e seu traçado urbano a partir da planta de 1945 (Figura 60).

A área de maior adensamento urbano corresponde ao seu núcleo inicial, que, como mostra o mapa, desenvolveu-se de forma ortogonal ao Rio Parnaíba. As áreas de menor adensamento correspondem ao povoamento mais próximo à data do desenvolvimento do mapa, e ocorreu de maneira paralela ao rio Parnaíba.

Ao falar das características da cidade de Amarante, Silva Filho (2007, p. 119-120) diz que

> A cidade é de casas térreas. Como Teresina, teria tido um plano regulador entre três cursos d´água, o Parnaíba, o Multo e o Canindé. Como aquela adotou o mesmo esquema de parcelamento, como lotes de frente para os logradouros que descem ao rio. A maioria das casas está voltada para esses arruamentos, notadamente na Av. Des. Amaral (originalmente Rua Grande) e Luís Puça. A julgar pela inscrição que encontramos o frechal interno da loja maçônica Acácia Amarantina (demolida), na Rua Antonino Freire em que se lia: ESTA CASA PERTENSE A JOSÉ P. A IOAÓ FRANCISCO P. A S. COÑ 21 DE MAIO DE 1869, será anterior à elevação da vila à condição de cidade, ou mesmo precedente à vila [...] a vila de São Gonçalo senão nascida planejada, já acusava certas definições de arruamento, especialmente da Rua Grande, onde estão as casas mais antigas e que pela boa largura em relação às demais teria desempenhado função de praça, embora acanhada para a igreja [...]

Várias considerações podem ser feitas acerca da cidade de Amarante com base na fala de Silva Filho (2007). A primeira relaciona-se com a importância dos cursos d'água na formação urbana de grande parte das cidades piauienses, e que, em Amarante, teve a sua importância acentuada por sua localização nas proximidades de três cursos d´água. Ressaltamos também a estreita relação da arquitetura com o comércio, que se alargou e foi o principal responsável pelo desenvolvimento e a apogeu da cidade.

Figura 60: Planta da cidade de Amarante, organizada em observância ao decreto-lei nacional nº311, de 2 de março de 1938.



Fonte: Prefeitura Municipal de Amarante, disponível em SILVA FILHO, 2007.

A importância dada ao comércio foi tanta que Amarante desenvolveu-se sob uma forma particular, frente às demais cidades do mesmo período, no Piauí, com uma rua comercial – e não o binômio praça-igreja, sendo o principal ponto estruturador e de referência em seu espaço urbano. Existe um evidente destaque da "Rua Grande" em relação às demais, tanto perpendiculares quanto paralelas, que apresentam dimensões inferiores em relação à esta, percebido na imagem a seguir. Confirmamos, ainda, em nossos levantamentos, a clara e absoluta predominância de casas térreas, o que a aproxima do panorama geral das cidades piauienses do período.

Ainda tratando da arquitetura e da configuração urbana de Amarante, segundo Silva Filho (2007, p. 123):

Figura 61: Recorte[31] de um trecho do núcleo central da cidade de Amarante, com a Rua Grande ao centro.



Fonte: SILVA FILHO (2007), redesenhado pela autora.

31 Silva Filho (2007) não nos fornece a data do levantamento desse recorte, dessa forma, consideramos possível apenas a análise do arruamento, e não do parcelamento do solo. Segundo o autor, "O núcleo de origem é divido pela Rua Amaral. As quadras da extrema direita foram subdivididas, acentuando maior irregularidade. Como em Teresina, a maioria dos lotes está com as frentes voltadas para os eixos ortogonais ao Parnaíba. Mas a formatação dos lotes mais se apega à estrutura do parcelamento das primeiras vilas com terrenos de rua a rua. Edificações tradicionais com frentes paralelas ao (rio) Parnaíba ocorrem especialmente na Rua Abdon Moura e Anísio de Abreu, respectivamente amparadas na geografia – margem do rio, e no comércio – margem do mercado" (SILVA FILHO, 2007, p. 119).

> Ainda como em Teresina, em que a Praça da Constituição se abra para o Parnaíba, a Praça da Matriz de São Gonçalo do Amarante (Benjamin Constant) repete essa disposição, estendendo-se à margem do rio, acentuando uma correlação urbanística. Porém, vazia de prédios públicos e relaxada de edificações [...] distancia-se das características que moldara o centro cívico da capital [...] Com isso, o templo polarizador de Amarante foi a feira, à entrada da cidade, na extremidade superior de seu mais importante arruamento, onde se instalou o prédio do mercado público, atual sede da Prefeitura Municipal. No flanco oposto, o porto, já servido de vapor em 1862, por onde chegavam os produtos importados como mobílias austríacas, prataria americana e louça inglesa e por onde saíam as mercadorias produzidas no sertão. Como Parnaíba que tinha o porto ligado à ferrovia, Amarante tinha o seu cais ligado ao mercado de tropeiros. Na praia fluvial atracavam os vapores que subiam do litoral e da Capital e balsas de buriti que desciam o rio Parnaíba e o Canindé. Entre o porto e o mercado o núcleo de origem ou bairro do comércio, cuja designação é emblemática desse processo de urbanização. No lugar da igreja e da grande praça de festejos das vilas coloniais a avenida comercial. Aí estão concentradas as maiores e melhores casas caracterizando a rua principal da cidade. São habitações comerciais. As de esquina todas com vendas e ranchos[32]. As de centro de quadra quase só de moradias. As ruas transversais, especialmente a Marechal Floriano, Miguel Barbosa e Da Costa e Silva, são as mais estreitas, dando a entender tratar-se de ruas secundárias. A cidade é retilínea, geométrica, de comerciantes, feita para o comércio (SILVA FILHO, 2007, p. 123).

A Figura a seguir (Figura 62) corrobora e resume muitas das características acima descritas por Silva Filho. Apesar de ser uma imagem do ano de 1957, o que pode afastá-la um pouco do seu panorama do século XIX, conseguimos ver toda a extensão da Rua Grande, que se inicia em um dos lados com o mercado – em destaque na Figura 63 – e mostra a dominância do mesmo em relação ao contexto geral, além da ausência da igreja neste que é o núcleo principal de origem da cidade, e no outro extremo, o Rio Parnaíba.

Um olhar atento aos telhados – que evidenciam o alinhamento dessas construções em toda a extensão da rua, comprova as dimensões privilegiadas dessas edificações – como apontado pelo autor, ali estavam concentradas grande parte das maiores e melhores casas da cidade. Ainda sobre o texto acima, não conseguimos confirmar nos nossos levantamentos que todas as esquinas abrigavam rancharias, mas, quando estas existiram, de fato estavam situadas, junto ao comércio, em casas de esquina.

O caráter comercial da economia da cidade de Amarante não foi determinante apenas na sua forma urbana, mas também na conformação das características da

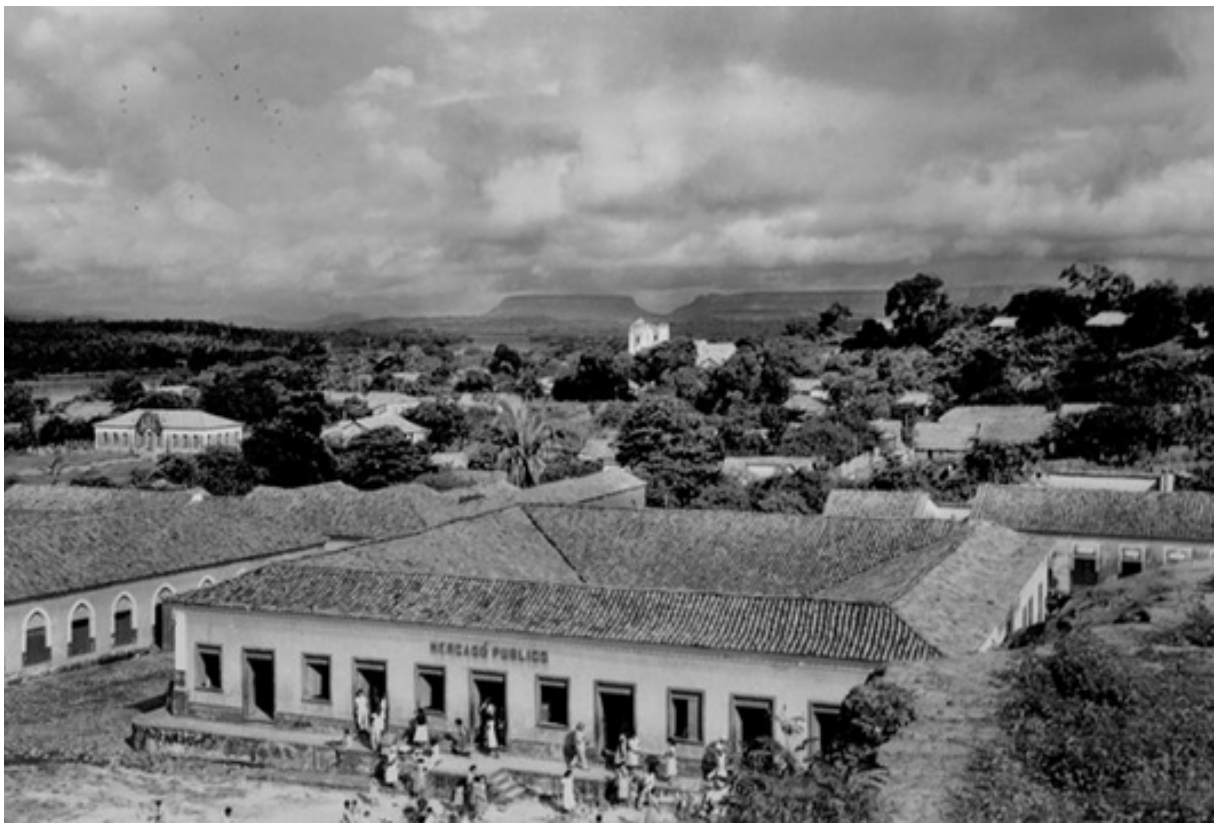
32 Moradia-comércio-e-rancho eram edificações que abrigavam, no mesmo edifício, o uso residencial, comercial, além de pequenos cômodos com aberturas para a rua com a função de hospedagem. Analisaremos essa tipologia a fundo no capítulo cinco desta tese.

Figura 62: Imagem de época da Rua Grande, em 1957.



Fonte: IBGE.

Figura 63: Vista da cidade de Amarante, em 1957, com destaque para o mercado.



Fonte: IBGE.

sua arquitetura. O "Album Artístico Commercial do Estado do Piauhy", de 1910, dispõe de imagens e propagandas dos principais estabelecimentos comerciais do Piauí inclusive do que seriam as principais casas comerciais da cidade de Amarante.

As figuras evidenciam as dimensões generosas das testadas dessas edificações, o que resulta em um acentuado caráter de horizontalidade com a predominância de uma arquitetura ainda fortemente ligada à arquitetura tradicional – mas com uma intenção de embelezamento contida especialmente nos vãos dessas edificações e, notadamente, a estreita relação que tiveram, em Amarante, o uso comercial e o uso residencial.

Figura 64: Fachada do estabelecimento comercial e casa de residência de Junior Silva & C.



Fonte: FOLGUEIRA, 1987.

Figura 65: Fachada do estabelecimento comercial e casa de residência de Luiz Gonçalves Ribeiro.



Fonte: FOLGUEIRA, 1987.

Figura 66: Fachada de estabelecimento comercial de casa de residência de Américo Castro.



Fonte: FOLGUEIRA, 1987.

Figura 67: Fachada de residência e comércio e propaganda do negócio de Antônio Sobral Júnior.



Fonte: FOLGUEIRA, 1987.



capítulo 03:

Os agentes e a arquitetura piauiense

3.1 Os códigos de posturas e a busca pela regulamentação das construções no Piauí do Século XIX

> A história das cidades é marcada por eventos especiais ou corriqueiros que agem sobre a imensa inércia dos edifícios e das tradições. Podemos captar esse movimento de múltiplas formas: através da história social, na trilha dos sujeitos que a constituem; através da história intelectual, captando ideias e conceitos que tecem a sua cultura através da história de sua arquitetura e urbanismo, em uma cartografia de sua geografia construída pelo homem.
>
> Em todos esses percursos – e em muitos outros que não mencionamos aqui mais por economia de palavras do que por questões da ordem das prioridades – está presente, invisível e silenciosa uma teia poderosa: a legalidade urbana, ou seja, o conjunto de leis, decretos e normas urbanísticas e de construção que regulam a reprodução do espaço da cidade.
>
> Mais além do que definir formas de apropriação do espaço permitidas ou proibidas, mais do que efetivamente regular a produção da cidade, a legislação urbana age como marco delimitador de fronteiras de poder. A lei organiza, classifica e coleciona os territórios urbanos, conferindo significados e gerando noções de civilidade e cidadania diretamente correspondentes ao modo de vida e à micropolítica familiar dos grupos que estiveram mais envolvidos em sua formulação. Funciona, portanto, como referente cultural fortíssimo na cidade, mesmo quando não é capaz de determinar a sua forma final (ROLNIK, 1997, p. 13).

Raquel Rolnik, nas palavras acima, sintetiza a importância da legislação e sua influência no ordenamento e cartografia das cidades. Diante da vasta gama de leis e determinações que atuaram nos núcleos urbanos e interferiram na conformação dos espaços – impostos foro, laudêmio, décima urbana, entre outros, buscamos aqui explorar os Códigos de Posturas municipais promulgados durante o século XIX no Piauí, considerando duas justificativas principais: o fato de, por serem instrumentos municipais, representam de maneira mais direta a realidade de cada uma das cidades e o fato de que estas foram as únicas legislações a que tivemos acesso que atuava diretamente nas características das construções. Sá (2010, p. 277-278) caracteriza de forma assertiva e sucinta esse instrumento:

> A Metrópole portuguesa recorria a esses códigos com o intuito de impor a autoridade e de zelar pela ordem e "bons costumes" nas colônias que estavam sobre sua jurisdição. A elaboração, a aplicação e a consequente autoridade para vigiar, julgar e punir, em caso de desrespeito ou de negligência em seu cumprimento, eram a função fundamental da autoridade da Câmara Municipal, e a feitura de posturas, assunto do maior relevo, contando sempre com o mais empenhado cuidado dos corregedores. Quando em função de correição, para além de fiscalizarem

> aspectos da legalidade, os corregedores enviados pelo governador-geral ordenavam que os oficiais procedessem à feitura de novos códigos ou à reforma destes.

Schmachtenberg (2008, p. 6), complementa ainda afirmando que

> Estes códigos de posturas municipais eram um conjunto de normas que estabeleciam regras de comportamento e convívio para uma determinada comunidade, demonstrando a preocupação com a segurança pública e com a preservação da ordem, incluindo aí os problemas relacionados com a saúde pública.

Nesse sentido, Maia (2014) nos mostra que, no século XIX, ainda no período imperial, os governos municipais passam a dar mais importância ao tratamento urbano, pois no Primeiro Império, a partir da Carta de Lei de 1º de Outubro de 1828[33], muitas designações que eram do império passam a ser das câmaras municipais, inclusive a regulamentação e padronização do espaço urbano.

Marx (1999, p. 42) define com clareza esse aspecto: elevada "uma sede de freguesia à vila, esta e as demais povoações de seu termo passariam a merecer, se não maiores, pelo menos outros cuidados temporais para com a vida e o espaço comum, as posturas municipais". Ainda, Maia (2014, p. 268) complementa essa afirmação dizendo que

> Apesar da definição das atribuições das "Câmaras", percebe-se uma incongruência entre o que se determina e o que de fato se concretiza ou mesmo se pode efetivar. Pois, as decisões locais são controladas pelo governo central e, além disso, as unidades municipais possuem parcos recursos financeiros para viabilizarem todas as atribuições determinadas pelo texto constitucional e pelas leis complementares. No Brasil, os municípios teriam que atender às demandas de melhoramento urbano, de instrução, da saúde e policial, e os recursos eram por demais escassos.

Dessa forma, evidenciam-se, através desses autores, as limitações pelas quais passavam os municípios para um estabelecimento efetivo dessas regulamentações, mas ainda assim concordamos com Sá (2010), que nos diz que durante o período imperial as posturas foram a mais forte expressão da prática do poder da metrópole e dos anseios das elites, a partir das quais se evidenciavam o domínio dos mais influentes, resultando em interesses antagônicos e fazendo conflituosas as práticas das posturas.

Como já exposto na introdução desta tese, a condição dos arquivos locais nos direcionou para a Hemeroteca Digital Brasileira, o que acabou nos evidenciando que, no Piauí do século XIX, o principal meio de divulgação dessas legislações eram os jornais. Assim, buscamos em toda a base de dados dos jornais piauienses

disponíveis o termo "posturas", o que resultou em uma excelente amostra dos códigos promulgados no período, apesar desta base não catalogar jornais locais do período compreendido entre 1809 e 1829.

Além do recorte temporal de nossa tese concentrar-se especialmente nas manifestações arquitetônicas, consideramos ainda que o século XIX foi um momento de mudanças muito significativas, especialmente nas cidades nas grandes, como o aumento demográfico e melhorias no transporte, infraestrutura urbana e abastecimento (MAIA, 2014), mas que também teve impacto no Piauí – como expomos no capítulo 01 desta tese, data do século XIX um maior desenvolvimento de muitos núcleos urbanos da região. Dessa forma, mesmo ciente das inúmeras frentes e possibilidades frente a essa significativa amostra de códigos, concentramos nossos esforços em entender e analisar seus termos mais relacionados à construção de edificações.

Diante do que foi exposto até aqui, temos ciência da importância dos códigos de posturas promulgados no Piauí para entender o contexto urbano e as construções das cidades estudadas, mas, ao mesmo tempo, entendemos que esses não podem ser considerados verdades absolutas e seguidos à risca, daí evidenciamos a importância dos nossos levantamentos *in loco* e das demais buscas em jornais, que comprovam o embate entre a população submetida a tais legislações e o poder público. Nosso posicionamento alinha-se com Maia (2014, p. 462-463):

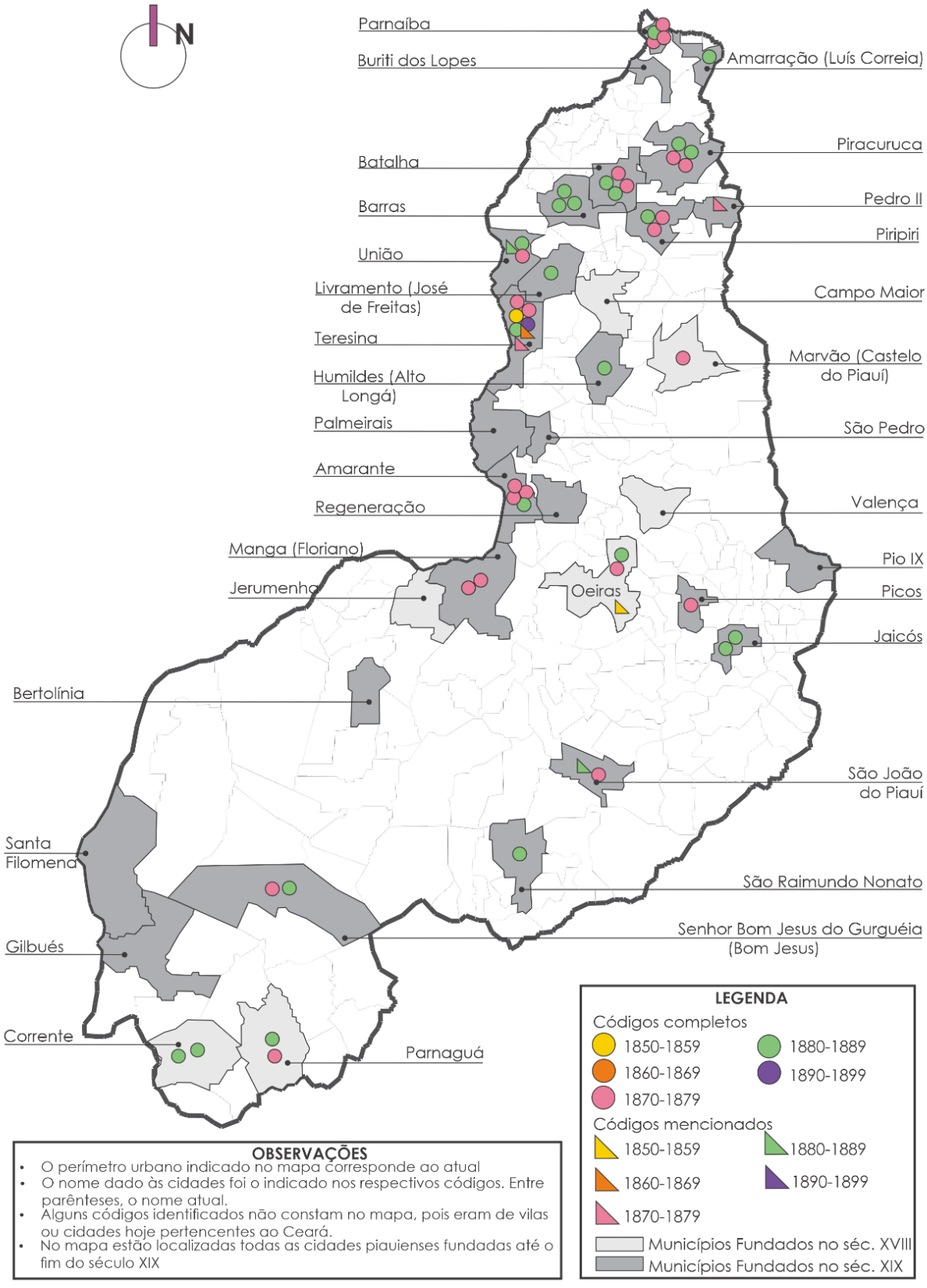
> Com base nos escritos de Jacques Le Goff (1980, 1997), George Duby (1984), Edward Thompson (2002), entre outros, utilizamos as legislações nacionais do Brasil no século XIX como instrumentos de análise sabendo dos riscos e das incertezas que estes recursos podem implicar, mas também conscientes de que as suas afirmativas não significam a verdade, nem são provas dos fatos, mas que correspondem a uma fresta ou uma face da história e, portanto, da realidade analisada. A respeito da análise das leis fora do campo jurídico, mais precisamente em pesquisas das ciências sociais, muito já se discutiu, sendo debate frequente dos historiadores. Um argumento habitual que se contrapõe à utilização deste instrumento para o entendimento da realidade social é que a lei não necessariamente se concretiza e que, por conseguinte, não corresponde à realidade. Mesmo considerando essa afirmativa como fato, isto não significa aceitar a inviabilidade ou a não importância do estudo das legislações para se compreender dada sociedade ou realidade. Um outro argumento contrário ao uso das leis como instrumento de análise é o de que a lei é um instrumento da classe dominante e por isto mascara os conflitos sociais [...] Contudo, como qualquer instrumento de análise é preciso conhecer os riscos, as imperfeições e as impossibilidades da sua utilização ao se eleger os procedimentos metodológicos. Em qualquer pesquisa, a escolha dos elementos e dos instrumentos metodológicos requer conhecimento das suas limitações. Portanto, sabemos que ao conhecer e analisar a legislação brasileira da primeira metade do século XIX, estaremos revelando uma parte da história desse país, mas não a sua realidade.

Consideramos relevantes para a nossa pesquisa três tipos de materiais – os códigos apenas mencionados, os códigos publicados na íntegra e matérias que, de alguma forma, se posicionavam acerca destes. Os dois primeiros resultaram no mapa e no quadro a seguir, que nos fornecem um panorama com relação a essas legislações no período estudado.

Quadro 2: CÓDIGOS DE POSTURAS PROMULGADOS NO PIAUÍ NO SÉCULO XIX

CIDADE	DATA PUBLICAÇÃO	LOCAL PUBLICAÇÃO	ARTIGOS	DIVIDIDO EM SEÇÕES NOMEADAS	OBSERVAÇÕES

Figura 68: Identificação dos Códigos de Posturas promulgados no Piauí durante o século XIX.



Fonte: Desenvolvido pela autora com dados obtidos nas fontes primárias, sobre mapa político administrativo do IBGE,2020.

Fonte: Desenvolvido pela autora com dados obtidos nas referências bibliográficas, relatórios de governo e jornais disponíveis na hemeroteca digital brasileira, sobre mapa político administrativo do IBGE, 2020.

Theresina	18/09/1854	Código das leis piauienses do ano de 1854	80	SIM	A resolução de nº 396 não é chamada de Código de Posturas, e sim de "disposições policiais da Câmara Municipal de Therezina", mas, pelo seu teor e estrutura, a interpretamos como um código.
Theresina	1867	-	-	-	-
Villa da Manga	05/01/1870	Jornal O Piauhy	44	NÃO	-
Villa de Paranaguá	05/01/1870	Jornal O Piauhy	60	NÃO	-
Batalha	05/01/1870	Jornal O Piauhy	60	NÃO	-
Peracuruca	06/09/1870	Jornal O Piauhy	32	NÃO	-
Theresina	06/10/1870	Jornal O Piauhy	169[34]	SIM	Não conseguimos acesso ao código completo
Parnahyba	06/10/1870	Jornal O Piauhy	151	NÃO	
Oeiras	28/11/1872	Jornal O Piauhy	52	Dividido em capítulos não titulados	Código possivelmente complementar a outro já existente
Theresina	12/12/1872	Jornal O Piauhy	18	NÃO	Código possivelmente complementar ao anterior
Amarante	17/12/1872	Jornal O Piauhy	104	NÃO	-
União	12/03/1873	Jornal O Piauhy	109	SIM	Não conseguimos acesso ao código completo
Marvão	30/08/1873	Jornal O Piauhy	37	SIM	-
Amarante	30/08/1873	Jornal O Piauhy	2	NÃO	Código possivelmente complementar ao anterior
Piracuruca	06/09/1873	Jornal O Piauhy	15	NÃO	Código possivelmente complementar ao anterior
Batalha	06/09/1873	Jornal O Piauhy	6	NÃO	Código possivelmente complementar ao anterior
São João do Piauhy	09/09/1873	Jornal O Piauhy	76	SIM	-
Parnahyba	30/09/1873	Jornal O Piauhy	46	SIM	Código possivelmente complementar ao anterior
Manga	11/07/1874	Jornal A Opinião Conservadora	4	NÃO	Código possivelmente complementar ao anterior
Parnahyba	14/07/1874	Jornal A Opinião Conservadora	11	NÃO	Código possivelmente complementar ao anterior
Picos	29/07/1874	Jornal A Opinião Conservadora	50	SIM	-
Villa da Independência	03/08/1874	Jornal A Opinião Conservadora	149	SIM	-

34 Os jornais que acessamos não contemplavam o referido código até o fim, então, apesar da vasta quantidade de artigos, possivelmente existiam mais.

Villa de Piripiry	23/07/1875	Jornal A Opinião Conservadora	83	SIM	-
Villa de Príncipe Imperial	27/07/1875	Jornal A Opinião Conservadora	40	SIM	-
Amarante	29/07/1875	Jornal A Opinião Conservadora	31	SIM	Código de posturas aditivo
Villa do Senhor Bom Jesus do Gurguéia	30/07/1875	Jornal A Opinião Conservadora	51	SIM	-
Villa de Barras	16/02/1876	Jornal a Imprensa	6	SIM	Código possivelmente complementar ao anterior
Villa dos Humildes	20/08/1879	Jornal a Imprensa	15	Capítulo único	Código possivelmente complementar ao anterior
Oeiras	20/03/1880	Jornal O Piauhy	13	NÃO	Código possivelmente complementar ao anterior
Theresina	23/04/1880	Jornal a Imprensa	-	SIM	Não conseguimos acesso ao código completo
Paranaguá	21/06/1880	Jornal a Imprensa	28	Dividido em capítulos não titulados	-
Villa de União	21/06/1880	Jornal a Imprensa	126	SIM	-
Villa das Barras	21/06/1880	Jornal A Imprensa	103	SIM	-
Piracuruca	03/06/1882	Jornal a Imprensa	22	SIM	Código possivelmente complementar ao anterior
Amarração	05/06/1882	Jornal a imprensa	81	SIM	-
Bom Jesus do Gurguéia	05/06/1882	Jornal a imprensa	49	SIM	-
Villa de Batalha	05/06/1882	Jornal A Imprensa	42	NÃO	-
Villa de Piripiry	05/06/1882	Jornal A Imprensa	45	SIM	Código possivelmente complementar ao anterior
Villa de Corrente	10/06/1882	Jornal A Imprensa	46	SIM	-
Villa de Jaicós	17/06/1882	Jornal A Imprensa	83	SIM	-
Batalha	08/07/1883	Jornal A Imprensa	14	NÃO	Código possivelmente complementar ao anterior
Villa de Jaicós	23/07/1883	Jornal A Imprensa	122	SIM	-
Parnahyba	17/07/1884	Jornal A Imprensa	11	SIM	Código possivelmente complementar ao anterior
Villa de Corrente	20/07/1885	Jornal A Imprensa	49	SIM	-
Villa de Barras	20/07/1885	Jornal A Imprensa	60	Dividido em capítulos não titulados	-

Fonte: Produzido pela autora, com dados obtidos em jornais disponíveis na Hemeroteca Digital Brasileira.

Várias considerações e conclusões podem ser extraídas da tabela acima acerca dos Códigos de Posturas promulgados no Piauí durante o século XIX.

A primeira delas é que ocorre a repetição de várias datas de publicação, o que interpretamos como um esforço conjunto de regulamentação, especialmente da vida urbana dessas vilas ou cidades. Junto a isso, evidenciamos que, independentemente da data de publicação, apesar de muitos códigos se assemelharem entre si e frente ao que ocorria no cenário nacional, existiam particularidades dependendo do contexto individual de cada uma delas, que comentaremos adiante.

Destacamos também, um maior número de códigos e detalhamento destes quando se trata de regulamentar as maiores cidades da região. Apesar disso, reconhecemos a obrigatoriedade dos códigos de posturas independente do porte ou da importância da cidade ou vila, expressa na resolução abaixo datada do ano de 1878 – certamente foi essa obrigatoriedade a geradora da promulgação de tantos códigos em datas extremamente próximas.

> *A assembleia legislativa provincial, resolve*:
>
> Art. 1º As câmaras municipais da província confeccionarão até o fim de abril de 1880, cada uma delas, o seu código de posturas completo e perfeito, compilando para isto as posturas que já têm e completando-as com tudo mais que for permitido e conveniente aos interesses peculiares dos respectivos municípios.
>
> Art. 2º Nesse trabalho preverão, além do mais sobre o lançamento e arrecadação de impostos e dízimos de mudanças, aferição de pesos e medidas pelo sistema métrico decimal, cemitérios públicos a seu cargo e respectivas taxas de sepulturas, e finalmente sobre as passagens dos rios dos seus municípios.
>
> Art. 3º O código de posturas de que tratarão os artigos antecedentes será organizado por capítulos para cada assunto e estes determinados por artigos e parágrafos.
>
> Art. 4º Logo que esteja concluído esse trabalho, será submetido a provação do corpo legislativo [...] (PARTE OFFICIAL, 1878, p. 01).

Apesar da obrigatoriedade de tal legislação e das várias promulgações, provavelmente estimuladas por tal resolução da assembleia legislativa provincial, os jornais nos denunciaram que esta não foi cumprida por todas as localidades, e que a esta era dada uma importância considerável, conforme evidencia o trecho a seguir:

> A câmara municipal de Jerumenha não tem posturas e a lei do orçamento feita o ano passado não vigora mais; a assembleia provincial não fez orçamentos municipais e nem o presidente da província mandou que continuasse em execução o do ano passado.
>
> Logo é uma extorsão a cobrança de direitos municipais sem lei que os estabeleça, mormente feita como está sendo por agentes nomeados pelo Sr. Guimarães, que é tudo no lugar, menos vigário.
>
> Jerumenha vive à mercê de si própria; ali tudo é irregular, abusivo e monstruoso. Só há duas autoridades – uma civil e outra eclesiástica: o juiz de direito e o vigário.
>
> Qualquer pessoa pode exercer o resto dos cargos e ninguém lhe vai as mãos.

> O mundo pode desabar e nenhuma autoridade policial se verá. Pode haver a barulhada que quiser, ninguém se move (A IMPRENSA, 1880d, p. 02).

Além da cidade de Jerumenha, cuja inexistência de Código de Postura é revelada acima, percebe-se na Figura 68 a não identificação de Códigos de Posturas das cidades de Buriti dos Lopes, Palmerais, São Pedro, Bertolínia, Santa Filomena e Gilbués – cidades mais recentes, certamente, desmembradas de outras mais antigas ainda no século XIX, e nas cidades ainda do século XVIII de Campo Maior e Valença. Não destacamos a possibilidade da inexistência destes – como aconteceu com Jerumenha – mas ressaltamos a limitação das fontes a que tivemos acesso.

Um segundo fator que também pode ser percebido na tabela acima é que, com o passar dos anos, tais legislações tornam-se cada vez mais completas, o que, mais uma vez, alinha-se ao que acontecia nas grandes cidades. Sá (2010), ao discorrer sobre os códigos promulgados na cidade de Salvador, diz que, inicialmente estes possuíam corpo reduzido, se restringiam apenas a simples normas de regulação da convivência na cidade, mas, gradativamente, foram se tornando mais complexos ao passo em que a cidade crescia e se desenvolvia socialmente, chegando ao ponto em que

> A variedade de temas tratados pelas posturas era enorme. As preocupações contidas nesses documentos iam desde o alinhamento das ruas, edificações e reedificações de casas e outras construções; passeios, cercas, toldos, andaimes e paus de bandeira até o tratamento adequado que se deveria dar para a extinção da praga das formigas Sá (2010, p. 279).

Segundo a mesma autora, isso acontecia especialmente pelo crescimento da cidade, que exigia regras cada vez mais parametrizadas para a vida cotidiana, englobando até o espaço privado, pois segundo o pensamento da época, quanto mais controlada a dinâmica da vida particular, mais bem regida seria a dinâmica dos espaços públicos (SÁ, 2010). Observamos, mais uma vez, que os códigos locais acompanharam a tendência nacional, mas isso, igualmente no Piauí, não ficou restrito aos munícipios maiores.

Ao buscar estudos que versam sobre a promulgação das posturas em núcleos urbanos similares aos piauienses, identificamos uma análise do Código de Posturas da Vila de Guarany, uma pequena vila situada no interior do Ceará, datado no ano de 1898. Nesta, Vicente (2016, p. 7) expõe que

> [...] o Código da Vila de Guarany legisla sobre temas diversos, dentre os quais podem-se citar: estabelecimento dos limites da Vila; normas para edificações; abertura, fechamento e alinhamento de ruas, praças e

estradas; construção de cemitérios e normas para sepultamentos; uso e preservação de águas públicas; abate e comercialização de carne verde; controle de porte e uso de armas de fogo no perímetro da Vila; venda de gêneros alimentícios; controle de doenças mentais e contagiosas; limpeza da Vila; fiscalização de pesos e medidas; trânsito público; festa populares; normatização do funcionamento de fábricas, etc.

Na busca por evidenciar ainda mais a pormenorização desses documentos, construímos o quadro a seguir, que mostra a divisão em seções, dos códigos promulgados, da qual podemos extrair constatações diversas.

Quadro 3: SEÇÕES DOS CÓDIGOS PROMULGADOS NO PIAUÍ NO SÉCULO XIX.

CIDADE	DATA PUBLICAÇÃO	SEÇÕES
Therezina	18/09/1854	II. Sobre aferições, pesos e medidas, casas de comércio e outros estabelecimentos; III. Sobre matadouros, açougues e talhos públicos; IV. Sobre devagações de animais bravos danados, carreiras e equipamentos a cavalo; V. Sobre as vendas dos gêneros corrompidos; VI. Sobre cemitérios, enterros e aberturas de Sepulturas; VII. Dos empregados da câmara; VIII. Dos guardas municipais; IX. Disposições gerais.
Theresina	06/10/1870	II. Medição e alinhamento dos terrenos concedidos; III. Edificações; IV. Trânsito Público; V. Limpeza dos terrenos, ruas, praças e do quadro da décima urbana; VI. Escavações e barreiros dentro dos limites do patrimônio da câmara; VII. Aguados e lavagem; VIII. Mercado Público; XIX. Matadouro público, salgadeiras, depósito, cortume de pele e couros; X. Animais; XI. Estradas; XII. Incêndios; XIII. Vagabundos, embreagados, tumultos, escravos abandonados à caridade pública e vestuário dos que transitam pelas ruas; XIV. Porto, passagens, plantio de árvores e conservação das existentes; XV. Do Cemitério; XVI. Jogos, fogos e armas proibidas; XVII. Diversos assuntos; XVIII. Disposições gerais.
União	12/03/1873	I. Edificação, medição e alinhamento dos terrenos concedidos; II. Limpeza dos terrenos, ruas, praças e do quadro da décima urbana; III. Mercado público; IV. Matadouro público e açougues; V. Animais; VI. Estradas; VII. Incêndios; VIII. Vagabundos, embriagados, insultos e escravos abandonados; XIX. Portos e passagens; X. Do cemitério; XI. Jogos, fogos e armas proibidas.[35]
Marvão	30/08/1873	II. Medição e alinhamento dos terrenos concedidos
São João do Piauhy	09/09/1873	I. Edificação no território da vila; II. Asseio e segurança; III. Costumes e moralidade; IV. Comércio, aferições; V. Disposições diversas;
Parnahyba	30/09/1873	I; II;[36] III. Dos cemitérios; IV. Passagens nos portos dos terrenos da municipalidade, banhados pelos rios Parnaíba e Igarassú.
Picos	29/07/1874	I. Da edificação, asseio e aformoseamento da vila; II. Das aferições, revisões e comércio; III. Contribuições; IV. Das estradas e caminhos; V. Das passagens do Rio Guaribas; VI. Das correições; VII. Das armas proibidas; VIII. Disposições diversas.
Villa da Independência	03/08/1874	I.; II. Da higiene, elegância e outros cômodos públicos; III. Da salubridade pública; IV[37].; V. Do matadouro público; VI. Do comércio; VII. Da aferição; VIII. Da viação pública; XIX. Da criação; X. Da cultura e fôros; XI. Dos empregados municipais; XII. Da administração do cemitério público; XIII. Disposições diversas;
Villa de Piripiry	23/07/1875	I. Da edificação, alinhamento, asseio e aformoseamento da vila; II. Dos animais; III, IV, V, VI[38]; VII. Contribuições; VIII. Das armas proibidas; XIX. Das correições; X. Disposições diversas.
Villa de Príncipe Imperial	27/07/1875	I. Lojas e quitandas; II. Pesos e Medidas; III. Edificações; IV. Salgadeiras; V. Moralidade pública; VI. Animais; VII. Disposições diversas.

35 Não tivemos acesso ao código na íntegra, mas é certo que existiam seções posteriores as apresentadas.
36 Os primeiros capítulos não são nomeados e o código é possivelmente complementar a um anterior.
37 Parte ilegível do jornal pesquisado.
38 Jornal com os respectivos capítulos não localizado.

Amarante[39]	29/07/1875	I. Mercado público; II. Portos e passagens.
Villa do Senhor Bom Jesus do Gurguéia	30/07/1875	I; II. Asseio e segurança; III. Costumes e moralidades; IV. Comércio e aferições; V. Disposições diversas.
Villa de Barras	16/02/1876	I. Edificação e asseio dentro do quadro da décima urbana; II. Açougue e Matadouro público; III. Animais; IV. Agoada; V. Portos e passagem; VI. Estradas, passagens e roças; VII. Aferição e conferição; VIII. Vagabundos e embriagados, moralidade e sossego público; XIX. Armas proibidas e jogos; X. Comércio; XI. Disposições gerais.
Theresina	23/04/1880	III. Trata da edificação do quadro da décima urbana e aformoseamento da cidade[40]
Villa de União	21/06/1880	I. Edificação de casas, medição e alinhamento de terrenos concedidos; II. Limpeza dos terrenos, ruas, praças e casas dentro do quadro da décima urbana; III. Mercado Público; IV, V, VI, VII, VIII[41]; XIX. Portos e Passagens; X. Do cemitério; XI. Fogos, jogos e armas proibidas; XII. Aferição de pesos e medidas. XIII. Criação de gados vacum, cavalar e muar em todo o município; XIV. Disposições gerais.
Villa das Barras	21/06/1880	I. Matadouro Público; II. Passagem do rio maratauam;[42]
Piracuruca	03/06/1882	I. Do mercado público; II. Dos açougues do Mercado; III. Dos animais; IV. Porto e Passagem; V. Disposições diversas.
Amarração	05/06/1882	Capítulos I a V – não nomeados; VI. Dos açougues e matadouros; VII. Jogos e reuniões ilícitas; VIII. Da passagem Barra Macapá; XIX. Atribuições dos empregados; X. Disposições gerais;
Bom Jesus do Gurguéia	05/06/1882	I; II. Asseio e segurança; III. Costumes e moralidade; IV. Comércio e aferições; V. Disposições diversas.
Villa de Piripiry	05/06/1882	I. Postos e passagens; II. Do mercado público; III. Porcos e cabras; IV. Curral do açougue; V. Da fonte pública; VI. Pescarias; VII. Das aferições; VIII. Contribuições; XIX. Disposições diversas.[43]
Villa de Corrente	10/06/1882	I. Edificação, asseio e garantia local; II. Mercado público; III. Matadouro público; IV. Animais proibidos; V. Vagabundos e embriagados; VI.
Villa de Jaicós	17/06/1882	I. Concessão de terrenos; II. Medição e alinhamento dos terrenos concedidos e edificados; III. Limpeza dos terrenos, ruas, praças e casas dentro do quadro da décima urbana; IV. Escavação e barreiros; V. Água e lavagem; VI. Mercado público; VII. Animais; VIII. Estradas; XIX. Sobre a divagação de loucos e embriagados, e outras providências; X. Corte de árvores; XI. Aferições; XII. Jogos, fogos, armas proibidas e tiros; XIII. Do cemitério; XIV. Diversos assuntos.
Villa de Jaicós	23/07/1883	I.; II. Medição e alinhamento dos terrenos concedidos e edificados; III. Limpeza dos terrenos, ruas, praças e casas dentro do quadro da décima urbana; IV. Escavação e barreiros; V. Água e lavagem; VI. Mercado público; VII. Animais; VIII. Estradas; XIX. Incêndios; X a XVI[44]; XVII. Disposições gerais.
Parnahyba	17/07/1884	I. Dos empregados; II. Dos deveres e atribuições dos empregados; III. Falta de cumprimento dos deveres;[45]
Villa de Corrente	20/07/1885	I. Edificação, asseio e garantia local; II. Mercado Público; III. Matadouro público; IV. Animais proibidos; V. Estradas públicas; VI. Cemitério e enterramentos; VII. Disposições gerais.

Fonte: Produzido pela autora, com dados obtidos em jornais disponíveis na Hemeroteca Digital Brasileira.

No quadro apresentado, percebe-se com clareza um desenvolvimento maior dos códigos, quando comparamos os mais antigos e os mais recentes das mesmas cidades.

39 Código de posturas aditivo ao anterior.

40 Não tivemos acesso ao código na íntegra, mas é certo que existiam seções anteriores e posteriores as apresentadas.

41 Jornal com os respectivos capítulos não localizado.

42 Código de posturas possivelmente complementar a um anterior.

43 Código de posturas possivelmente complementar a um anterior.

44 Seções/capítulos não localizados.

45 Código de posturas possivelmente complementar a um anterior.

Utilizamos como exemplo, especialmente, as duas primeiras legislações da cidade de Teresina. Com um intervalo de dezesseis anos entre as duas, as especificidades e exigências ficaram muito mais detalhadas e evidentes no segundo. Mas apesar de ressaltarmos a importância dessas divisões para evidenciar a complexidade e o detalhamento dos códigos, uma leitura mais aprofundada destes também nos mostrou que, apesar de existirem códigos com apenas uma seção – como é o caso de Marvão, 1873, estes abordam assuntos variados.

Uma segunda observação deve ser feita com relação ao primeiro código de Teresina: apesar de ser o mais antigo a que conseguimos acesso, não podemos afirmar ser este o primeiro promulgado no território piauiense durante todo o século XIX. Mas, estabelecendo um paralelo entre os outros que as tabelas anteriores nos apresentaram, percebemos grande complexidade deste frente aos demais. Atribuímos tal fato, sem dúvida, ao desejo e à necessidade de construir uma capital bem ordenada, em virtude da importância que teria a partir de então. Percebemos ainda certa aproximação com a dimensão e temas abordados em capitais próximas, como é o caso de São Luís: o primeiro código da cidade, datado do ano de 1842, apresentava 113 artigos, seis dos últimos em caráter provisório, e abordava três eixos principais: regularidade e aformoseamento; cômodo e seguridade e salubridade (CARVALHO, 2005), aspectos diferentes, mas que em linhas gerais também eram abordados no primeiro código de posturas da segunda capital do Piauí e também em diversos outros códigos promulgados posteriormente.

Ainda em relação ao quadro anterior, as divisões existentes nos códigos deixam clara a forte relação entre o rural e o urbano em muitas das cidades piauienses – muitos abordam, por exemplo, a criação de animais – o que pode ainda ser visto facilmente na grande diversidade de artigos promulgados na tentativa de minimizar essa questão, a exemplo dos seguintes códigos das cidades de União e Príncipe Imperial:

> CAPÍTULO 5º
>
> Animais
>
> Art. 50. É expressamente proibido a criação e a conservação de porcos e cabras dentro dos limites da decima urbana, sendo permitido ter cabras leiteiras durante o tempo que o dono delas precisar. Pena de dois mil réis aos contraventores.
>
> Art. 51. Os donos dos porcos e cabras que vagarem pelas ruas desta vila, serão multados em mil réis por cada cabeça e os que assim forem encontrados serão apreendidos e conservados na casa da câmara pelo espaço de vinte e quatro horas para serem entregues a seus donos mediante a multa acima estipulada; se até então não forem reclamados serão arrematados em basta pública; excetua-se o preceito do artigo

> antecedente (O PIAUHY, 1873, p. 01).

Ou ainda:

> [...]
>
> Art. 30. Fica proibido a existência de cães soltos dentro desta vila; os que forem encontrados serão mortos pelos meios indicados no artigo antecedente.
>
> Art. 31. Fica igualmente proibida a divagação do gado cabrum e ovelhum dentro desta vila, das seis horas da tarde as oito da manhã, e os que forem encontrados serão apreendidos pelo fiscal, e conservados por vinte e quatro horas para serem entregues a seus donos, mediante a multa de quinhentos réis por cabeça; e se até então não forem reclamados, serão vendidos em leilão por conta de quem pertencerem, deduzindo-se do preço da arrematação a multa e despesas que tenham sido feitas; o restante será entregue a seu dono; se este depois de provado o domínio e requerer dentro de três meses, terminados os quais será este restante recolhido ao cofre da municipalidade e fará parte da sua receita.
>
> Art. 32. É proibido trazer animais cavalares ou moares dentro das ruas desta vila para aqui pastarem soltos peados, sob pena de multa de dois mil réis por cabeça;
>
> § Único. Os cavalos e burros castrados poderão ser peados durante o dia, sem que por isto incorram seus donos nas penas destes artigos (A OPINIÃO CONSERVADORA, 1875, p. 01).

Carvalho (2005) evidencia a existência de artigos no sentido de regulamentar o trânsito de animais no espaço urbano no Código de Posturas de São Luís de 1842, tanto pelo perigo e incômodo aos transeuntes quanto pela associação destes com as práticas rurais, desinteressantes à uma cidade civilizada. Para Costa (1999), isto está diretamente relacionado às grandes diferenças existentes entre o processo de urbanização da Europa e do Brasil, e Vicente (2016) evidencia que esta estrutura colonial ainda se manteve mesmo após a independência, quando as fronteiras entre rural e urbano continuaram extremamente sutis, o que se confirma nos mais variados códigos promulgados no território piauiense durante o século XIX.

Bueno *et. al.* (2018), ao abordarem o entrecruzamento de fontes para o estudo dos núcleos urbanos coloniais no Brasil, também observam esse aspecto, ao dizer que, mais do que parecia à primeira vista, existia uma grande interdependência entre o rural e o urbano: "Nesse novo quadro historiográfico, campo-cidade mostram-se umbilicalmente interdependentes, em diversas escalas, local, regional, macrorregional e intercontinental [...] (Bueno *et. al.,* 2018, p. 7)".

Um outro fator que pode ser extraído do quadro de número 02 é a forte relação das cidades e vilas piauienses com os seus cursos d´água, pela abundância nestes códigos de seções relacionadas aos "portos e passagens". Com muita frequência,

estabelecia-se que a travessia desses rios só poderia ser cobrada pela câmara, como fez-se no Código de Posturas da cidade de Picos, no ano de 1874, em relação ao rio Guaribas.

Concordamos com Andrade (2017) quando este discorre sobre os códigos dos anos de 1867 e 1870 da cidade de Teresina, pois percebemos a recorrência de um padrão com relação à apresentação destes documentos em todo o Piauí. Eram apresentados o número e data do documento, nome do presidente da Província e do município da Câmara proponente do mecanismo disciplinador, número de artigos, infrações, infratores, com valores das punições indicadas em réis.

Finalmente, ainda acerca das sessões existentes nos códigos promulgados pelas câmaras municipais piauienses durante todo o século XIX, destacamos que, apesar de serem muito recorrentes as determinações relacionadas à higiene e à salubridade das cidades – quase que a totalidade dos códigos abordava a obrigatoriedade de manter limpas as casas e as ruas, por exemplo – pouco se empregou esses dois termos. Vimos, apenas no código da Villa da Independência, publicado no ano de 1874, nos capítulos "II. Da higiene, elegância e outros cômodos públicos;" e "III. Da salubridade pública;", o uso desses termos, o que atribuímos à alguma influência externa não identificada.

A presença de um caráter punitivo nos códigos de posturas promulgados no Piauí foi algo marcante, assim como nos outros códigos que acessamos em diferentes contextos nacionais. Ao falar do código de posturas da cidade de São Luís, do ano de 1842, Carvalho (2004, p. 33-34) diz que:

> Outro traço característico dos Códigos de Posturas municipais maranhenses, é que as punições eram indicadas para todos os munícipes, fossem senhores ou escravos – elementos basilares da sociedade escravocrata. [...] Muitas das vezes, às punições pecuniárias, acrescentavam-se aquelas de privação da liberdade ou de castigo físico, estas somente quando o infrator era escravo, desde que tivesse sido aplicada pena pecuniária não paga pelo respectivo senhor. Ainda constitui os Códigos de Posturas a forma pela qual eram feitas as advertências das punições, que eram duplicadas a cada reincidência nas infrações. Em outras palavras, os códigos indicavam as várias maneiras pelas quais as punições podiam ser cumpridas.

No Piauí não foi diferente. Na totalidade dos códigos aqui promulgados, percebemos sequencialmente, a cada determinação, a multa aplicada caso esta não fosse cumprida e a recorrência de citações antes da abolição da escravatura, que atribuía aos senhores a responsabilidade pelos atos e infrações de seus respectivos cativos.

Bortolucci (1991, p. 202), ao analisar os códigos da cidade de São Carlos ensina que

> [...] Os códigos são carlenses não fugiram à regra. Foram reflexo do gosto em voga e determinaram muitas alterações nas construções, quanto ao material e à técnica construtivos, à disposição de ambientes e, principalmente, à estética. Muitas incoerências ficaram evidentes nestes códigos, onde, não raro, as medidas impostas atenderam mais a finalidades estéticas, do que outras permanentes e necessárias. Era preciso modernizar e adotar rapidamente as novidades. Isto significava, entre outras coisas, abominar os muros de taipa, o telhado "rabo de pato" e as águas da chuva nas calçadas. Já era tempo dos gradis de ferro e das platibandas com calha.

Apesar de distante territorialmente, vemos na fala de Bortolucci (1991) uma tendência nacional, que também se materializou nos códigos piauienses: percebemos, com facilidade, uma forte inclinação dos códigos, fossem estes das grandes ou pequenas cidades ou villas, com a aparência destas. Ressaltamos ainda que essa preocupação, que inicialmente concentrava-se no alinhamento de terrenos e vias, ficou mais evidente nos códigos promulgados a partir dos anos de 1872/1873. No Código de Posturas da Villa de União de 1873, por exemplo, percebemos uma clara segregação espacial em virtude do emprego de determinados materiais de construção:

> Art. 2º Fica expressamente proibida a edificação ou reconstrução de casas de palhas nas ruas grandes do beco caxiano até o beco que dá para a praça da alegria, das flores do largo da matriz até o beco que dá para a mesma praça da alegria e da boa vista e do beco da paz até a casa do alferes Francisco Alves Ribeiro de Sampaio (O PIAUHY, 1873, p. 01).

Tal segregação espacial – que não é restrita ao código citado acima e, pelo contrário, faz-se presente em diversos outros promulgados no Piauí no período em questão, é consolidada na fala de Pinheiro (2004, p.2):

> É dessa forma que o código de posturas se comporta, a lei classifica um trecho do seu território, demarca e determina que ele será eleito como valioso, limpo e urbano. O Perímetro urbano é reservado para aqueles que 8 poderiam construir suas casas conforme as determinações legais.

Nesse sentido, Caldeira (2000) evidencia que essa segregação, seja ela social ou espacial, é uma característica das cidades, sendo as diversas regras – dentre elas, os Códigos de Posturas – que variam de forma cultural e histórica e acabam por determinar como os grupos sociais se estruturam e se apresentam na cidade: o grupo de alta renda passa a dominar o espaço urbano de acordo com os seus interesses.

Vicente (2016), ao falar do código de 1898 da Vila de Guarany, já citado anteriormente, nos mostra que, com base no nível socioeconômico da maior parte da

população, fica claro um interesse do poder público em demarcar, separar um espaço próprio e privilegiado para a elite, obrigando os moradores pobres cujas posses não permitiam construir casas com materiais nobres, a morar fora da zona considerada urbana e também recuadas das estradas, para que assim não fossem vistas. Observamos esse mesmo desejo em vários dos códigos de posturas promulgados no Piauí durante o século XIX, pois, muitas das vilas e cidades piauienses comungavam de uma realidade próxima, ou seja, dimensão, população, economia e nível socioeconômico.

Outros inúmeros exemplos seriam aplicáveis a este caso, mas evidenciamos os mais comuns a seguir, a partir dos Códigos de Posturas de Picos, Amarração e Príncipe Imperial, que expõe a grande necessidade de manter com boa aparência as fachadas desses edifícios:

> Art. 8º Os donos ou os inquilinos de casas no recinto da villa são obrigados a conservar limpas, até o centro da rua, a frente da casa, que habitar; fazendo remover prontamente dali o lixo ou matéria pútrida, sobre pena de sofrer a multa de mil réis, duplicada na reincidência.
>
> Art. 9º Todas as pessoas que habitarem no recinto da villa ficam sujeitas anualmente, ou sejam donos ou inquilinos, a rebocar e caiar as frentes das casas em que morarem até o mês de julho, sob pena de serem multados em quatro mil réis (A OPINIÃO CONSERVADORA, 1874, p. 01).
>
> Art. 5º Nas casas sitas nesta villa e povoações, são obrigados os proprietários ou inquilinos a concertar as calçadas, caiar ou retocar as frentes das mesmas, e os muros que se acharem estragados, isto no mês de julho de cada ano. Os infratores ficam sujeitos a multa de quatro mil réis e o duplo na reincidência (A IMPRENSA, 1882c, p. 01).
>
> Art. 18º No mês de julho de cada ano, serão reparadas e caiadas as frentes das casas desta villa. Aos infratores multa de quatro mil réis e o dobro na reincidência (A OPINIÃO CONSERVADORA, 1875, P. 01).

Diante do exposto e das análises dos códigos piauienses que evidenciaram a postura local (alinhada com o cenário nacional), sempre em busca de vilas e cidades salubres, ordenadas e civilizadas, buscamos observar como essas se manifestaram nas categorias de análise eleitas por nós, especialmente a implantação e o alinhamento das edificações, as espacialidades das residências, os materiais e técnicas construtivas utilizados e a construção de sobrados, contemplados nos subcapítulos a seguir.

3.2 Os profissionais atuantes nas construções piauienses do século XIX

Há poucos registros sobre a atuação dos profissionais da construção no Piauí durante o século XIX. Por muito tempo a historiografia brasileira foi carente de registros e estudos desses profissionais, lacuna que vem sendo preenchida, gradativamente, nas últimas décadas. Destacamos, nesse sentido, especialmente a produção de autores paulistas, como Bortolucci (1991), que trata da atuação dos profissionais na cidade de São Carlos, Francisco (2013), que estuda os construtores anônimos da cidade de Campinas, e Fischer (2005), Pareto Júnior (2011) e Lima (2020), em São Paulo. Apesar da distância geográfica, todos contribuíram para o entendimento do panorama local, em aspectos diferentes.

No Piauí, destacamos a obra de Cid Dias[46], intitulada Engenharia Piauiense, que se detém principalmente no século XX, mas nos apresenta algumas realizações e obras de engenheiros que atuaram Piauí oitocentista – especialmente obras públicas. Outros historiadores locais, como Chaves e Nunes, também pontuaram a atuação destes no período, novamente com o enfoque em obras públicas. Juntamente com a bibliografia desses autores, empreendemos uma busca aprofundada de termos relacionados à construção civil – arquiteto, engenheiro, pedreiro, mestre de obras – nos jornais piauienses disponíveis na Hemeroteca Digital Brasileira, buscando conhecer, mesmo que brevemente, os profissionais e suas respectivas atuações no Piauí do século XIX, considerando que todas essas profissões tiveram larga importância no desenvolvimento da arquitetura urbana local. Identificamos, majoritariamente, profissionais que atuaram no setor público, mas, considerando que a atuação no setor público não impedia o trabalho na tipologia residencial, julgamos importante conhecê-los.

Assim, dentro do limite determinado pela escassez de fontes primárias e/ou secundárias, buscamos traçar um breve perfil dos profissionais que estariam intrinsecamente ligados à produção residencial urbana local. Mas, sendo esta última o objeto maior da nossa tese, limitamos a nossa abordagem a uma breve apresentação desses profissionais e indicamos a possibilidade e importância de desenvolvimento de trabalhos futuros nessa temática.

É corrente que a atuação de arquitetos e engenheiros remonta desde a Antiguidade. No entanto, a estruturação dessas profissões a uma forma mais próxima da que conhecemos na atualidade se intensificou apenas a partir do século

XVIII, como resultado das grandes alterações sofridas na economia, na sociedade e nos meios de produção estimuladas pela Revolução Francesa e pelo Iluminismo. Todo esse processo estimulou o surgimento das primeiras escolas de arquitetura e engenharia, como a École des Beaux-Arts (1671) e a École Polytechnique (1795), ambas em Paris (BORTOLUCCI, 2019).

No Brasil, o ensino de engenharia começou formalmente no ano de 1792, quando foi fundada a "Real Academia de Artilharia, Fortificação e Desenho", no Rio de Janeiro, que pertencia ao exército e era destinada à formação de engenheiros e profissionais do exército. Dessa academia surgiram, em virtude de mudanças de nomes e estatutos, a Escola Politécnica do Rio de Janeiro, e as atuais Escola de Engenharia da UFRJ e Academia Militar de Agulhas Negras (TELLES, 1994). Seguiram-se os cursos sediados na Bahia, em Pernambuco e em São Paulo.

De acordo com Telles (1994), a evolução da engenharia no Brasil é dividida em quatro grandes períodos gerais, sendo o primeiro desde a colonização até a primeira metade do século XIX, quando as obras de engenharia tiveram especialmente função política, com destaque para a engenharia militar; a segunda, entre 1850 e 1920, concentrou-se nas construções ferroviárias, portos e obras públicas; a terceira, até 1950, dominada pela difusão do concreto armado e, por último, a partir de 1950, quando houve grande diversificação dessas obras. As fontes primárias apontaram que o Piauí, no período estudado, acompanhou muito fortemente os dois primeiros períodos, com grande predominância, especialmente, de obras ligadas à navegação do Rio Parnaíba.

Antes de adentrar à atuação dos engenheiros no Piauí, destacamos que, em virtude do cenário que se delineava nacionalmente e certamente se repetia no Piauí, acreditamos que muitos dos profissionais aqui indicados como engenheiros não possuíam diploma, eram profissionais práticos: segundo Reis Filho (1956, *apud* FICHER, 2005), a luta pela consolidação do espaço profissional dos engenheiros detentores de diploma iniciou apenas no ano de 1886, já nas últimas décadas do nosso recorte temporal, quando o Instituto Politécnico Brasileiro solicitou à profissão seu devido prestígio e força moral.

Lima (2020) evidencia que a luta pela regulamentação da profissão de engenheiro avançou pelo início do século XX, só no final da década 1920 se fecha o cerco contra a atuação dos práticos. No início da década de 1930 é finalmente restrito o exercício da profissão aos portadores de diploma (FICHER, 2005). Ainda assim, ao falar da atuação dos engenheiros nas primeiras décadas do século XX na cidade de Ribeirão Preto, Lima (2020, p. 86) aponta que:

> Notamos que dos quinze nomes mais atuantes na cidade de Ribeirão Preto, apenas cinco possuíam — ou declaravam — a titulação de engenheiro civil, nos levando a afirmar que nestes anos a cidade era construída majoritariamente pelos não titulados, que tinham seu ofício garantido pelo pagamento de impostos à municipalidade, e obtinham a licença para exercer a função, sendo assim designados como "licenciados" ou "práticos licenciados".

Dessa forma, diante dos fatores acima apresentados, acreditamos na atuação dos profissionais práticos no Piauí do século XIX.

Segundo Dias (2017), João Nunes Campos foi o primeiro engenheiro a atuar na capital recém fundada. O profissional, que estava atuando no Maranhão, foi convidado no ano de 1853 a prestar serviços no Piauí, sendo incumbido das obras do Palácio do Governo, do Hospital de Caridade e do Educandos Artífices. Ao primeiro, sucederam Francisco Joaquim Ferreira de Carvalho, que veio à capital com a função de comandar as obras do quartel general de primeira linha, mas participou também da obra da catedral da cidade, e, posteriormente, por Alfredo de Barros e Vasconcelos e Viriato Rozendo de Carvalho. A partir de então, crescem os registros da atuação de engenheiros na província, que registramos no Quadro 04 a seguir, do qual podemos obter um breve panorama da engenharia piauiense no século XIX.

Quadro 4: ENGENHEIROS ATUANTES NO PIAUÍ DO SÉCULO XIX.

NOME	ÁREA DE ATUAÇÃO	PERÍODO DE ATUAÇÃO[47]	ORIGEM	LOCAL DE FORMAÇÃO	CARGO OCUPADO
João Nunes Campos	-	1853	Caxias	Paris	-
Francisco Joaquim Ferreira de Carvalho	-	1855	-	-	-
Alfredo de Barros e Vasconcelos[48]	-	1856	-	-	-
Viriato Rozendo de Carvalho	-	1859	-	Paris	-
Pedro Cronenberger	-	1860	-	-	-
Newton Cézar Burlamaque	-	1865	Oeiras	Rio de Janeiro	Engenheiro Geral e Provincial
Gustavo Luís Guilherme Dodt[49]	Engenheiro Hidráulico	1868	Alemanha	Universidade de Iena	Engenheiro Provincial

47 Indicamos, neste campo, o mais antigo registro da atuação do profissional em terras piauienses.

48 A historiografia registra a atuação do engenheiro no desenvolvimento de mapas da cidade da Paraíba.

49 "Gustavo Luis Guilherme Dodt foi contratado pelo Barão de Capanema para serviços no Ministério e para a construção de linhas telegráficas. Era natural do reino de Hannover, da cidade de Dannemberg. Era engenheiro e também doutor em filosofia pela Universidade de Iena. Permaneceu no Brasil desde meados de 1850 até a sua morte em 1903. Exerceu a função de engenheiro em Minas Gerais, Maranhão e Ceará. Aposentou-se como

Eduardo José de Moraes	-	1869	Bahia	Escola Central do Imopério	-
John Robertson	Engenheiro Maquinista	1871	Inglaterra	-	Diretor da fundição da Cia. de vapores
Zozino Barroso	-	1873	Ceará	-	-
Bitencourt da Silva	-	1881	-	-	-
José Faustino da Silva	Engenheiro Militar	1881	Caxias	-	-
Benjamin Franklin de Albuquerque Lima	-	1882	Recife	-	Diretor de obras de melhoramentos do Rio Parnaíba
Domingos Guilherme Braga Torres	-	1882	Rio de Janeiro	-	-
Olegário Herculano da Silveira Pinto	-	1883	Goiás Velho	Escola Politécnica do Rio de Janeiro Escola Militar	-
Olegário Castro	-	1884	-	-	Encarregado da linha telegráfica
Emigdio Adolpho Victorio da Costa[50]	-	1884	-	Escola Central do Rio de Janeiro	-
Firmino Teothonio da Morada	-	1885	-	-	-
Miguel Luiz Rodrigues Vianna	-	1885	-	-	Membro da comissão de engenheiros, encarregado de trabalhos hidráulicos no rio Parnaíba.
Antônio de Souza Mello Neto	-	1885	-	-	-
João Teixeira de Souza	-	1885	-	-	Chefe do tráfego da estrada de ferro Pedro II
Silva Leão	-	1885	-	-	Chefe da primeira seção da secretaria do ministério da agricultura e comércio
Richard Pearce	-	1886	-	-	Engenheiro e diretor de fundição da capital
Ewerton Pinto	-	1886	-	-	Engenheiro de obras militares da província
João SóterTompson Viegas	-	1887	-	-	Ajudante da comissão incumbida do Rio Parnaíba
Campello França	-	1887	-	-	-

engenheiro da Repartição Geral dos Telégrafos em Blumenau" (CRAVO, 2013, p. 78).

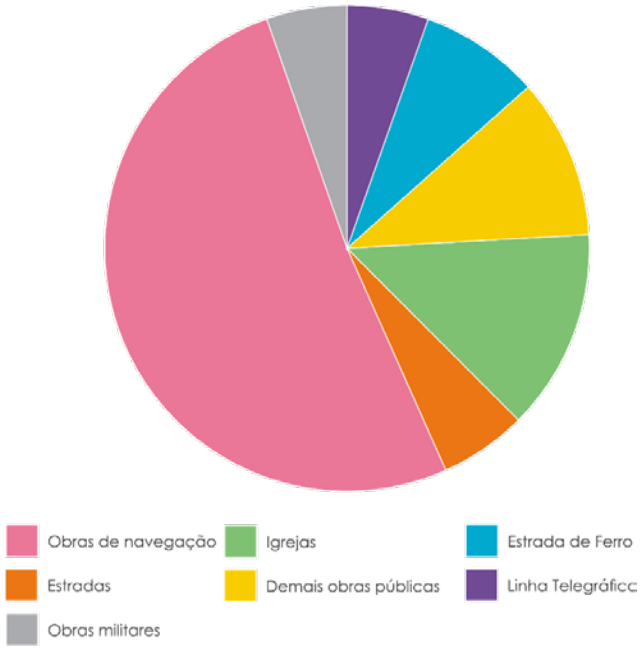
50 Emigdio Adolpho Victorio da Costa foi Bacharel, formado em ciências físicas e matemáticas, engenheiro civil e geógrafo, pela antiga Escola Central do Rio de Janeiro, oficial da Ordem Rosa e presidente da província do Piauí. Segundo Dias (2017), este entrou para a história por ser o primeiro engenheiro presidente da província.

Manoel Maria del Castilho	-	1889	-	-	Engenheiro chefe da comissão de melhoramentos do Rio Parnaíba
Arthur da Silva Lima	-	1889	-	-	Ajudante na comissão de melhoramentos do Rio Parnaíba
Alfredo Modrack	-	1889	Alemanha	Escola Politécnica do Rio de Janeiro	-

Fonte: Desenvolvida pela autora, com dados levantados nos jornais da Hemeroteca Digital Brasileira.

Apesar da já indicada escassez de registros com relação à atuação dos engenheiros no Piauí, percebemos a intensificação da presença local desses profissionais durante a segunda metade do século, tendência que se confirmava também em outras regiões brasileiras. Além disso, podemos confirmar, pelos cargos ocupados e áreas de atuação destes profissionais no Piauí, a conjuntura apontada por Telles: que no período de 1850 e 1920 houve a tendência nacional dos engenheiros atuarem especialmente em construções ferroviárias, seguidas de portos e obras públicas. A partir da atuação dos engenheiros que conseguimos identificar na bibliografia e nos documentos pesquisados, construímos o seguinte gráfico (Gráfico 01):

Gráfico 1: Atuação dos engenheiros no Piauí no século XIX.



Fonte: Desenvolvido pela autora, com dados levantados nos jornais da Hemeroteca Digital Brasileira.

Nossas buscas pouco registraram a origem desses engenheiros, mas, quando foi possível indicá-la, estes eram majoritariamente de outra região do país e até mesmo do exterior. Os documentos evidenciaram que alguns, como Emigdio Adolpho Vieira da Costa e Richard Pearce, por exemplo, fixaram residência na região, mas a grande maioria esteve de passagem, incorporando alguma comissão ou chefiando alguma obra, que, quando findava, significava também a partida desses profissionais.

A inexistência de uma escola ou faculdade de engenharia no Piauí durante todo o século XIX[51] fez com que todos os engenheiros com formação identificada fossem formados em universidades de outras regiões ou do exterior. Além disso, como a regulamentação da profissão de engenheiro aconteceu apenas no ano de 1933, a ausência de registro da formação destes também pode significar que eles eram profissionais "práticos", como Francisco (2013) apontou em Campinas, e Pareto Júnior, em São Paulo (2011), mesmo que em um período posterior ao aqui tratado.

Ainda sobre a atuação dos profissionais engenheiros, um aspecto que não foi abordado na tabela, mas que fez-se evidente na nossa pesquisa é que a atuação desses profissionais pôde ser verificada em grande extensão da província, especialmente pelo fato de que muitas dessas obras eram relacionadas ao Rio Parnaíba, que margeia grande extensão – cerca de 1.400 km – do território piauiense.

Como um último aspecto, indicamos que a grande maioria das obras e a consequente atuação dos profissionais de construção no período, segue anônima. Francisco (2009, p. 44), ao falar dos "construtores anônimos" em Campinas no final do século XIX e início do século XX assinala que:

> A expressão aqui adotada, vale dizer, adveio da constatação do anonimato ao qual foram relegados todos esses construtores pela historiografia disponível sobre a história e a arquitetura locais. Apesar de sua intensa atividade — inclusive com a constituição das primeiras firmas da construção civil —, da permanência material e da existência de referências documentais do conjunto edificado, tais obras chegaram aos dias de hoje sem autoria conhecida, atribuídas, assim, a construtores anônimos).

De fato, apesar do nosso esforço na recuperação da atuação dos profissionais de engenharia no Piauí do século XIX, não conseguimos atribuir seus trabalhos à obras específicas, ou à assinatura de projetos, fossem esses públicos ou particulares. Conseguimos encontrar registros, principalmente da atuação destes em reformas, como é o caso das sucessivas reformas que sofreu a igreja matriz de Teresina[52].

Uma exceção ao panorama apresentado foi o engenheiro alemão Alfredo Modrack, que chegou ao Piauí no ano de 1889 com um industrial piauiense no intuito de desenvolver o projeto de sua fábrica – Fábrica de Laticínios de Campinas do Piauí (Figura 69) – e, após permanecer um período na região, também foi convidado a desenvolver outros projetos, como é o caso do Teatro 4 de Setembro (Figura 70), construído no ano de 1894, em Teresina (IPHAN, 2014).

Não obstante a relativa diversidade de nomes e atuações de engenheiros nas construções piauienses do século XIX, nossa investigação ficou restrita a uma única matéria de jornal, que, no ano de 1878, relatava o atraso em que se encontrava a

instrução pública local e dizia haver o projeto para a construção de um belo prédio para a mesma, desenvolvida por um arquiteto, porém, sem dar maiores informações sobre este ou mesmo sobre o projeto (A IMPRENSA, 1878).

Essa situação distanciava-se apenas em parte do que acontecia no restante do Brasil. Segawa (2010) ressalta que, apesar do ensino de arquitetura no Brasil ser anterior aos ensinos jurídicos, não era dado grande prestígio a estes durante o

Figura 69: Imagem de época Fábrica de Laticínios de Campinas do Piauí.



Fonte: 19ª SR/IPHAN-PI (2008).

Figura 70: Theatro 4 de Setembro.



Fonte: Acervo pessoal A. C. Moreira.

século XIX, pois, ao contrário da engenharia, a prática da arquitetura ainda não era muito cultivada no país e, apesar da existência do ensino de arquitetura, ainda era recorrente a demanda por arquitetos vindos da Europa, o que dificultava ainda mais a popularização dessa prática.

Nesse sentido, Derenji (1987) destaca a atuação, ainda no século XVIII, do arquiteto italiano Giuseppe Antônio Landi; Brenna (1987) a atuação do arquiteto francês vindo para o Brasil com a missão artística Francesa Grandjean de Montigny, no Rio de Janeiro do século XIX; Lemos (1987) também registra a atuação de vários arquitetos estrangeiros na São Paulo do final do século XIX, já no período do ciclo cafeeiro.

Mas não foram apenas as grandes cidades que desfrutaram da presença de profissionais de arquitetura ainda no século XIX. Bortolucci (1991), ao falar da São Carlos do século XIX, registra a presença de arquitetos e engenheiros vindos da Europa e, especialmente, de São Paulo, com os engenheiros sendo numericamente superiores, o que evidencia certa discrepância, assim como aconteceu em outras áreas, entre o que acontecia no Piauí e nas demais regiões brasileiras.

Assim sendo, a atuação dos engenheiros no Piauí, como exposto, ficou restrita a profissionais formados em outros locais. Mas isso não se confirmou em todas as categorias relacionadas à construção civil: ainda no século XIX, existiram no Piauí instituições que tinham, como uma de suas funções, a capacitação desses profissionais, o que certamente interferiu no panorama da construção civil local. Destacamos, nesse sentido, o Estabelecimento dos Educandos Artífices[53] e o Estabelecimento Rural de São Pedro de Alcântara.

As instituições de Educandos Artífices surgiram no Brasil do século XIX, nas capitais de algumas províncias. A primeira delas foi criada no Pará, em 1837. A estas seguiram Maranhão (1841), São Paulo (1844), Piauí (1847), Alagoas (1854), Ceará (1856), Amazonas (1858), Rio Grande do Norte (1859) e Paraíba (1865). Estes tinham como principal objetivo proporcionar uma formação moral aos desvalidos, qualificando-os para o desenvolvimento de uma profissão honrada (RIZZINI, 2004).

O Estabelecimento dos Educandos Artífices foi fundado no ano de 1847 por iniciativa do então presidente da província Zacarias de Góis e Vasconcelos. Este distinguia a importância de uma instituição que representasse fonte de

53 Reis e Ferro (2006) em Estabelecimento de Educandos Artífices do Piauí: educação, trabalho e disciplina (1847-1852) traçam um panorama do funcionamento dessa instituição em seus primeiros anos.

esperança não somente de um futuro melhor para meninos pobres e órfãos que ali encontravam "abrigo, proteção e ocupação honesta", mas também uma maneira de prevenir a proliferação de pessoas tendenciosas ao crime e aos vícios. Dois anos mais tarde, começou a funcionar, ainda na capital Oeiras, com o discurso oficial de que a instituição era o viveiro donde sairiam os artistas necessários à província; no entanto, a partir das atividades exercidas por estes educandos, observa-se que o principal objetivo da instituição era a formação de mão de obra barata (NUNES, 2007), evidenciando a adequação do Piauí ao cenário regional, tendo em vista que a maioria destas instituições situava-se no norte do País.

O quadro a seguir (Quadro 05) mostra a situação do estabelecimento no ano de 1850 e a possível contribuição deste para o panorama da construção civil local, tendo em vista que qualificou marceneiros, ferreiros e entalhadores, mesmo que, segundo a tabela, tenham desenvolvido lições sofríveis.

QUADRO 5: DEMONSTRATIVO DA SITUAÇÃO DO ESTABELECIMENTO DE EDUCANDO ARTÍFICES, OEIRAS, 1850.

Nº.	NOMES	IDADES	LIÇÕES	PROGRESSOS	PROCEDIMENTO MORAL	O QUE LEEM	O QUE ESCREVEM	OBS.
1	Martiniano Antônio Luiz da Paz	12	Boas	Muito	Bom	Escripto	Corcivo	Aprende o Officio de Carpina
2	Raimundo José de Barros	15	Sofríveis	Algum	"	"		Idem de Marceneiro

3	Joaquim Manoel de Souza	14	"	"	"	"	Bastardo	Idem Idem
4	Honorato da Silva Araújo	14	Boas	Muito	"	"	"	Idem Idem
5	Raimundo Froanio Baptista	13	Sofríveis	Algum	"	"	"	Idem de Ourives
6	João Lourenço Ferreira	13	Más	Pouco	"	Syllabas		Idem de Marceneiro
7	Clarindo de Sena Rosa	12	Sofríveis	Algum	"	Escripto	Bastardo	Idem Idem. Aprende a Corneta de Chave
8	Manoel Pereira de Carvalho	12	Más	Pouco	"	Syllabas		Idem de Ferreiro
9	Manoel Antônio de Pinho	12	"	"	"	Escripto		Idem
10	Thomaz da Costa Villa Nova	9	"	"	"	Syllabas		Idem
11	José Constantino Esteves	10	Sofríveis	Algum	"	Escripto	Bastardo	Idem de Entalhador
12	Licinio Pontes Piauhylino	9	"	"	"	"	Cobre	Idem de Carpina
13	Joaquim Antônio da Paixão	9	Más	Pouco	"	Syllabas		Idem de Alfaiate
14	Laurentino Rodrigues de Sousa	8	Sofríveis	Algum	"	"		Idem Idem
15	André Avelino de Carvalho	8	"	"	"	"		Idem Idem
16	Joaquim Gonçalves Pereira	13	"	"	"	Escripto	Bastardo	Idem de Marceneiro
17	Menandro José Ferreira	12	"	"	"	"	Cobre	Idem de Ferreiro. Aprende a tambor.
18	Silvestre Martinho de Jesus	7	"	"	"	Bam		Idem de Alfaiate
19	Bemvenuto Manoel de Carvalho	13	"	"	"	"		Idem Idem
20	Bernardino Pereira da Silva	7	Más	Pouco	"	"		Idem de Sapateiro
21	Raimundo Gonçalves Pereira	11	Sofríveis	Algum	"	Escripto	Cobre	Idem de Marceneiro
22	João Gonçalves Pereira	9	"	"	"	Syllabas		Iodem de Ourives
23	Raimundo José Valente	10	"	"	"	"		Idem de Carpina. Aprende a tambor.
24	Adão Pedro d´Andrade	11	"	"	"	"	Cobre	Idem de alfaiate
25	José Meneses de Sousa	11	"	"	"	"		Idem de Carpina.

Fonte: Mapa nº09, anexo ao relatório do presidente da Província do Piauí. Oeiras: Tipografia Saquarema, 1850. Acervo CAB.

Este estabelecimento foi uma das primeiras instituições a ser transferida para a nova capital, e seus alunos foram os grandes responsáveis pelo desenvolvimento da mobília necessária ao funcionamento dos órgãos públicos da nova capital (CHAVES, 1994 e CARVALHO, 2013), o que evidencia ainda mais a contribuição e importância deste para a formação da mão de obra local.

Apesar de exceder o recorte temporal da nossa pesquisa, a Figura 71 traz algumas informações relevantes sobre a composição e importância desta na formação dos profissionais locais. A imagem mostra a grande dimensão da turma de marcenaria, que, com cerca de sessenta alunos, certamente evidencia o impacto desta

no cenário da formação de profissionais locais, e sua clara expansão frente aos anos anteriores. A foto da revela ainda a composição heterogênea da turma, que possuía, aparentemente, desde crianças até adultos, entre negros, mestiços e brancos.

Outro estabelecimento que atuou na formação dos profissionais relacionados à construção no Piauí foi o Estabelecimento Rural de São Pedro de Alcântara[54], fruto de um contexto que se baseava na busca pela ciência e pelo progresso material da nação, no qual políticos e engenheiros iriam propor uma revitalização da indústria agrícola no Piauí. Nesse contexto, o agrônomo Francisco Parentes foi o primeiro a apresentar um projeto agrícola para aproveitar as terras e a estrutura física das antigas Fazendas Nacionais, com a proposta de utilizar a mão de obra dos recém libertos para a criação de uma colônia agrícola nas fazendas do Estado, que seria um ponto basal dos libertos:

Figura 71: Alunos do curso de Marcenaria da Escola de Aprendizes Artífices, no ano de 1913.



Fonte: MUVIS PIAUÍ, 2020.

> As bases da empresa consistem principalmente da educação moral e religiosa, e na instrução primária e agrícola dos menores, nos trabalhos da agricultura substituindo-se o sistema rotineiro pelos

54 O Estabelecimento Rural São Pedro de Alcântara situa-se na região que hoje corresponde à cidade de Floriano, situada a 188 km ao sul de Teresina, às margens do Rio Parnaíba. Juntamente com o prédio da Fábrica de Laticínios de Campinas de Piauí, o edifício do Estabelecimento Rural São Pedro de Alcântara foi tombado pelo IPHAN, em maio de 2014. A proposta de tombamento foi relacionada ao processo de ocupação do Piauí, decorrente das fazendas nacionais, por meio do uso da mão de obra remanescente da escravidão. O IPHAN ressalta ainda o valor arquitetônico de ambas as edificações, considerando-as exemplares importantes do patrimônio construído no Brasil entre o final do século XIX e o início do século XX, manifestando tanto características da arquitetura tradicional piauiense, com o uso de técnicas e de materiais locais, quanto da arquitetura industrial do interior do Brasil no século XIX (IPHAN, 2014).

> instrumentos agrários mais aperfeiçoados e processos mais modernos, no estabelecimento das charqueadas, fábrica de queijo e sabão e outras necessárias ao desenvolvimento da indústria, rural e no melhoramento da indústria da criação de gado, empregando-se os meios de melhorar as raças (APEPI, 1854 *apud* SILVA, 2009, p. 05).

Segundo o IPHAN (2014, p. 25-29):

> Fundado em tempos de Monarquia para o cumprimento de determinações da Lei do Ventre Livre, o Estabelecimento Rural São Pedro de Alcântara afigurou-se também como uma estratégia do governo monárquico para reforçar sua popularidade entre homens e mulheres escravizados, que viviam um momento de esperanças com a proximidade de um possível terceiro reinado, no qual seriam considerados cidadãos [...] De qualquer modo, está demonstrado que o projeto de fundação do Estabelecimento Rural de São Pedro de Alcântara fez parte de um contexto em que o governo imperial impulsionava a formação desse tipo de instituição em todo o país. Eram escolas voltadas para libertos beneficiados com a Lei nº 2040, de 28 de setembro de 1871, que determinava, em seu texto, a obrigação do Estado, em última instância, de se responsabilizar pelos filhos de mulheres escravas nascidos a partir daquela data. Aos oito anos de idade, a criança poderia ser entregue pelo senhor ao Estado, que teria de pagar ao primeiro a indenização de 600 mil réis. Neste caso, a criança seria recolhida para "estabelecimentos públicos", os quais teriam que "criar", "tratar" e "constituir pecúlio" para cada menor que trabalhasse no estabelecimento. Por outro lado, abria-se a possibilidade de fundação de associações privadas, também previstas em lei, para cuidar da educação dos menores, as quais poderiam utilizar-se dos serviços destes até a idade de 21 anos, tendo que assumir, igualmente, as mesmas responsabilidades dos estabelecimentos públicos. Mais uma vez, deparamo-nos com o sentido do contrato que originou o "Estabelecimento Rural São Pedro de Alcântara", expressando uma verdadeira associação circunstancial de interesses entre o público e o privado.

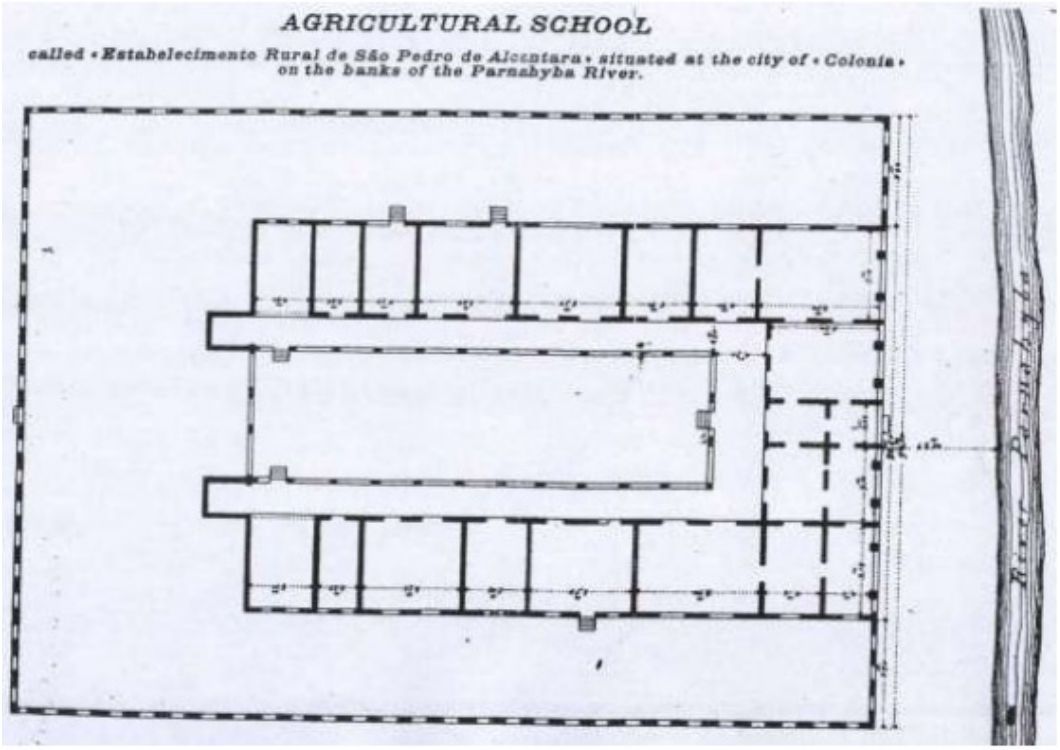
A planta (Figura 72) e a descrição do edifício, dispostas a seguir, nos revelam algumas informações importantes sobre o ensino no estabelecimento, como o fato deste ser destinado a homens e mulheres e sua estreita relação com o Rio Parnaíba:

> As salas de aula e o alojamento para os internos eram separados em alas, uma masculina e outra feminina. Dois importantes documentos referentes à Escola são a descrição feita, em 1875, pelo mestre de obras Raimundo Torres Costa, responsável pela construção de acordo com a planta, elaborada pelo engenheiro agrônomo Francisco Parente. A partir do desenho do autor do projeto, que morreu antes de vê-lo concluído, o mestre lhe relatava o andamento da obra: são sete cômodos na ala das mulheres e nove cômodos na ala dos homens, que correspondem ao mostrado na planta projetada por Parente, composta de uma planta em u interligada internamente por uma varanda. As duas alas descritas, dos homens e das mulheres, provavelmente se acomodaram nos dois blocos perpendiculares ao principal, voltado para o rio Parnaíba (IPHAN, 2008, p. 53).

Apesar da grande expectativa que se constituiu em torno da escola, foram várias as denúncias de que o estabelecimento não conseguiu atingir os seus objetivos, o que se atribuiu pela morte prematura do fundador do Estabelecimento: o agrônomo

Francisco Parentes (IPHAN, 2008). Ressalta-se ainda que "Descontentes com o acordo estavam os abolicionistas da província, que anteviam na proposta de criação da Colônia Agrícola de São Pedro de Alcântara o retorno da escravidão entre aqueles que haviam conquistado a condição de homens livres (SILVA, 2009, p. 05)". Nas palavras do presidente da Província no ano de 1886: "o estabelecimento rural de S. Pedro de Alcântara não tem até o presente correspondido às esperanças que a população desta província depositava em sua fundação, nem tão pouco prestado ao

Figura 72: Planta elaborada por Francisco Parente do Estabelecimento Rural São Pedro de Alcântara



Fonte: SAMPAIO, 1905.

Piauhy serviço algum apreciável".

Diante de todos os problemas apresentados e os abalos gerados pelo fim da escravidão na sociedade piauiense, durante a administração do Bacharel Francisco José Viveiros de Castro, no ano de 1888, em uma das maiores crises financeiras do Piauí e disposto a reduzir os gastos da província, este resolveu pôr fim ao "Estabelecimento Agrícola" (SILVA, 2009):

> Já tive ocasião de visitar esse estabelecimento e desagradável foi a impressão que recebi pelo estado de abandono e desleixo em que o encontrei. Instituindo o estabelecimento rural de S. Pedro de Alcântara, teve o Governo imperial, com intuitos, fazer d'ele não só uma colônia para a educação de ingênuos e menores libertos como também escola zootécnica para aperfeiçoamento da raça pelo cruzamento e seleção.

> Entretanto é de rigorosa justiça declarar que pela má direção havida no estabelecimento não preencheu ele os fins para que fora destinado. Como Colônia encontrei apenas dois menores inválidos que havia sido rejeitados como incapazes na escola de aprendizes marinheiros. Como estabelecimento, zootécnico, não vi um só animal de raça para cruzamento e seleção. Enfim, no estabelecimento só encontrei digno de nota o edifício principal que serve de internato para os alunos e este mesmo, além de precisar de grandes concertos carece ser completamente mobiliado. N'estas condições parecendo-me improfícuo a despesa que o Estado faz para a manutenção do Estabelecimento, tive a honra de propor a S. Ex. o Sr. Ministro da Agricultura, Comércio e Obras Públicas a extinção do Estabelecimento, vendendo-se em hasta pública, os edifícios e Fazendas que o Estado possui ou que fosse ele adjudicado à alguma empresa que montasse uma Fábrica de Fiação e Tecidos, tendo também a obrigação de preparar curtume e charque por ser esta província essencialmente criadora e de educar convenientemente cinqüenta órfãos, sujeita à fiscalização do Estado. Semelhante medida não só contribui para o desenvolvimento da colônia como também para o aumento das rendas publicas pela melhor fiscalização dos impostos (APEPI, 1888 *apud* SILVA, 2009, p. 07).

Apesar das inúmeras críticas que sofreu este estabelecimento, julgamos importante abordá-lo como um importante marco relacionado à construção e à educação em âmbito local.

Não menos importante que os anteriores, buscamos ainda conhecer os demais profissionais da construção civil cujas atuações foram registradas nas fontes primárias. O quadro a seguir (Quadro 06) evidencia um maior destaque dado aos profissionais atuantes na capital da província e, especialmente, uma superioridade numérica dos pedreiros frente aos demais profissionais.

Quadro 6: PROFISSIONAIS DA CONSTRUÇÃO CIVIL IDENTIFICADOS NAS FONTES PRIMÁRIAS[55] – PIAUÍ, SÉCULO XIX

NOME	ANO	LOCAL	ÁREA DE ATUAÇÃO
Manoel Valente de Figueredo	1849	-	Mestre das obras públicas
Marcos Mendes de Araújo	1878	Parnaíba	Mestre Carpinteiro
Vicente Antônio da Silva	1871	Parnaíba	Mestre Carpinteiro
Marcos Mendes de Araújo	1872	Parnaíba	Carpinteiro

55 Jornais piauienses disponíveis na Hemeroteca Digital Brasileira.

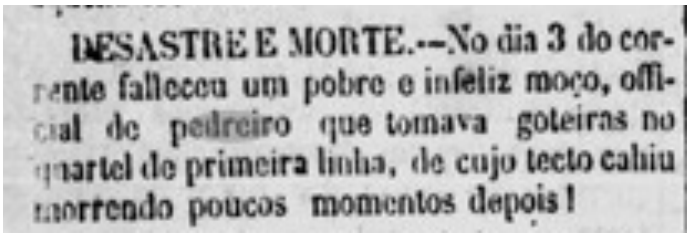
Francisco Xavier da Silva	1872	Teresina	Carapina e Carpinteiro
Manoel Joaquim da Conceição	1887	União	Carpinteiro
Pantaleão	1859	Teresina	Pedreiro
Francisco Ferreira Callaça	1859	Teresina	Oficial de Pedreiro
Cabo Verde	1859	Teresina	Pedreiro
Joaquim Pinheiro	1870	Picos	Pedreiro
José Felix	1870	Teresina	Pedreiro
Francisco Antônio Pimentel	1872	Teresina	Pedreiro
Norberto	1877	Teresina	Pedreiro
Felippe Pereira Borges	1879	Teresina	Pedreiro
José Pereira Leal	1880	Teresina	Pedreiro
Faustino	1880	Teresina	Pedreiro
Januário	1884	Teresina	Oficial de Carpina e Pedreiro
Domingos Gonçalves Lima	1885	Teresina	Pedreiro
Fortunato José de Barros	1887	Pedro II	Pedreiro
Ernesto	1865	-	Pedreiro
Geraldo	1879	Villa dos Humildes	Pedreiro
Laurindo	1883	-	Pedreiro
Joaquim Francisco de Souza	1890	Teresina	Pedreiro
José	1892	União	Pedreiro

Fonte: Desenvolvido pela autora, com dados obtidos nos jornais disponíveis na Hemeroteca Digital Brasileira.

Juntamente com a tabela acima, as notícias evidenciam que o tratamento e a importância dados a esses profissionais frente aos engenheiros era diminuto – com frequência, estes eram noticiados apenas pelo primeiro nome ou pelo ofício que exerciam, diferentemente dos engenheiros que eram tratados pelos títulos de Sr., Dr. e sempre pelo nome completo.

Um último e importante aspecto com relação aos profissionais que atuaram na construção local foi a utilização de mão-de-obra escrava, que se constituiu em um de seus mais importantes pilares. Nesse sentido, identificamos alguns trabalhos que revelam a atuação destes, especialmente nas obras da construção da nova

Figura 73: Notícia de falecimento de pedreiro em trabalho


DESASTRE E MORTE.--No dia 3 do corrente falleceu um pobre e infeliz moço, official de pedreiro que tomava goteiras no quartel de primeira linha, de cujo tecto cahiu morrendo poucos momentos depois!

Fonte: A IMPRENSA, 1871.

capital[56], mas o anonimato e as respectivas funções era algo constante, sendo que tais atuações foram pouco documentadas. Como exceção a esse panorama de grande desconhecimento e baseando-se em livros de registros de ofícios diversos[57], Carvalho (2012, p. 02) revela que dentre os primeiros trabalhadores que chegaram à Teresina para dar início às obras de construção da capital, "estavam os escravizados nacionais: Marcelino, Antônio, Lourenço, Policarpo, Cassiano, Eusébio, Casimiro, Nicolau, Manoel e Lourenço; e as escravizadas Hilária e Ignez, responsáveis pela preparação dos alimentos e lavagem das roupas dos trabalhadores".

Buscando dar voz a esses profissionais, buscamos nos jornais disponíveis seus nomes, locais e áreas de atuação. Certamente obtivemos uma amostra pequena, mas que nos fornece informações significativas sobre o trabalho destes durante todo o século XIX, especialmente a revelação de que o ofício de pedreiro era o mais destacado, como evidenciam os anúncios de fuga (Figura 74, 75 e 76) e de alforria (Figura 77) a seguir; estes foram os principais meios que encontramos de reconhecer a suas atuações e, além disso, a qualidade dos seus trabalhos, recorrentemente elogiada nesses anúncios:

Além das funções acima retratadas, Carvalho[58] (2012, p. 05), ao falar especificamente da nova capital, ressalta algumas características do trabalho dos escravizados, que, certamente, se repetiram no restante do território piauiense:

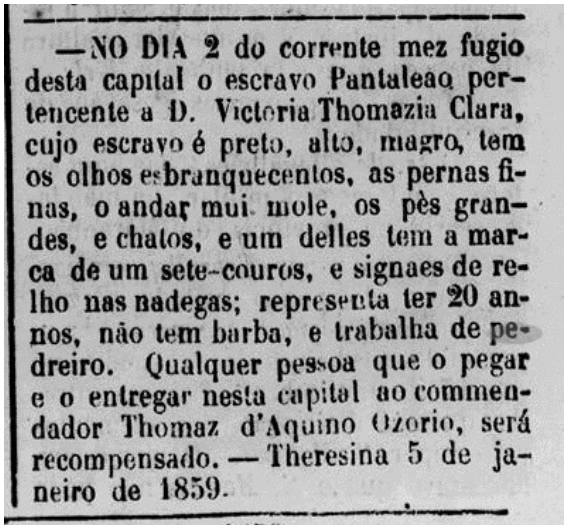
> As múltiplas habilidades do trabalhador escravizado servente ratificavam o padrão de utilização dos escravizados no processo produtivo sob a vigência das relações escravistas. O trabalhador, em regra, desenvolvia tarefas e serviços conforme a necessidade do processo de trabalho. Assim, o trabalho de um servente escravizado caracterizava-se, fundamentalmente, pela diversificação. A diversidade de tarefas a serem

56 Ver mais sobre o assunto em "O escravo na formação social do Piauí" – perspectiva histórica do século XVIII", da autora Tanya Maria Pires Brandão e em CARVALHO, 2012.

57 APEPI. Secretaria de Obras Públicas. Caixa 496.

58 A autora baseia-se nos seguintes documentos: APEPI. Sala do Poder Executivo. Livro de registros de ofícios da Presidência COD 181. EAPEPI. Sala do Poder Executivo. Livro de registros de ofícios da Presidência COD 180.

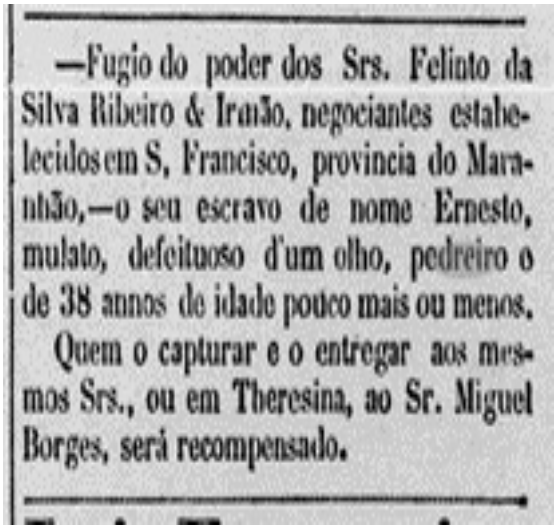
Figura 74: Notícias de fuga de escravos pedreiros em jornais do Piauí do século XIX (1).



—NO DIA 2 do corrente mez fugio desta capital o escravo Pantaleão pertencente a D. Victoria Thomazia Clara, cujo escravo é preto, alto, magro, tem os olhos esbranquecentos, as pernas finas, o andar mui mole, os pès grandes, e chatos, e um delles tem a marca de um sete-couros, e signaes de relho nas nadegas; representa ter 20 annos, não tem barba, e trabalha de pedreiro. Qualquer pessoa que o pegar e o entregar nesta capital ao commendador Thomaz d'Aquino Ozorio, será recompensado. — Theresina 5 de janeiro de 1859.

Fonte: O PROPAGADOR, 1859.

Figura 75: Notícias de fuga de escravos pedreiros em jornais do Piauí do século XIX (2).

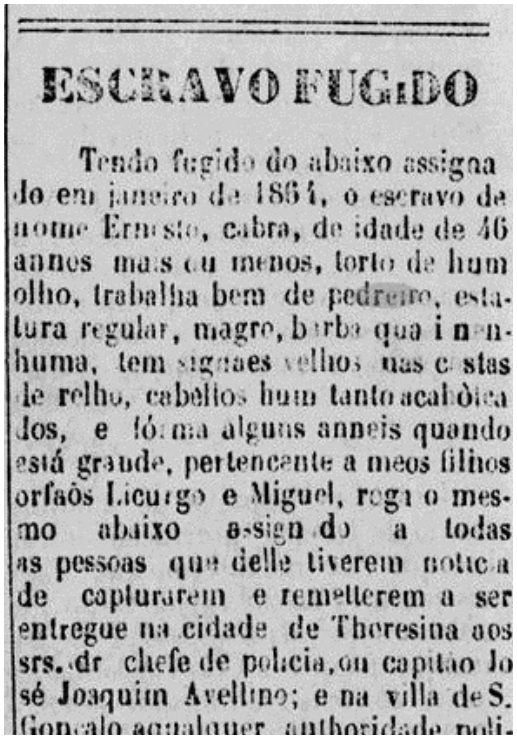


—Fugio do poder dos Srs. Felinto da Silva Ribeiro & Irmão, negociantes estabelecidos em S. Francisco, provincia do Maranhão,—o seu escravo de nome Ernesto, mulato, defeituoso d'um olho, pedreiro e de 38 annos de idade pouco mais ou menos.

Quem o capturar e o entregar aos mesmos Srs., ou em Theresina, ao Sr. Miguel Borges, será recompensado.

Fonte: A IMPRENSA, 1870,

Figura 76: Notícias de fuga de escravos pedreiros em jornais do Piauí do século XIX (3).

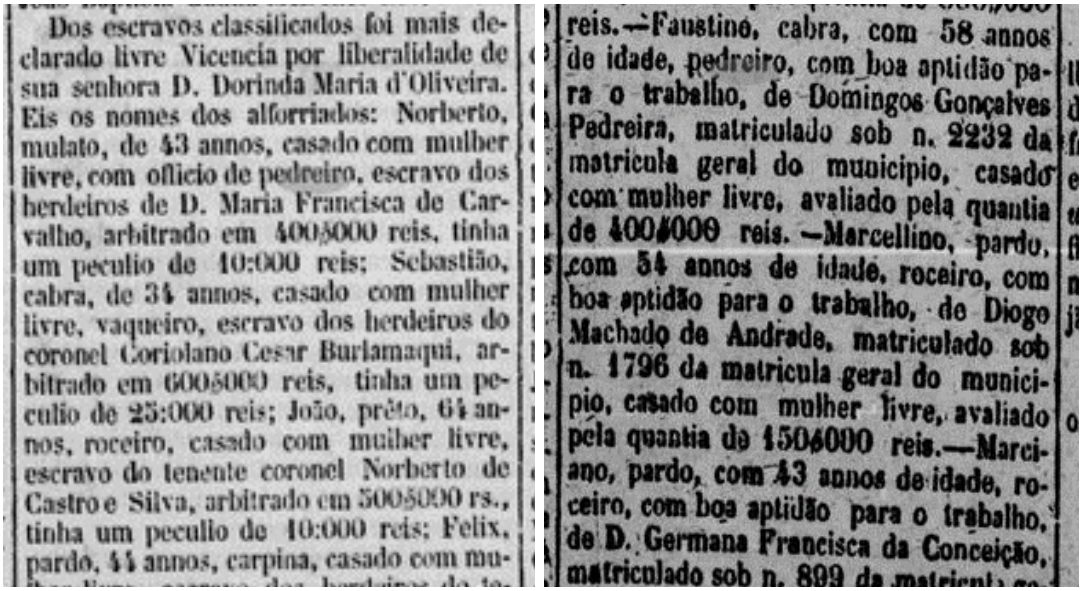


ESCRAVO FUGIDO

Tendo fugido do abaixo assignado em janeiro de 1864, o escravo de nome Ernesto, cabra, de idade de 46 annos mais ou menos, torto de hum olho, trabalha bem de pedreiro, estatura regular, magro, barba qua i nenhuma, tem signaes velhos nas costas de relho, cabellos hum tanto acaboçados, e fórma alguns anneis quando está grande, pertencente a meos filhos orfaôs Licurgo e Miguel, rogo o mesmo abaixo assignado a todas as pessoas que delle tiverem noticia de capturarem e remetterem a ser entregue na cidade de Theresina aos srs. dr chefe de policia, ou capitão José Joaquim Avellino; e na villa de S. Gonçalo qualquer authoridade poli-

Fonte: LIGA E PROGRESSO, 1863.

Figura 77: Notícias de alforria de escravos pedreiros em jornais do Piauí do século XIX.



Dos escravos classificados foi mais declarado livre Vicencia por liberalidade de sua senhora D. Dorinda Maria d'Oliveira. Eis os nomes dos alforriados: Norberto, mulato, de 43 annos, casado com mulher livre, com officio de pedreiro, escravo dos herdeiros de D. Maria Francisca de Carvalho, arbitrado em 400$000 reis, tinha um peculio de 10:000 reis; Sebastião, cabra, de 34 annos, casado com mulher livre, vaqueiro, escravo dos herdeiros do coronel Coriolano Cesar Burlamaqui, arbitrado em 600$000 reis, tinha um peculio de 25:000 reis; João, prêto, 64 annos, roceiro, casado com mulher livre, escravo do tenente coronel Norberto de Castro e Silva, arbitrado em 500$000 rs., tinha um peculio de 10:000 reis; Felix, pardo, 44 annos, carpina, casado com mu-

reis.—Faustino, cabra, com 58 annos de idade, pedreiro, com boa aptidão para o trabalho, de Domingos Gonçalves Pedreira, matriculado sob n. 2232 da matricula geral do municipio, casado com mulher livre, avaliado pela quantia de 400$000 reis.—Marcellino, pardo, com 54 annos de idade, roceiro, com boa aptidão para o trabalho, de Diogo Machado de Andrade, matriculado sob n. 1796 da matricula geral do municipio, casado com mulher livre, avaliado pela quantia de 150$000 reis.—Marciano, pardo, com 43 annos de idade, roceiro, com boa aptidão para o trabalho, de D. Germana Francisca da Conceição, matriculado sob n. 899 da matricula ge-

Fonte: A IMPRENSA, 1877; e A IMPRENSA, 1880c.

> desempenhadas revelava-se uma eficiente estratégia de combate à ociosidade. Ainda no primeiro semestre de 1852, devido à falta de cal, a obra da matriz foi paralisada. Como os trabalhadores escravizados não podiam ficar ociosos, eles foram encarregados da extração de matérias-primas para a referida obra. Ordenou Saraiva que quatro escravos, dentre os empregados na obra e, acompanhados de um bom oficial de carpina, fossem retirar madeiras de cedro nas terras do Coronel José Cândido. Os demais escravos foram encarregados de extrair pedras, barro e quaisquer outros materiais necessários para a obra. Em que pese estes trabalhadores escravizados aparecerem nas correspondências entre o mestre de obras públicas e o presidente da província como trabalhadores sem nenhuma especialização, a necessidade de trabalhadores especializados impelia a administração a inserir nas obras, muitos jovens escravizados para aprenderem um ofício, geralmente o de pedreiro ou de carpinteiro. Ressalte-se que, no processo de inserção dos trabalhadores nestas obras, a sua função era limitada a de servente, embora houvesse a expectativa do trabalho especializado futuro. Como servente ou especializado, o trabalhador escravizado não possuía autonomia no processo de trabalho no que diz respeito ao padrão de arquitetura ou urbanismo nem tampouco em relação aos métodos de construção.

Nossas breves constatações, juntamente com as considerações de Carvalho (2012) acerca do trabalho escravo, alinham-se com o que acontecia no restante do território brasileiro, onde, com frequência, os escravizados desempenhavam as mesmas funções e viviam o mesmo anonimato que os locais.

Finalmente, ressaltamos que, além dos profissionais aqui expostos, buscamos

também pela existência de mestres canteiros[59], fachadistas e taipeiros[60], profissionais cuja atuação foi corrente em diversas localidades ao longo do território brasileiro durante o século XIX. Nossa busca não remontou à atuação desses profissionais no Piauí, o que não impossibilita a sua existência, mas permite a associação entre este fato e a simplicidade, sobriedade e carência de elementos decorativos nas edificações construídas no Piauí em todo o século XIX.



59 "Oficial que desbasta, corta e aperfeiçoa as pedras que irão constituir uma CANTARIA. O mesmo que poial de adega. (CORONA E LEMOS, 2017, p. 105)"

60 "O operário que faz as paredes de TAIPA (CORONA E LEMOS, 2017, p. 40)"



capítulo 04:

Delineando a arquitetura piauiense

4.1 A implantação: a casa e o lote

> A existência de certos pontos de interesse confere ainda mais expressão à rua. A distribuição e a utilização da terra – a ocupação do solo urbano – são reveladoras. Todos se acotovelam com seus terrenos, suas casas e seus negócios; apertam-se para estar presentes à rua [...] (MARX, 1980, p. 43).

Iniciamos as análises relativas à materialização das moradias urbanas construídas no Piauí durante o século XIX pelo alinhamento dos terrenos e implantação das edificações, pois concordamos com Marx, que categoricamente diz que a distribuição e utilização da terra nas cidades – ou seja, a ocupação do solo urbano – da terra e do solo urbanos são reveladoras, e também com Reis Filho (1968), quando diz que "um traço característico da arquitetura urbana é a relação que a prende ao lote em que está implantada", o que confere especial importância à essa relação.

Não foi difícil perceber que, na absoluta maioria das cidades pesquisadas, e ainda mais claramente em Amarante, Oeiras, Pedro II – que possuem um conjunto arquitetônico mais conservado (Figuras 78, 79, 80, 81 e 82) – a grande maioria das residências construídas durante todo o século XIX foram implantadas segundo a descrição de Reis Filho (1968), ao falar das casas coloniais brasileiras:

> Pode-se afirmar com segurança que durante o período colonial a arquitetura residencial urbana estava baseada em um tipo de lote com características bastante definidas. Aproveitando antigas tradições urbanísticas de Portugal, nossas vilas e cidades apresentavam ruas de aspecto uniforme, com residências construídas sobre o alinhamento das vias públicas e paredes laterais sobre os limites dos terrenos. Não havia meio termo; as casas eram urbanas ou rurais, não se concebendo casas urbanas recuadas e com jardins (REIS FILHO, 1968, p. 22).

Figura 78: Vista geral da Rua Grande, Amarante, onde se percebe o alinhamento das construções aos limites frontais dos lotes. 2018.



Fonte: Acervo pessoal A. C. Moreira.

Figura 79: Imagens do ano de 1987, das Ruas Coelho Rodrigues e Getúlio Vargas, Oeiras, onde se percebe o alinhamento das construções aos limites frontal e laterais dos lotes (1)



Fonte: IPHAN, 2009.

Figura 80: Imagens do ano de 1987, das Ruas Coelho Rodrigues e Getúlio Vargas, Oeiras, onde se percebe o alinhamento das construções aos limites frontal e laterais dos lotes (2)



Fonte: IPHAN, 2009.

Figura 81: Vista geral de um dos quarteirões do entorno da Praça Domingos Mourão, em Pedro II, que evidencia o alinhamento das construções aos limites frontais e laterais dos lotes. 2019.



Fonte: Acervo pessoal A. C. Moreira.

Figura 82: Vista geral do entorno da Praça Bona Primo, em Campo Maior, que evidencia o alinhamento das construções aos limites frontais e laterais dos lotes



Fonte: Acervo FUNDAC.

A realidade nacional expressa por Reis Filho e as imagens expostas anteriormente dialogam com Silva Filho (2007, p. 40), que ao discorrer sobre a implantação das construções piauienses, diz que

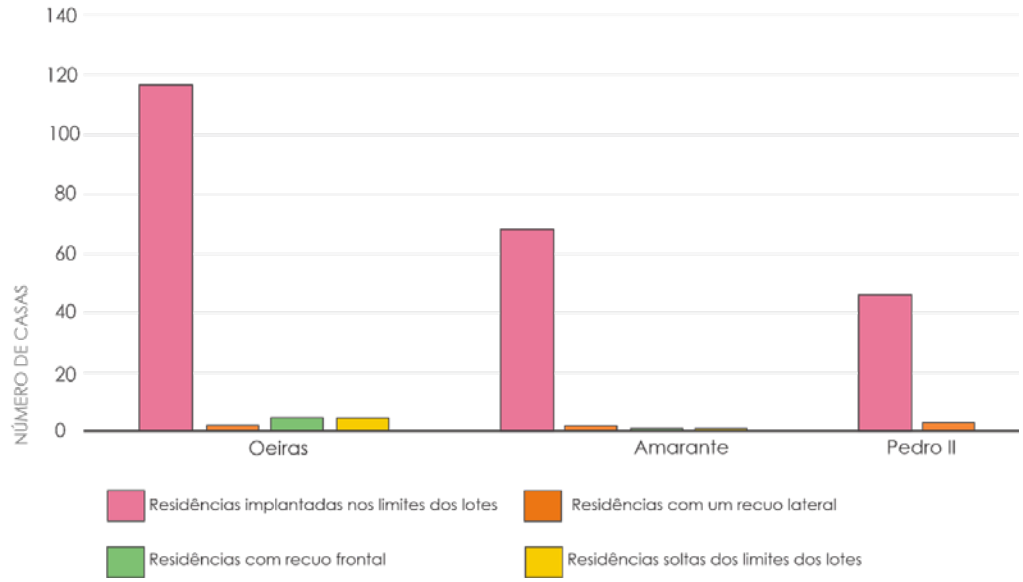
> Apesar da irregularidade do parcelamento, com lotes nos mais variados formatos, o retângulo foi a geratriz para o riscado das casas que ora se apresentam com grandes frentes, ora compostas tão somente de porta-e-janela. Boa parte dessas casas é mais larga que profunda, notadamente em Oeiras, denunciando uma maior disponibilidade de terrenos, e de certa forma, um tipo de ocupação derivada de posses e demarcações promovidas no passado pelos grupos dominantes [...] No Piauí, ainda hoje [2007], as transações imobiliárias são feitas em função da frente e não da área do terreno. Esse lado comercial denuncia a importância social atribuída às fachadas expostas ao público, ou seja: quanto maior a frontaria mais importante a moradia [...]

A realidade expressa no gráfico a seguir (Gráfico 02) mostra que nos núcleos fundacionais das cidades existe uma predominância absoluta de edificações alinhadas aos limites frontais e laterais dos lotes, evidenciando assim uma forte reminiscência da arquitetura do período colonial, partindo de uma ressonância da Carta Régia de 1761, legislação já discutida nos capítulos anteriores, a qual ordenava que as residências edificadas nas vilas criadas nesse momento deveriam ser demarcadas em linha reta, (BARRETO, 1975), algo que Silva Filho (2007, p. 11) também compartilha, ao dizer que

> A perspectiva uniforme das fachadas perfiladas no alinhamento das ruas, associadas à aplicação de componentes estruturais, deixa perceptível o enquadramento na reutilização de ordens distantes.

Ao utilizar o termo "ordens distantes", o autor parece se referir à Carta Régia por nós mencionada, fortalecendo a nossa suposição de sua influência nas residências construídas no século seguinte.

Gráfico 2: Implantação das residências de Oeiras, Amarante e Pedro II



Fonte: A. C. Moreira.

Essa prevalência na forma de implantação das edificações no lote nos alertou para um fato muito importante: perceber a partir do seu alinhamento o quanto das feições tradicionais está presente na arquitetura urbana do Piauí. É evidente que vários fatores foram determinantes para permitir a configuração espacial dessas cidades, as características da sua arquitetura, sua implantação, alinhamento das vias e lotes.

Já foram discutidos no capítulo dois desta tese os fatores que tiveram importância ímpar na configuração espacial. Trataremos agora do que é relativo especificamente às edificações e seus lotes, com destaque à influência das determinações existentes nos códigos de posturas, uma vez que tradicionalmente este era um tema abordado nessas legislações: Souza (2002) nos relata que nas cartas que determinaram o reordenamento urbano de Lisboa, entre os anos 1498-99, já se mencionava o alinhamento das construções/terrenos. Trazendo este fato para a realidade brasileira, a mesma autora afirma que a busca pelo ordenamento urbano baseado em fatores técnico-científicos fortaleceu-se no século XIX e se manifestou a partir dos códigos de posturas.

No código do Rio de Janeiro de 1830 esse aspecto foi mencionado, assim como no de Recife, promulgado no ano seguinte (SOUZA, 2002). Dessa forma, desde a discussão realizada no capítulo 3.1 desta tese, percebemos a relevância desse aspecto nas citadas resoluções, evidenciada inclusive pela existência de um profissional para exercer a atividade de alinhamento das edificações:

> Art. 11º A camara terá um alinhador, o qual perceberá de emolumentos por cada terreno que demarcar, quinhentos réis pagos pelos donos dos mesmos terrenos.
>
> Art. 12º Os terrenos que forem concedidos, a parte o fará medir e alinhar no praso de trinta dias apresentando ao respectivo fiscal o competente título de concessão, estando dentro do prazo aqui estabelecido o mesmo fiscal ordenará ao alinhador para preceder a medição sendo nisto assistido pelo secretário.
>
> Art. 13º Da medição e alinhamento de qualquer terreno se lavrará termo em livro próprio, o qual será assignado pelos empregados que procederem a medição dando-se cópia fiel a parte que fará sellar e apresentará ao presidente da camara que porá o visto. Essa cópia assim preparada será junta ao título de concessão do terreno e servirá de documento ao foreiro (O PIAUHY, 1873, p. 1).

Promulgado poucos anos depois, o Código de Posturas de Piripiri, publicado em 26 de julho de 1875, deixa ainda mais claro as funções do alinhador e sua importância para o ordenamento da cidade:

> Art. 12. Fica criado o lugar de alinhador da câmara, e a ele compete:

> §1.º Indicar o alinhamento dos prédios e ruas de acordo com a planta adotada.
>
> §2.º Proceder a demarcação do terreno para edificação imediatamente depois que lhe for solicitada, em vista de despacho da Câmara ou de seu presidente, não estando ela reunida, e escusando-se sofrerá a multa de dez mil réis.
>
> §3.º Perceberá os emolumentos de dois mil reis por cada terreno que demarcar, pagos pelo dono do terreno demarcado.
>
> Art. 13. Enquanto não for nomeada pessoa habilitada para o lugar de alinhador, serão as demarcações e alinhamentos feitos por um oficial de carapina ou pedreiro a escolha da câmara ou de seu presidente, e na falta de ambos pelo respectivo fiscal, observando-se em tudo as disposições dos parágrafos do artigo antecedente (OPINIÃO CONSERVADORA, 1875, p. 2).

Percebemos no artigo 13 as limitações existentes quanto à disposição de profissionais, certamente por Piripiri ser uma pequena povoação do interior do Piauí, com recursos muito escassos e limitados. Estabelecer um paralelo entre esta pequena e distante localidade com cidades maiores do litoral, nos ajuda a constatar a dimensão das dificuldades enfrentadas pelo Piauí. Souza (2002) trata da existência, a partir de 1830 em Recife, de um engenheiro militar para o cargo de "Encarregado da Arquitetura da Cidade", em que uma das funções era verificar o alinhamento das fachadas a partir do traçado das ruas.

Ressaltamos ainda que a primeira resolução regulamentadora das construções da cidade de Teresina, datada do ano de 1854, também já mencionava o alinhamento das construções, ao estabelecer no seu artigo 2º que "Aquele que tiver licença, para edificar, solicitará o alinhamento do Piloto respectivo, que o dará na presença do Fiscal, o Secretário da Câmara. Aos contraventores, multa de vinte mil réis" (PIAUHY, 1854, p. 16).

Assim, nas mais variadas maneiras o alinhamento das construções e terrenos esteve presente nos códigos de posturas promulgados no século XIX, mostrando-se como uma importante exigência a ser seguida, como constatamos na Resolução de número 836, publicada em 30 de agosto de 1873, que aprovava o código de posturas da cidade de Parnaíba, e estabelecia que

> Art. 3º Concedidos os terrenos a parte os fará medir e alinhar pelo fiscal e secretário dentro do prazo de 30 dias, sob pena de perder o direito que neles tiver.
>
> §1.º Os terrenos serão medidos e alinhados a custa dos aforadores, quer na extensão de frente, quer na dos fundos, sendo estes de trinta e três metros e oitenta e cinco centímetros, o excedendo, será o foro duplicado, até a mesma extensão.
>
> §2.º A medição e o alinhamento de qualquer terreno, custará dez réis por cada metro de frente, e o duplo sendo fora da décima urbana.

> Art. 4º Da medição e alinhamento de qualquer terreno se lavrará termo em livro próprio, o qual será assignado pelos empregados mencionados no art. 3º, dando-se cópia fiel à parte, depois registrado no livro de tombo geral dos terrenos (O PIAUHY, 1873b, p.01).

Nos parágrafos dispostos acima, do código de Parnaíba, podemos observar a rigidez das determinações que indicavam, inclusive, a dimensão dos terrenos que seriam alinhados. Essa busca efetiva pela regulamentação urbana no caso de Parnaíba é até compreensível, uma vez que era, no período, a maior e mais enriquecida cidade do Piauí. Entretanto, o cuidado no detalhamento dessas imposições não ficou restrito apenas às cidades maiores. No código de posturas da Villa de São João do Piauhy, publicado em setembro do mesmo ano, estabelecia-se que

> Art. 10º Os terrenos concedidos para a edificação de prédios no recinto da villa, terão duzentos palmos da parede da frente a do muro anterior, quando porem não houver prejuízo para a edificação de outra rua e prevalecerem razões que a camara julgar atendíveis, poderá esta conceder maior número de palmos. (O PIAUHY, 1873c, p. 2).

Já o código da Villa de União, promulgado no mesmo ano, também estabelecia que o proprietário deveria pagar multa caso "ofendesse" o alinhamento, embora sem dizer nada sobre a forma como isso deveria ser feito (O PIAUHY, 1873d). Dentre os códigos pesquisados e promulgados no ano de 1973 – Parnaíba, São João do Piauí, Batalha e União –, apenas o código de Batalha não mencionava disposições sobre alinhamento de edifícios e terrenos.

Além dos aspectos mencionados, foi importante perceber a variação entre as dimensões dos terrenos alinhados – que não era uma determinação comum – e os distintos valores cobrados por esse alinhamento, como evidencia o quadro a seguir.

Também inferimos a importância do alinhamento dos terrenos e das construções no cenário dessas localidades. Percebemos que os códigos nos quais este aspecto não foi mencionado, apesar de receberem o nome de código de posturas, pela diminuta quantidade de artigos e grande especificidade destes, tratam-se apenas de artigos complementares a códigos anteriormente promulgados e, certamente, não revogados.

Quadro 7: ALINHAMENTO DOS EDIFÍCIOS E TERRENOS SEGUNDO OS CÓDIGOS DE POSTURAS

LOCAL E ANO	ALINHAMENTO	VALOR ALINHAMENTO	VALOR DO TERRENO CONCEDIDO PELA CAMARA	DIMENSÃO DO LOTE
Villa da Manga, 1870	SIM	-		-
Parnaguá, 1870	SIM	-		-
Teresina, 1870	SIM	40 réis por braça[61]		-
Parnaíba, 1870	SIM	-		-
Batalha, 1870	SIM	400 réis	-	-
Peracuruca, 1870	-[62]	-	-	-
Teresina, 1872[63]	-	-	-	-
Oeiras, 1872	SIM	-		-
Amarante, 1872	SIM	500 réis/ terreno		
Piracuruca, 1873	-	-	-	-
Villa de União, 1873	SIM	-	100 réis /braça de frente	-
Parnaíba, 1873	SIM	Dez reis/metro de frente	Cem reis/metro/ano	33,85m de frente
Batalha, 1873	-	-	-	-
Villa de São João do Piauí, 1873	SIM	-	160 réis/ braça de frente	200 palmos[64] de frente
Villa de Marvão, 1873	SIM	60 réis/braça de frente	200 reis/ braça de frente/ano	-
Amarante, 1873	-	-	-	-
Parnaíba, 1874	-	-	-	-
Picos, 1874	SIM	-	-	Máx.50 m. de fundo
Villa da Independência, 1874	SIM	2 mil réis/ terreno	-	-
Villa da Manga[65]	-	-	-	-
Piripiri, 1875	SIM	2 mil réis/ terreno	-	17 braças de fundo
Príncipe Imperial, 1875	SIM	500 réis/ terreno	-	-
Villa Senhor Bom Jesus do Gurguéia, 1875	SIM	-	-	-
Código de Posturas Aditivo de Amarante, 1875[66]	-	-	-	-

61 Uma braça corresponde a 2,20 metros.

62 O primeiro artigo desse código, estabelece que todas as casas da vila devem ser construídas segundo o artigo terceiro da lei de número cento e dez de oito de janeiro de 1840. Não conseguimos acesso a essa lei, mas não descartamos a possibilidade de que ela abordasse o alinhamento desses edifícios e/ou terrenos.

63 Código possivelmente complementar ao anterior.

64 Um palmo corresponde a 22cm.

65 Código complementar ao anterior.

66 Código complementar ao anterior.

Villa dos Humildes, 1879[67]	-	-	-	-
União, 1880	SIM	-	50 réis/ metro	
Villa de Barras, 1880[68]	-	-	-	-
Oeiras, 1880	-	-	-	-
Teresina, 1880	SIM	-	-	Frente maior que 10m.
Paranaguá, 1880	SIM	-	-	-
Piracuruca, 1881	-	-	-	-
Bom Jesus do Gurguéia, 1881	SIM	-	-	-
Amarração, 1881	SIM	-	-	-
Batalha, 1881	SIM	400 réis/terreno	-	-
Piripiry, 1882	-	-	-	-
Corrente, 1882	-	-	-	-
Jaicós, 1882	SIM	500 réis/ terreno	200 réis anuais/ 2m²	-
Jaicós, 1883	SIM	500 réis/terreno	-	30 metros de fundo
São Raimundo Nonato, 1883	SIM	40 réis/metro	-	Fundo nunca maior do que 30m.
Parnaíba, 1884[69]	-	-	-	-
Barras, 1884	SIM	100 réis/m	-	Fundo nunca menor que 17 braças
São João do Piauí, 1884[70]	-	-	-	-
Piracuruca, 1885	SIM	640 réis	-	Pelo menos 40 m de fundos
Piripiri, 1885[71]	-	-	-	-
Corrente, 1885	SIM	-	100 réis/braça de frente	-
Batalha, 1885[72]	-	-	-	-
Amarante, 1885[73]				
Barras, 1885	SIM	40 réis/ braça	-	-

Fonte: Desenvolvido pela autora, a partir dos Códigos de Posturas obtidos nos jornais disponíveis na Hemeroteca Digital Brasileira.

67 O texto do Código de Posturas da Vila dos Humildes aprovado em 1879 menciona um código anterior, de 1877, ao qual não tivemos acesso. Pelo teor dos artigos do Código de 1879, que trata especialmente da construção de um curral, entendemos que este é apenas um código complementar ao anterior.

68 Código possivelmente complementar ao anterior.

69 Código complementar ao anterior.

70 Código aditivo ao anterior.

71 Código complementar ao anterior.

72 Código complementar ao anterior.

73 Código complementar ao anterior.

Observamos ainda, analisando os códigos encontrados, que, com o passar do tempo, algumas especificidades mostraram-se necessárias em virtude da pré-existência de edificações, como no caso do Código de Posturas de Picos, promulgado no ano de 1874, nos seus artigos segundo e terceiro estabelece que

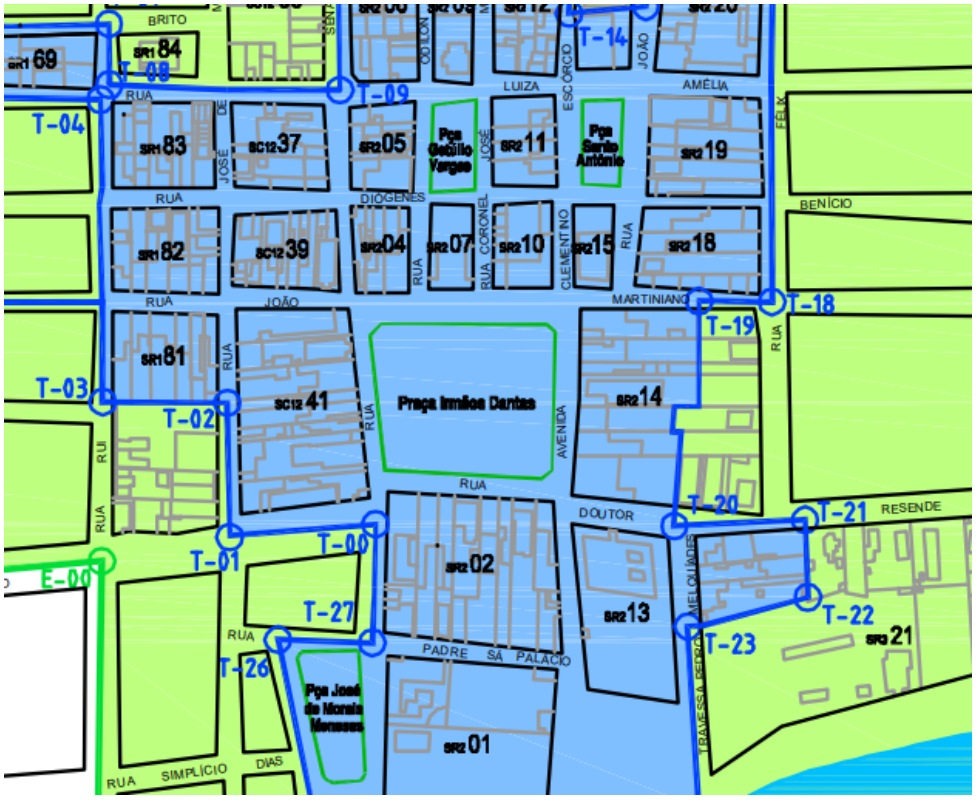
> Art. 2º Aquelle que edificar no recinto da villa, sem que se tenha obtido licença da câmara e antes de se proceder ao alinhamento sofrerá multa de mil réis.
>
> Art. 3º A câmara mandará proceder ao alinhamento que lhe conste que se está edificado sem ele, alguma casa nos limites da décima urbana; e, além da multa do artigo antecedente, fará demolir na parte em que se afastar das condições estabelecidas nas presentes posturas (A OPINIÃO CONSERVADORA, 1874a, p. 01).

De maneira distinta do Código de Posturas de Picos, de 1874, o Código de Posturas de Piripiri, publicado em 26 de julho de 1875, estabelece que

> Art. 3º. As casas que, depois de postas em vigor as presentes posturas, se edificarem n´esta villa, deverão ter pelo menos dezesseis palmos de altura na frente e dezessete braças de fundo, a contar da frente ao fim do muro, o que será marcado pelo competente alinhador sob as penas do art. 2º das presentes posturas.
>
> § único. Excetuam-se desta regra sobre a extensão dos fundos das casas que se edificarem nas ruas em que já houverem menos, as quais terão a mesma extensão, e observarão o mesmo alinhamento se assim entender a câmara ser conveniente ao aformoseamento das ruas e praças desta vila (OPINIÃO CONSERVADORA, 1875, p. 01).

Buscando construir um rebatimento entre o que foi estabelecido pela legislação e o que de fato foi executado nessas localidades, é possível perceber que as preexistências certamente afetaram a configuração espacial quando se trata dos alinhamentos. Isso fica claro, por exemplo, através da comparação das plantas das cidades de Piracuruca (Figura 83), um dos mais antigos núcleos urbanos piauienses dentre os analisados, e da cidade de Pedro II (Figura 84), fundada no período imperial. Observando as duas imagens, percebemos que a cidade de Piracuruca apresenta uma maior irregularidade nas vias, lotes e quarteirões, enquanto na cidade de Pedro II, em termos comparativos, o tecido urbano já se aproxima mais de uma quadrícula, com quarteirões e vias formando um tecido urbano mais regular do que o primeiro.

Figura 83: Núcleo central da cidade de Piracuruca, onde se percebe a irregularidade do traçado e dos lotes.



Fonte: IPHAN, 2008.

Figura 84: Núcleo central da cidade de Pedro II, com destaque para a regularidade do traçado e dos lotes.



Fonte: SILVA FILHO, 2008. Editada pela autora.

Ainda tratando das especificidades referentes ao alinhamento e à implantação que foram surgindo com o avançar do tempo, destacamos que, dentre os códigos aos quais tivemos acesso, é no Código de Posturas da Villa da Independência, publicado em 03 de agosto de 1874, que aparece pela primeira vez a menção à existência de planta. Seu artigo primeiro estabelece que "Art. 1º. Fica criado o lugar de coordenador da câmara, a ele compete: §1.º Indicar o alinhamento dos prédios de acordo com a planta adotada" (A OPINIÃO CONSERVADORA, 1874, p. 01).

Outro aspecto referente à implantação está relacionado ao tamanho dos lotes. Ao tratar da arquitetura teresinense em nossa dissertação, notamos que:

> A grande dimensão dos lotes foi um outro fator que determinou a conformação da arquitetura residencial teresinense e consequentemente da sua paisagem urbana. Ao contrário do que aconteceu em muitas das capitais brasileiras, pelo fato de Teresina ter sido fundada com esse fim, havia grande disponibilidade de terras e os terrenos distribuídos pela administração apresentavam grandes dimensões [...] o que fez com que as edificações tivessem uma forte horizontalidade e os sobrados fossem escassos (MOREIRA, 2016, p. 151).

Verificamos no decorrer dessa pesquisa que a situação não se restringiu somente à capital do estado e se repete nas demais cidades do interior. Atribuímos essa configuração à já citada forma de ocupação e desenvolvimento do Piauí, quando várias das cidades aqui analisadas foram fundadas como parte do programa da Coroa Portuguesa de implantação de vilas e cidades no interior do Brasil.

No caso do Piauí, essas vilas foram criadas a partir de pequenos núcleos de população reduzida, cuja principal atividade produtiva era a pecuária extensiva – pelo próprio caráter dessa produção, originando núcleos muito distantes uns dos outros, inexistindo, portanto, o problema da escassez de terras, inclusive para a ocupação e o desenvolvimento das áreas urbanas, e desenvolvendo uma arquitetura fortemente horizontalizada. Além dos levantamentos *in loco*, que evidenciaram a existência de lotes com grandes testadas, quando esse aspecto é mencionado nos códigos do século XIX, os lotes apresentam também profundidades generosas, como pode ser observado na Quadro 07. Ressaltamos essa característica como uma forte expressão da arquitetura urbana local.

Esse caráter de horizontalidade, além das grandes dimensões dos terrenos, é acentuado pela diminuta presença de sobrados nas cidades piauienses no recorte temporal adotado na pesquisa, mesmo quando estendemos o objeto para construções oficiais e militares, constatação que se alinha à fala de Aragão (2007, p. 106):

> Se a leitura dos relatos de viagem do século XIX indica a existência de altos sobrados – de três, quatro, cinco e até seis pavimentos – em algumas cidades situadas junto ou nas proximidades da costa leste do Brasil, por outro lado demonstra que, afora algumas cidades próximas ao litoral norte ou sul do país, onde se tornaram comuns as construções com dois ou mais pavimentos, na maior parte das cidades brasileiras, o sobrado constituiu verdadeira exceção – o que pode ser explicado por diversos fatores.

Apesar da diminuta quantidade de sobrados e de sua relação com a implantação dos edifícios residenciais, abordaremos este assunto no capítulo seguinte, pela importância que adquiriram no cenário local.

Finalmente, assinalamos como último fator decisivo na conformação da implantação das residências, a topografia. Segundo Marx (1980, p. 45-56),

> A topografia geral do planalto brasileiro e os pontos costeiros, ou próximos do mar, inicialmente escolhidos para fundar nossas cidades dão à rua outra peculiaridade frequente: a ladeira [...] Os aglomerados urbanos de fundação mais recente apresentam também suas ladeiras. Ruas, avenidas, vias expressas sobem e descem colinas e chapadões. Às vezes o tabuleiro de xadrez universal, antigo e racionalizante, impropriamente se acomodam à paisagem, não conseguindo evitar as interrupções de ruas, os barrancos, os fundos de vale não tratados.

Marx ao falar das ruas também nos apresenta um pouco de como elas interferiram na conformação das edificações ao longo do território brasileiro – certamente influenciadas pela irregularidade dos sítios e presença das ladeiras. Nesse sentido, o Piauí se configura como uma clara exceção. Estando as cidades piauienses situadas em zonas predominantemente planas – na pecuária há uma predileção por esse tipo de sítio –, as residências não precisaram lançar mão de artifícios para adequação a terrenos acidentados, o que interferiria diretamente na implantação desses edifícios: Lemos (1989) trata da "implantação a meia encosta" nas cidades mineiras, que resulta em casas térreas no fundo e assobradadas na frente, com varandas acessíveis por escada, o que chama de "novo partido". Rezende (2019) relata a existência de exemplares com a mesma configuração na cidade paulista de São José do Rio Pardo e Silva Filho também atrela à topografia à implantação de algumas edificações, ao falar de São Luís:

> Na capital, o sistema ortogonal de arruação, privilegiando igualmente todos os logradouros, tornou a implantação dos prédios de esquina decorrente de uma melhor conveniência topográfica. A entrada principal está quase sempre voltada para o logradouro mais elevado (SILVA FILHO, 1998, p. 47).

Diante dos vários pontos expostos acerca do alinhamento dos lotes e da implantação das residências piauienses durante todo o século XIX, a semelhança

com o lote ainda colonial foi um dos fatores de destaque. Dentre os vários pontos de semelhança entre o cenário piauiense e o nacional, apontados no decorrer deste texto, observamos um certo distanciamento desse aspecto no final do século XIX, quando surgem, especialmente, os porões e os afastamentos laterais, explicados por Rolnik (2013, p. 31) a seguir e já abordado por diversos outros autores, como Reis Filho (2000):

> Em meados do século XIX, ocorreu uma transformação territorial no espaço doméstico e em sua relação com a rua, emergindo antes de tudo nas casas mais abastadas. Em primeiro lugar, as casas de porão alto distanciaram as salas dos olhares estranhos, acelerando o desaparecimento das rótulas e gelosias. Nas fachadas, as vidraças de vidro importado da Inglaterra substituíram as janelas fechadas com tábuas de madeira e permitiram a entrada de luz na casa. Ao mesmo tempo, e provavelmente por esta razão, apareceram os recuos: inicialmente o afastamento lateral separou a casa do lote e edificação vizinhos para, em seguida, avançar em direção ao isolamento total da casa dentro do lote (ROLNIK, 2013, p. 31.

Ainda assim, ressaltamos que essa situação não foi peculiar ao Piauí – que passou a apresentar um número significativo de residências com recuo lateral e/ou porão[74] apenas na segunda década do século XX. Por exemplo, Lima (2010), ao falar da implantação das casas de Ribeirão Preto, diz que essa transformação na implantação, com a adoção de um recuo de fato aconteceu, mas também de maneira mais lenta – só a partir de 1920 as residências passam a adotar os dois recuos laterais.

Percebemos, a partir do exposto, que a implantação das casas piauienses foi resultado de uma série de fatores particulares à região ou não, que, junto com as demais características, foram delineando a materialização do que viria a ser a casa piauiense construída durante o século XIX.

4.2 A espacialidade: a planta baixa

Elegemos como uma segunda categoria de análise das residências urbanas construídas no Piauí durante do século XIX, suas plantas baixas e a espacialidade resultante destas, considerando que estas são resultado de uma série de fatores que perpassam por aspectos físicos, sociais e culturais, conferindo grande relevância ao estudo destas.

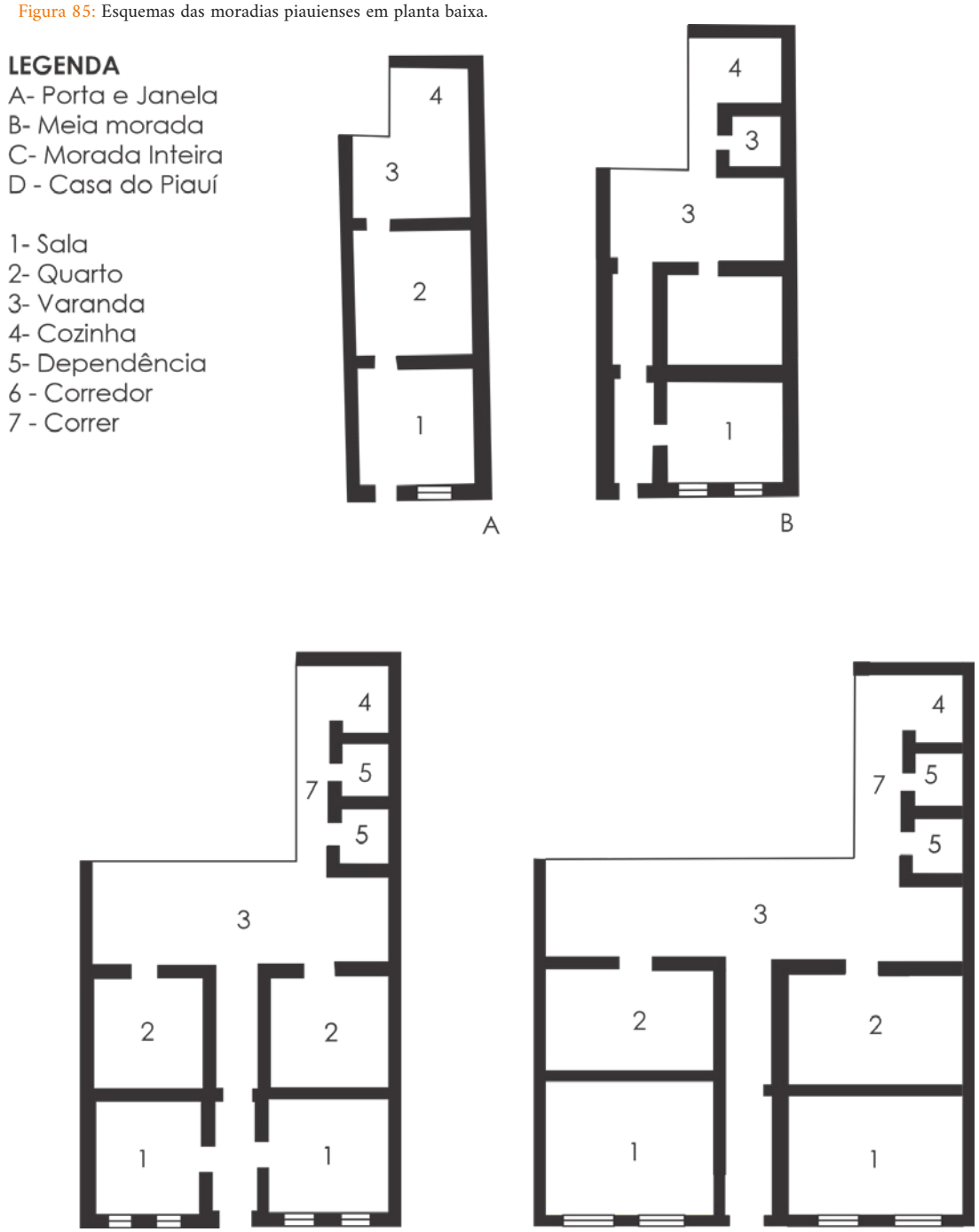
Barreto (1975), um dos pioneiros a retratar a arquitetura piauiense sob um viés mais analítico, classifica as residências piauienses em três tipos principais: porta e janela; meia morada e morada inteira, conforme vemos a seguir:

> O tipo "porta e janela" compreende: uma sala; um quarto dependente, passagem obrigatória para a varanda; a varanda; e a cozinha, em uma pequena "puxada", fazendo corpo com a varanda. Algumas vezes, nas construções ainda mais modestas, estão localizados na própria varanda: o fogão e o indispensável forno de barro. Aqui, o fato do quarto ser passagem obrigatória justifica-se. A varanda era a casa de se viver, onde tudo se fazia, até a sesta. A mulher vivia no quarto, na varanda e na cozinha. Os estranhos não passavam da sala, cuja finalidade era a de receber.
>
> O tipo de "meia morada" caracteriza-se pela independência do quarto e da sala e, consequentemente, pelo maior comprimento da varanda. Em uma das extremidades do prédio aparece o corredor. A sala tem porta para o corredor, e o quarto para a varanda. A parte íntima do prédio ainda é característica pois a parede divisória entre a sala e o quarto, prolonga-se transversalmente ao corredor, onde há uma porta com bandeira [...]
>
> A "morada inteira" participa do corredor e o quarto e a sala se repetem de ambos os lados com a mesma disposição anteriormente descrita. A varanda aumenta sobremaneira de comprimento. A nova sala algumas vezes é quarto de hóspedes. A varanda é sempre larga; é a sala de jantar do sul, é a casa de se estar. Quando há necessidade de maior número de cômodos a "puxada" se prolonga, eles são aí distribuídos, a cozinha recua e surge o "correr", elemento de circulação ligando à varanda. No final, o correr se alarga para novamente criar a cozinha, que é a parte da varanda que foi para trás. É o mesmo aspecto exterior da cozinha, correr e varanda. Aumentando, ainda, o número de cômodos, aparece do lado oposto uma nova "puxada", com um outro correr: - é a planta em U (BARRETO, 1975, p. 203).

A estes tipos apontados por Barreto, Silva Filho (2007) acrescenta ainda o "3/4 de morada" – que consiste em ¾ do módulo de uma morada inteira –, e o "morada e meia" – que consiste no acréscimo de meio módulo de uma morada inteira –, também comuns no Maranhão. Pela própria forma e posicionamento das plantas, elas resultam em fachadas (Figura 86) facilmente atreláveis a cada um dos tipos descritos anteriormente.

Barreto (1975) não apresenta o croqui da planta em U que foi apenas descrita,

Figura 85: Esquemas das moradias piauienses em planta baixa.



Fonte: BARRETO, 1975. Redesenhado pela autora.

Figura 86: Esquema das moradias piauienses em fachadas.



Fonte A. C. Moreira

dificultando a sua compreensão. Apesar disso, foi fácil encontrar plantas deste tipo em "U" nas cidades levantadas e pela sua própria natureza de disposição espacial com generosas dimensões, foi muito comum estarem associadas a residência e comércio, ou a moradia, comércio e rancho, tipologias que abordaremos em um subcapítulo a seguir, como também seguindo a implantação em lotes de esquina.

Entendemos que a fixação de padrões é um tanto restritiva, e que nem sempre as plantas se configuram com tamanha rigidez. Um exemplo disso é a "Casa das doze janelas" (Figuras 87 e 88), situada na principal praça da cidade de Oeiras, que, à época da sua construção, possuía 15 vãos na fachada principal, três dos quais foram suprimidos para obras de melhorias no arruamento da cidade. E, além da Casa das Doze Janelas, não foi difícil encontrar mais exemplares fora dos padrões apresentados.

Mas apesar das diversas evidências da existência de muitos exemplares foras

Figura 87: Praça das Vitórias na década de 1970. À direita, a Casa das Doze Janelas antes de perder área para o alargamento da rua.



Fonte: IPHAN, 2009.

Figura 88: Casa das Doze Janelas, 2018.



Fonte: Acervo pessoal A. C. Moreira.

dos padrões descritos por Barreto (1987), foi muito comum que as fachadas no Piauí denunciassem um dos tipos apontados por ele, confirmando a sua contribuição e permitindo que os utilizássemos como ponto de partida para as nossas próprias análises.

O primeiro aspecto que apontamos em relação à planta dessas edificações é a superioridade numérica do padrão de residências porta e janela na cidade de Oeiras, quando comparadas às demais cidades piauienses. O porquê dessa incidência maior é um ponto para o qual não encontramos maiores justificativas, mas uma primeira suposição é a de que, apesar da grande disponibilidade de terrenos já apontada anteriormente, por se tratar da capital, os terrenos em torno da praça principal seriam mais valorizados, o que pode ter sido um dos fatores para maior ocorrência dessa tipologia.

A partir dos levantamentos realizados por Silva Filho (2007), mesmo que esses não nomeiem os cômodos, percebemos um indicativo de um distanciamento entre o que Barreto (1987) aponta como esquema básico da planta da casa porta e janela – uma sucessão de cômodos cuja circulação é resultante unicamente da ligação entre eles, sem a existência de corredor lateral, – e o que foi levantado.

Os levantamentos indicam um esquema muito próximo ao da planta definida por Barreto como típica da meia morada, onde o corredor lateral proporciona acesso aos cômodos, e ao que Lemos (1989) define como uma das características das casas mais populares ainda do período colonial, o encarreiramento de cômodos. Percebemos essa característica nas plantas apresentadas a seguir (Figuras 90 e 91):

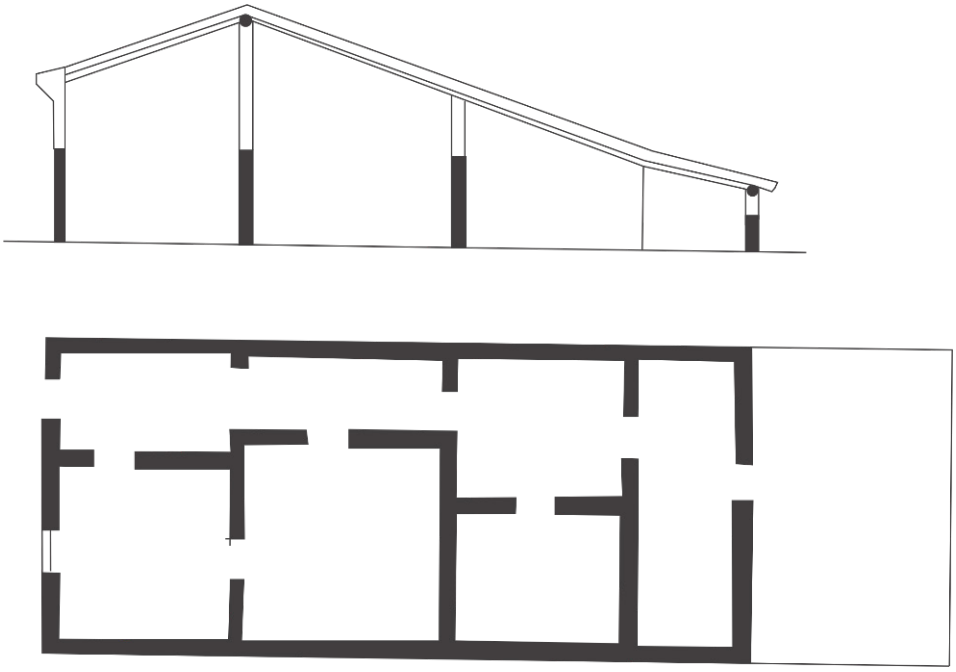
Silva Filho (2007), ao falar das residências porta e janela no Piauí, diz que,

Figura 89: Edificação que funcionou originalmente como residência, porta e janela, na cidade de Piracuruca, Pi. Praça Getúlio Vargas, 86.



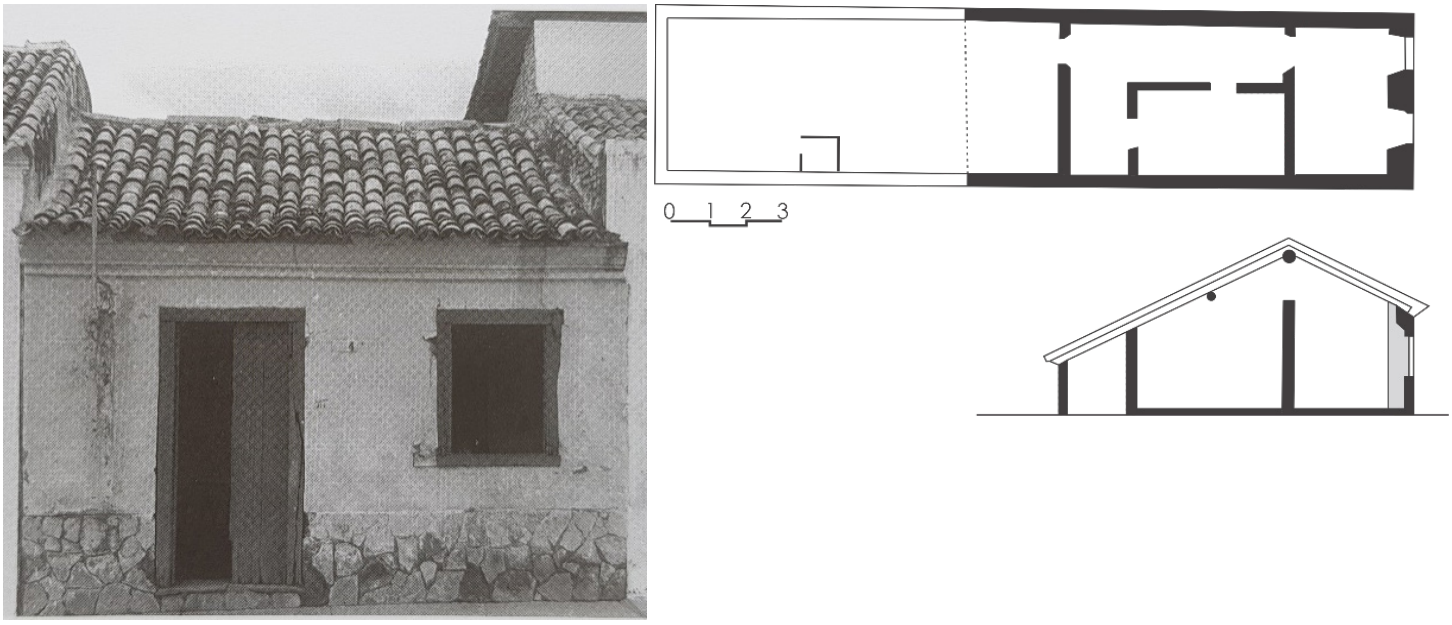
Fonte: Acervo pessoal A. C. Moreira, 2019.

Figura 90: Esquema de Planta e corte da Casa porta e janela da cidade de Piracuruca, Pi. Praça Getúlio Vargas, 86.



Fonte: Silva Filho, 2007. Redesenhados pela autora.

Figura 91: Esquema de corte e planta baixa de casa porta e janela da cidade de Campo Maior.



Fonte: Silva Filho, 2007. Redesenhados pela autora.

assim como no Maranhão, essas casas eram construídas indistintamente ao lado de grandes residências ou de sobrados, indicando uma ausência de quaisquer tipos de zoneamento nesse sentido, fato que confirmamos nos nossos levantamentos. Além disso, ficou claro que algumas residências porta e janela são fruto do parcelamento de residências originalmente maiores, como é o caso da única moradia desse tipo da

cidade de Pedro II[75].

Ainda sobre essas edificações que tratamos como “porta e janela”, ressaltamos

Figura 92: Residência de porta e janela da cidade de Pedro II, desmembrada de edificação da lateral direita. 2018.



Fonte: Acervo pessoal A. C. Moreira.

Figura 93: Vista do conjunto da cidade de Pedro II, que mostra a edificação da qual foi desmembrada a casa de porta e janela. 2018.



Fonte: Acervo pessoal A. C. Moreira.

que, pela diminuta área e quantidade de cômodos dessas edificações, houve, certamente, uma sobreposição de usos e funções nestes. Lima (2020, p. 140), ao descrever as plantas das casas mínimas da cidade de Ribeirão Preto no início do século XX tece uma descrição que parece se adequar à realidade das pequenas casas construídas no Piauí durante o século XIX:

> Podemos aferir que estas casas ribeirão-pretanas, com programa reduzido, decerto aglutinavam usos, em especial de estar, lazer e serviços. À sala caberia o papel de receber, mas também de estar e talvez ainda o de fazer as refeições — que também poderiam ser feitas no próprio local de preparo — e no ambiente da cozinha, além das atividades relacionadas às refeições, às mulheres caberia ainda atividades de costura, por exemplo.

Segundo evidenciam as fachadas, os tipos descritos por meia morada e morada inteira, e até mesmo ¾ de morada e morada e meia foram, de certa maneira, manifestações comuns no Piauí. Apesar disso, buscamos, nas nossas análises, não nos determos à rigidez deles, considerando que as exceções por vezes foram mais numerosas e significativa do que tais regras.

Ao tratar da arquitetura residencial do Brasil Colônia, Kluppel (2009) ressalta que não só as fachadas destas eram semelhantes, mas também seus interiores, com plantas baixas repetidas, estruturação funcional similar e variações restritas apenas à quantidade de cômodos. Autores consagrados da historiografia da arquitetura brasileira já haviam observado esse aspecto, como Vauthier, que disse que as casas pernambucanas eram "[...] de uma monotonia desesperadora[...] Assim, quem viu uma casa brasileira viu quase todas". Rodrigues (1975), ao tratar das residências do mesmo período, compara a unidade no aspecto formal e construtivo das casas construídas no Brasil urbano às unidades da língua e da religião na extensão do território.

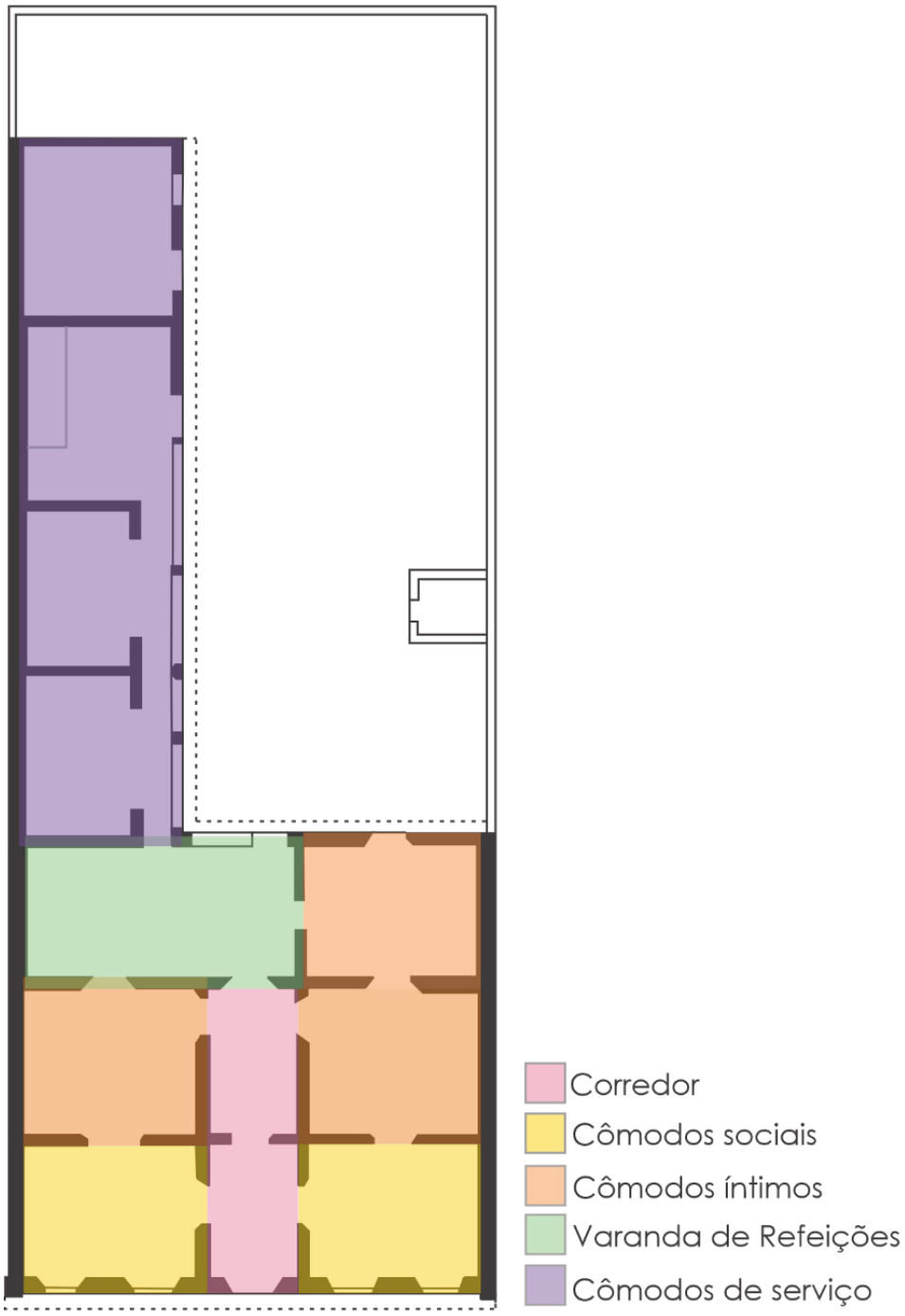
Ainda que nosso recorte temporal avance no fim do período colonial, as reminiscências da arquitetura desse período nos levam a concordar, em parte, com tais autores – de fato, encontramos no Piauí materializadas características que foram usuais no Brasil, mas nossas análises/levantamentos evidenciam a inexistência dessa total hegemonia.

Voltando ao esquema básico das moradias piauienses descritos por Barreto (1975), apresentados no início desse sub-item (Ver figura 85) e associando estes aos nossos levantamentos e demais plantas a que tivemos acesso, percebemos a existência de um esquema básico de planta baixa em toda a extensão do território piauiense: a entrada da casa era feita por um corredor, central lateral, que distribui

os fluxos para o restante das residências, ladeado pelos cômodos sociais, à frente, seguidos da parte íntima. Este geralmente desembocava na varanda de refeições, que se estendia, em uma de suas laterais, em cômodos de serviço. Ilustramos esse esquema a partir dos exemplares a seguir (Figura 94 e Figura 95):

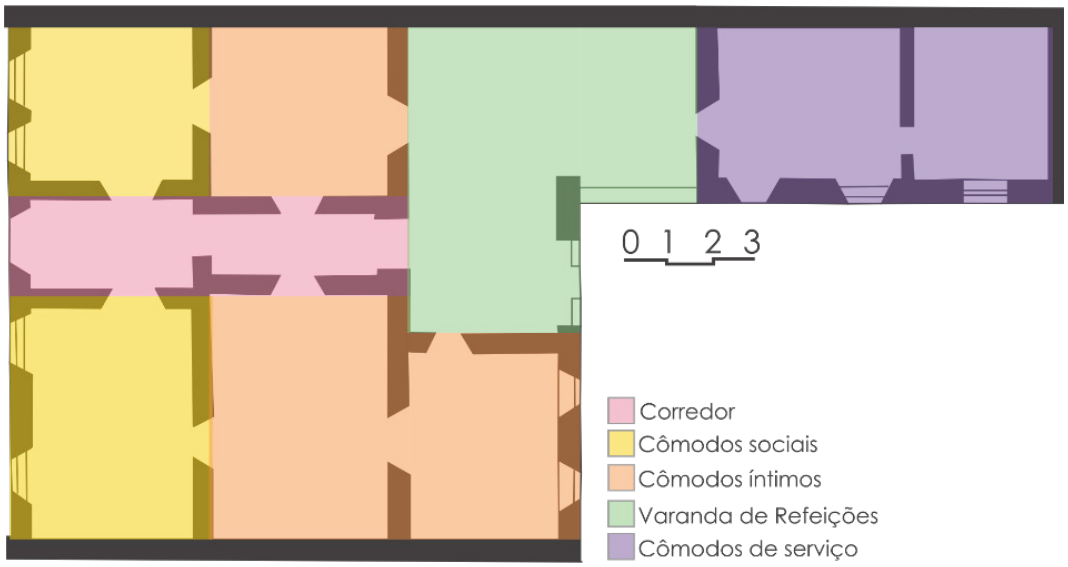
Antes de adentrar na análise dos cômodos e setores das residências piauienses,

Figura 94: Esquema da Planta Baixa de residência situada na cidade de Campo Maior.



Fonte: Silva Filho, 2007. Redesenhada pela autora.

Figura 95: Esquema da Planta Baixa de residência situada na cidade de Oeiras.



Fonte: Silva Filho, 2007. Redesenhada pela autora.

ressaltamos a existência de uma série de semelhanças entre o programa da casa piauiense com a casa cearense, o que percebemos a partir da fala de Castro (2014, p. 45-46):

> Nas cidades cearenses, com ênfase na Capital, prevaleceu a tipologia nacional da casa de corredor, ditada pela maior ou menor largura dos lotes, desenvolvendo variantes tipológicas locais, conhecidas popularmente por designações próprias. Assim, implantadas nos lotes mais estreitos, as casas de "duas portas" constituíam um modelo básico, tendo uma sala à frente, seguida de um ou dois quartos, sala de jantar nos fundos, cômodos estes todos interligados por um corredor e complementados pelos compartimentos de serviço, nos fundos, após os quais, finalmente, vinha o quintal, ensombrado com árvores frutíferas e geralmente beneficiado com uma cacimba. As casas de "três portas" repetiam a mesma planta básica, mas introduziam um compartimento de recepção à frente, conhecido por "entrada", que antecipava o imprescindível corredor, ao longo do qual se alinhavam dois ou três quartos. As soluções com "entrada" valorizavam socialmente a morada, porque deixavam a sala de visitas isolada de fluxos nascidos de solicitações múltiplas. As casas de "quatro portas" reproduziam a planta da casa de "três portas", justapondo, à "entrada" e ao corredor, uma fileira de cômodos estreitos, encabeçados pelos chamados gabinetes.

Elegemos o corredor como ponto de partida para a nossa análise porque é ele que proporciona o acesso às edificações. A existência deste corredor central está diretamente associada à setorização que resultava da organização das plantas dessas residências, que comumente consistia em setor social nos cômodos da frente, setor íntimo nos cômodos intermediários, após a cancela ou porta dos corredores já mencionados, e setor de serviço aos fundos, como evidenciado nas figuras anteriores.

A carência de informações nos levantamentos existentes e as grandes modificações, físicas e de uso, pelas quais essas edificações passaram desde a época das suas construções, tornou dificultoso identificar com segurança os cômodos de cada um desses setores. Majoritariamente, os cômodos da frente definem o setor social com os espaços de receber, como salas e escritórios, no setor íntimo estão quartos e varanda de refeições e, nos fundos, cozinha e depósitos.

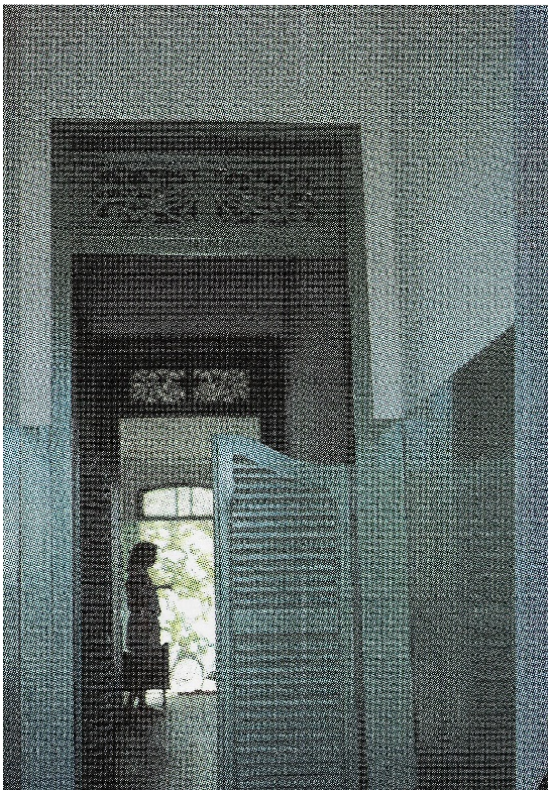
Além disso, estes corredores significaram mais do que o acesso ou a simples ligação entre os ambientes da casa: foi esta a solução encontrada para que se permitisse a entrada de pessoas, sem que essas passassem por dentro dos cômodos, o que significou uma importante estratégia de privacidade – a separação da parte social da parte íntima da casa, ainda com a distinção de que muitos desses corredores possuíam portas (Figura 96) ou cancelas (Figura 97). Pela importância dada a essa separação, foi comum encontrar elementos de intenção decorativa junto a essas portas (Figura 98 e 99), ou portas bem trabalhadas.

Figura 96: Corredor com porta em madeira trabalhada de residência conhecida como Solar da Estrela Marrom, situada em Pedro II.



Fonte: Acervo pessoal A. C. Moreira, 2019.

Figura 97: Corredor com cancela com bandeira em madeira trabalhada de residência em Amarante.



Fonte: SILVA FILHO, 2007.

Figura 98: Corredor com porta em madeira e óculo trabalhado na Casa do Cônego, em Oeiras.



Fonte: Acervo pessoal A. C. Moreira, 2018.

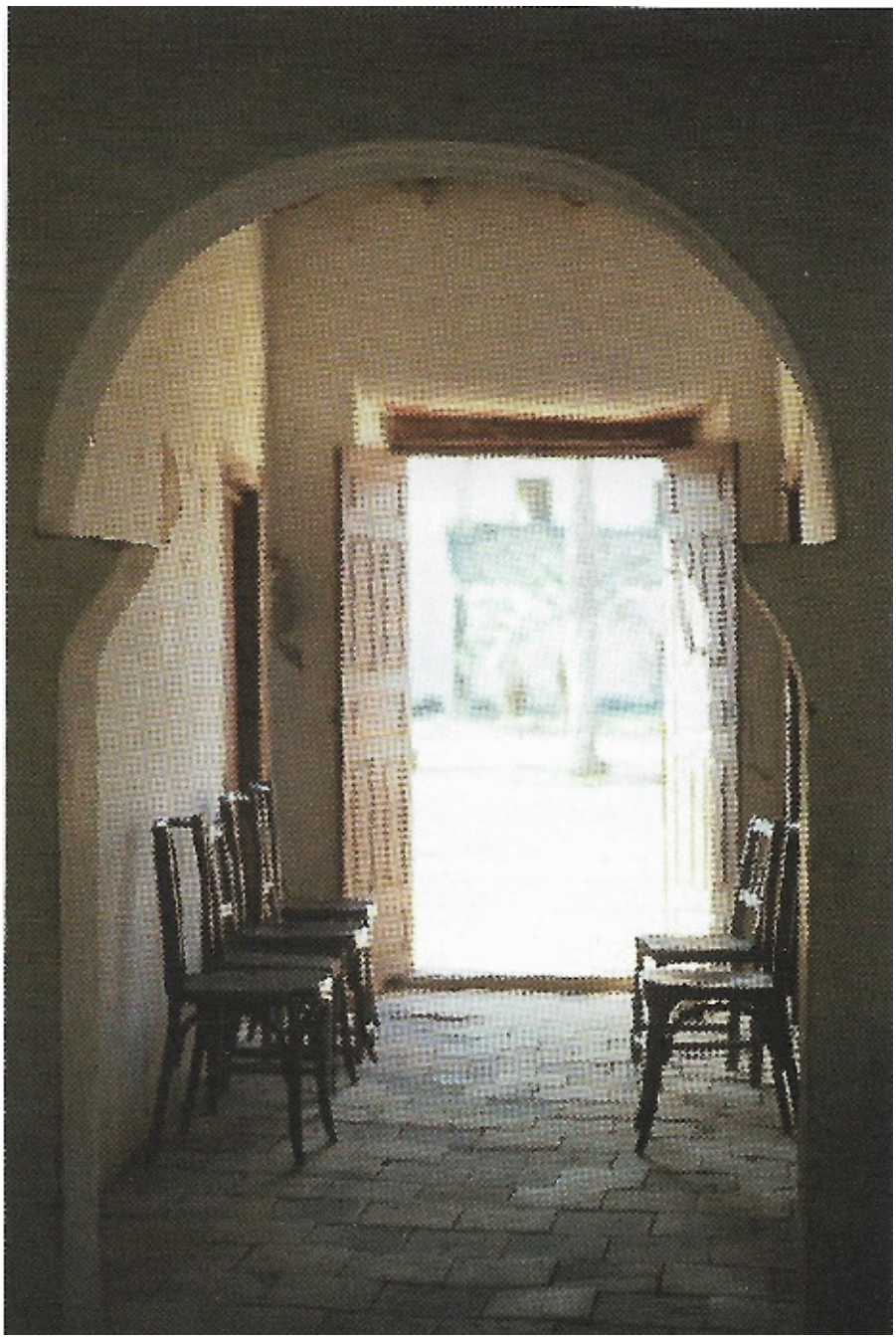
Figura 99: Detalhe decorativo no corredor de casa em Amarante.



Fonte: Acervo pessoal A. C. Moreira, 2018.

Além da mencionada existência de portas e cancelas nos corredores, Silva Filho (2007) diz que, em algumas casas, estes aparatos eram substituídos apenas por arcos. De fato, a inexistência de um elemento físico que bloqueasse a passagem, física ou visual, reduzia a privacidade do setor íntimo, mas, ainda assim, acreditamos que esses arcos também funcionavam no sentido de demarcar onde se encerrava a esfera pública e a privada, atuando, mesmo que simbolicamente, como um indicador de privacidade. O mesmo autor ressalta que, em casas em que esse ambiente apresentou dimensões mais generosas, ele pode ter sido usado como ambiente para espera. Essas características são ilustradas na imagem a seguir.

Figura 100: Corredor de uma residência em Jerumenha.



Fonte: SILVA FILHO, 2007.

Ainda relacionada à localização/distribuição dos cômodos da casa proporcionada pela existência do corredor, ressaltamos que esta não teve influência apenas no funcionamento ou setorização da casa, mas também no seu conforto térmico. Kluppel (2009, p. 241) relaciona bem esses aspectos, ao explicar o contexto geral da arquitetura colonial civil no Brasil, em um relato que se adequa também à nossa realidade local:

> A forma das casas, estreitas e alongadas, com aberturas nas duas extremidades, define dois pólos que recebem influência do exterior, com entradas de iluminação e ventilação naturais e radiação solar direta. Esses cômodos, cujas temperatura e umidade do ar variam ao longo do dia e se alteram de acordo com as condições externas, são as salas de visita e as salas de estar, dependendo da implantação da casa em relação à rua. O meio da casa, onde estão às alcovas, permanece mais estável, mais escuro, mais úmido e mais frio, recebendo influência da massa construída das paredes laterais, acentuadamente no inverno. Os cômodos do miolo dos edifícios eram os locais mais insalubres da casa e onde se localizavam as áreas de dormir ou as alcovas. Os pés direitos altos desses aposentos permitiam uma grande cubagem de ar, o que poderiam dar sensação de conforto, considerando-se o calor do exterior, porém o ar aí permanecia estagnado [...].

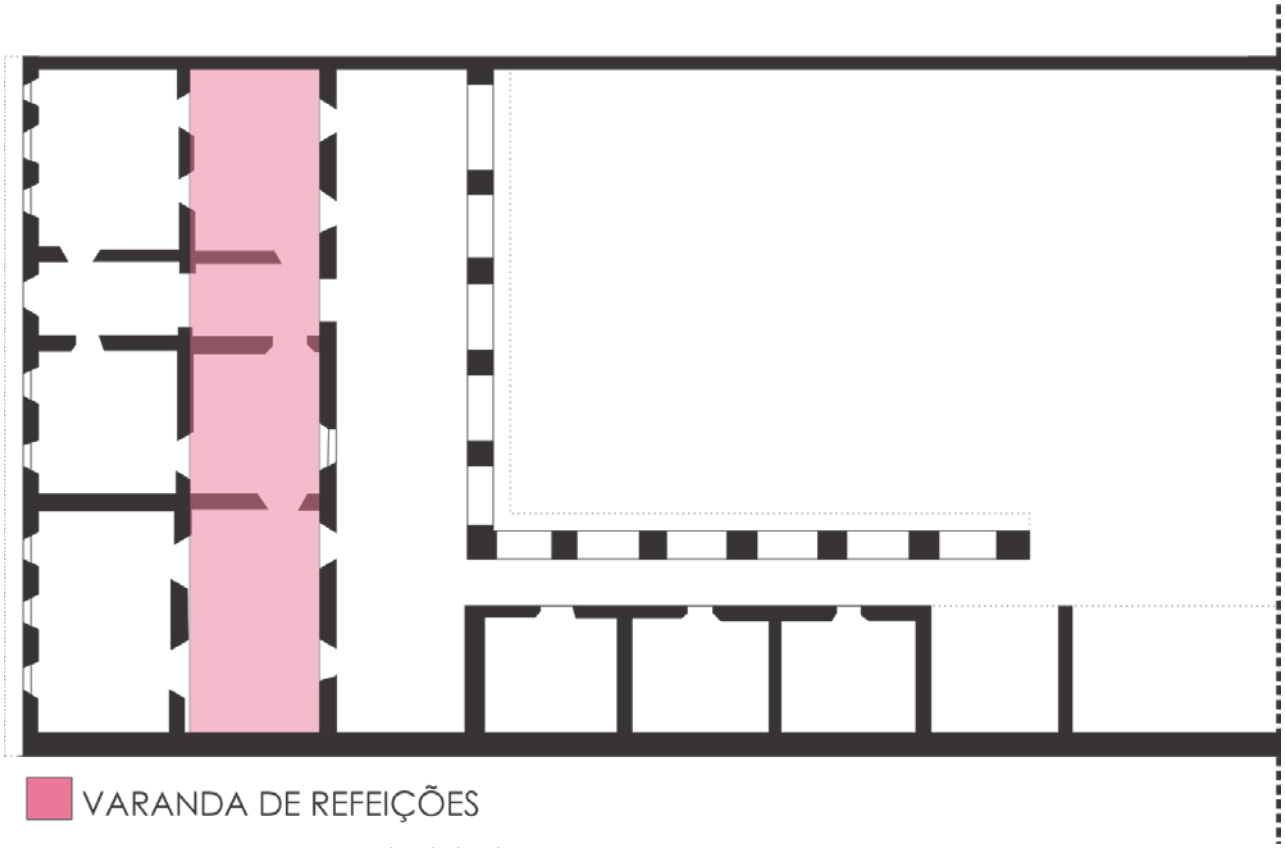
No tocante à distribuição dos cômodos dessas residências, um ponto de destaque é a localização da varanda de refeições. Como já registrado em nossa dissertação de mestrado sobre a casa urbana de Teresina, há nesse aspecto uma importante relação com a casa de fazenda piauiense, que não fica restrita às moradias da capital e se estende por todo o território do estado. Lemos (1993, p.103) descreve bem a localização e o uso desse espaço:

> A casa remediada ou rica tradicional tinha o seu centro de interesse situado na grande sala familiar, na varanda também chamada de sala de jantar. A sala-praça, passagem obrigatória entre a rua e a cozinha ou o quintal. A sala onde desembocava o corredor vindo da rua, por onde transitava a criadagem, carregando os potes de água, a lenha dos fogões, os mantimentos, os animais domésticos. Sala onde a família ficava reunida, nas horas de lazer e nos momentos de trabalho caseiro. Sala íntima, antes de tudo, local de acesso às alcovas escuras e, portanto, local de passagem obrigatória dos urinóis pejados dos excretos noturnos.

Ao observar a descrição do autor, verificamos uma identificação com a varanda de refeições (Figuras 101, 102 e 103) da casa piauiense, que foi também uma importante área íntima, restrita a familiares e serviçais, onde se desenvolviam as mais diversas atividades cotidianas. Esse ambiente, acessado a partir do longo corredor, conforme a profundidade do lote, com frequência ocupava grande extensão no sentido da largura da edificação e era a área mais iluminada da casa.

A necessidade de adequação às condições do clima foi um grande determinante das características na casa piauiense; como um todo esses ambientes possuíam muitas aberturas que proporcionavam a entrada de muito ar e luz para melhor conforto térmico a seus usuários.

Figura 101: Esquema de planta e corte de residência da cidade de Amarante, com indicação da varanda de refeições.



Fonte: SILVA FILHO, 2007. Redesenhada pela autora.

Figura 102: Vista da varanda de refeições da Casa do Cónego, em Oeiras. 2018.



Fonte: Acervo pessoal A. C. Moreira.

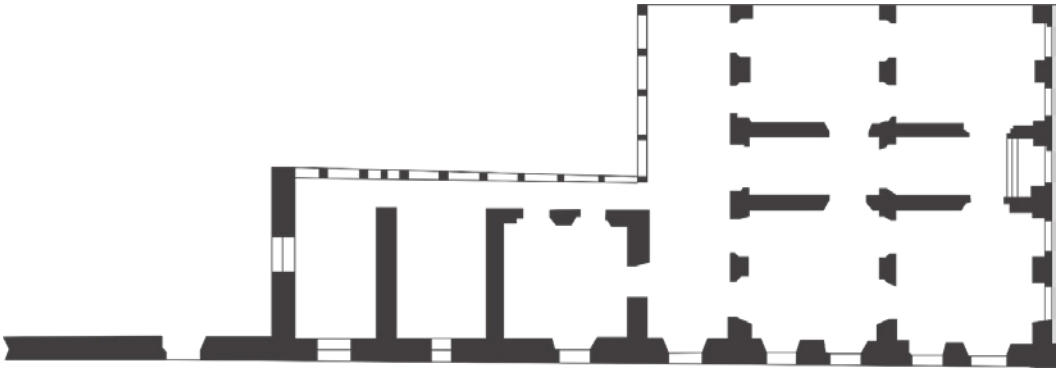
Figura 103: Vistas parciais das varandas de refeições de duas casas da cidade de Amarante.



Fonte: Acervo pessoal A. C. Moreira.

Antes de continuar discutindo outros pontos relacionados à planta dessas edificações, é importante mencionar mais alguns aspectos relativos à presença da varanda de refeições na casa urbana piauiense, a começar por reafirmar a ausência de exclusividade nessa solução, pelo contrário, essa foi uma das fortes expressões da casa rural, fruto da pecuária no Piauí. Mas, é importante ressaltar que a existência e a configuração dada a esse ambiente também não é particular da região, conforme constatamos nos levantamentos das casas maranhenses de Silva filho (1998), de vários tipos de dimensões, térreas ou sobrados, com grande ou pequena metragem, que exemplificamos a partir da Figura 28.

Figura 104: Planta de uma morada inteira, já demolida, na Rua da Paz com a Rua da Santaninha, São Luis, Maranhão.



Fonte: Silva Filho, 1998. Redesenhada pela autora.

Os quartos dessas residências não tinham os seus acessos restritos às circulações, podendo ser interligados[76] entre eles ou entre outros cômodos da casa – como comprovam as plantas já apresentadas – evidenciando a existência de uma noção de privacidade muito frágil, o contrário do que acontecia quando se tratava do visitante. Não raro, como forte reminiscência do período colonial e da arquitetura urbana dos séculos anteriores, persistiram nessas plantas as alcovas[77], que Freyre (1997, p. 233) relaciona ao controle do comportamento das sinhás-moças, as "prisioneiras mais bem guardadas do que os presos na Cadeia do Brejo, construída ou planejada por Vaulthier com tanta atenção pelos detalhes de segurança".

Durante todo o Século XIX as plantas das residências piauienses não foram disciplinadas pelos códigos de postura ou quaisquer outras legislações – esse pode ter sido um dos fatores para a persistência desse cômodo, que na cidade de São Paulo, por exemplo, foi proibido pelo Código Sanitário de 1894. Ferreira (2017) relata que o mesmo código teve esta repercussão também em Campinas.

As cozinhas foram ambientes de extrema importância nessas residências; concordamos com Lemos quanto a essa estima:

> Desde os tempos de muito antigamente, a cozinha sempre foi o centro de interesse do espaço da habitação. Dentro de seu abrigo, o invólucro protetor, isolador e regulador das manifestações do clima, o homem sempre protegeu o fogo aquecedor do ambiente nos dias muito frios e, a toda hora, o responsável pelo cozimento da comida diária. Sempre o fogo, o fogão foram o símbolo da casa (LEMOS *in* HOMEM, 2015, p. 12).

Diante disso, analisamos a realidade local à luz da descrição de Homem (2015, p. 47) sobre a cozinha brasileira em geral:

> Até que o Brasil se integrasse à revolução industrial – o que, aliás, ocorreu fora do lugar ou de modo desigual e incompleto – e a água chegasse às torneiras, a cozinha era muito diferente do que se conhece hoje. A mistura de produção com o privado e as dificuldades quanto a obtenção do precioso líquido fizeram dela um local sujo e desarticulado, alvo do preconceito que existia na sociedade escravocrata com referência ao trabalho manual. Situada sempre nos fundos da habitação, a cozinha espalhava-se, ainda, pelos quintais das casas urbanas e rústicas, ocupando ranchos ou telheiros [...] Uma vez que o uso da chaminé não era constante, a fumaça saía pelos interstícios das telhas vãs, ao mesmo tempo que servia de conservante aos alimentos perecíveis, dependurados no jirau.

Exemplificando parte do que descreve, a mesma autora vale-se da descrição de uma cozinha paulista visitada no ano de 1808[78]:

> Para dar ideia da cozinha, que deve ser a parte mais limpa da habitação, o

> leitor pode imaginar um compartimento imundo, com o chão lamacento, desnivelado, cheio de poças d´agua, onde, em lugares diversos, armam fogões, formados por três pedras redondas, onde pousam as panelas de barro, em que cozinham a carne; como a madeira verde é o principal combustível, o lugar fica cheio de fumaça, que, por falta de chaminé, atravessa as portas e se espalha pelos outros compartimentos, deixando tudo enegrecido pela fuligem. Lamento ter de afirmar que as cozinhas das pessoas abastadas em nada diferiam destas (MAWE, 1978 *apud* HOMEM, 2015, p. 49).

A realidade da cozinha da casa urbana piauiense do século XIX, certamente, em muito se aproximava do panorama exposto por Homem (2015), Mawe (1978) e Lemos (1978), ao analisar as zonas de serviço da casa paulista, por fatores diversos. Apontamos, primeiramente, que pelas condições sociais e econômicas do Piauí, as novidades advindas da revolução industrial chegaram tardiamente ao estado, especialmente às cidades mais longínquas e isoladas. Como um segundo, e não menos importante fator, destacamos as péssimas condições de salubridade existentes na região durante o século XIX, e a falta de abastecimento de água encanada, que certamente determinaram no modo de funcionamento da cozinha dessas casas. Alvarenga (2013, p. 68-69) trata da situação do abastecimento de água na região:

> Na primeira década do século XX, as consequências da falta de políticas públicas de controle e combate às endemias eram agravadas pela situação sanitária do Estado. As poucas medidas colocadas em prática em termo de saneamento, não eram suficientes para impedir a propagação das doenças nem ao menos nos espaços urbanos, para onde eram dirigidas. O sistema de abastecimento de água continuava bastante primitivo em todo o Estado. Esse serviço não tinha sofrido mudanças significativas em relação à realidade apresentada no final do século XIX. Em junho de 1903, regulamentados pela lei 312, do referido ano, foi dado início aos trabalhos para abastecimento de água da capital. Mas o projeto atingiu apenas o trecho central da capital, permanecendo o abastecimento da zona habitada pela população pobre realizado através de ancoretas ou outros tipos de depósitos, em águas do rio Parnaíba. Para a população que residia fora do perímetro em que se encontrava o rio, a coleta de água era feita nos mananciais distribuídos por seu território.

Alvarenga (2013) evidencia a grave essa situação de escassez de água provocada pelas secas em algumas regiões durante longos períodos, especialmente nas cidade mais afastadas dos cursos d'água perenes. Certamente essa situação interferiu na forma e no uso desses ambientes. Utilizamos para conhecimento e caracterização do ambiente, além dos nossos levantamentos, as descrições de Silva Filho (2007) e Barreto (1975):

> Nas casas de partido em **L,** a ala lateral agrupa os quartos de empregados, cozinha e despensas. Juntamente com a varanda de refeições representam a parte informal da moradia. No último cômodo, quase sempre está a cozinha com fogão de chapa de ferro fundido sobre base de tijolo e forno de alvenaria, repetindo em forma e conteúdo o padrão rural. Por vezes são encontrados fornos e quartos de empregados isolados aos fundos dos quintais, lembrando as casas de agregados das fazendas

(SILVA FILHO, 2007, p. 60).

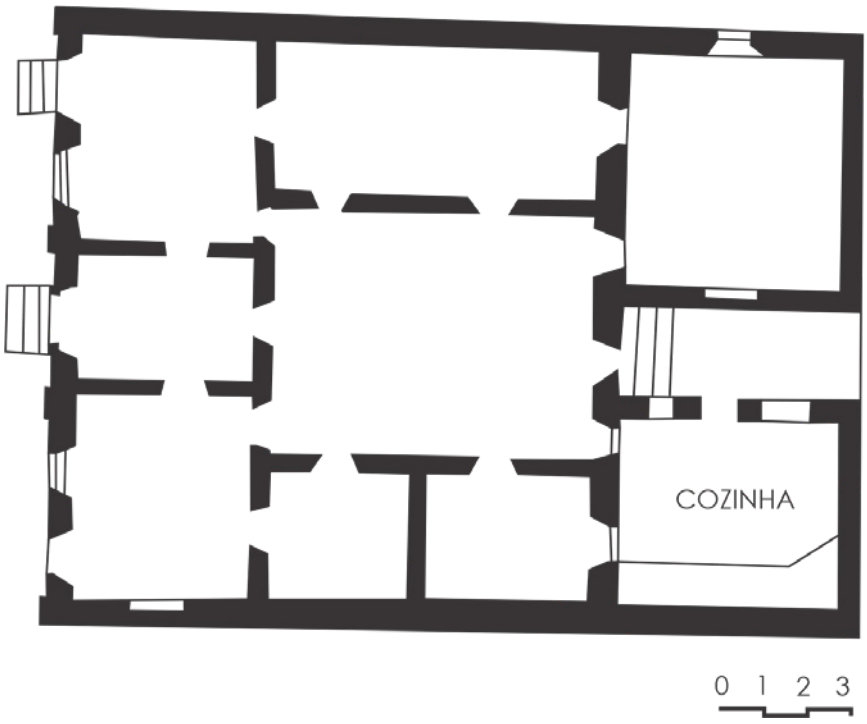
> Nas cozinhas encontram-se sempre dois fornos de barro; um grande e outro pequeno elevados a cerca de 0,80 m; o fogão é formado por uma grande chapa de ferro com várias bocas, assente sobre duas paredes paralelas. Ao lado do fogão e dos fornos correm grandes e largas bases de alvenaria, onde forma os batalhões dos tachos, panelas de barro e pedra. O pilão simples ou em série é outro ornamento indispensável nessas cozinhas, que são bastante amplas e abertas (BARRETO, 1975, p. 206-207).

A essas características, Silva Filho (2007) acrescenta que as cozinhas eram sempre abertas, com peitoris utilizados como bancadas e que o beiral interno da cobertura desse ambiente era, com frequência, de pouca altura, o que confirmamos nos nossos levantamentos.

Nossos levantamentos confirmaram, em parte, as características descritas pelos dois autores. Como evidenciam as plantas já apresentadas e a figura a seguir, as cozinhas situavam-se, em absoluta maioria, no corpo lateral que saía do bloco principal da edificação, aos fundos desta, interligada com a casa – forçando agora o convívio mais próximo entre os empregados e as família.

Diante do exposto sobre a cozinha das casas piauienses do século XIX, não foi difícil encontrar semelhanças com as residências construídas ao longo do território brasileiro no século XIX, fossem estas em regiões mais próximas, como fica evidente na casa maranhense da figura 28, ou em regiões mais distantes, como

Figura 105: Planta da Casa do Padre Marcos, provavelmente construída no ano de 1839, na cidade de Jaicós.

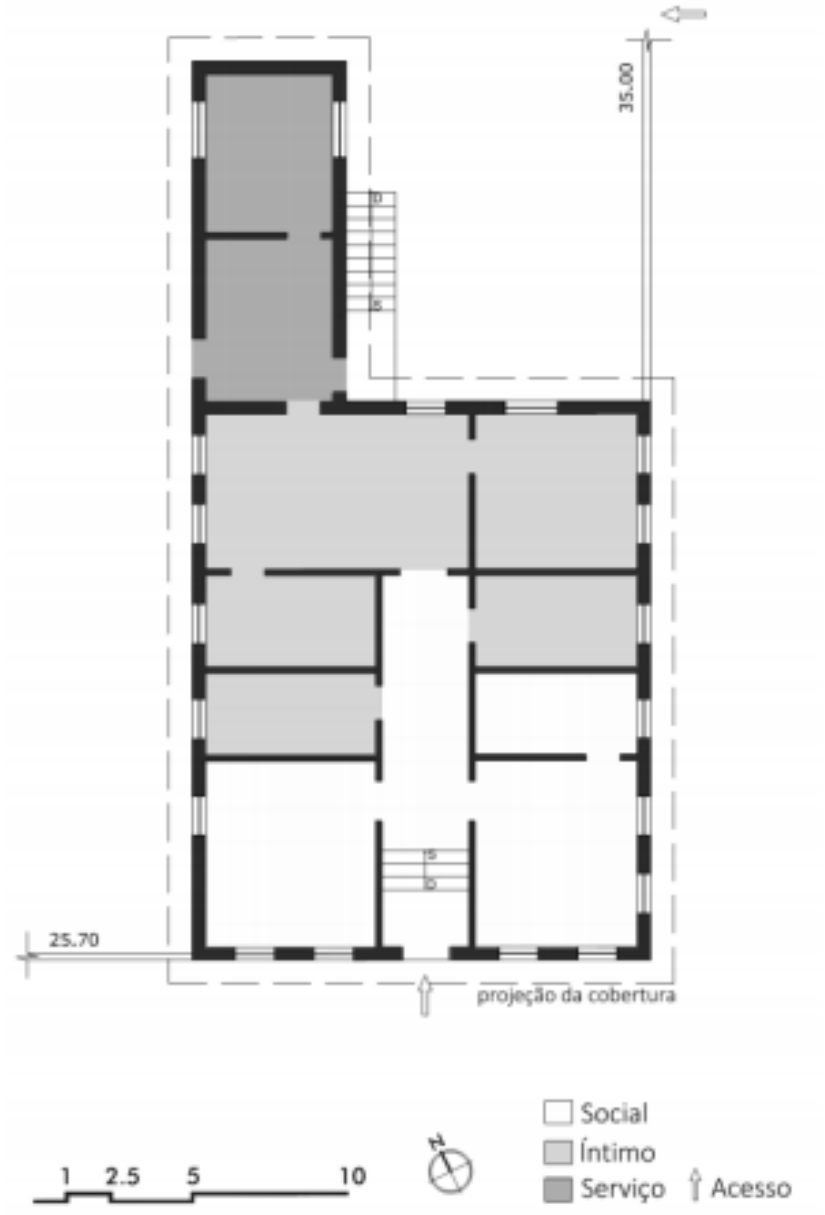


Fonte: Silva Filho, 2007. Redesenhada pela autora.

dispõe Rezende (2019), no interior de São Paulo, representada na figura 106. Esse posicionamento também era similar ao das cozinhas das casas de fazenda, como já exposto no capítulo um desta tese.

As fartas aberturas, mencionadas tanto por Silva Filho (2007) quanto por Barreto (1975) foram constantes nesses cômodos, que acentuavam a sua estreita ligação com os quintais, onde certamente aconteciam práticas relacionadas ao ato

Figura 106: Desenho da planta de residência do final do século XIX São José do Rio Pardo, SP.



Fonte: REZENDE, 2019.

de cozinhar, como o abate de pequenos animais para consumo. Os poucos fornos remanescentes desse período que pudemos identificar adequavam-se à descrição do primeiro autor, como demonstra a figura a seguir (Figura 107).

Diante da ausência de abastecimento de água encanada nessas cidades durante todo o século XX, infere-se a inexistência de banheiros construídos no interior dessas

Figura 107: Forno do Solar da Estrela Marrom, Pedro II, Piauí.



Fonte: Acervo pessoal A. C. Moreira.

residências, sendo os excrementos depositados em utensílios e móveis destinados para este fim ou, especialmente, em um pequeno compartimento de palha situado nos quintais das residências. Ao falar da cidade de São Raymundo Nonato, visitada no ano de 1912, Pena e Neiva (1984, p. 191) dizem que "Não há esgotos, e nem se usam fossas para as fezes. Cada qual se exonera ao ar livre, e a depuração é feita pelo sol". Os olhos d'água também poderiam fazer as vezes de banheiro, como evidencia o Código de Posturas da cidade de Jaicós de 1883, que no seu artigo de número 31, estabelecia que

> Art. 31. Fica igualmente prohibido a lavagem de roupa e animaes no olho d´água denominado de – Pé da Serra – o que servirá somente para

> banheiro, assim como lançar-se no mesmo os objectos de que tratão o artigo antecedente; aos infractores multa de cinco mil reis e três dias de prisão (A IMPRENSA, 1883b, p. 01).

Finalmente, diante dessa explicação do programa dessas casas piauienses, observamos uma clara relação de semelhança com a casa do Maranhão do mesmo período. Sobre estas, Silva Filho (1998, p 39) diz que:

> A distribuição dos cômodos não mostra grandes variações, prevalecendo o uso, no térreo, de vestíbulo central ou lateral, geralmente amplo nos sobrados, ou reduzido a um corredor como na meia-morada, dividido por uma arcada com fechamento em cancela de torneados delgados ou em uma tábua recortada e polida. O vestíbulo desempenha uma função de distribuição dos diversos setores da casa. Também a varanda ou sala de refeições, mais reservada, acumula a função de circulação. Os cômodos comunicam-se diretamente entre si, com o vestíbulo e o *correr* – circulação superior que contorna a fachada interna. No corpo principal ou caixão situam-se, além do vestíbulo, os aposentos nobres e a sala de visitas, voltados para o logradouro público, a alcova central e a varanda voltada para o pátio de serviços. Nos prédios de esquina é comum, na fachada lateral, um acesso secundário, tornando o vestíbulo mais reservado ao uso social. Em lotes de grande profundidade, aparece ainda o quintal, às vezes contiguo ao pátio ou separado deste por muro [...].

À semelhança evidenciada pela descrição de Silva Filho (1998) acrescentamos as considerações de Castro (1983, p. 306-307) acerca da planta da casa urbana cearense. O autor explana que:

> Vauthier dizia que quem viu uma casa brasileira viu todas (*Casas de residência no Brasil*). Assim, por seu turno, a casa urbana cearense não há de mostrar diferenças substanciais, que entre exemplares locais quer para com as realizações de outras áreas do país. Há, portanto, casas térreas e sobrados, estes pouco numerosos e em sua quase totalidade datados do Oitocentos, visto que apenas um ou outro exemplar do Aracati já existisse no século XVIII. A casa urbana reflete uma planta de emprego nacional, cuja forma mais resumida compreende sala à frente, quarto (do tipo alcova) no meio, e sala de refeições nos fundos. Os compartimentos extremos são ligados por um corredor, enquanto na parte posterior pode ocorrer o acréscimo de um pequeno apêndice, concernente à cozinha e às áreas de serviços. Essa planta há de conhecer outras formas, bem resumidas, quando se trata de arquitetura absolutamente popular, ocorrendo supressão do corredor ou mesmo a transformação dos demais compartimentos em um espaço único. As casas urbanas mais antigas, ainda remanescentes, demonstram que se tratava de exemplares muito pequenos, mesmo aqueles pertencentes a figuras de alta expressão local.

4.3 A materialidade: materiais, elementos e técnicas construtivas

Os materiais, elementos e técnicas construtivas empregados nas moradias urbanas do Piauí constituem uma importante materialização de diversos aspectos relacionados a um modo local de construir, perpassando por fatores que envolvem desde a disponibilidade de materiais e mão de obra, até às condições de clima local, constituindo assim uma importante categoria de análise dessa arquitetura.

De acordo com Silva Filho (2007, p. 68) "As construções tradicionais do Piauí mostram sistemas correntes em toda a Colônia, como o adobe, a taipa de varas ou pau-a-pique, a pedra e barro, as tijoleiras e as alvenarias mistas". Embora haja de fato essa variedade de técnicas apontadas pelo autor, encontramos nas edificações residenciais urbanas oitocentistas do Piauí a predominância do uso de adobe, ou de tijolo cozido, o que é ratificado pelo mesmo autor (SILVA FILHO, 2007, p. 74):

> As alvenarias de terra crua, embora adequadas para as condições climáticas locais, de baixa incidência pluviométrica e de intenso calor, só foram empregadas na impossibilidade de tijolo queimado. O custo da construção imprimiu esse caráter rústico às moradias, em que o adobe teve destacado papel. A taipa de varas, considerada de categoria inferior, foi praticamente exclusiva das choupanas nas fraldas urbanas. Casa considerada boa é a de tijolo queimado, ou de alvenaria como se costuma falar. A rusticidade dos sistemas de terra crua sempre foi motivo de desvalorização das construções. Com isso muitas casas foram reformadas no passar do tempo, substituindo a taipa e o adobe pelo tijolo de fornalha.

Nas ruínas da Pensão Portela[79] podemos perceber como essas técnicas foram utilizadas. O primeiro aspecto que destacamos é a variedade das dimensões dos tijolos empregados, não só pela rusticidade do processo de produção dos mesmos, mas pela forma de uso na construção: nas paredes de menor carga, foram empregados tijolos menores e mais estreitos, nas paredes que apoiavam o telhado e concentravam esforços maiores, foram utilizados tijolos de maiores dimensões, como pode ser percebido na figura a seguir (Figura 108):

Apesar do uso majoritário do adobe nessas construções, muitas vezes a pedra fora empregada em conjunto com estes. Destacamos, especialmente, seu uso no

Figura 108: Ruínas da Pensão Portela, 2017.



Fonte: Acervo pessoal A. C. Moreira.

embasamento das construções, nos muros (Figura 109) e nas vergas das janelas, pela maleabilidade destes para a obtenção de arcos (Figura 110), que também poderiam ser feitos com o emprego de tijolos de menores dimensões (Figura 111).

Além dos materiais já mencionados, a carnaúba, majoritariamente empregada nas coberturas das edificações, também foi empregada em paredes construídas em

Figura 109: Detalhe do muro em pedra da cidade na cidade de Oeiras, 2019.



Fonte: Acervo pessoal A. C. Moreira.

Figura 110: Detalhe da verga em filetes de pedra da Pensão Portela, 2017.



Fonte: Acervo pessoal A. C. Moreira.

Figura 111: Os Rezende em frente ao casarão da família em alvenaria aparente. A ausência de revestimento deixa evidente o sistema construtivo dos arcos plenos e das bandeiras.



Fonte: <https://portalpiracuruca.com/arquitetura-e-decoracao/o-casarao-espedito-rezende-em-piripiri/>. Acesso em: 20 out. 2020.

taipa, como já registrado por Silva Filho (2007), pela resistência que proporciona frente à taipa de varas, por exemplo. Não encontramos nenhuma construção com essa técnica em nossos levantamentos, mas Silva Filho (2007) dispõe de uma imagem que evidencia a forma como era utilizada (Figura 112):

Atribuímos o uso desses materiais e técnicas especialmente à disponibilidade destes e da mão de obra capaz de trabalhá-los – o que condiz com o que Carvalho

Figura 112: Muro de residência em Oeiras, onde foi empregada a técnica da taipa em varas de carnaúba.



Fonte: SILVA FILHO, 2007.

(1978, p. 132-133) fala sobre os fatores que influenciaram uso da pedra nas igrejas do Nordeste, mas cabe também ao nosso contexto sobre o uso dos materiais em geral:

> A ocorrência geológica do material na região; as suas características físicas e mecânicas de trabalhabilidade e resistência a intempérie e finalmente, os recursos econômicos disponíveis, limitando ou alargando a possibilidade de ir buscar material mais nobre em lugares mais distantes.

Além desses aspectos, ressaltamos que, especialmente o uso do adobe resulta em um melhor desempenho térmico dessas edificações.

Estabelecemos algumas relações entre as técnicas empregadas nas alvenarias das construções piauienses e as técnicas e materiais de alvenaria e vedação empregados nas regiões vizinhas, o que acaba por nos mostrar que o arranjo apresentado não foi particular do Piauí. Ao falar da arquitetura cearense setencetista/oitocentista, Castro

(1983, p. 308) apresenta um cenário de grande similitude ao apresentado no Piauí:

> conquanto existisse pedra nas serras, tratava-se de granito de fratura difícil e sem mestres canteiros para aparelhar. Assim, por solicitação de segurança, logo apareceu tijolo, empregado a par da rara alvenaria de pedra e da muito comum taipa de sopapo, usual nas casas mais pobres. Tal como em outras regiões brasileiras, a taipa de pilão é desconhecida no Ceará, enquanto o tijolo, além de ser empregado como material de sustentação, tem ampla solicitação como piso.

Apesar de existirem semelhanças em alguns aspectos, percebemos variações entre as técnicas construtivas empregadas nas construções civis maranhenses, dentre as quais ressaltamos o uso de taipa de pilão[80] e Cruz de Santo André[81] nas paredes estruturais ou de vedações, solução desconhecidas nas construções residenciais urbanas oitocentistas do Piauí. Percebemos essas diferenças nas descrições que Figueiredo *et. al.* tecem sobre as alvenarias empregadas nas construções civis oitocentistas da cidade de São Luís:

> [...] *Alvenarias externas* – pedra e cal, rebocadas com argamassa de barro, cal e areia, nos solares, sobrados e na maioria das edificações térreas, com exceção de poucos sobrados do século XVIII que possuem sistema construtivo em taipa de pilão. A fachada principal apresenta cimalha (arrematando o beiral em telha cerâmica, tipo capa e canal), ombreiras, vergas, socos e base de cunhal em pedra lioz. Os vãos com ombreiras e vergas em lioz possuem, acima da pedra, um arco de descarga ou escarção construído em tijolo cerâmico, com o intuito de aliviar o peso da carga das paredes acima. Algumas moradas do final do século XIX apresentam paredes internas e externas em adobe.
>
> [...]*Alvenarias internas* – pedra e cal nas paredes mestras e no térreo dos solares, sobrados e moradas. Foram identificados um número razoável de imóveis com paredes divisórias nos pavimentos superiores, estruturadas em cruz de Santo André (tipo gaiola pombalina) com enchimento em barro. Outros imóveis (sobrados e moradas térreas) apresentam paredes de vedação em pau-a-pique, técnica construtiva estruturada por trama formada por esteios verticais (pau-a-pique) de maior dimensão, que são fixados no frechal e baldrame, depois armados com varas (peças de menor dimensão) horizontalmente que são amarradas pelas duas faces da parede ao pau-a-pique com fibras vegetais. Depois de montada, a armação é preenchida dos dois lados com barro e posteriormente rebocada. Em alguns sobrados são encontradas vedações em tabique, que se constitui em trama formada apenas de tábuas horizontais bem próximas, preenchidas nos intervalos por barro.

Diante dessa descrição, ressaltamos uma maior proximidade entre a arquitetura materializada no Ceará do que no Maranhão, o que atribuímos especialmente a uma maior semelhança entre fatores econômicos, sociais e de povoamento, que acabaram interferindo fortemente na arquitetura produzida.

As coberturas são outro elemento de suma importância para a análise dessas edificações, pois são pontos muito expressivos nessas residências. Destacamos,

inicialmente, a recorrência e a importância dada à definição dos materiais empregados nas coberturas – na maioria absoluta dos códigos de posturas promulgados no Piauí durante o século XIX a que tivemos acesso, estabelecia-se a proibição da construção de casas cobertas de palha nessas vilas ou cidades. Alguns desses códigos colocavam maiores especificidades, como é o caso do Código de Posturas de Amarante de 1872, cujo artigo 17 estabelecia que, em determinadas ruas, as casas já previamente construídas com cobertura de palha, deveriam, no prazo de um ano, serem cobertas de telha (O PIAUHY, 1873). Destacamos ainda que, em algumas cidades, como evidenciam os artigos dos códigos de 1882, de Corrente, e do mesmo ano, de Jaicós, as casas cobertas de palha eram permitidas em algumas zonas da cidade: "Art. 2º Fica expressamente proibida a edificação de casas de palha nas ruas grandes e do lado da Matriz; multa aos infractores de trinta mil réis (A IMPRENSA, 1882, p. 01)."

> Art. 21. É prohibida a edificação ou a conservação de casas cobertas de palha, n´esta villa e povoações, excepto nos seus arrebaldes; aos infractores, multa de dez mil réis e na reincidência de ser demolida a cobertura a custa do dono. (A IMPRENSA. 1882b, p.02).

Destacamos, ainda nesse sentido, o Código de Posturas promulgado no ano de 1883 para a cidade de São Raimundo Nonato, que trazia maiores detalhes sobre os materiais a serem utilizados no todo das edificações:

> Art.11 As novas cazas que se for edificando no quadro da praça e nas ruas mais públicas d´esta villa, serão construídas sob as seguintes bases:
>
> § 1 A cobertura será de telha, sob pena de multa de 10.000 réis, ao infrator, além da demolição dela a sua conta;
>
> § 2 Será construída de tijolos a parede da frente que não poderá ter menos do que 15 palmos de altura; sob pena de multa igual em cada um dos casos, e a demolição da parte respectiva (A IMPRENSA, 1883, p. 01).

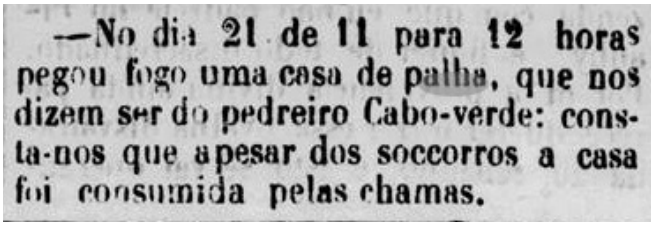
Apesar da vasta quantidade de leis que estabeleciam a proibição da construção e manutenção de casas cobertas de palha, sabemos que essas não foram determinações totalmente cumpridas e, não só nas cidades menores, mas também nas povoações maiores da província. A existência destas foi um problema recorrente, que gerava grandes prejuízos ao embelezamento e ordenação territorial fortemente buscado pelas autoridades provinciais. Em virtude da inexistência de levantamentos que comprovassem a existência destas, buscamos nos jornais, que denunciavam, com repetição, o acontecimento de incêndios em casas cobertas de palha, mesmo em datas posteriores a promulgação das posturas:

> ***A mentira desmascarada***
>
> Andou nesta cidade de amostra uma planta da nova vila do Poty,

> indicando seu progresso, dando como acabadas mais de trinta moradas, um maior número em construção e ainda mais grande número de casas de palha em arruamento: delas se extrairão aqui copias afermosiada com cores diversas para serem remetidas ao governo, e apresentadas a assemblea, a fim de provar se a capacidade e possibilidade de transferir-se para ali a capital. Antes disso publicou a sublime – voz – um anuncio oferecendo à venda três grandes prédios naquela villa, com acomodações imensas, e superiores a qualquer dos prédios desta capital!!! [...] (O ECHO LIBERAL, 1852, p. 01)

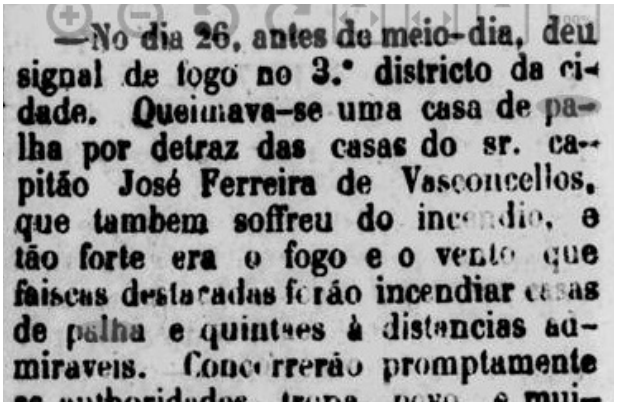
As casas cobertas de telha eram consideradas de boa qualidade – os jornais costumavam ressaltar essa característica, ao elogiar uma propriedade, usando a expressão "propriedades de telha". Tratando dos telhados assim construídos, Barreto (1975, p. 205) diz que "O madeiramento é de tronco de carnaúba ao natural; o ripamento é do mesmo material. O Piauí não conhece a tesoura. A telha canal é a única aplicada."

Figura 113: Notícia de jornal indicativa da existência de casa coberta de palha em Teresina.


—No dia 21 de 11 para 12 horas pegou fogo uma casa de palha, que nos dizem ser do pedreiro Cabo-verde: consta-nos que apesar dos soccorros a casa foi consumida pelas chamas.

Fonte: Acervo da Hemeroteca Digital Brasileira.

Figura 114: Notícia de jornal indicativa da existência de casa coberta de palha em Teresina (2).


—No dia 26, antes de meio-dia, deu signal de fogo no 3.° districto da cidade. Queimava-se uma casa de palha por detraz das casas do sr. capitão José Ferreira de Vasconcellos, que tambem soffreu do incendio, e tão forte era o fogo e o vento que faiscas destacadas forão incendiar casas de palha e quintaes á distancias admiraveis. Concorrerão promptamente

Fonte: Acervo da Hemeroteca Digital Brasileira.

Em parte, o autor tinha razão. A carnaúba foi amplamente utilizada na estrutura dos telhados das antigas casas piauienses, como evidenciam as imagens a seguir (Figuras 115, 116 e 117). Em contrapartida, Silva Filho (2007) discorda do autor ao mostrar que, de fato, as tesouras foram raras no Piauí, mas elas existiram, como mostramos na Figura 118.

Ainda sobre a cobertura dessas edificações, Silva Filho (2007, p. 84-86), diz que

> Enquanto na casa de campo o telhado direciona as águas para toda a periferia do imóvel, na casa de rua oitocentista, contida nos limites laterais e frontal do lote urbano, o telhado converge para o passeio e para o pátio interno [...] Os panos de telhado seguem a tipologia mais

Figura 115: Cobertura de edificação residencial em Oeiras -PI, com ripas e caibros em carnaúba. 2017.



Fonte: Acervo pessoal A. C. Moreira.

Figura 116: Cobertura de edificação residencial com estrutura em carnaúba da cidade de Amarante, 2018.



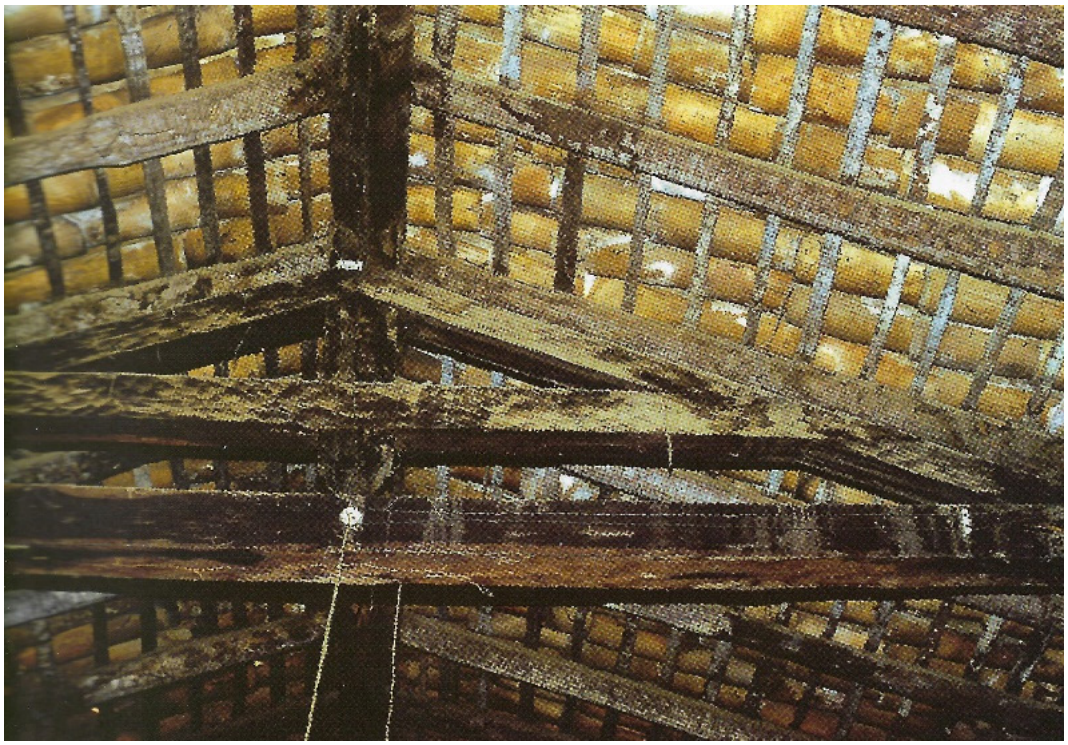
Fonte: Acervo pessoal A. C. Moreira.

Figura 117: Residência de Piracuruca em ruína, com destaque para o apoio de tronco de carnaúba. 2018.



Fonte: Acervo pessoal A. C. Moreira.

Figura 118: Cobertura de residência em Oeiras, com tesoura canga de porco.



Fonte: SILVA FILHO, 2007.

> difundida na Colônia, com 2 ou 3 águas protegendo o corpo principal, mais elevado e com a cumieira sempre paralela à fachada frontal. Nas alas laterais, em concordância com o telhado-mor, a cobertura é feita com 1 água direcionada para o interior do lote ou, nas casas de esquina, com 2 águas, uma delas despejando no passeio [...] Nos telhados, a estrutura portante foi basicamente a carnaúba. O pau-d´arco lavrado foi constante nos pontaletes e frechais e, assentado a 45º, nas cumieiras, rincões e espigões. Em média, as cumieiras atingem os 5m, por vezes 6m, enquanto os beirais internos pouco se afastam do chão, chegando os mais baixos a 1,40m do frechal [...] O encontro das águas com os beirais externos costuma ser amortecido nas telhas de beira.

Na casa urbana, veio a supressão do alpendre e, junto com este, a redução do beiral a pequenas e quase inexistentes dimensões. Foi comum encontrar nas casas de Amarante e Oeiras, telhados em beira e bica[82] e, contrariando Corona e Lemos

82 "Diz-se que um telhado, ou um beiral, é de "beira e bica" quando as telhas extremas da cobertura, aquelas que

Figura 119: Fazenda da Dona Alemã.



Fonte: PIAUÍ, 2009.

Figura 120: Fazenda Olho D´Agua dos Pires.



Fonte: PIAUÍ, 2009.

Figura 121: Edificação originalmente residencial da cidade de Oeiras com beiral em "beira e bica", 2019.



Fonte: PIAUÍ, 2009.

Figura 122: Edificação originalmente residencial da cidade de Oeiras com beiral em "beira seveira". 2019.



Fonte: Acervo pessoal A.C. Moreira.

(2017), que diz que a beira-seveira[83] foi uma solução quase exclusiva do litoral de norte a sul do Brasil, esta também foi muito frequente no Piauí, inclusive, atribuindo a quantidade de fiadas de telha ao poderio econômico do seu proprietário.

Diante das descrições acima, é importante ressaltar que apesar de o telhado de carnaúba ser considerado uma característica marcante nas construções piauienses, encontramos referências várias indicando o uso de carnaúba como material construtivo de telhados nas antigas residências do Ceará. Apoiado em diversas descrições de Gardner, Nascimento (2008) evidencia a importância da carnaúba como elemento construtivo das residências cearenses. Conforme Gardner (1975, p. 82)

> O tronco dessa utilíssima palmeira é usado pelos habitantes para quase todos os fins a que se pode aplicar a madeira. É de tal resistência que a parte inferior, especialmente dos troncos plenamente crescidos, dura anos e anos, ainda quando exposta ao tempo. Por isso, com eles se fazem todos os currais de gado, cortando-se a madeira em sentido longitudinal.

Complementando o que foi observado por Gardner, Nascimento (2008) dispõe de fragmentos registrados pela Comissão Científica de Exploração, que esteve no Ceará entre 1859 e 1861, e o relato de seu coordenador sobre Icó que "Há casas

despejam as águas pluviais, e por isso chamadas BICAS, apoiam-se em uma fiada ou BEIRA de telhas engastadas na alvenaria da parede (CORONA E LEMOS, 2017, p. 75).

83 "É o nome que recebem os telhados, ou beirais, cujas telhas extremas apoiam-se em CIMALHA BOCA DE TELHAS, constituída de duas fiadas de telhas engastadas na alvenaria da parede (CORONA E LEMOS, 2017, p. 75)".

que tem bonito aspecto, mas dentro são simples salas e alcovas de telha-vã. Quase todo o madeirame do telhado, barrotes de soalho, etc., é de carnaúba". Castro (1983, p. 308-309), complementa essas informações:

> A cobertura, tanto quanto possível, é de telhas, enormes peças com seção em V. O madeiramento de sustentação do telhado aparece solucionado de modo tosco, paus roliços servindo de caibros e ripas, extraídos da flora arbustiva e empregados *in natura.* Às vezes, peças de secção robusta, troncos de aroeira ou de pau d´arco, debastados a enxó. Com o passar dos tempos, entra em uso a carnaúba, palmeira de porte elegante, encontrada em grande parte do solo cearense. Em princípio, empregam-se os troncos como linhas, mas depois o fuste aparece desdobrado em caibros, muito largos nas primeiras tentativas. Por medida de economia, as ripas são logo eliminadas, nascendo uma solução inconfundível, dos caibros corridos, conhecida popularmente por caibros "de junto". A palha de carnaúba e de outras palmeiras tem larga aceitação nas casas mais pobres, como coberta ou vedação parietal. Tão logo as condições dos moradores o permitem, é substituída total ou parcialmente por tijolos e telhas [Figura 123].

Apesar da evidente similaridade no uso desse material, segundo Castro, a maneira de empregá-los diferia entre os dois territórios:

Figura 123: Forma de emprego dos troncos de carnaúba nas edificações do Ceará.



Fonte: CASTRO, 1983.

> [...] o uso de caibros avantajados com o aspecto de linhas, a rigor, fustes roliços empregados sem beneficiamento (solução desconhecida no Ceará). E acabaria por perceber que essa particularidade nada mais é do que reminiscência construtiva de origem portuguesa, comum no Alentejo, embora resolvida no Piauí com outras madeiras.

Silva Filho (2007) diz ainda que, além do uso ser diferente, no próprio Piauí existiam variações na utilização desse material, pois que em Oeiras era comum encontrar tesouras de carnaúba, enquanto que em Piracuruca eram usados os caibros corridos de carnaúba, em casas de beirais simples, ou com beira-seveira, e naquelas que possuíam cornijas, com o uso de cachorros.

Como evidenciado anteriormente, os telhados atingem grande alturas em virtude da alta inclinação, o que faz com que, comumente, as edificações tenham elevadas cumeeiras. Apesar disso, foi pouco comum, mas existiu, o uso do espaço

resultante da grande altura dessas coberturas como um sótão. Tratamos essa situação como uma exceção, mas em Pedro II (Figuras 124 e 125) encontramos duas residências, como evidenciam as imagens a seguir, que aproveitaram esse espaço.

Embora seja o panorama de construção de telhados mais comum ao longo da extensão do território piauiense, este não foi uma regra. A mais peculiar exceção

Figura 124: Vista lateral do Solar da Estrela Marrom, Pedro II, Piauí, com destaque para o sótão.



Fonte: Acervo pessoal A. C. Moreira.

Figura 125: Residência e comércio e, possivelmente, rancho, localizada na região do Mercado Municipal de Pedro II, construída na primeira metade do século XIX.



Fonte: Acervo pessoal A. C. Moreira.

Figura 126: Interior do Solar da Estrela Marrom, Pedro II, Piauí – acesso para o sótão.



Fonte: Acervo pessoal A. C. Moreira.

encontrada[84] foi o uso de Mandacaru como elemento estruturante de telhados (Figura 127), em uma cidade no extremo leste do Piauí – Simões – situada no limite com o Pernambuco. Apesar de escassas, algumas bibliografias, como Andrade *et al.* (2006) e Pedrosa (2009), indicam o uso de Mandacaru como elemento construtivo para a feitura de ripas na construção de telhados no sertão da Bahia:

> A utilização de plantas na feitura de casas (*e.g.*) para feitura de portas, janelas, caibros, ripas e até como fixador de pinturas) é uma característica do ***tipo conexivo doméstico***. As espécies etnotaxonomicamente identificadas como tendo essa finalidade na área de estudo foram: palmade-gado, mandacaru-de-boi e mandacaru-de-facho. O uso do tronco (medula lenhosa) dos últimos foi relatado pelos informantes para a feitura de portas, janelas, caibros e ripas [...] Segundo entrevistados, o mandacaru-de-facho, também chamado de facheiro e de mandacaru-babão, fornece uma madeira "fina e resistente para fazer ripa de casa". Poucas casas na região ainda mantêm a madeira dessa planta como ripas. Os ramos longos e descascados do facheiro (*Pilosocereuspachycladus*Ritter) são citados em Lima (1996) como sendo úteis para fazer ripas de cobertura de casas. Do tronco do mandacaru-de-boi é retirada uma madeira mais leve e com uma maior largura para fazer caibros, portas e janela, uso este corroborado pelo trabalho de Braga (1976), que cita que tábuas com até 30 cm de largura são retiradas do tronco do mandacaru-de-boi para confeccionar portas e janelas. Quanto ao uso atual, alguns moradores

Figura 127: Telhado da Fazenda Varginha[85], construído no início do século XX, onde são usadas ripas de mandacaru.



Fonte: Acervo pessoal da autora. Foto de Marcos Antônio da Silva Martins Filho.

84 Levantamento realizado pelos discentes Larissa de Fátima Ribeiro Mesquita, Lucas Bruno Barbosa de Campos, e Marcos Antonio da Silva Martins Filho, para trabalho final da disciplina Arquitetura Piauiense, da Universidade Federal do Piauí, no ano de 2019.

85 Apesar de ser uma edificação rural construída após o recorte temporal da nossa pesquisa, os moradores relatam que a construção de telhados com essas características era corrente na região. Na impossibilidade de visitar outros exemplares, utilizamos este como exemplo.

> dizem que não mais o fazem, pela facilidade de adquirir a madeira diretamente das serrarias. Uma moradora da comunidade de Lagoa Coberta, São Domingos, disse que a sua residência tem ripas de mandacaru há 50 anos e que elas são muito mais resistentes que as ripas atualmente feitas de outras madeiras. Andrade-Lima (1989) menciona que a madeira do mandacaru tem longa duração quando não está em contato com os agentes decompositores do solo (ANDRADE *et. al.* 2006, p. 04).

A ocorrência do uso dessa espécie vegetação evidencia dois fatores que julgamos importantes e recorrentes no que diz respeito à materialização da arquitetura do Piauí: o primeiro deles é a preferência pelo uso de materiais encontrados localmente e o segundo é a marcante influência das regiões vizinhas, evidenciando a inexistência de rígida divisa.

Diante dos aspectos apresentados e analisados e as várias relações de semelhanças e diferenças entre a cobertura das moradias do Piauí e das regiões vizinhas, consideramos ser este um dos elementos mais característicos da moradia urbana piauiense do século XIX.

Foi na forma das portas e janelas que encontramos uma das grandes variações entre as manifestações do próprio estado. Enquanto em Oeiras e Pedro II quase que a totalidade das casas apresenta vergas retas e em alguns poucos casos arcos plenos e abatidos (Figura 128 e 129), em Amarante e Teresina percebemos que as residências apresentaram, sem nenhuma grande predominância, abertura com vergas retas, com arcos plenos, abatidos, ogivais ou contracurvas (Figuras 130 e 131).

Em Teresina (Figura 132) e Campo Maior (Figura 133) observamos o uso da ogiva, especialmente em residências construídas já na segunda metade do século XX.

Em "*O Piauí e sua Arquitetura*" (1975, p. 209), Barreto já observa parte dessa situação, ao falar da ogiva:

Figura 128: Edificações de Oeiras com aberturas com vergas reta, arco abatido e arco pleno.



Fonte: Acervo pessoal A. C. Moreira.

Figura 129: Edificações de Pedro II com aberturas com vergas reta, arco abatido e arco pleno.



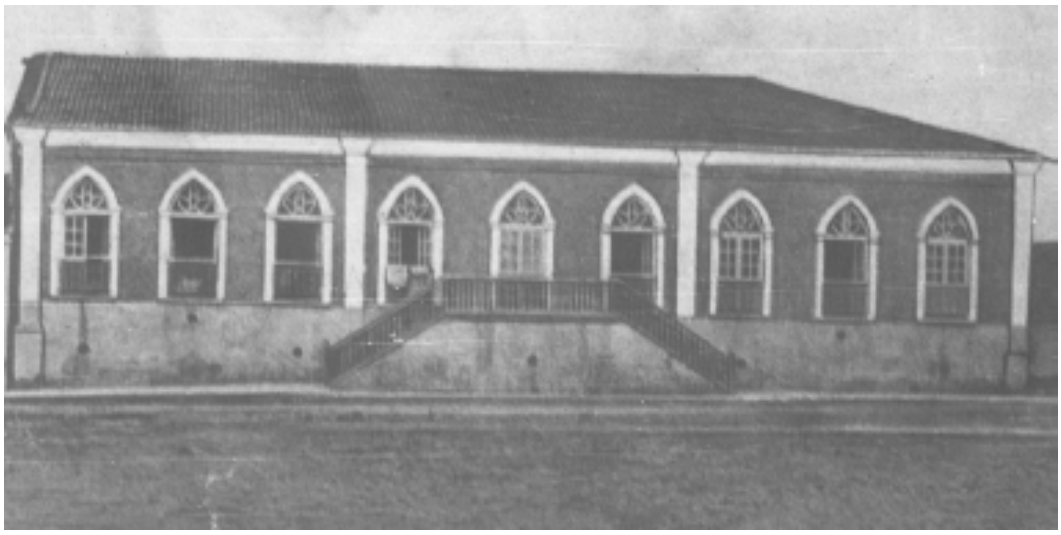
Fonte: Acervo pessoal A. C. Moreira

Figura 130: Casas com verga em arco abatido, reta, arco ogival e contracurva em Amarante – Pi.



Fonte: Acervo pessoal A. C. Moreira

Figura 131: Imagem de Época da Casa do Barão de Gurguéia, em Teresina-Pi.



Fonte: Acervo pessoal A. C. Moreira.

Figura 132: Casas com verga em arco ogival em Campo Maior – Pi.



Fonte: Acervo pessoal da autora.

> A forma em ogiva e suas variantes, dos vãos de portas e janelas, são elementos construtivos-decorativos, que chamam atenção para quem salta em Teresina. Grande parte das casas adota esse elemento, que está espalhado pelo estado todo, mas que em Teresina se consagrou. A ogiva, encontramo-la em quase todos os Estados do Norte, porém em nenhum deles se fixou. São poucas as construções no gênero [...] O arquiteto Luís Saia, do departamento de Cultura da Prefeitura da cidade de São Paulo, com quem já havíamos estado em Teresina, informou-nos que em Caxias, no Maranhão, viu farta aplicação da ogiva. Acreditamos que ela tenha entrado no Piauí pelo segundo quartel do século passado. Em Oeiras são poucas as suas manifestações, e para o Norte do Estado, a aplicação da ogiva vai diminuindo gradativamente, a ponto de Parnaíba possuir também poucos exemplares. São Luís do Maranhão está no mesmo caso.

Barreto (1975) aborda apenas o caso da Ogiva, mas o emprego do arco em contracurva, incomum em Oeiras, também é empregado de forma marcante em Amarante, e encontrado na cidade de Floriano (Figura 133). Ainda relacionado às aberturas, apontamos ainda o emprego de *rótulas* em algumas residências de Amarante, entre janelas (Figura 134) e bandeiras (Figura 135), o que não encontramos nos nossos levantamentos da cidade de Oeiras. Descobrir o porquê desses fatos tão perceptíveis entre as duas cidades é um dos questionamentos com os quais nos deparamos em nossa pesquisa. Por ora, nossa suposição é de que estejam relacionados à localização geográfica e às relações econômicas das duas cidades.

Oeiras situa-se no centro do estado, em uma localização pouco estratégica, de difícil comunicação com outros municípios e com outros estados, o que, conforme Façanha (1998), foi um dos motivos pelo qual se sugeriu a mudança da capital para Teresina. Em uma situação totalmente distinta está Amarante, que foi por muito tempo um importante entreposto comercial fluvial do estado, além de rota de passagem de viajantes. Certamente isso interferiu na arquitetura produzida, pela possibilidade do contato frequente com diferentes formas e novidades, mas a economia e o consequente contato com outros locais não foram os únicos determinantes, por isso apontamos a localização geográfica: as prósperas cidades de Piracuruca e Parnaíba, que estabeleceram estreito contato entre si e com as demais regiões, tiveram nas formas de arco pleno, arco abatido e verga reta a maioria de suas aberturas.

Dessa forma, pelo uso da ogiva ser tão característico não em todo o território piauiense mais em uma região em específico, construímos, a partir dos nossos levantamentos e de Silva Filho (2007), um breve esquema de onde essa manifestação foi mais significativa (Figura 136).

Além do aspecto visual das ogivas, é importante destacar a relação com o conforto térmico no interior das residências pelo fato de atingirem maiores alturas

Figura 133: Edificação com aberturas com arcos em contracurvas da cidade de Floriano-PI.



Fonte: PROCÓPIO, 2006.

Figura 134: Casa de moradia, comércio e Rancho de Amarante, com janelas em muxarabi.



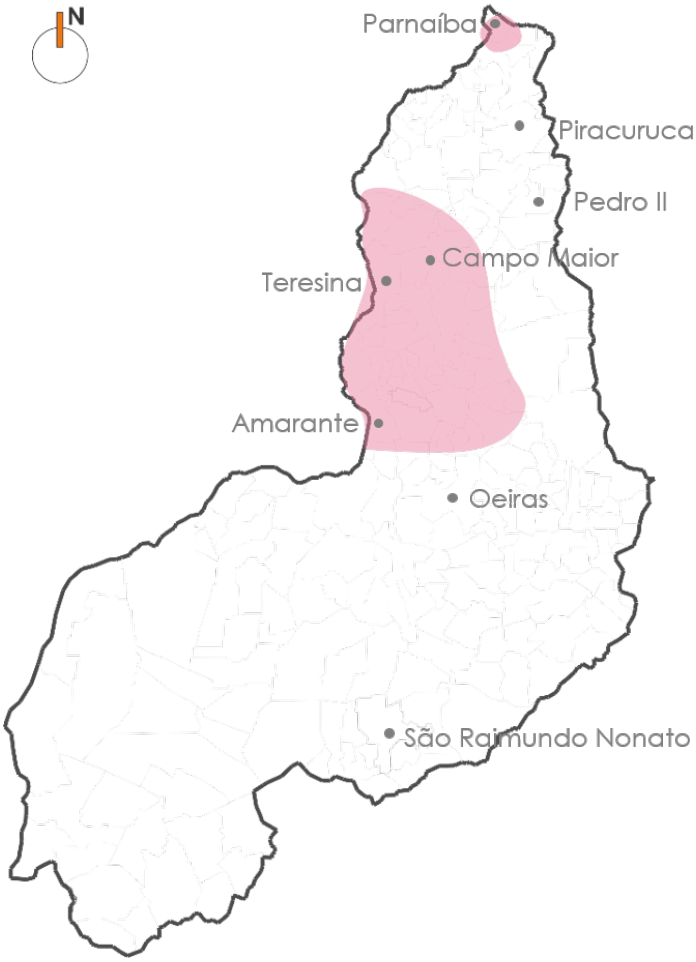
Fonte: Acervo pessoal A. C. Moreira.

Figura 135: Edificação com bandeira em muxarabi da cidade de Amarante.



Fonte: Acervo pessoal da autora.

Figura 136: Região que concentra o maior número de exemplares com aplicação da ogiva.



Fonte: Produzido por A. C. Moreira.

do que as outras formas, como evidencia Kluppel (2009, p. 265) ao falar do seu uso no Nordeste: "Em partes dessa região, onde o clima é quente com estações secas, este desenho de aberturas garantia maior área de ventilação sobre as portas e janelas, funcionando como excelente elemento de exaustão do ar".

Finalmente, ainda sobre as esquadrias, é importante mencionar que em alguns dos códigos de posturas identificamos exigências quanto às suas dimensões: dois tamanhos de portas – 10 palmos sobre 4 ½ de largura e 10 palmos de altura por 5 de largura; e um tamanho de janela: 5 ½ de largura por 3 de largura. Verificamos nos nossos levantamentos que, independentemente da existência ou não dessa exigência no código da respectiva cidade, no geral, as aberturas excediam essas dimensões mínimas solicitadas.

Outro aspecto peculiar relativo às esquadrias das cidades de Amarante e Teresina, é que encontramos em edificações originalmente residenciais, hoje sem uso, janelas em madeira com bandeiras e molduras em barro (Figura 137 e Figura 138), prática sobre a qual não encontramos nenhuma menção na bibliografia local ou nacional. Atribuímos essa característica à escassez de madeira na região – que Castro (1983) também diz acontecer no Ceará – e à abundância de barro, elemento farto na região e com maior disponibilidade de mão de obra para trabalhá-lo.

Em virtude das grandes descaracterizações sofridas ao longo dos anos, tivemos muitas dificuldades em encontrar residências com pisos acertadamente originais, e,

Figura 137: Esquadria de residência cidade de Amarante com bandeira fixa em barro.



Fonte: Acervo pessoal A. C. Moreira.

Figura 138: Esquadria de residência em Ruínas da cidade de Teresina com bandeira fixa e moldura em barro.



Fonte: Acervo pessoal A. C. Moreira.

consequentemente, de analisá-los, por isso, nos baseamos na experiência de autores que realizaram levantamentos em períodos anteriores ao nosso. Ao discorrer sobre os pisos que encontrou nas casas piauienses anteriores ao século XIX, Silva Filho (2007, p. 136) diz que

> O ladrilho artesanal de barro cozido [Figura 139] foi o piso mais difundido e que melhor se identifica com as primeiras casas. Moldados em geral no formato de 20x20x3cm, por vezes retangulares de 17,5x15cm, ou hexagonais, juntamente com as tijoleiras foram os pisos mais utilizados nas primeiras casas urbanas, ainda frequente. Geralmente são assentados em fiadas com as juntas desencontradas. Nesses pisos não se fez uso de rodapé, o que acentua a rusticidade da casa. Com raridade se encontram pisos de pedra [...]

Barreto (1975, p. 206) também aborda o piso dessas edificações e associa a opção adotada a uma adequação às condições ambientais da região:

> Os pisos são revestidos indistintamente com ladrilhos de barro cozido. A pavimentação do corredor, salas, quartos, correr e cozinha é uma só. Esse revestimento é mais fresco, e portanto, apropriado ao meio.

A partir da descrição dos dois autores, que relatam a predominância do uso de ladrilho de barro cozido como revestimento de piso dessas edificações, percebemos, mais uma vez, a importância do barro como material construtivo das edificações oitocentistas do Piauí.

Assim como os pisos, as inserções e descaracterizações de possíveis forros

Figura 139: Piso em ladrilho de barro cozido do Solar da Estrela Marrom, em Pedro II – Piauí. 2018.



Fonte: Acervo pessoal A. C. Moreira.

existentes nessas residências também levou a dificuldades acerca da sua originalidade. Sobre esse assunto, Silva Filho (2007, p. 106) diz que

> Como nas fazendas, a casa antiga da cidade não possuía forro, deixando a telha vã exposta em todos os cômodos. Não se sabe ao certo quando foram introduzidos nas habitações do Piauí. Reformas indiscriminadas e sem registros não permitem uma avaliação mais precisa dessa questão. Visto que os remanescentes chegaram ao nosso tempo, queremos crer se tratar de elemento tardio nas casas térreas, não só pelo custo quanto pela questão térmica. Mas é possível que se tenha ocorrido nos primeiros sobrados para esconder o barroteamento dos assoalhos ou mesmo dos telhados. Um referencial dos mais antigos que se poderia caracterizar como forro será o do sótão do sobrado na Rua Duque de Caxias, 614, em Parnaíba. Nesse cômodo, o estreito espaçamento das ripas de carnaúba acusa essa preocupação de esconder as telhas, embora com o caibramento aparente. É o exemplo mais rústico e que mais se aproxima das forrações de ripas aparelhadas.

A descrição acima se enquadra com o cenário que ainda foi possível perceber a partir dos nossos levantamentos e, nesse aspecto, apontamos mais uma relação de similitude com as moradias urbanas construídas no Ceará, como relata Castro (1983, p. 308):

> Terra de madeira escassa, sempre que possível empregando o cedro extraído das serras distantes, impõe-se parcimônia nas esquadrias e nos tabuados de piso e de forro. Assim, salvo os sobrados, são poucas as edificações beneficiadas com o forro de madeira, sempre solucionado em saia-e-camisa, o mais das vezes estendidos apenas nas salas de visitas.

Finalmente, abordamos os elementos decorativos encontrados nas moradias piauienses do século XIX nos valendo da descrição do IPHAN (2008, p. 57) sobre a cidade de Piracuruca:

> Quanto à ornamentação, durante o período colonial restringia-se ao enquadramento de vãos, às cimalhas e cunhais em massa, e por vezes no revestimento do barrado com pedras locais, demonstrando simplicidade e rusticidade.

Esse foi o cenário que encontramos não só em Piracuruca, mas também nas demais cidades levantadas, em que a variedade dos vãos e a finalização dos telhados foram os protagonistas da ornamentação das fachadas dessas edificações. As palavras de Castro acerca da arquitetura cearense (1973, p.04) se adequam fortemente ao cenário aqui encontrado:

> é, pois, compreensível admitir-se que, em caso tão especial, não se deva buscar arte nessa arquitetura, mas antes admirá-la como um comovente testemunho material dos percalços enfrentados na penosa lida civilizatória dos sertões (CASTRO, 1973, p. 4).

Entretanto, apesar da notória prevalência de simplicidade e rusticidade, é importante mencionar que existiram exceções a este panorama. Uma delas foi o emprego de azulejos como revestimento nas fachadas. Localizamos duas edificações em Parnaíba (Figuras 63 e 64) uma edificação em Amarante (Figura 65) e, ainda em Amarante, uma que não pudemos confirmar totalmente o seu uso (Figura 66). Em nossa dissertação, ao falar do escasso uso de revestimentos em azulejos nas edificações residenciais do Piauí, apontamos que:

> As paredes das fachadas das residências construídas neste período em Teresina eram, majoritariamente revestidas por reboco liso, e recorrentemente apresentavam barrado em pedra na altura do porão. Uma exceção a essa configuração que resistiu ao tempo, a "Casa dos Azulejos", que tornou-se emblemática na cidade por apresentar um barrado em azulejos cuja origem não foi possível identificar, mas guardam muita semelhança com os azulejos portugueses empregados em outros locais do país, como Recife e Rio de Janeiro. Em nossa pesquisa

encontramos referências a apenas um único edifício com revestimento de azulejos na fachada, que Castello Branco Filho (1978) intitula de "Sobrado dos Azulejos Amarelos". Segundo este autor, foi construído em um terreno de esquina no cruzamento das ruas Bela e Boa Vista pelo fazendeiro José Felix Alves Pacheco, que fez vir de São Luís um mestre de obra para realizar o assentamento dos azulejos portugueses. Lamentavelmente o sobrado foi demolido no ano de 1969 (MOREIRA, 2016, p. 228-229).

Figura 140: Sobrado parnaibano e respectivo azulejo da sua fachada. 2020.



Fonte: Acervo pessoal A. C. Moreira.

Figura 141: Residência parnaibana e respectivo azulejo da sua fachada. 2020.



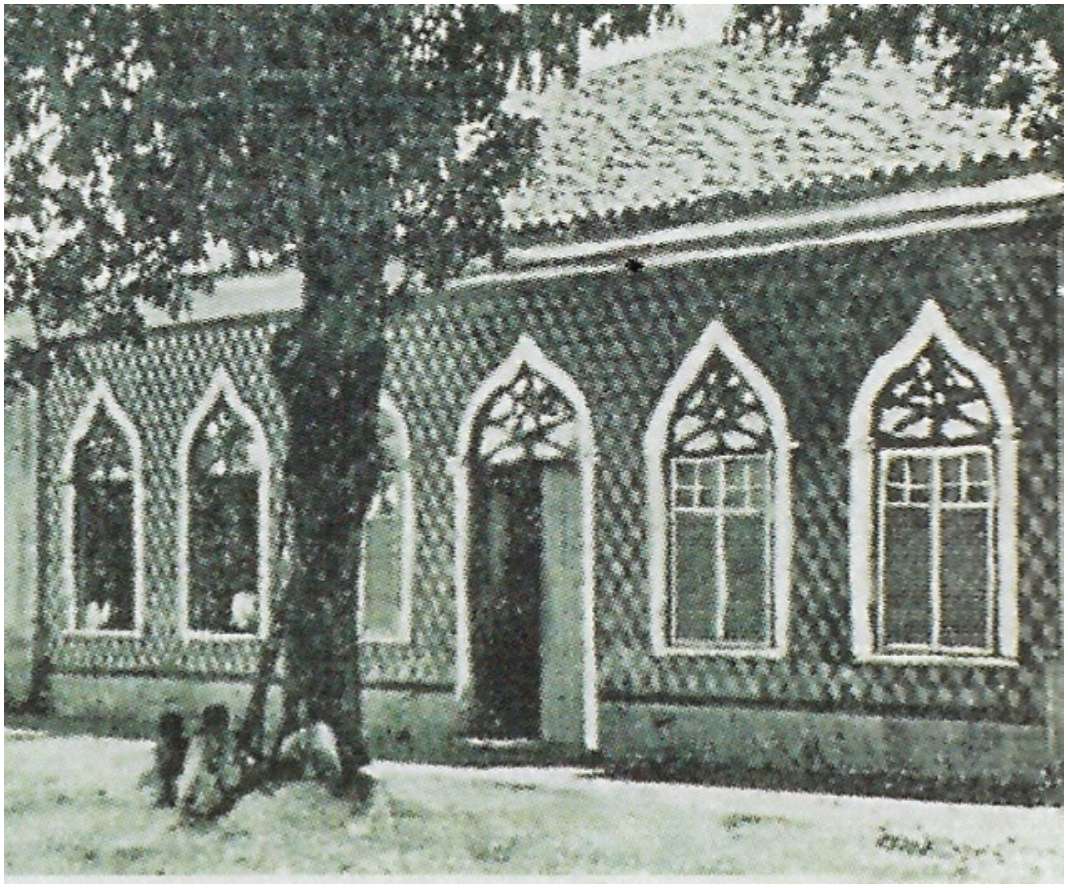
Fonte: Acervo pessoal A. C. Moreira.

Figura 142: Residência amarantina e respectivo azulejo da sua fachada. 2020.



Fonte: Acervo pessoal da autora. Fotos de Ana Clara Melo.

Figura 143: Residência supostamente revestida em Azulejos, na cidade de Amarante.



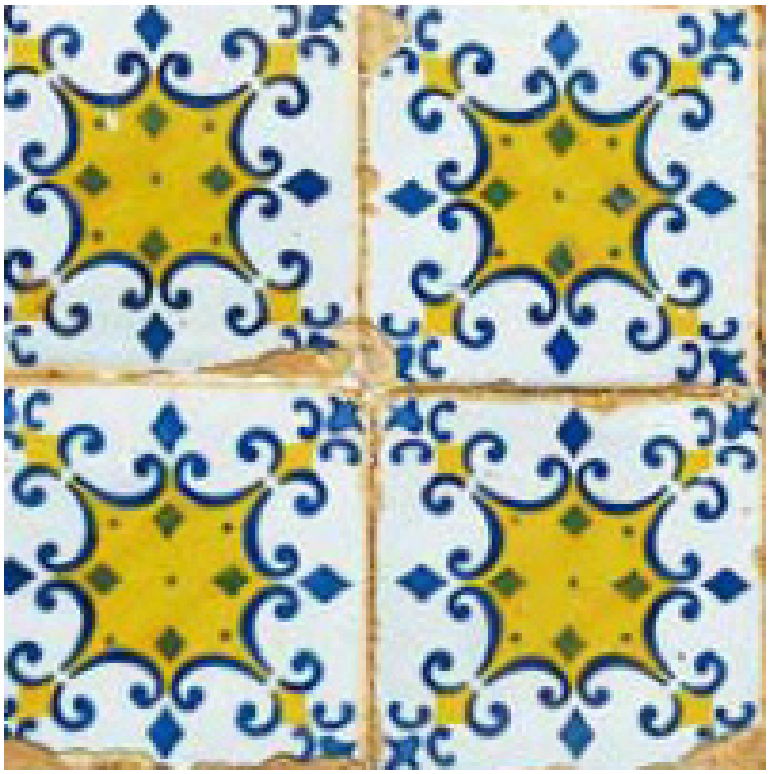
Fonte: SILVA FILHO, 2007.

Finalmente, ao falar das residências cearenses, Castro (1983, p. 307) diz que "Em meados do século XIX, alguns sobrados recebem forro azulejar externo, seguindo, portanto, uma diretriz nacional. As peças procediam de Portugal, embora algumas delas tivesse origem francesa." Ao falar dessas edificações, Silva Filho (2007) atribui igualmente a origem desses azulejos à manufatura portuguesa.

A principal justificativa para o uso dos azulejos nestas fachadas advém da influência maranhense, que teve na sua capital o largo emprego desse elemento nas fachadas – identificamos, inclusive, azulejos da mesma padronagem aplicados nas residências piauienses e maranhenses – como mostra a figura 144 – o que denuncia, certamente, uma origem comum. Silva Filho (1998, p. 199) descreve a forma de aplicação desse elemento nas fachadas maranhenses, que também se aplica às poucas fachadas revestidas no Piauí:

> A aplicação em fachadas se fez através de agrupamentos de modelos repetidos ou tapetes, assim chamados pela analogia com tecidos europeus fabricados na época. São assentados em junta contínua, raramente desencontradas.

Figura 144: Padronagem de emprego comum em fachadas maranhenses.



Fonte: SÃO LUIS, 2008.

Em relação à parte externa das residências, outro aspecto que chama muito a atenção é a recorrente exigência nos códigos de posturas, promulgados durante todo o século XIX no território piauiense, de que as casas construídas deveriam receber uma calçada cujo material só poderia ser pedra ou tijolo. A largura estabelecida variava entre cinco e sete palmos. Apenas na cidade de Picos estabelecia-se uma medida diferente desse padrão – o código de 1874 exigia uma calçada de um metro e quatro decímetros.

Esse foi mais um dos aspectos de difícil verificação nos nossos levantamentos, e registramos poucas calçadas acertadamente originais, que indicaram um uso mais frequente do tijolo do que da pedra – o que se justifica facilmente pela abundância do primeiro em detrimento do segundo. Exemplificamos com as imagens a seguir (Figuras 145 e 146):

Figura 145: Residência de Pedro II com calçada construída de tijolos.



Fonte: Acervo pessoal A. C. Moreira. Fotografia de Taianne Neco.

Figura 146: Detalhe da calçada em pedra de edificação originalmente residencial da cidade de Pedro II.



Fonte: Acervo pessoal A. C. Moreira.



capítulo 05:

Outras formas de morar no Piauí do século XIX

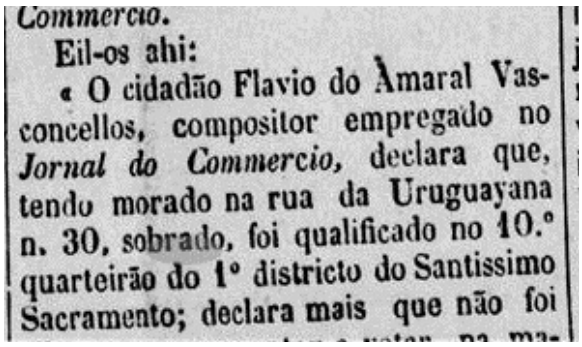
5.1 Os sobrados

Como já apontado anteriormente, o Piauí oitocentista contou com uma pequena quantidade de sobrados, especialmente se comparado a centros maiores. Esse aspecto já fora observado por Barreto (1975, p. 211), quando aponta que "Os poucos prédios azulejados e os poucos sobrados que se encontram no Piauí são exemplares trazidos de longe" e que "Os poucos sobrados piauienses são senhoriais". Detalhando ainda mais essa informação, Pereira da Costa (1974) assinala que em 1867 o Piauí tinha 17 "sobrados de um andar", "três sobrados de dois andares[86]", 2.934 casas cobertas de telha e 1.886 casas cobertas de palha.

Em nossos levantamentos *in loco* e bibliográficos, identificamos a existência de sobrados construídos para fins residenciais ou de uso misto, comercial e residencial, e institucionais, até o fim do nosso recorte temporal, apenas nas cidades de Parnaíba, Oeiras e Teresina – totalizando apenas oito sobrados, recorrentemente presentes na historiografia da arquitetura local e ainda existentes.

A par dos números apresentados por Pereira da Costa (1974), buscamos nas fontes primárias – jornais – indícios da existência de outros sobrados oitocentistas no território piauiense, e nos deparamos com registros da existência de outros em Teresina (Figura 147), Campo Maior (Figura 148), Jaicós (Figuras 149 e 150) e Burity dos Lopes (Figura 151).

Figura 147: Recorte de notícia de jornal indicando a existência de um sobrado na Rua Uruguayana, Teresina.



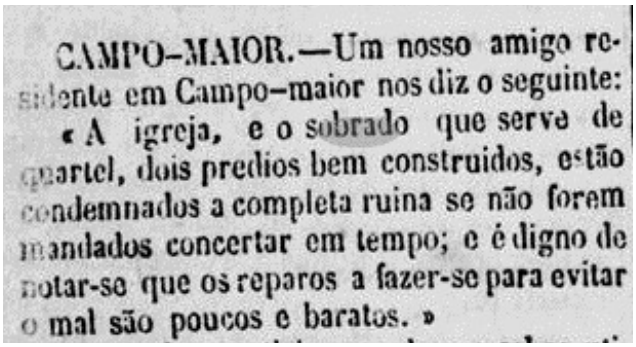
Commercio.

Eil-os ahi:

« O cidadão Flavio do Amaral Vasconcellos, compositor empregado no *Jornal do Commercio*, declara que, tendo morado na rua da Uruguayana n. 30, sobrado, foi qualificado no 10.° quarteirão do 1° districto do Santissimo Sacramento; declara mais que não foi

Fonte: A IMPRENSA, 1869.

Figura 148: Recorte de notícia de jornal indicando a existência de um sobrado em Campo Maior.

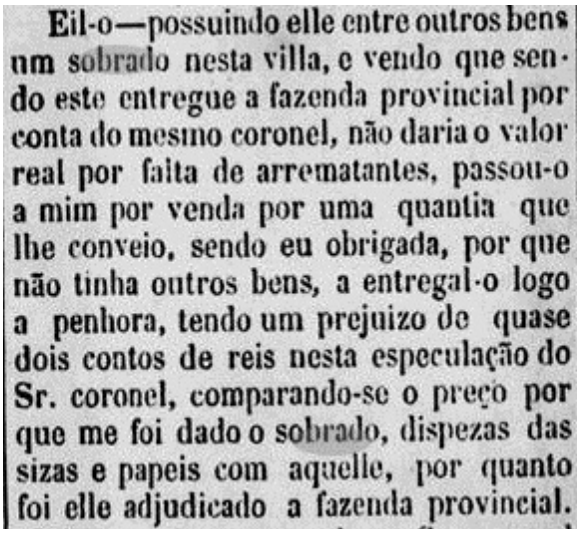


CAMPO-MAIOR.—Um nosso amigo residente em Campo-maior nos diz o seguinte:

« A igreja, e o sobrado que serve de quartel, dois predios bem construidos, estão condemnados a completa ruina se não forem mandados concertar em tempo; e é digno de notar-se que os reparos a fazer-se para evitar o mal são poucos e baratos. »

Fonte: A IMPRENSA, 1871.

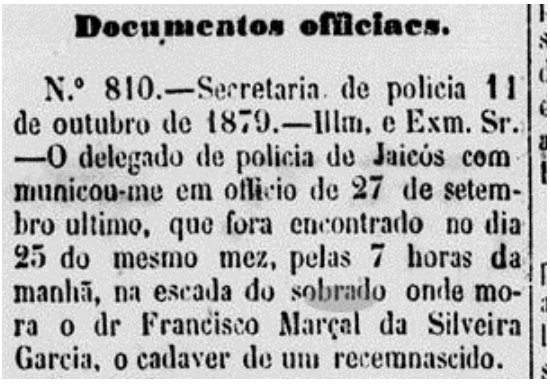
Figura 149: Recorte de notícia de jornal indicando a existência de um sobrado em Jaicós[87].



Eil-o—possuindo elle entre outros bens um sobrado nesta villa, e vendo que sendo este entregue a fazenda provincial por conta do mesmo coronel, não daria o valor real por falta de arrematantes, passou-o a mim por venda por uma quantia que lhe conveio, sendo eu obrigada, por que não tinha outros bens, a entregal-o logo a penhora, tendo um prejuizo de quase dois contos de reis nesta especulação do Sr. coronel, comparando-se o preço por que me foi dado o sobrado, dispezas das sizas e papeis com aquelle, por quanto foi elle adjudicado a fazenda provincial.

Fonte: A IMPRENSA, 189.

Figura 150: Recorte de notícia de jornal indicando a existência de um sobrado em Jaicós (2).

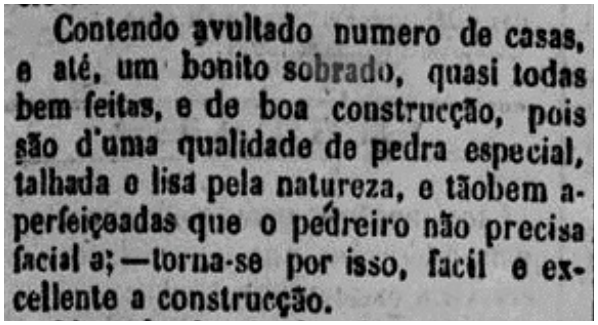


Documentos officiaes.

N.° 810.—Secretaria de policia 11 de outubro de 1879.—Illm. e Exm. Sr. —O delegado de policia de Jaicós communicou-me em officio de 27 de setembro ultimo, que fora encontrado no dia 25 do mesmo mez, pelas 7 horas da manhã, na escada do sobrado onde mora o dr Francisco Marçal da Silveira Garcia, o cadaver de um recemnascido.

Fonte: A IMPRENSA, 1879b.

Figura 151: Recorte de notícia de jornal indicando a existência de um sobrado em Burity dos Lopes[88].



Contendo avultado numero de casas, e até, um bonito sobrado, quasi todas bem feitas, e de boa construcção, pois são d'uma qualidade de pedra especial, talhada e lisa pela natureza, e tãobem aperfeiçoadas que o pedreiro não precisa facial a;—torna-se por isso, facil e excellente a construcção.

Fonte: A IMPRENSA, 1882.

Na cidade de Oeiras, certamente por ter sido elevada à condição de capital, o número de sobrados é mais significativo, mas ainda insuficiente para dar a ela um caráter de verticalização acentuada. O Padre Manuel Aires de Casal[89], ao escrever sobre a Província o Piauí em 1817, já observara que as casas de Oeiras "são geralmente térreas, de madeira, e branqueadas com tabatinga: muitas têm elegância e bons cômodos" (CASAL, 1817, p. 295).

A afirmação do Padre é ratificada por um desenho da cidade de Oeiras ainda no século XVIII, "*Oeyras do Piauhi*" (Figura 152), que mostra a cidade vista no sentido leste-oeste, onde podem ser contadas cerca de 225 edificações, dentre elas,

87 Jaicós é um município situado no sul do Piauí, situada a 312km da capital. Sua emancipação política data do ano de 1834.

88 Buriti dos Lopes situa-se na região norte do estado, a 236km de Teresina. Foi elevada à categoria de cidade apenas no ano de 1934.

três igrejas, um quartel de milícias e apenas um sobrado (IPHAN, 2009). Segundo Iphan (2009, p. 66)

> O sobrado anteriormente citado, que aparece com a denominação de *Cadeia Nova*, certamente corresponde ao Sobrado dos Ferraz, o mais antigo da cidade. Nesta perspectiva de traços elementares, ele é representado com três portas no pavimento térreo e três janelas no pavimento superior. Contudo, atualmente sua fachada principal [Figura 07] possui cinco portas no pavimento térreo e cinco portas com balcões no pavimento superior, sem garantir certeza se o edifício sofreu um acréscimo ou foi uma falha de representação do autor do croqui.

Além da existência de um único sobrado na cidade, algumas outras observações

Figura 152: "Oeyras do Piauhi". Autoria desconhecida, fins do século XVIII.



Fonte: REIS FILHO (2000, p. 139). Original manuscrito da Biblioteca Nacional de Lisboa.

Figura 153: Sobrado dos Ferraz, atual Prefeitura de Oeiras – Pi (2019), com croqui da implantação do edifício (laranja)





Fonte: Acervo pessoal A. C. Moreira

podem ser feitas sobre a arquitetura residencial setecentista de Oeiras. A primeira delas é que, apesar de não haver um arruamento consolidado, certa ortogonalidade pode ser percebida nessa "malha urbana"; as edificações encontravam-se majoritariamente alinhadas, lado a lado e, finalmente, destacamos a numerosa quantidade de edificações, provavelmente residências de diminutas dimensões, com aspecto de porta e janela.

Nas mais recentes descrições da cidade, bem como nos nossos levantamentos, esse cenário não se confirmou – o que nos coloca diante de duas possibilidades – ou o autor não se preocupou em ser fidedigno a esse aspecto ou, com o avançar dos anos, essas construções foram substituídas por edificações de maior dimensão.

Além do sobrado dos Ferraz, identificamos em Oeiras o Sobrado Major Selemérico[90] (Figura 154), que também teve função inicial oficial, construído entre 1845 e 1847 para sediar o Palácio dos Presidentes da Província do Piauí, e ainda o único de função original residencial, o sobrado João Nepomuceno[91] (Figura 155),

90 [O Sobrado João Nepomuceno] ainda conserva a mesma configuração arquitetônica. Pertenceu à família Castelo Branco até o início do século XX, quando foi vendido ao Cel. Alano Beleza, intendente de Oeiras, permanecendo como residência. Posteriormente foi vendido ao Estado do Piauí, quando abrigou vários usos institucionais: Câmara de vereadores, Tribunal do júri e escola. Em 1941 foi doado à recém-criada Diocese de Oeiras, tornando-se Palácio Episcopal. Desde 1983 foi transformado em Museu de Arte Sacra. Possui tombamento federal, inscrito no Livro de Belas-Artes sob o nº235 e no Livro Histórico sob o nº117, ambos em 14 de janeiro de 1939 (IPHAN, 2008, p. 96).

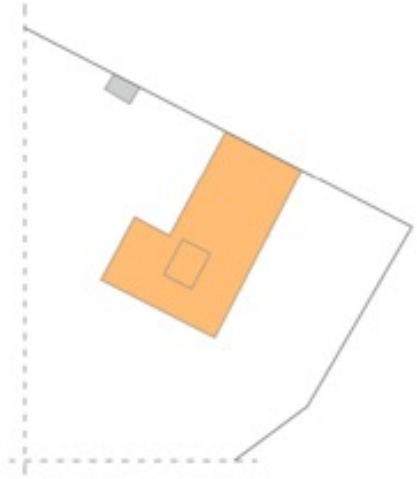
91 [O sobrado Major Selemérico] como função de palácio de despachos teve vida curta, pois logo em 1852 houve a transferência da capital para Teresina. Alguns anos depois foi arrematado em leilão pelo militar que lhe emprestou o nome, funcionando por muito tempo a única farmácia da cidade. Na década de 1980 foi restaurado

construído no primeiro quartel do século XIX, e a antiga intendência[92] (Figuras 156 e 157), já demolida[93].

A partir das imagens apresentadas, percebe-se a relação que Barreto (1975)

Figura 154: Sobrado Major Selemérico, com esquema da sua implantação no lote (laranja).

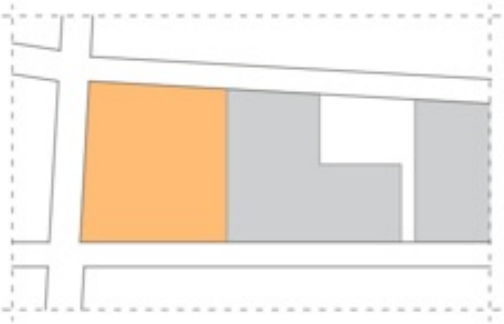




Fonte: Acervo pessoal A. C. Moreira.

Figura 155: Sobrado João Nepomuceno com esquema da sua implantação no lote (laranja).





Fonte: Acervo pessoal A. C. Moreira.

estabelece entre os sobrados piauienses e os sobrados maranhenses com relação à

pelo Programa Monumenta, porém, está sem uso (IPHAN, 2008, p. 96).

92 O edifício conhecido por "Antiga Intendência" foi construído na face leste da Praça Matriz da cidade de Oeiras, na década de 1830, para sediar a casa de Câmara e Cadeia. Foi, até entrar em ruína, um dos edifícios mais significativos da então capital (IPHAN, 2009).

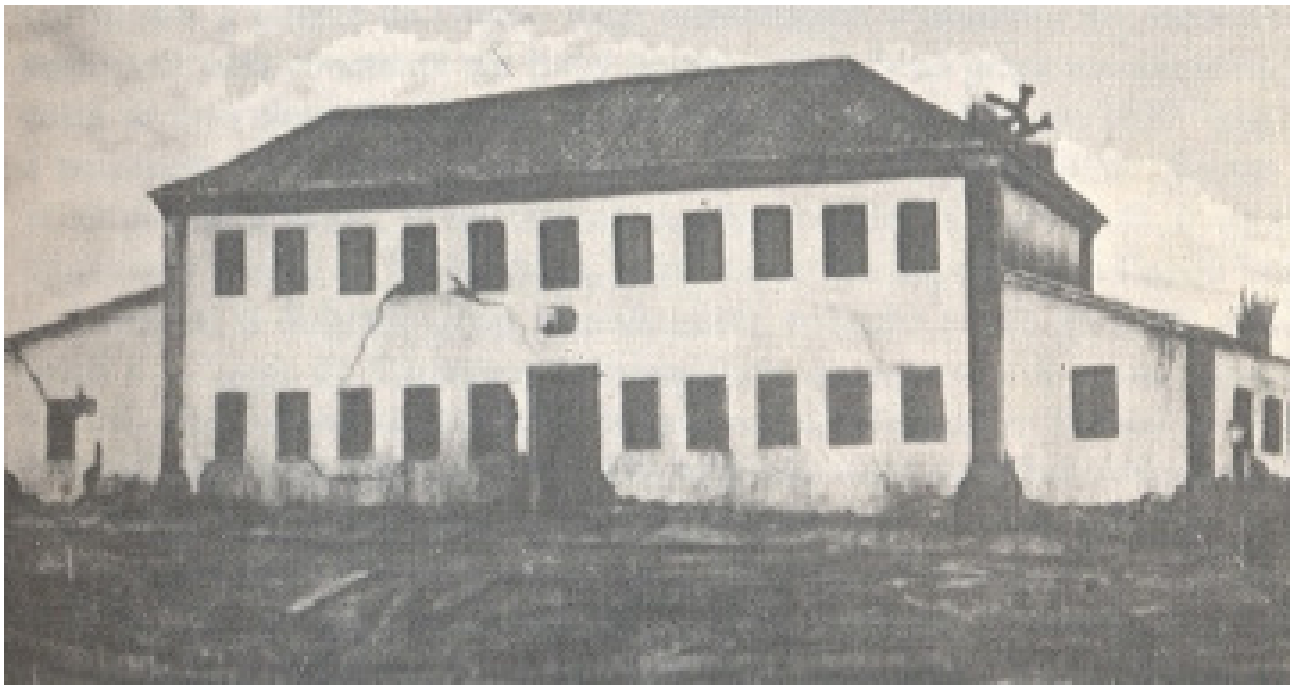
93 Apesar de não fazerem parte do nosso objeto, consideramos estudar/analisar os sobrados oficiais de Oeiras em virtude da sua estreita relação com os demais e poucos sobrados construídos na província.

Figura 156: Vista da Praça das Vitórias na década de 1930, onde se vê, ao lado da igreja, as ruínas do edifício da Antiga Intendência Municipal.



Fonte: Arquivo 19ªSR/IPHAN. Disponível em IPHAN, 2009

Figura 157: Livre reconstituição da Antiga Intendência. Óleo sobre tela de autoria de Zuleika Tapety.



Fonte: Carvalho JR, 1985.

sua implantação:

> No Piauí, esses prédios estão locados em grandes terrenos, enquanto no Maranhão, os sobrados são servidos por áreas internas. No Piauí, os sobrados estão isolados; no Maranhão, encostados a outros. No Piauí, tudo que está dentro do terreno é de seu proprietário; no Maranhão, o poço que servia a duas ou mais casas, pois que era aberto no ponto em que se encontravam as divisas dos terrenos de diferentes proprietários (Barreto, 1975, p. 212).

Em contrapartida ao antagonismo entre os sobrados piauienses e maranhenses, apontado por Barreto (1975) e confirmado pelos exemplares oeirenses, a cidade de Parnaíba também apresenta em seu sítio histórico alguns sobrados de feições ainda ligadas à arquitetura tradicional – sobrado de D. Auta[94] (Figura 158), possivelmente no final do século XVIII; o Sobrado dos Azulejos (Figura 158), de uso misto comercial e residencial construído em 1880; a casa Simplício Dias[95] (Figura 160), edificação de uso original residencial, que já constava na cartografia da cidade do ano de 1809 e que teria sido edificada por Domingos Dias e Silva entre os anos de 1758 e 1770 (SILVA FILHO, 2007a); e a Casa Inglesa[96] (Figura 161), edificação de uso

94 O sobrado da Dona Auta se localiza na Rua Duque de Caxias, 614 e 618, na esquina com a Rua São Vicente. A construção data do início do século XVIII e existem divergências com relação à sua origem. Segundo o IPHAN (2019b), alguns historiadores dizem ter sido este um quartel da cidade de Parnaíba na época colonial, pela relação de semelhança entre as casas de Câmara e Cadeia do Maranhão. Ponte (2007) relata a existência do sobrado já em 1809 e diz que a primeira ocupação do térreo do sobrado foi um estabelecimento comercial e o primeiro andar residencial, e que em 1862 a posse do mesmo era de Dona Auta Castelo Branco, primeira esposa de Francisco José do Rego Castelo Branco. Desde então, passou por uma diversidade de proprietários e de usos: foi propriedade do coronel Manoel Antônio da Silva Henriques, português, comerciante, e sobrinho de Domingos Dias da Silva; residência dos irmãos franceses Marc e Lazare Jacob; sede da Capitania dos Portos, e depois do Banco do Brasil S.A., primeiro estabelecimento bancário da cidade e a 23ª agência do BB no país; um educandário (no segundo andar funcionou o Grupo Escolar Miranda Osório, de 1927 a 1979); uma casa comercial (Casa Comercial Tote Machado); um restaurante (Casa Grande) e uma boate (Senzala). Por fim, foi adquirido em 2001, pela Prefeitura Municipal, que cedeu parte do pavimento térreo à Biblioteca Municipal e o restante à sede do Instituto Histórico, Geográfico e Genealógico de Parnaíba (IPHAN, 2009b). O Sobrado está no perímetro de tombamento federal na categoria de Tombamento do Conjunto Histórico e Paisagístico pelo IPHAN em 08/08/2008, além de ter a proteção do órgão municipal, através da Lei nº 1.908 de 11/03/2003 e tombamento estadual pelo Decreto nº 12.395 de 19/10/2006 (KISHIMOTO, 2016). O edifício passou por um grande processo de restauro no ano de 2009, que Kishimoto (2016) detalha e analisa.

95 "Imóvel do século XVIII, onde estão instalados o Museu Simplício Dias, o Arquivo Público Municipal e o Escritório Técnico do Iphan - PI. O sobrado é considerado pela população um dos símbolos do poder econômico e do comércio de charque no século XVIII. É um dos ícones do patrimônio edificado da cidade. Simplício Dias da Silva, homem muito rico e poderoso escravocrata (possuía cerca de 1.800 escravos), construiu a Alfândega no início do século XIX (1817) para estabelecer o controle dos escravos que chegavam à vila e dos que estavam na região há tempos. Em 14 de agosto de 1844, a Vila São João da Parnaíba é elevada à categoria de cidade pelo presidente da Província do Piauí, José Ildefonso de Sousa Ramos (IPHAN, 2014, s.p).

96 Sem data de construção precisa, sabe-se que a Casa Inglesa foi construída na cidade de Parnaíba ainda na primeira metade no século XIX. O edifício é assim conhecido por ser construído pela família Clark, uma família Inglesa que estabeleceu grandes transações comerciais na região. No portal da casa lê-se "1814-1920", nos leva a crer que data a chegada à cidade de Parnaíba. Segundo um texto da década de 1950, disponível no site da empresa, desde sua fundação a Casa Inglesa foi pioneira no desenvolvimento da região, sendo o seu proprietário, James Frederick Clark, o responsável pela introdução da cera de carnaúba no mercado internacional, cuja primeira remessa com fins comerciais foi feita pela Casa Inglesa do porto de Amarração para Liverpool no ano de 1889, confirmando o pioneirismo e a importância da empresa para o desenvolvimento local. O térreo do sobrado era

misto comercial e residencial – todos com uma implantação distinta da existente na cidade de Oeiras.

Esses sobrados podem ser vistos na figura a seguir, que mostra a Vila de São João da Parnaíba em 1809:

Figura 158: "Cópia da Villa de São João da Parnaíba", 1809, com sobrados destacados.

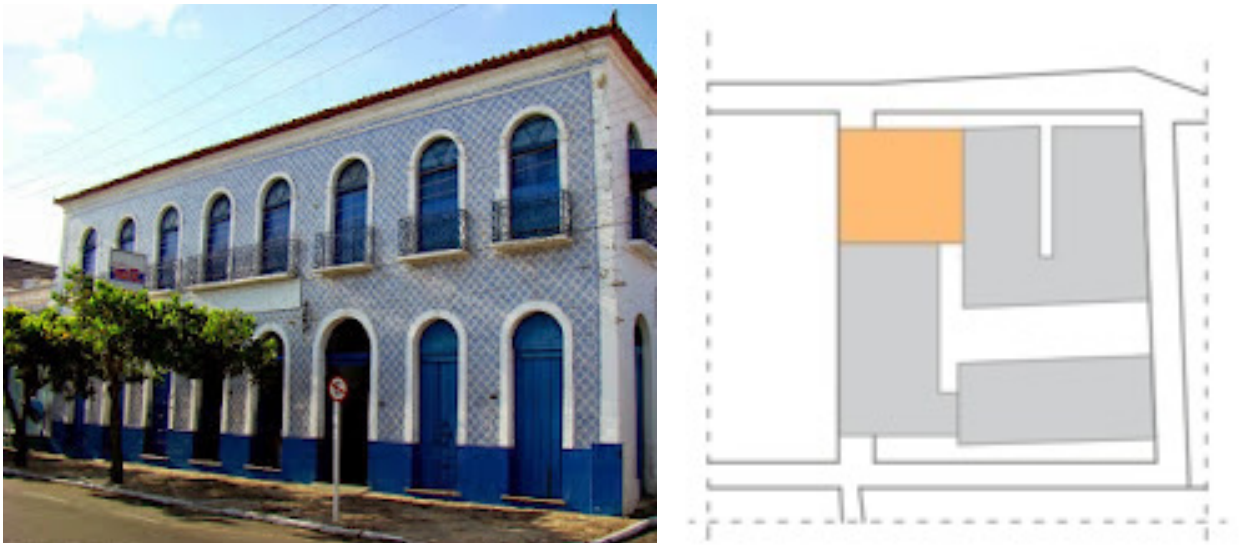


Fonte: Extraído do livro Imagens de Vilas e Cidades do Brasil Colonial, de Nestor Goulart Reis, 2000. Editado pelo IPHAN/PI a identificação dos locais segundo a nomenclatura atual e também pela autora.

Como evidenciado nos esquemas de implantação dos sobrados apresentados acima, percebemos que, ao contrário do que foi apontado por Barreto (1975, p. 212),

destinado a fins comerciais e o pavimento superior tinha finalidade residencial – nesse pavimento encontram-se móveis de boa qualidade, que denotam o luxo e a opulência de tal edifício. Relata-se que na construção do na construção do Sobrado foram utilizados cal de ostras e óleo de baleia como argamassa e que no assoalho foram usadas madeiras originárias do Pará. Disponível em: <http://casainglesaparnaiba.com.br/index.php/o-sobrado/>. Acesso em: 12 out. 2020.

Figura 159: Sobrado dos Azulejos, Parnaíba – Pi (2017), com croqui da implantação do edifício (laranja).



Fonte: Acervo pessoal A. C. Moreira

Figura 160: Sobrado Da Dona Auta, Parnaíba – Pi (2018), com croqui da implantação do edifício (laranja).



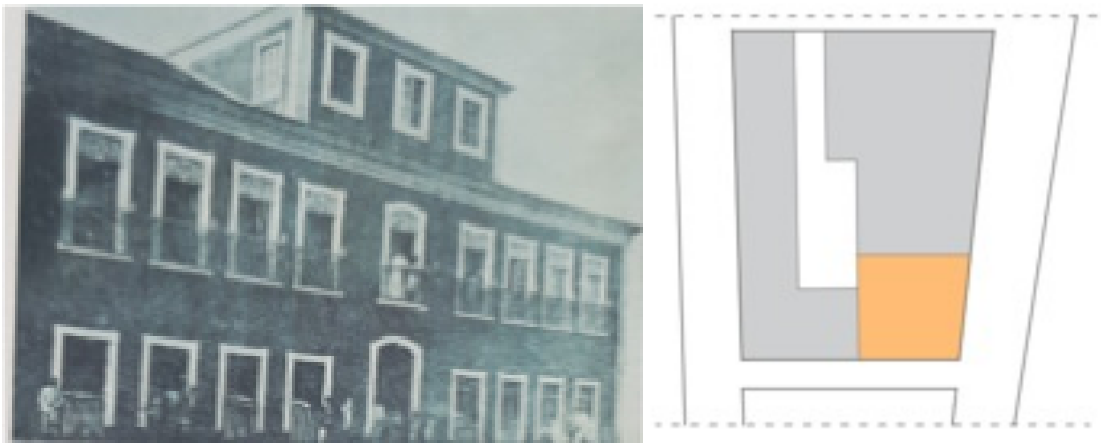
Fonte: Acervo pessoal A. C. Moreira

Figura 161: Sobrado Simplício dias, Parnaíba – Pi, com croqui da implantação do edifício (laranja)



Fonte: Acervo pessoal A. C. Moreira

Figura 162: Casa Inglesa, Parnaíba – Pi, com croqui da implantação do edifício (laranja)



Fonte: Silva Filho (2007) e Acervo pessoal A. C. Moreira.

a generalização de que os sobrados piauienses são erguidos isolados em grandes lotes não se confirma nos sobrados parnaibanos. Mesmo que majoritariamente de esquina e construídos ainda em terrenos de grandes dimensões, esses edifícios encontram-se colados a outras edificações de menor porte.

Em Teresina, o único sobrado oitocentista de função residencial que os levantamentos in loco, documentais e bibliográficos, nos permitiram identificar foi o sobrado do Comendador Jacob Almendra, fato já apontado em nossa dissertação[97] (Figura 163).

Ainda com relação ao esquema de implantação dos sobrados citados, ressaltamos que a maioria deles nunca possuiu quintais: ou edificam o terreno em

Figura 163: Sobrado do Comendador Jacob Almendra, Teresina – Pi (2020).



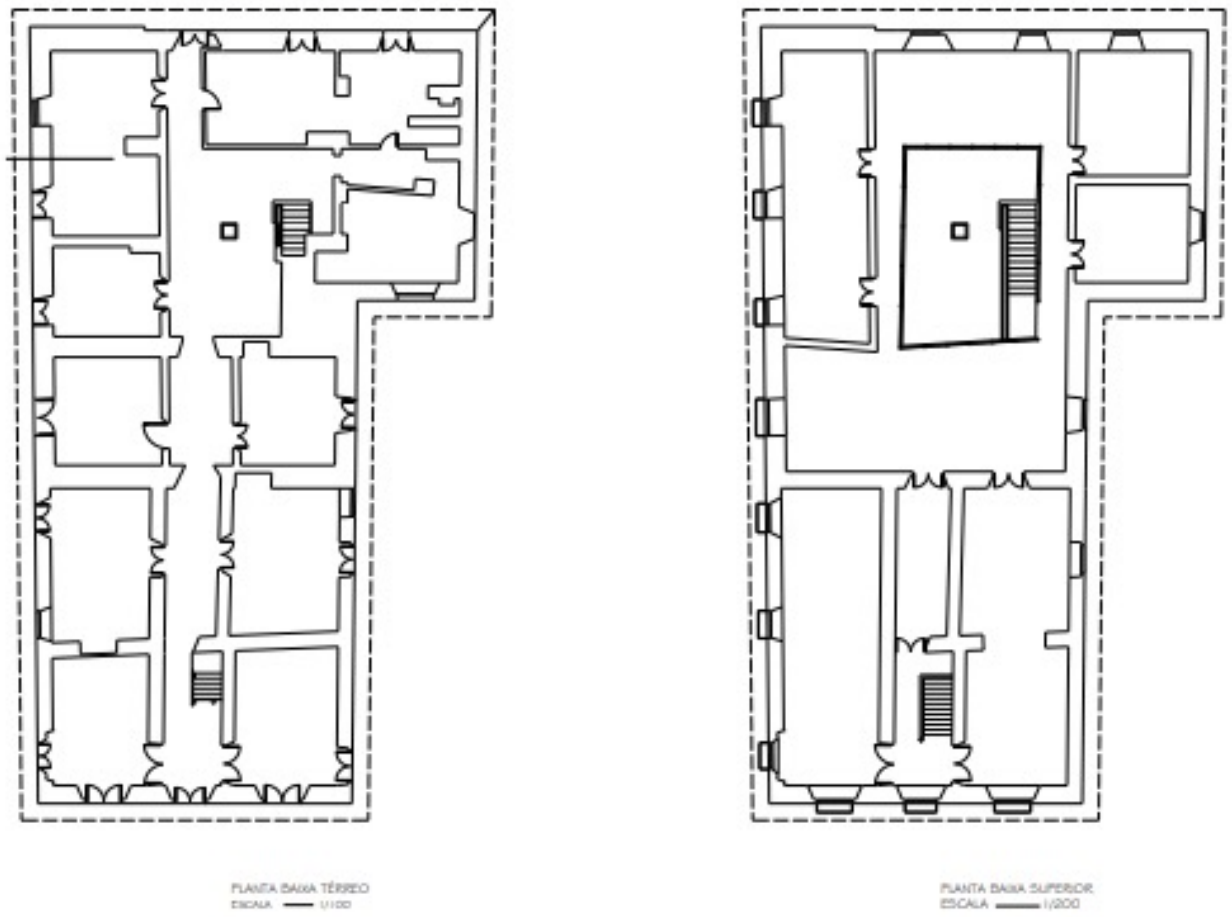
Fonte: Acervo pessoal A. C. Moreira.

97 Situado em uma das mais privilegiadas localidades da nova capital, a Praça da Constituição (Atual Praça Marechal Deodoro da Fonseca), o sobrado teve a sua construção iniciada no ano de 1858, para servir de residência da família do comendador Jacob Almendra. Após a sua prematura morte, foi alugado para o governo provincial. Em 1892, foi comprado para sede do governo, uso que perdurou até 1926, quando passou a abrigar o Tribunal de Justiça e desde 1980 tornou-se o Museu do Piauí (MOREIRA, 2016). Ver mais sobre a casa do comendador Jacob Almendra em Moreira, 2016.

sua completude ou instalam o poço de ventilação, como é o caso do sobrado do Major Selemérico (Figura 164), na cidade de Oeiras, notando que este poço, no Piauí, ao contrário do Maranhão, não é compartilhado com edificações vizinhas.

Para além da implantação, ainda percebemos no Sobrado da D. Auta e na Casa Inglesa, clara relação de semelhança com os sobrados maranhenses (Figuras 165 e

Figura 164: Planta Baixa do sobrado do Major Selemérico, antes da intervenção de 2006.



Fonte: Acervo da 19º SRH/IPHAN, redesenhado por Camila Figueiredo.

166), especialmente pela existência de mirantes, tão frequentes no Maranhão, fato acertadamente reconhecido por Barreto (1975, p. 211). Lamentavelmente, o autor generaliza e se equivoca mais uma vez ao afirmar que "não havia a necessidade de mirantes" ao se referir aos sobrados piauienses, muito provavelmente porque desconhecia os sobrados com mirantes de Parnaíba.

Ao abordar a arquitetura maranhense, em São Luís (2008) encontramos uma

Figura 165: Sobrado com mirante em São Luís.



Fonte: SÃO LUÍS, 2008.

Figura 166: Sobrado com mirante em Alcântara.



Fonte: Acervo pessoal da autora. Foto de Carliene Lima e Silva.

variedade de tipologias de sobrados, de dois, três ou quatro pavimentos, com ou sem mirante, com ou sem porão, apenas residenciais, comerciais ou ambos. Enquanto no Piauí, com relação ao uso, o panorama seria o mesmo, como visto nos exemplos acima, mas a ocorrência de mirantes é mais esporádica e, segundo Silva Filho (2007a), o sobrado Simplício Dias (Figura 161) é o único de três pavimentos do Piauí setecentista. Essa situação contrasta fortemente com a também nordestina cidade de Recife, que Lemos (1989) diz ter a peculiaridade de apresentar sobrados com três, quatro e até cinco andares.

Pereira da Costa (1974) diz que em 1867 o Piauí tinha 17 sobrados de um andar, três sobrados de dois andares, 2.934 casas cobertas de telha e 1.886 casas cobertas de palha, enquanto Marques (1870, p. 72), ao falar apenas da cidade de

Alcântara, no estado vizinho Maranhão, diz que "Por volta de 1870, contam-se 32 casas de sobrado, 7 com mirante, 333 casas térreas e 213 cobertas de pindoba". Ao descrever a cidade de Piracuruca do ano de 1981, o Coronel Gervásio de Britto Passos[98] diz que "Todas as casas são térreas, notando-se, porém algumas mui elegantes, e construídas pelo gosto moderno" (IPHAN, 2009).

Esses dados de Pereira da Costa, juntamente com os levantamentos realizados durante a pesquisa, evidenciam que a forte horizontalidade é uma das características mais presentes nas moradias de feições tradicionais piauienses, mesmo quando são construções assobradadas. Essa situação é reiterada por Aragão (2007, p. 78), que, ao falar do panorama geral das construções oitocentistas no Brasil, que diz que

> Os sobrados altos, com quatro, cinco ou seis pavimentos, foram característicos das cidades maiores, junto à costa leste do Brasil. Nas outras áreas do país, o sobrado atingiu no máximo três pavimentos; nas povoações e cidades menores, foram extremamente raros, predominando as casas térreas de taipa, de pau-a-pique e sapé, ou mesmo de pedra, com cobertura de telha vã. Este aspecto, por si só, levou à constituição de paisagens urbanas diferenciadas: no litoral, mais verticais; no interior, predominantemente horizontais; no litoral, os edifícios mais sólidos; no interior, um tipo mais vegetal de casa.

Percebemos ainda uma relação de semelhança entre o panorama piauiense e o cearense a partir da descrição que Gardner (1975, p. 87) faz da cidade de Icó:

> A cidade de Icó, uma das principais do interior da Província do Ceará, está situada em uma planície a leste do Rio Jaguaribe, que toma aqui o nome de Rio Salgado. Diz-se que a população é de seis mil habitantes. A planície, bastante vasta, é limitada a leste pela Serra de Pereira e ao oeste por uma cadeia de montes bem mais baixos. A cidade consiste de três ruas principais que correm quase no sentido norte-sul, cortadas por outras menores. As casas são feitas de tijolos, por não se encontrar nos arredores madeira de dimensão suficiente. Com exceção de meia dúzia, são todas térreas e branqueadas por uma espécie de cal abundantíssima da região montanhosa a umas trinta léguas para o oeste. A rua principal é larga, com algumas lojas bem sortidas, tem quatro belas igrejas, um sólido cárcere, e um mercado [...]

Na cidade de Crato encontramos um cenário ainda mais próximo das cidades menores do interior do Piauí: "É uma cidade pequena e suficientemente mísera com um terço de Icó em tamanho. Suas casas, muito irregularmente construídas, são todas térreas, com uma só exceção (GARDNER, 1975, p. 93).

Reunidas, essas descrições evidenciam a semelhança apontada no início deste

98 "Descrição que figurou na Exposição de História do Brasil de 2 de dezembro de 1881, enviada pelo Presidente da Câmara Tenente-Coronel Gervásio de Britto Passos. Cópia extraída do original, pertencente à seção de manuscritos da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro pelo Dr. Hermínio de Moraes Britto Conde, e por este oferecida, em 13 de maio de 1931, ao ArchivoPublico e Biblioteca do Piauhy"(IPHAN, 2009, p. 19).

subcapítulo entre a arquitetura do Piauí e a do Ceará, inicialmente povoados como resultado da pecuária extensiva, mas destacamos ainda que, como já apontado anteriormente, a escassez desses edifícios em mais de um pavimento não era restrita a essas terras: Manaus, por exemplo, só conheceu com maior propriedade esse tipo de edificação depois do ciclo da borracha (AGASSIZ, 1975) – antes disso, a cidade era repleta de edificações com majoritariamente um pavimento, paredes construídas em pau-a-pique e cobertas por folhas de palmeiras abundantes na região, assim como em Santarém, a maior cidade da região amazônica (SPIX & MARTIUS, 1968).

A dificuldade de acesso, as descaracterizações e a extrema carência de documentações dificultaram uma análise mais consistente da configuração das plantas baixas desses sobrados residenciais do século XIX construídos no Piauí. Apesar disso, julgamos importante evidenciar algumas considerações acerca destas.

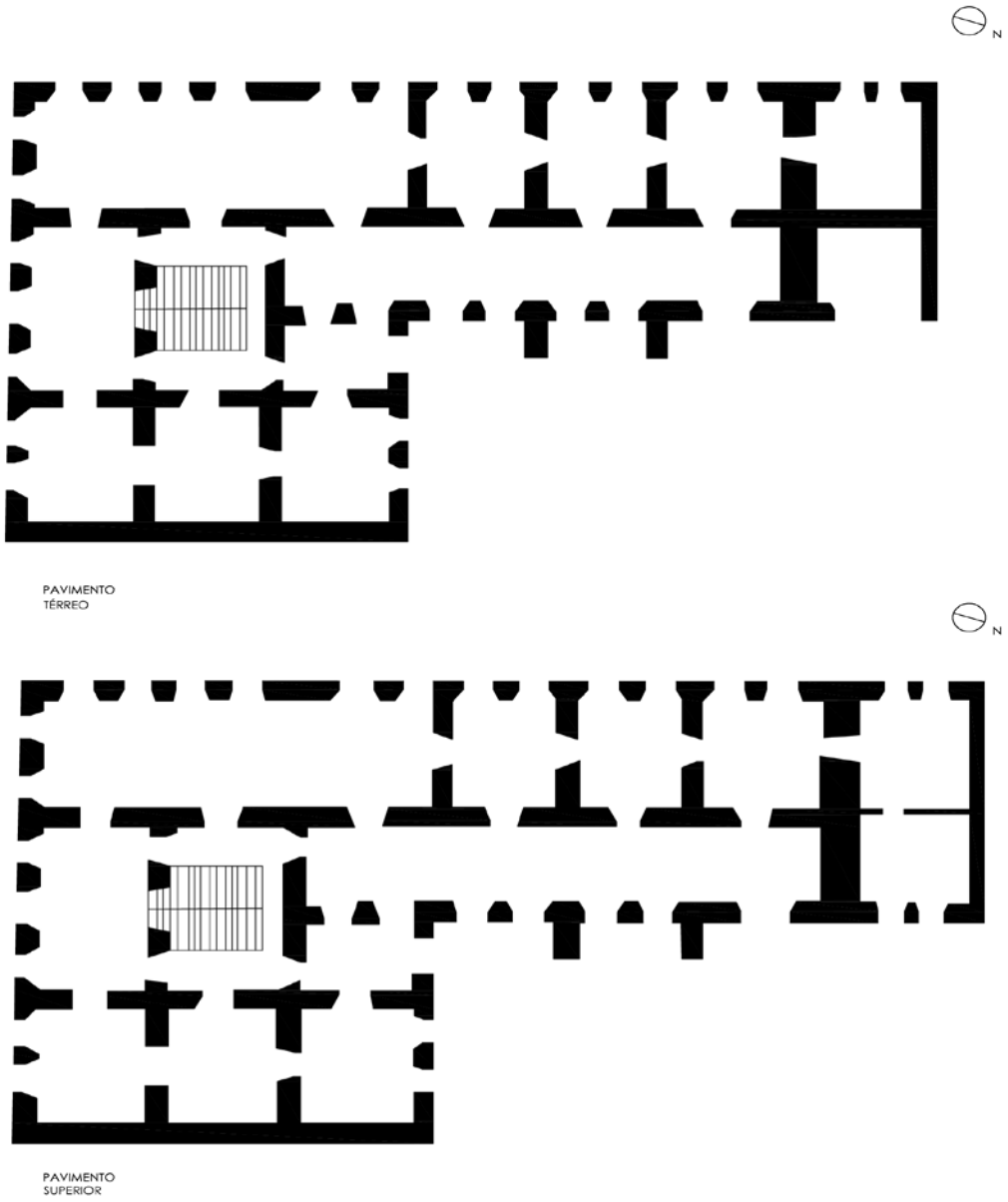
Antes de adentrar em questões mais específicas, é importante ressaltar que, assim como no Maranhão, por exemplo, alguns dos sobrados piauienses – como o da Dona Auta e a Casa Inglesa – abrigaram uso comercial no térreo e residencial no superior, o que interferia fortemente na configuração da sua planta baixa. Nesse sentido, Silva Filho (1998, p. 42) tece uma breve descrição dos sobrados maranhenses, que se ajusta aos piauienses:

> A distribuição das dependências do térreo busca uma certa simetria e, de modo geral, se repete nos pavimentos superiores, como decorrência do próprio sistema estrutural. Nos sobrados, os pavimentos superiores foram destinados à habitação, e o térreo, ao comércio, notadamente naqueles onde as portas das fachadas do térreo predominam entre as demais envasaduras.

Assim como os outros sobrados identificados e analisados, a planta do sobrado do Comendador Jacob Almendra (Figura 167), mas pudemos perceber algumas similaridades com as residências térreas construídas no mesmo período, como o alinhamento aos limites laterais e frontal do lote e também a disposição da planta em forma de L, com os cômodos principais à frente e os de serviço ao fundo. Entretanto, como principal relação de similaridade entre essas tipologias nesse período, identificamos a varanda de refeições, tão característica das casas de fazenda e das casas urbanas oitocentistas do Piauí, também presente neste sobrado.

Já na planta do sobrado oeirense do Major Selemérico (ver Figura 164),

Figura 167: Planta baixa da residência do Comendador Jacob Almendra.

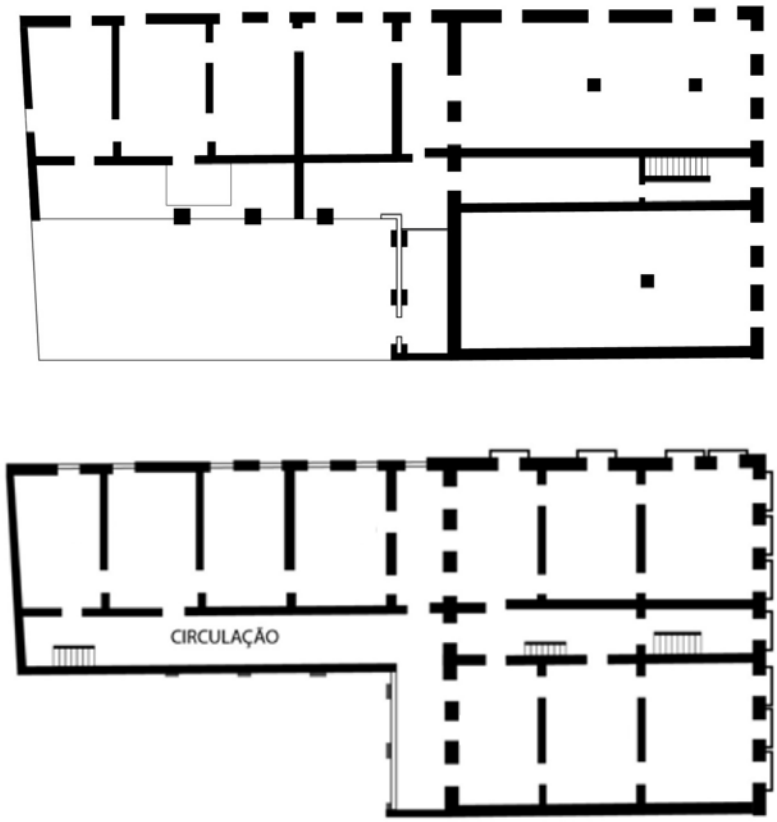


Fonte: MOREIRA, 2016. Redesenhada por Ana Clara Melo

vemos a permanência da implantação nos limites laterais e frontais do lote, além da sua disposição em L, mas a existência de um longo corredor central – que é uma das características mais marcantes nesses sobrados, presente também, por exemplo, no Sobrado da Dona Auta – Figuras 168 e 169 – em ambos os pavimentos com uma clara separação entre os setores sociais e privados, nos evidencia uma relação entre este e as conhecidas casas de morada inteira construídas no Piauí oitocentista, mas não pudemos afirmar com segurança existência, ou não, da varanda de refeições.

O Sobrado João Nepomuceno, que segundo o IPHAN (2009) mantém boa

Figura 168: Planta baixa dos pavimentos térreo e superior do Sobrado da Dona Auta, respectivamente.



Fonte: PIAUÍ, 1997, disponível em MELO, 2012. Editado pela autora.

Figura 169: Vista do corredor central do Sobrado da Dona Auta.

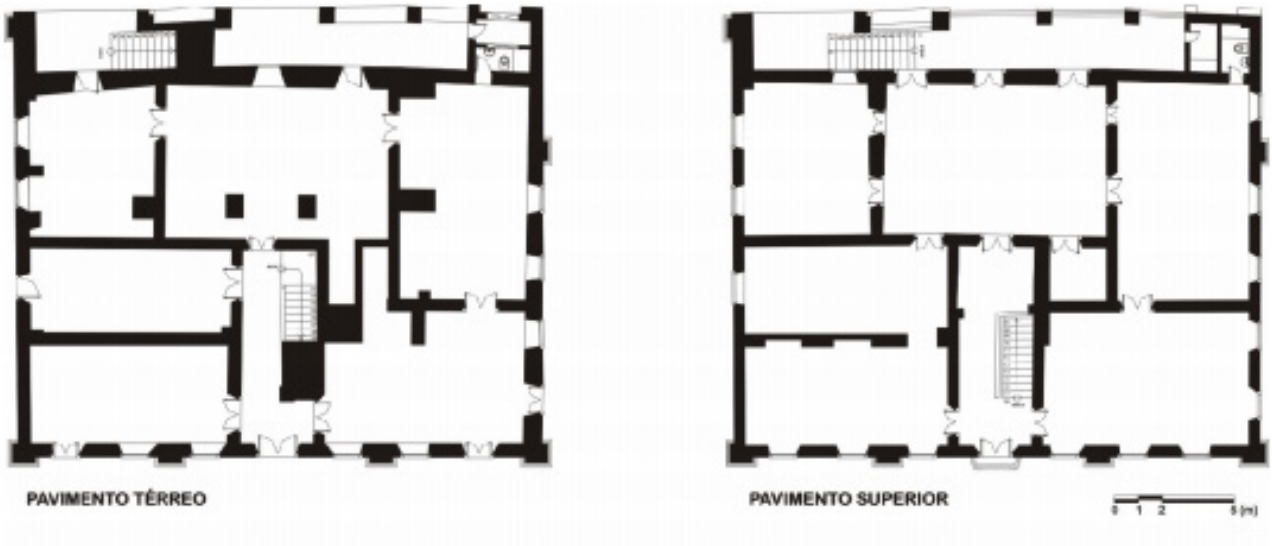


Fonte: <http://www.ipatrimonio.org/parnaiba-sobrado-de-dona-auta/#!/map=38329&loc=-2.9021109999999863,-41.780297,17>. Acesso em: 12 out. 2020.

parte da sua configuração original, e apresenta uma particularidade em relação às demais construções urbanas residenciais – a existência de um alpendre aos fundos. Nas palavras de Barreto (1975, p. 54) "o imóvel apresentava uma curiosa influência de elementos clássicos aportuguesados e uma composição ritmada de sua fachada em contraste com a fachada posterior, de expressão mais popular com o seu grande avarandado". O IPHAN relaciona a existência desse avarandado como uma expressão vernacular em um edifício de traço erudito, já que o alpendre foi largamente usado nas construções rurais piauienses, como já exposto.

Com relação aos materiais utilizados na construção desses sobrados, percebemos

Figura 170: Plantas do Sobrado João Nepomuceno.



Fonte: IPHAN, 2009.

a recorrência dos padrões já observados nas edificações térreas, mas alguns fatores devem ser destacados. Cavalcante (2016, p. 41) descreve de maneira sucinta o sistema construtivo do Sobrado do Major Selemérico, o que, complementado com as imagens a seguir (Figuras 171, 172, 173 e 174), evidencia a semelhança com os sistemas empregados nas edificações de um só pavimento.

> A edificação apresenta paredes estruturas autoportantes em alvenaria de pedra e tijolos, não se podendo assegurar quais são as que são construídas com um ou outro sistema sem uma prospecção mais profunda. As construções mais recentes têm alvenaria em tijolo furado. A estrutura da cobertura é em madeira de carnaúba, com algumas peças estruturais recentes em madeira serrada. A parte posterior do sobrado possui peças em madeira serrada de características atuais. A carnaúba com casca é utilizada como caibro ou linhas, e as ripas também são em casca de

carnaúba. As linhas se apoiam em pontaletes, ora sustentadas por outras linhas mais robustas, ora por paredes de alvenaria. As telhas são do tipo canal de barro cozido de fabricação industrial. O prédio possui reboco antigo, caiado de branco. É possível observar a diferença desses materiais utilizados em intervenções posteriores à construção original.

Figura 171: Estrutura da cobertura do telhado, em carnaúba.



Fonte: Acervo IPHAN, 2006[100]. Disponível em CAVALCANTE, 2016.

Figura 172: Detalhe da estrutura da cobertura do telhado, em carnaúba.



Fonte: Acervo IPHAN, 2006. Disponível em CAVALCANTE, 2016.

Figura 173: Vista de parede do piso inferior, desprovida de revestimento, com alvenaria em adobe exposta.



Fonte: Acervo IPHAN, 2015. Disponível em CAVALCANTE, 2015.

Figura 174: Vista de parede do piso inferior, desprovida de revestimento, com alvenaria em adobe exposta.



Fonte: Acervo IPHAN, 2015. Disponível em CAVALCANTE, 2015.

A descrição dos materiais e sistemas construtivos do Sobrado da Dona Auta

99 As imagens registram um processo de restauro pelo qual passou o edifício durante o ano de 2016.

reforça a do Sobrado do Major Selemérico, além de acrescentar novas informações acerca deste:

> As investigações realizadas indicam a ocorrência de alvenaria autoportantes em pedra, espessas o suficiente para vencer os três pavimentos e receber a pesada carga dos pisos e cobertura. Nas argamassas de assentamento foram encontrados fragmentos calcários, indicativos de cal produzida com conchas marinhas (cal de sarnambi), comumente encontrada em obras antigas em todo o litoral. Já a aplicação de óleo de baleia como ligadura, segundo a tradição oral, carece de análise laboratorial.
>
> São ainda encontradas paredes em tijolos maciços, ocorrências de ladrilho de barro cozido e furados, com argamassas de cal industrial. Esses tijolos apresentam dimensões de 32x16, 6x4, 5 cm e são contemporâneos da alvenaria de pedra. Os tijolos furados são de recente produção industrial, especialmente aplicados com argamassa de cimento na vedação de vãos e divisórias [...] Tudo leva a crer que a pintura original foi a caiação branca, como historicamente se faziam, até por indisponibilidade de outros produtos. [...]
>
> Nos dois salões frontais do térreo há indícios de aplicação de escaiola nas paredes, cuja extensão só poderia ser dimensionada após completa remoção da atual pintura sobreposta. [..]
>
> A cobertura é de duas águas do bloco principal, três no mirante e duas na ala lateral corresponde ao esquema tradicional. Já a calha horizontal entre o bloco dos fundos e o principal é solução atípica. A cobertura assim configurada tem caibros de carnaúba e de madeira lavrada, ripas de carnaúba e cumeeira, frechais, tacaniças, pontaletes treliças estruturais de madeira lavrada. Os caibros das fachadas internas apresentam acabamento em peito de pombo. No mirante são encontrados caibros de carnaúba, tesouritas e cachorros lavrados; caibros e reforços de madeira serrada. Na empena da fachada esquerda se destaca uma tesoura de linha alta confirmando a antiguidade a estrutura. Os beirais externos são de bica simples sobre cimalha de alvenaria e os internos constituídos de caibros corridos com acabamento em peito de pombo. O telhamento é do tipo capa-canal de produção artesanal, com emboço na cumeeira e tacaniças. Ao que tudo leva a crer já teria sido refeito. Rematando as fachadas externas o típico rodos de beirais conformando as telhas em leque. Na ala lateral ocorrem também tesouras de linha alta.
>
> No térreo, o revestimento de piso mais antigo, se resume a uma pequena amostra de ladrilho de barro cozido e barro socado sob o piso da escada, deixados como referências do sistema original (IPHAN, 2013, p. 36-45).

A partir do exposto acerca dos materiais de construção e das condições construtivas dos sobrados, além dos fatores evidenciados, o que podemos ressaltar é que, apesar da própria condição de superioridade financeira dos proprietários desses sobrados, estes também acompanharam a mão de obra e a disponibilidade de materiais locais, com poucas exceções, especialmente em alguns detalhes construtivos, como por exemplo, os peitoris das janelas do sobrado do comendador Jacob Almendra, em pedra lioz portuguesa (MOREIRA, 2016). Essa restrição à disponibilidade de materiais e mão de obra acabou resultando em uma arquitetura que, apesar de ter destaque no cenário local, especialmente pelas dimensões, volumetria e gabarito,

recorre a muitas das características empregadas nas construções residenciais de apenas um pavimento.

Também nas esquadrias observamos que os sobrados reproduzem o panorama identificado nas edificações térreas, mas, destacamos a forte influência maranhense no Sobrado Major Selemérico, ao repetir uma forma considerada por Figueiredo *et al.* (2011) comum aos sobrados maranhenses – o fechamento da parte posterior avarandada com pano de venezianas.

Figura 175: Fechamento da parte posterior avarandada do Sobrado do Major Selemérico com pano de Venezianas.



Fonte: <https://cidadeverde.com/oeiras/70825/sobrado-major-selemerico-abrigara-casa-de-cultura-em-oeiras>. Acesso em: 14 out. 2019.

Com relação aos elementos decorativos, encontramos um panorama similar aos materiais empregados – uma grande semelhança com o já apresentado panorama das residências térreas, mesmo que viver em um sobrado significasse um maior luxo e opulência[100]. Tratamos como uma exceção, as pinturas marmorizadas encontradas na biblioteca e nos salões do térreo do sobrado da Dona Auta.

Ainda nesse sentido, a notícia de jornal (Figura 177) destaca o acontecimento

100 Não conseguimos acesso ao interior da Casa Inglesa, o mais luxuoso dos sobrados construídos no século XIX no Piauí, por ser um imóvel fechado de propriedade privada.

Figura 176: Detalhe da pintura marmorizada na biblioteca e em um dos salões do térreo do sobrado da Dona Auta.

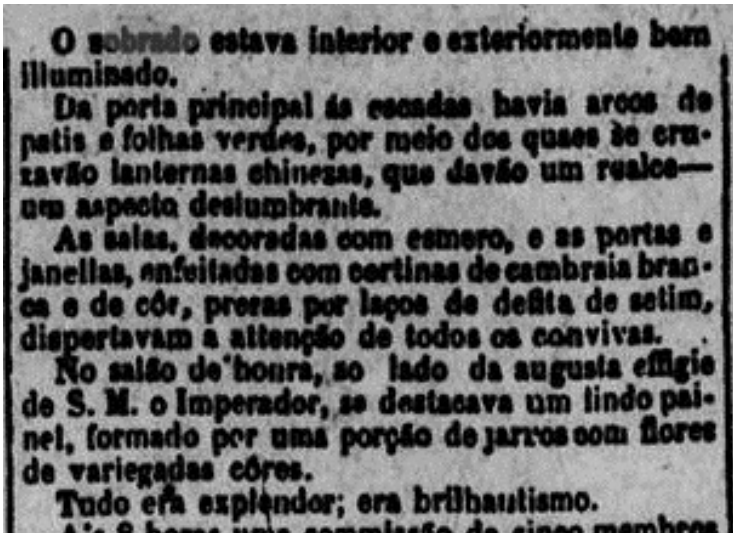


IPHAN, 2009 disponível em KISHIMOTO, 2016.

de um baile no sobrado do Comendador Jacob Almendra e evidencia o cuidado e o luxo com que esses sobrados eram decorados:

> O fato de os sobrados serem minoria e quase uma exceção frente às demais

Figura 177: Notícia de jornal abordando a decoração do sobrado do Comendador Jacob Almendra para um Baile.



O sobrado estava interior e exteriormente bem illuminado.

Da porta principal ás escadas havia arcos de patis e folhas verdes, por meio dos quaes se cruzavão lanternas chinezas, que davão um realce— um aspecto deslumbrante.

As salas, decoradas com esmero, e as portas e janellas, enfeitadas com cortinas de cambraia branca e de côr, presas por laços de defita de setim, despertavam a attenção de todos os convivas.

No salão de honra, ao lado da augusta effigie de S. M. o Imperador, se destacava um lindo painel, formado por uma porção de jarros com flores de variegadas côres.

Tudo era explendor; era brilhantismo.

Fonte: A IMPRENSA, 1883.

construções urbanas edificadas no Piauí até o final do século XIX também se materializou nos códigos de posturas desse período. Como evidenciado anteriormente, os códigos regulamentavam a altura mínima das construções, geralmente 15 ou 16 palmos, mas o único código que tivemos acesso, que regulamenta especificamente os sobrados, é o Código de Teresina, promulgado no ano de 1880, que estabelecia:

> Art. 11 Na edificação e reedificação dos prédios dentro do quadro da

> décima urbana e mesmo fora d´elle, no correr das ruas que partirem d´oeste a leste da cidade até a rua 24 de janeiro, se observarão as seguintes regras:
>
> O prédio que for casa térrea deverá medir uma altura, do solo ao telhado, correspondente a 5 metros e d´ahi para cima a vontade do proprietário.
>
> As casas de sobrados conterão a mesma altura, quanto a parte térrea e divisões de um a outros andares [...]
>
> Art. 12. A primeira casa térrea que se construir em cada série de quarteirões depois da aprovação das presentes posturas, servirá de norma para as que se fizerem posteriormente, de modo que nenhuma outra lhe fique inferior em altura.

Art. 13. As casas de sobrado só deixarão de seguir a mesma uniformidade quanto a altura relativa aos andares que cada uma contiver (A IMPRENSA, 1880, p. 02).

Nas fachadas dos sobrados oitocentistas piauienses percebemos a mesma sobriedade presente nas edificações térreas, sendo a simetria e o ritmo provocado pelas aberturas as mais constantes características, como vemos no exemplo do Sobrado João Nepomuceno (Figura 178). Os vãos apresentam majoritariamente verga em arco abatido, coexistindo em algumas edificações com a verga reta, em pavimentos diferentes, sendo o arco pleno minoria nesse panorama. Os balcões – sacados, como na Casa Inglesa, ou entalados, como no Sobrado Simplício Dias – foram feitos em ferro ou em madeira, concentrando os maiores esforços relativos à decoração dessas fachadas (Figuras 179, 180 e 181).

Figura 178: Fachada do Sobrado João Nepomuceno, provavelmente na década de 1960.



Fonte: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/113/col_mono_n253_oeiras.pdf>. Acesso em: 14 out. 2019.

Figura 179: Detalhe do balcão do pavimento superior do Sobrado dos Azulejos.



Acervo pessoal A. C. Moreira.

Figura 180: Detalhe do balcão do pavimento superior da Casa Inglesa.



Acervo pessoal A. C. Moreira.

Figura 181: Detalhe do balcão do pavimento superior do sobrado do Major Selemérico.



Fonte: Acervo pessoal A. C. Moreira.

Destacamos, nesse cenário, uma maior decoração da fachada da Casa Inglesa (Figura 182), certamente relacionada ao seu forte poderio econômico, com a inserção de elementos de inspiração neoclássica já em um período posterior à sua construção e ao nosso recorte temporal – no ano de 1902, conforme mostra a Figura 183, esses adornos ainda não estavam presentes. Na fachada do Casarão Simplício Dias (Figura 184) materializa-se a religiosidade tão marcante no Piauí setecentista a partir de um oratório inserido na sua quina.

Figura 182: Fachada da Casa Inglesa, 2019.



Fonte: Acervo pessoal A. C. Moreira.

Figura 183: Casa Inglesa no ano de 1902.



Fonte: <http://www.ibamendes.com/2017/08/fotos-antigas-de-cidades-do-piaui-viii.html>. Acesso em: 14 out. 2019.

Figura 184: Vista do Casarão Simplício Dias na época em que funcionava como Radiolândia, onde se vê o oratório inserido na quina do edifício.



Fonte: <https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo.html?id=449077&view=detalhes>. Acesso em : 19 out. 2019.

Ressaltamos, finalmente, que apesar de constituírem grandes exceções nas cidades piauienses, além de importantes marcos na paisagem urbana nas cidade, estes sobrados foram, muitas vezes, a materialização de um possível luxo nesse longínquo território, e palco dos importantes eventos sociais, evidenciados em mais alguns trechos de jornais a seguir:

Figura 185: Concerto no sobrado do Comendador Jacob Almendra, em Teresina.

Concerto.—O Sr. G. Helmold, pianista, dá, amanhã—nos salões do sobrado do Sr. Dr. Almendra, no largo da matriz, um concerto instrumental á sociedade escolhida. E' de crer que seja bem concorrido um devertimento d'esta ordem, principalmente entre nós onde a respeito de devirtimentos se está sempre em carencia absoluta.

Consta-nos que o Sr. G. Helmold é bom pianista, sendo que para mais agradar aos concorrentes tem musica preparada para dansarem-se algumas quadrilhas e walsas.

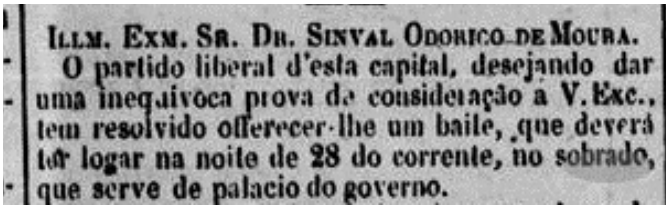
Fonte: A IMPRENSA, 1866.

Figura 186: Soirée no sobrado da Rua da Chapada, em Jaicós.

Assim aconteceo:—as 7 horas da noite designada, a excellente banda de musica d'esta villa, dirigida pelo nosso simpathico amigo Joaquim Antonio Rosado, achava-se postada a frente do sobrado da rua da Chapada, edificio destinado ao soirée, e aos sons cadentes e harmoniosos que punhão em realce a alegria, subião fogos ao ar de instante a instante, repetindo a musica escolhidas peças a maneira que as familias ião chegando e sendo recebidas a porta do edificio, por uma commissão composta do dr. João Gabriel Baptista, digno juiz municipal d'este termo, dr. Francisco Marçal da Silveira Garcia, digno advogado e tenente-coronel Aristides Mendes de Carvalho, honrado promotor publico da comarca, os quaes como todos os cavalheiros, souberão haver-se de maneira invejavel.

Fonte: A IMPRENSA, 1879c.

Figura 187: Baile no sobrado do Comendador Jacob Almendra, em Teresina.

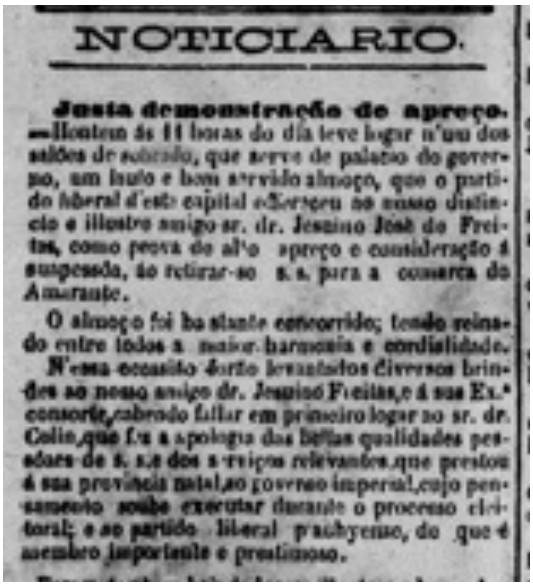


ILLM. EXM. SR. DR. SINVAL ODORICO DE MOURA.

O partido liberal d'esta capital, desejando dar uma inequivoca prova de consideração a V. Exc., tem resolvido offerecer-lhe um baile, que deverá ter logar na noite de 28 do corrente, no sobrado, que serve de palacio do governo.

Fonte: A IMPRENSA, 1881.

Figura 188: Almoço no sobrado do Comendador Jacob Almendra, em Teresina.



NOTICIARIO.

Justa demonstração de apreço.

—Hontem ás 11 horas do dia teve logar n'um dos salões de sobrado, que serve de palacio do governo, um luzido e bem servido almoço, que o partido liberal d'esta capital offereceu ao nosso distincto e illustre amigo sr. dr. Jesuino José de Freitas, como prova de alto apreço e consideração á suspensão, ao retirar-se s. s. para a comarca do Amarante.

O almoço foi bastante concorrido; tendo reinado entre todos a maior harmonia e cordialidade.

N'esta occasião forão levantados diversos brindes ao nosso amigo dr. Jesuino Freitas, e á sua Ex.ª consorte, cabendo fallar em primeiro logar ao sr. dr. Colin, que fez a apologia das bellas qualidades pessoaes de s. s. e dos serviços relevantes que prestou á sua provincia natal, ao governo imperial, cujo pensamento soube executar durante o processo eleitoral; e ao partido liberal pachyense, do que é membro importante e prestimoso.

Fonte: A IMPRENSA, 1882b.

5.2 As moradias de uso misto

Além das edificações com função somente residencial e dos sobrados, estes abrigaram apenas função residencial, ou comercial e residencial, outras tipologias se manifestaram no território piauiense do século XIX e se mostraram como peças importantes do cenário urbano estudado: uma delas é a casa térrea de moradia e comércio, e a outra é a conhecida localmente como "moradia, comércio e rancho". Essas duas formas de habitação aconteceram em diferentes medidas ao longo do território piauiense.

As grandes descaracterizações, a carência de registros e as dificuldades de acesso, mencionadas em todo o decorrer da nossa pesquisa, nos impediram de obter maiores conclusões sobre o trânsito e a circulação de pessoas nesses ambientes. Além disso, a já restrita historiografia da arquitetura piauiense pouco registrou essas edificações, o que, no caso das residências-comércio-e-rancho, estende-se para a historiografia da arquitetura brasileira como um todo. Dessa forma, para o estudo dessas tipologias, pudemos contar especialmente com os nossos levantamentos e com os registros e análises de Silva Filho (2007).

Iniciamos nossas reflexões pela tipologia menos comum, a "moradia, comércio e rancho". Antes de adentrar nas construções locais, buscamos a definição para tal termo nos registros em escala nacional. Nesse sentido, Corona e Lemos (2017, p. 402) definem Rancho como

> Abrigo rústico ou rudimentar à beira dos velhos caminhos, que servia de pouso aos viajantes e tropeiros e onde era resguardada a carga transportada. Em volta dos ranchos começaram a surgir postos de abastecimento de gêneros, moradias, capelas etc., transformando aqueles pontos de parada em povoados e, depois, em cidades. Certos ranchos foram construídos pelo governo e por ele zelados, especialmente em São Paulo do fim do século XVIII [...] Habitação rústica do pessoal do campo e do seringal. Telheiro.

Partindo dessa definição – onde destaca-se a função de pouso aos viajantes, buscamos a definição para a tipologia analisada – moradia, comércio e rancho – na historiografia da arquitetura local. Silva Filho (2007, p. 50) as define da seguinte maneira:

> Destinada ao abrigo de feirantes, resume-se a pequenos cômodos de porta-e-janela, geralmente três módulos independentes entre si, da loja e da residência, salvo um eventual acesso ao quintal, favorecendo o uso da fossa. Em Amarante identificamos 11 imóveis com essas características, sendo que em função de reformas ocorridas algumas só poderão ser confirmadas após prospecções nas alvenarias (SILVA FILHO, 2007, p. 50).

Outra importante constatação do mesmo autor sobre as moradias-comércio-e-rancho diz respeito às suas manifestações ao longo do território piauiense:

> O tipo morada-comércio-e-rancho, tudo leva a crer, ser originário e quase exclusivo de Amarante. Constitui a sua mais forte expressão, correspondendo às melhores e maiores casas da cidade, timbrando assim a natureza comercial das moradias. Nesse formato, encontramos uma ocorrência em Oeiras e quatro em Piracuruca, das quais uma com distinção na setorização dos ranchos. Com as laterais nas divisas, as moradias de centro de quadra não permitiam a implantação de ranchos e nelas, pelo mesmo motivo, o comércio é reduzido (SILVA FILHO, 2007, p. 39).

Apesar do autor sugerir que a tipologia moradia-comércio-e-rancho é originária e quase exclusiva da cidade de Amarante, buscamos na historiografia da arquitetura brasileira, as origens de tal manifestação no território nacional e, apesar de não localizarmos manifestações idênticas às locais, encontramos, nas palavras de Lemos (1993, p.99), o embrião e o desenrolar do que viria a originar, no caso específico de algumas cidades piauienses, as residências-comércio-e-rancho:

> [...] Isso já nos indica outra característica de todas as casas brasileiras coloniais inclusive as urbanas: a existência de duas zonas: a de recepção e a de viver isoladamente. As longas distâncias entre propriedades e núcleos urbanos aliadas à vagarenta locomoção a pé ou a cavalo, tornavam necessários os pernoites em meio do caminho. A hospitalidade, longe de ser uma virtude, era uma obrigação social, imprescindível à sobrevivência. Há mesmo quem vá longe, muito longe, buscar no princípio da vida cristã motivos canônicos ligados à obrigatoriedade da hospedagem do andante, que batesse à porta. Essa hospitalidade brasileira, outrossim, não se limitava só às casas rurais, mas, também, às moradas urbanas. É claro que os hóspedes eram selecionados conforme sua posição social. Os viajantes escravos, os agregados, os humildes sem eira nem beira e os tropeiros com suas cavalgaduras eram alojados em telheiros ou cubículos, no quintal ao lado dos pastos de pernoite de tropas em trânsito. Os aparentados, os vizinhos conhecidos, os desconhecidos de boa figura e donos de cavalos bem ajaezados ficavam dentro de casa, isto é, embaixo do telhado geral mas, seguramente, apartados da família hospedeira. Daí as duas hipóteses de planejamento: na roça, quartos de hóspedes na faixa de recepção quase sempre alpendrada; na cidade, alcovas para os de fora, dando portas para a sala da frente. Nas cidades esse quarto de hóspedes da área social de recepção custou muito a desaparecer. Somente com a facilitação dos meios de transportes, especialmente com a estrada de ferro e com o surgimento de bons hotéis é que a hospedagem nas casas foi diminuindo. Nos ricos palacetes paulistanos até nos dias da Primeira Guerra ainda encontramos no térreo longe dos dormitórios assobradados da família, os quartos para hóspedes amigos. Para quase todos, havendo parentes na cidade, era ofensiva a procura de um hotel.

Ciente da comum existência da prática da função de hospedagem nas edificações, buscamos na historiografia da arquitetura da região – especialmente Maranhão, Ceará, Pernambuco e Bahia – que, pela proximidade e prática das rotas comerciais, estabeleciam forte ligação com o Piauí, registros da existência de edifícios

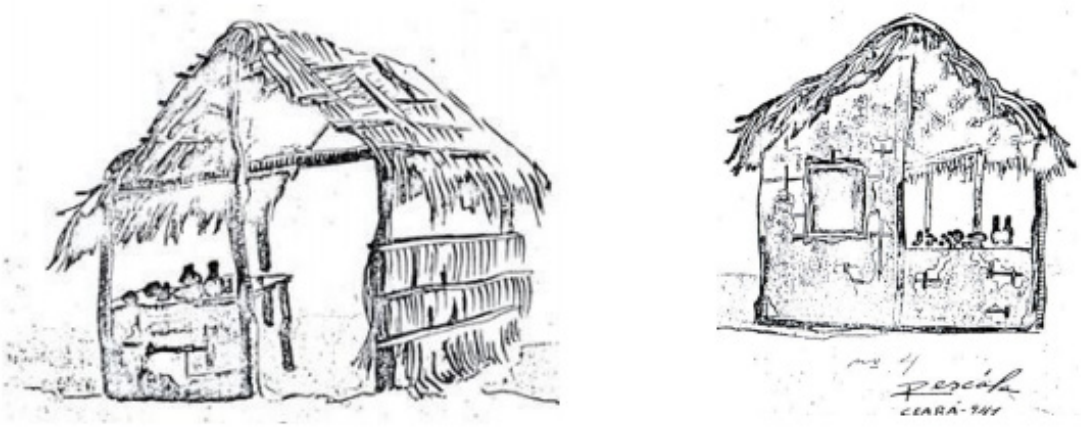
com as três funções citadas, e não encontramos referências da sua existência. O mais próximo dessa manifestação foram os ranchos do Ceará, descritos por Rescala[101] e citado por Nascimento:

> Rescala dá uma especial atenção a uma manifestação arquitetônica, típica de áreas denominadas de "ranchos", estritamente vinculada à atividade comercial, definida pelas grandes feiras de gado. Segundo Rescala, este tipo de arquitetura, muito comum no interior do Ceará se configura como uma manifestação do "vernacular", pelo sistema construtivo, técnicas e materiais para a execução (NASCIMENTO, 2012, p. 44).

Nascimento (2012, p. 44-45) dispõe de fragmentos dos relatórios de Rescala que descreve um desses exemplares, além de imagens (Figura 189):

> RANCHARIA DOS COMBOEIROS – ALTO DO SEMINÁRIO. PROPRIEDADE DO Sr. SELSO GOMES, RESIDENTE NO SÍTIO RECREIO. Essas rancharias são comuns no interior do Ceará, é o pouso forçado dos comboeiros que se dirigem às feiras com as suas mercadorias carregadas por jumentos. [...] Geralmente próximos das cidades, os comboeiros chegam aí sempre de véspera da realização da feira, e sob cobertura de palha dormem em redes e têm a sua mercadoria protegida da ação do tempo. [...] Geralmente construídas ao lado de pastos para animais. Pagam os comboeiros de 200rs a 300rs pelo abrigo. [...] Cobertura de palha de palmeira, amarração de embira de bananeira. RANCHARIA DOS COMBOEIROS – ALTO DA MATANÇA. PROPPRIEDADE DO Sr. JÚLIO CLAUDINO, RESIDENTE NA MESMA (NASCIMENTO, 2012, p. 44-45).

Figura 189: Desenhos feitos por Rescala, sobre construções vinculadas às rancharias encontradas no interior do estado do Ceará.



Fonte: LINS, 1989.

Neto (2013), ao falar do que chama de "Casas Nobres" da cidade de Belém, ressalta que, com frequência, no térreo ficava a parte comercial ou, por vezes, escritórios, evidenciando mais uma vez que na existência de uso misto, os sobrados eram a tipologia escolhida. O mesmo autor aborda ainda, rapidamente, o térreo desses edifícios como possível hospedagem:

> Decorre esse fato da tendência de crescimento do comércio naquele bairro da cidade que se consolidará com este uso no século XIX, e que

> no seu início talvez tivesse caráter eminente residencial, com o andar térreo servindo para a habitação de escravos, hóspedes, além de estrebarias ou armazéns para outro tipo de negócio (NETO, 2013, p. 158).

Antes de adentrar na arquitetura que se materializou na forma de edificações de uso misto no território piauiense e estabelecer um paralelo com as outras formas apresentadas, assim como analisamos os outros aspectos até aqui, buscamos na legislação promulgada durante todo o século XIX, que tivemos acesso, menções diversas ao uso residencial e especialmente aos comércios – existiram inúmeras determinações para a comercialização de produtos, em especial, os gêneros alimentícios. Mas, com relação às determinações voltadas para a arquitetura desses estabelecimentos, não encontramos regras específicas, nem tampouco para esses locais de hospedagem, ou restrições/determinações para as edificações que, simultaneamente, abrigariam dois ou três desses mencionados usos.

Diante da comentada ausência de arquivos com plantas, imagens e demais documentos que registrassem essas edificações, uma alternativa buscada por nós, também comum aos demais aspectos trabalhados nesta tese, foi a consulta de termos nos jornais digitalizados, disponíveis na Hemeroteca Digital Brasileira. No caso das edificações de uso misto, buscamos principalmente pelos termos "hospedaria", que nos possibilitou algumas conclusões acerca destas, e o termo "rancho", que, ao contrário do primeiro, não nos pareceu fazer referência à denominação atual, que faz alusão à parte da edificação onde se situa a atividade de hospedagem.

Diante disso, a primeira constatação que pudemos obter foi a predominância dessas edificações de moradia e comércio, nos lotes de esquina, que julgamos acontecerem por dois motivos: tradicionalmente maiores, os lotes de esquina permitiam a construção de edificações de maiores dimensões, e, por terem duas testadas livres, também permitiam uma maior visibilidade do estabelecimento comercial, assim como o maior trânsito de pessoas. Por sua vez, as edificações que abrigavam os usos de moradia, comércio e rancho, que identificamos na pesquisa, situam-se, sem exceções, em lotes de esquina, pela própria conformação do programa que abriga.

> Nas casas de *residência e comércio* a venda diferencia-se por uma maior quantidade de portas em relação à entrada única da residência, além da marcação com simulacros de colunas, denunciando essa setorização. O comércio é composto por duas ou três salas, sendo a da esquina destinada à loja propriamente dita e as outras para o depósito de mercadorias. Há casas em que o comércio ocupa toda a lateral do lote, como a Casa Dôta e a da Rua Paissandú, 1012, ambas em Teresina, lembrando a tipologia da residência-comércio-e-rancho. O comércio se liga à parte doméstica através de passagem ao corredor de entrada, ou por um dos cômodos adjacentes à varanda de refeições. Quase sempre, ocupam lotes

de esquina.

> A casa de residência-comércio-e-rancho foi necessariamente se instalar nos cantos das quadras, de forma a isolar os ranchos e separar a loja do setor residencial. A fachada menor, de telhado mais elevado e voltada para o logradouro mais importante, corresponde à moradia; na esquina permanece a venda ligada à parte residencial; e na fachada maior a rancharia [...] Curiosamente, dessas casas, incluídas as de Piracuruca e as de Oeiras, apenas uma está com a ala do comércio e rancho na lateral direita, em relação à frente da casa. Não se tratando de uma questão de insolação, vista a distribuição com orientações opostas, decorrerá do processo de ocupação das quadras (SILVA FILHO, 2007, p. 49-50).

Diante das palavras do autor e do que foi percebido no cenário atual, algumas considerações são necessárias. A primeira delas é a de que, certamente, em virtude das descaracterizações e da transformação de muitas casas de residência e comércio e residência-comércio-e-rancho em edificações apenas residenciais, pouco identificamos as marcações em simulacros de coluna separando a parte comercial da parte residencial das moradias, como ilustrado por este autor a partir da imagem a seguir (Figura 190). Além disso, apesar do autor mencionar que as residências e comércio situavam-se quase sempre em lotes de esquina, não foi raro registrarmos a presença destes em lotes no interior dos quarteirões, o que só foi possível devido às grandes dimensões frequentemente apresentadas nos lotes das cidades piauienses, já discutidas em subcapítulo anterior.

As imagens da fachada da residência-comércio-e-rancho a seguir, ilustram bem o que Silva Filho (2007) diz sobre a configuração usual destas: situada na

Figura 190: Residência-e-comércio na cidade de São Raimundo Nonato, onde a parte comercial e a parte residencial são separadas por simulacros de colunas.



Fonte: Silva Filho, 2007.

esquina, com fachada frontal – mais alta – abrigando comércio e residência – na rua lateral, menos movimentada, a parte conhecida como rancharia. Silva Filho (2007, p. 49-50) já havia mencionado algumas dessas observações, em parte confirmadas nós em nossos levantamentos:

> Verificamos, ainda, que na parte residencial da tipologia que abriga a moradia

Figura 191: Fachada frontal de residência-comércio-e-rancho da cidade de Amarante, Em evidência, a fachada frontal – parte residencial.



Fonte: Acervo pessoal A. C. Moreira.

Figura 192: Fachada frontal de residência-comércio-e-rancho da cidade de Amarante, Em evidência, a fachada lateral– rancharia.



Fonte: Acervo pessoal A. C. Moreira.

e comércio e a moradia, comércio e rancho, guarda-se uma grande semelhança com as construções apenas residenciais construídas no mesmo período, nas quais, como já exposto, a planta baixa era especialmente marcada pela existência de um corredor central que ligava a entrada da casa até a varanda de refeições, com cômodos sociais na parte frontal da casa, íntimos na parte central e serviço na parte mais ao fundo.

Para exemplificar essa semelhança, utilizamos alguns exemplos levantados por Silva Filho (2007), que, por terem sido desenvolvidos majoritariamente no final da década de 1980, verificamos uma maior similaridade destes com sua configuração mais antiga frente ao estado atual.

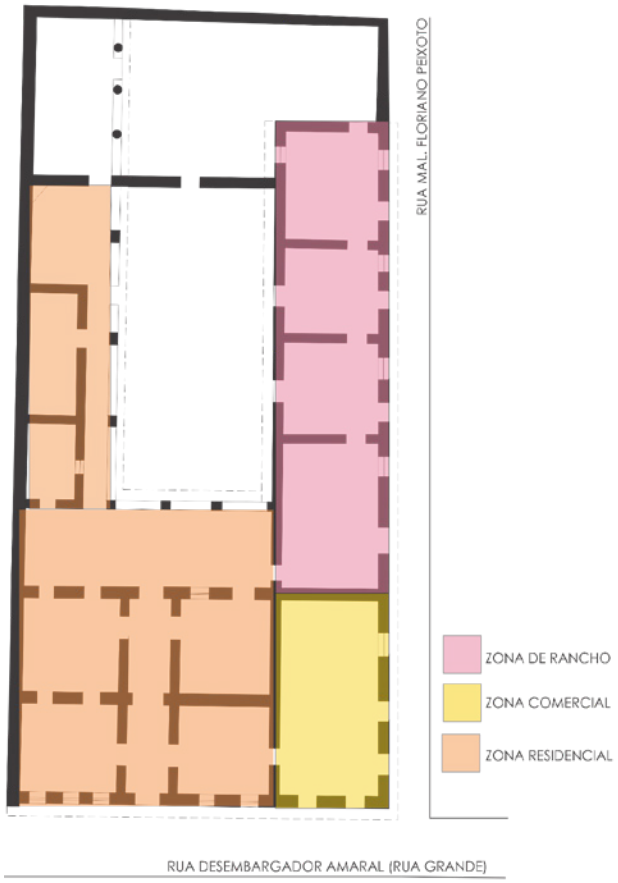
O primeiro exemplo é de uma residência-comércio-rancho situada na principal via da cidade de Amarante, Rua Desembargador Amaral, conhecida como Rua Grande, nº 161 – a Casa dos Azulejos –, por ser a única revestida com esse material na cidade. Segundo levantamento de Silva Filho (2007), em parte conferido por nós (Figura 193), a edificação era dividida em três zonas – zona comercial, zona residencial e zona de rancho, onde a parte residencial ocupava a maior área do lote, com a zona de rancho ocupando parcialmente uma das laterais e a zona comercial ocupando a área da esquina.

Conforme mencionamos, a parte residencial assemelhava-se fortemente com o que acontecia de maneira comum em todo o estado – a existência de um corredor central, que se estende desde a porta até a varanda de refeições. O bloco residencial materializa-se em forma de "L", como foi comum na região, e, na parte relativa à rancharia, quatro cômodos independentes entre si, que verificamos serem originalmente de porta e janela.

Não foi possível confirmar se, em sua configuração do século XIX, esses cômodos possuíam ligação com a parte residencial como na época em que esta edificação foi levantada, mas considerando a necessidade do uso da fossa ou sentina e de um local para os animais desses viajantes, é possível que existissem.

Situada em Amarante, a edificação conhecida como "Farmácia do Povo" também

Figura 193: Residência, comércio e rancho da cidade de Amarante – PI.



Fonte: SILVA FILHO, 2007. Redesenhado por Lorena Couto.

é do tipo residência-comércio-e-rancho, mas, diferente da primeira, se situa em um lote de dimensões irregulares. Pela própria importância que este estabelecimento teve para a cidade, a área comercial compreende, proporcionalmente, uma área maior que a do exemplar anterior. A zona residencial apresenta a maior área da edificação. A rancharia é composta por quatro cômodos de porta e janela, sendo que apenas o último possuía acesso ao quintal (não podemos afirmar com segurança se tal acesso existia em sua configuração original). Além disso, podemos perceber também que, assim como demonstrado por Silva Filho (2007), a parte destinada à rancharia, situava-se na parte com o telhado de pé direito mais baixo, em virtude da maneira como eram construídos os telhados na região piauiense, como apresentado no capítulo quatro desta tese.

Figura 194: Planta e corte da residência, comércio e rancho da cidade de Amarante – PI, conhecida como Farmácia do Povo.



Fonte: SILVA FILHO, 2007. Redesenhado por Lorena Couto.

Figura 195: Residência, comércio e rancho da cidade de Amarante – PI, conhecida como Farmácia do Povo.



Fonte: Acervo pessoal da autora.

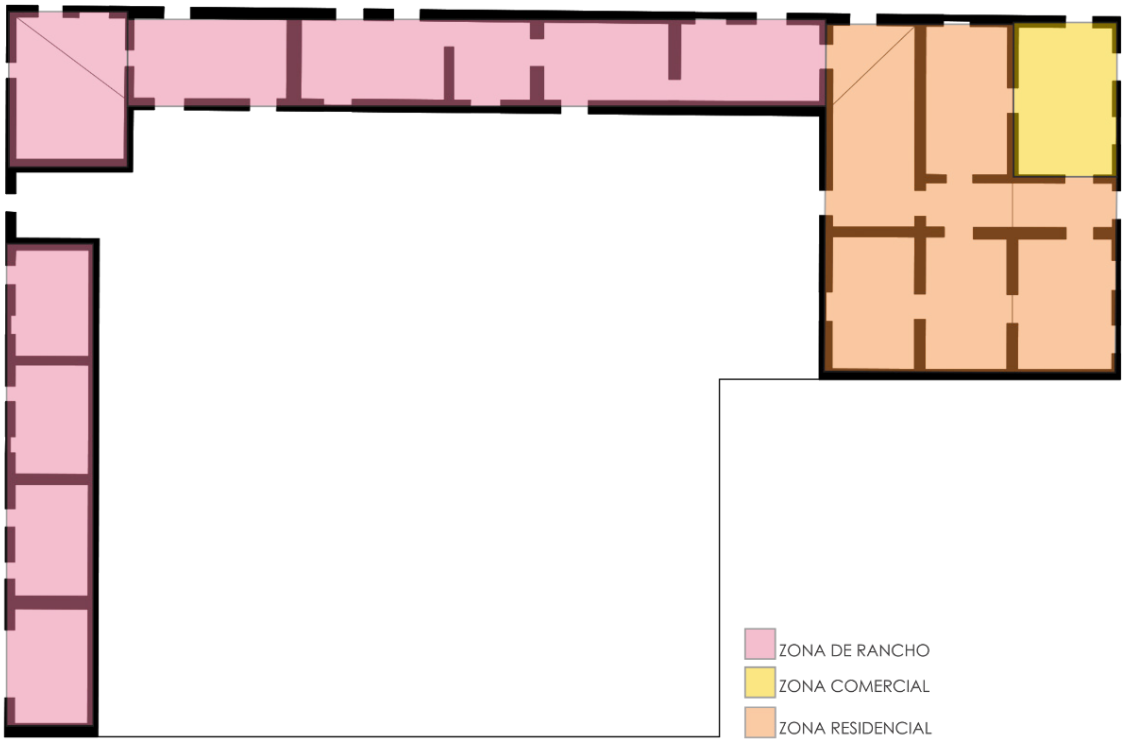
O último exemplo é de uma residência-comércio-e-rancho situada na cidade de Piracuruca. Apesar da recorrência de padrões ao longo do território piauiense, este não foi confirmado na totalidade dos casos. Neste exemplar, a área destinada à rancharia encontra-se não só na lateral da área residencial, mas também nos fundos dela, o que aponta a existência de um lote de proporções ainda maiores daquele considerado usual na região (Figuras 196 e 197).

Figura 196: Residência, comércio e rancho da cidade de Piracuruca, PI.



Fonte: SILVA FILHO, 2007.

Figura 197: Planta da residência, comércio e rancho da cidade de Piracuruca, PI.

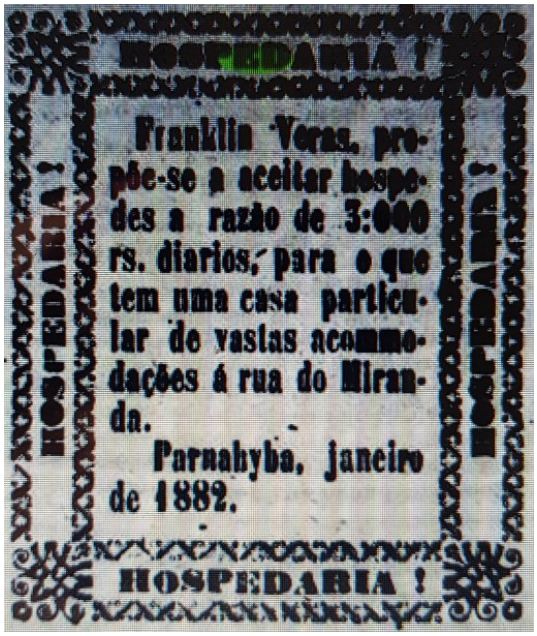


Fonte: SILVA FILHO, 2007. Redesenhado por Camila Figueiredo.

A escolha pela superioridade numérica de modelos ilustrativos desses exemplares serem da cidade de Amarante deve-se ao fato da predominância numérica destes em relação às demais cidades, fato que atribuímos à sua grande importância como entreposto comercial no final do século XIX e no início do século XX. Não identificamos exemplares dessa tipologia nas cidades de Teresina e Parnaíba, que também foram importantes no cenário local e deveriam receber uma grande quantidade de visitantes[102].

Apesar disso, identificamos outras possibilidades de hospedagem nos anúncios de jornais, como mostra a Figura 198 e o trecho a seguir, que nos mostra que esses estabelecimentos recebiam outro tipo de visitantes, que buscavam maior conforto, e ainda pensionistas, que passariam um intervalo de tempo maior na cidade:

Figura 198: Propaganda de hospedagem na casa do Sr. Franklin Veras, em Parnaíba – PI.



Fonte: A IMPRENSA, 1882c.

> AVISO IMPORTANTE
>
> O abaixo assignado, tendo estabelecido à praça <<Uruguayana>> desta cidade, na antiga Casa Francesa, um <<Hotel>> com todas as acomodações próprias, e indispensáveis para hospedaria, avisa ao respeitável público, que no seu estabelecimento recebe, a qualquer hora, hospedes e pensionistas internos e externos, por preços módicos e razoáveis, que serão convencionados na ocasião.
>
> Esmerou-se o abaixo assignado na elegância e no asseio dos alojamentos, os quais se prestam vantajosamente aos fins; sendo que na gestão do seu estabelecimento, onde reside para melhor inspecioná-lo, procurará corresponder à confiança dos fregueses e pensionistas que o quiserem honrar.
>
> Isto posto o – Hotel Laffayete – está à disposição do público.
>
> Theresina, 1º de agosto de 1880.
>
> Lafayete Fernandes de Moraes (A IMPRENSA, p.04, 1880b).

Diante do exposto acerca das edificações conhecidas como "moradia-comércio-e-rancho" e o paralelo estabelecido entre estas e possíveis tipologias similares em outras regiões, percebemos que esta foi uma manifestação característica do território piauiense.

Em maior proporção do que as residência-comércio-e-rancho, as edificações de residência e comércio também representaram importantes exemplares na configuração urbana das cidades piauienses. Abordamos, aqui, as edificações térreas, enquanto comumente, na historiografia da arquitetura brasileira, os prédios de dupla função – moradia e comércio eram especialmente sobrados. Silva Filho (1998, p. 41) ao falar da arquitetura maranhense diz que "Nos sobrados, os pavimentos superiores foram destinados à habitação, e o térreo, ao comércio, notadamente naqueles onde as portas das fachadas do térreo predominam entre as demais envasaduras". Castro (1983, p. 308), em uma única menção aos edifícios comerciais cearenses, assinala que "Os sobrados se localizavam em zonas comerciais, pelo que tinham o pavimento térreo destinado a atividades pertinentes".

No Piauí, a já mencionada horizontalidade tão fortemente presente nas residências, confirma-se nas casas de moradia e comércio. Atribuímos a difusão destas ao desenvolvimento comercial acentuado no Piauí, especialmente na segunda metade do século XIX e início do século XX, que resultou no surgimento de vários comércios, como é o caso do Estabelecimento Comercial do Sr. Manoel Alexandre e Silva (Figura 199).

Figura 199: Edifício comercial e residência de Manoel Alexandre e Silva, em Amarante – PI.



Fonte: FOLGUEIRA, 1987.

Como já mencionado anteriormente, a maioria desses exemplares situava-se nas esquinas, permitindo um maior isolamento do comércio em relação à parte residencial, mas também uma maior visibilidade e circulação desses. Nossos levantamentos, associados com os levantamentos desenvolvidos por Silva Filho e pelos diversos estudos de tombamento realizados pelo IPHAN, denunciam que estas edificações situavam-se, especialmente, nos logradouros mais movimentados e valorizados da cidade, como é o caso da Rua Grande, em Amarante – a principal via da cidade – ou no entorno de praças e igrejas.

Ao contrário das residências-comércio-e-rancho, que apresentaram configurações de certa forma homogêneas, na tipologia de residência e comércio encontramos configurações mais variadas – como é o caso dos sobrados, por exemplo, já discutidos em momento anterior desta tese.

Ainda assim, observamos a recorrência de certos padrões, como predominância destas em lotes de esquina e, assim como nas residências-comércio-e-rancho, a parte destinada à residência apresentava, como características principais, as mesmas que possuíam destaque nas construções com função apenas residencial.

De acordo com Silva Filho (2007, p. 154), a casa situada na Rua Cel. Orlando de Carvalho, nº 118, "destaca-se dentre as demais, pelo pequeno escritório, estrategicamente interposto entre o vestíbulo da moradia e o comércio", o que

pode ser facilmente percebido na planta a seguir (Figura 200). A mesma planta evidencia ainda o formato em U da edificação, frequente apenas nos lotes de maiores dimensões, o que possibilita a existência de uma varanda de refeições de dimensões privilegiadas.

Figura 200: Planta Baixa da Casa da Rua Cel. Orlando de Carvalho, nº 118, com destaque para setorização – Oeiras.



Fonte: SILVA FILHO, 2007. Acervo pessoal da autora, redesenhada e editada por Lorena Couto.

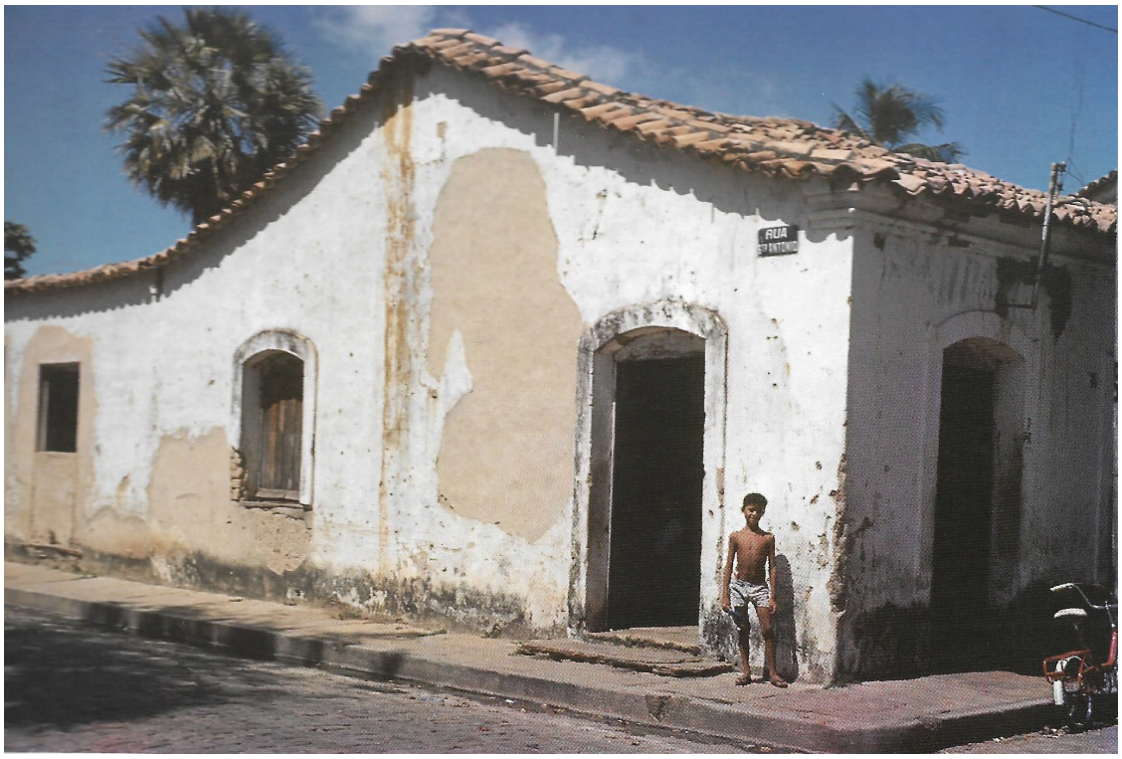
Figura 201: Casa da Rua Cel. Orlando de Carvalho, nº 118, Oeiras.



Fonte: Acervo pessoal A. C. Moreira.

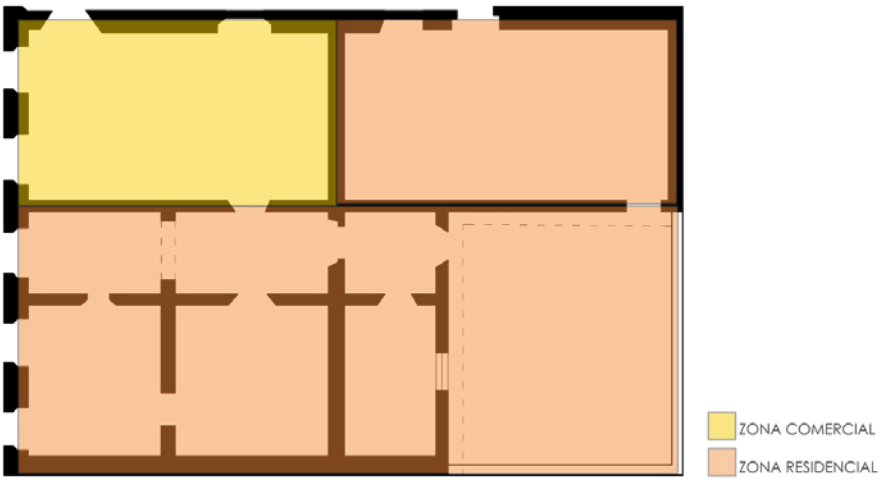
Finalmente, ressaltamos que a predominância de residências-e-comércio em lotes de grandes dimensões é um fato, mas, a partir dos nossos levantamentos e dos levantamentos desenvolvidos por Silva Filho (2007), verificamos que não foi uma regra. Exemplificamos essa situação com o caso a seguir (Figura 202), situado na cidade de Campo Maior, onde a parte comercial ocupa grande porção de um terreno de dimensões bem menores do que nos exemplos apresentados anteriormente. Apesar disso, o formato em "L" e o corredor central se mantém.

Figura 202: Residência e comércio da cidade de Campo Maior.



Fonte: SILVA FILHO, 2007.

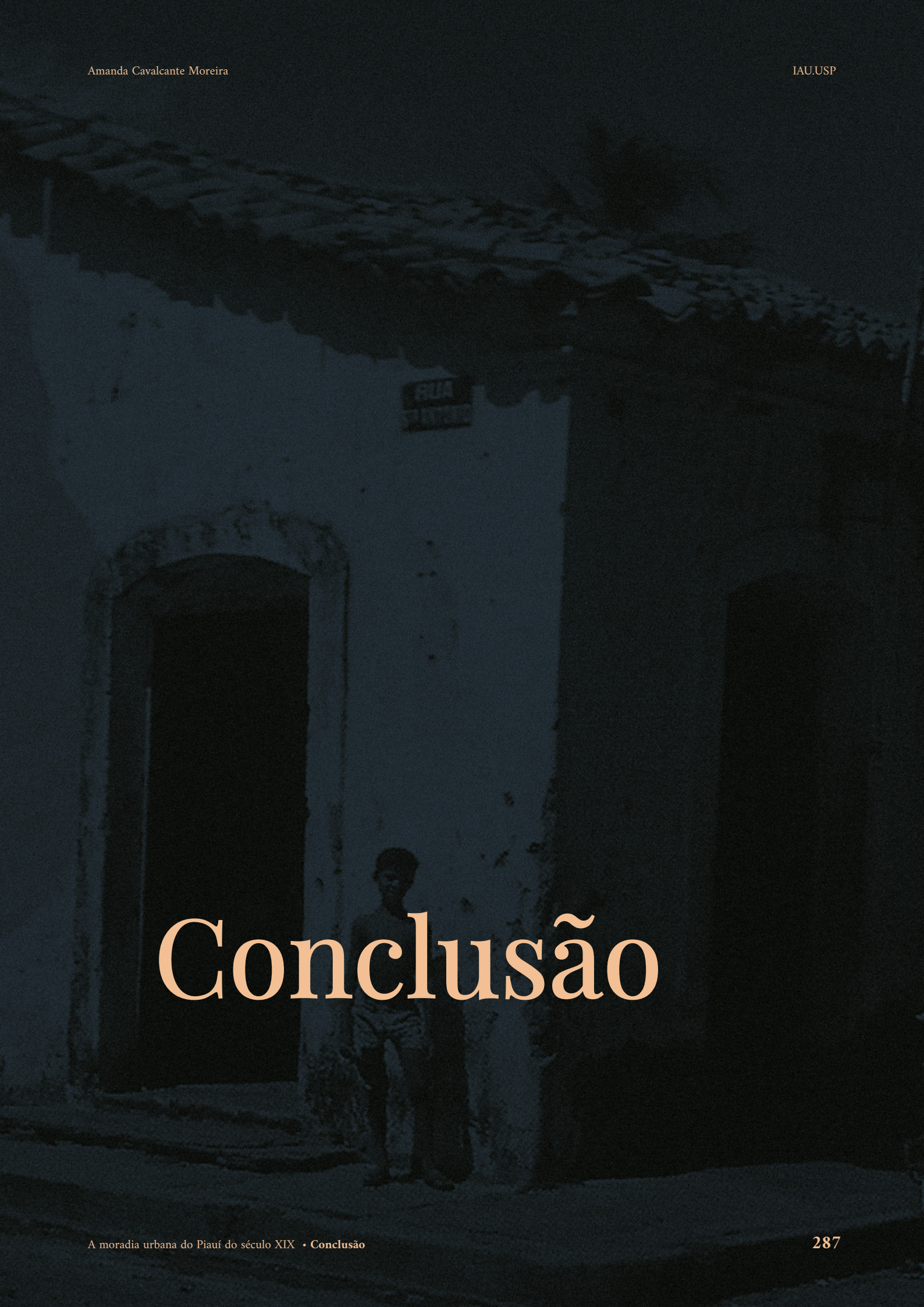
Figura 203: Esquema da Planta Baixa de Residência e comércio da cidade de Campo Maior.



Fonte: SILVA FILHO, 2007.







Conclusão

Iniciamos este trabalho – desde a concepção do projeto de pesquisa que nortearia o desenvolvimento da tese – intencionando especialmente chegar a uma definição do que seria a casa piauiense e, dessa forma, contribuir para o debate da historiografia da arquitetura brasileira, ainda tão carente de referências do Piauí do século XIX, e especialmente sobre a sua arquitetura residencial. Mais do que uma única casa, encontramos várias manifestações, muitos agentes e a riqueza e a singularidade de uma arquitetura que ainda tem tanto a ser explorada. Ao buscar atingir os objetivos aos quais nos propomos, encontramos, dentre os vários questionamentos a ainda serem respondidos, algumas explicações sobre a materialização da arquitetura residencial urbana piauiense do século XIX, que pontuaremos a seguir.

Compreender o processo de ocupação, povoamento e urbanização do Piauí, que teve como norte a prática da pecuária extensiva, evidenciou a sua forte influência no arranjo das cidades e, consequentemente, da arquitetura urbana. Uma atividade que tinha como grandes características o uso de enormes fatias de terra com uma população extremamente reduzida originou – não de maneira espontânea – núcleos urbanos com grandes porções de terra disponíveis, distantes um dos outros, resultando em uma arquitetura que não experimentou a superlotação dos grandes centros ou a supervalorização do solo urbano.

Aliás, ainda no que é tocante à forte inclinação do Piauí à pecuária – que foi por séculos a principal atividade econômica do estado – apontamos a indissociabilidade da casa urbana e da casa rural dos primórdios do seu povoamento. Os grandes panos de telhados, a varanda de refeições, o corredor de acesso, a cozinha aos fundos, a carnaúba da cobertura, as paredes com alturas que permitiam a ventilação entre os cômodos... Uma grande lista de características da primeira também se materializaram na segunda. De fato, em um cenário de relações tão intensas e fluidas ao longo do território piauiense, não ousamos dizer que a casa urbana apenas transpôs para o mundo citadino as características da casa rural. Mas não existem dúvidas de que, naquele momento, estas foram as adequadas para suprir as necessidades das pessoas que agora viveriam no meio que aos poucos, se urbanizava.

Em alguns momentos da tese apontamos os riscos da fixação de padrões quando se trata de arquitetura e reconhecemos a importância das "exceções" – de fato, a bibliografia da arquitetura piauiense que aborda as casas de fazenda do Piauí aponta existência de exemplares sem alpendre, mas não existem dúvidas de que este foi uma das fortes expressões dessa arquitetura. A despeito das várias similaridades apresentadas anteriormente, apontamos a aparente inexistência do alpendre na casa urbana – juntamente com as grandes e naturais diferenças relativas à implantação,

pelo próprio caráter de ambas – como as maiores distinções entre os dois grupos.

Ainda atrelados à ocupação e ao povoamento do Piauí, apontamos também a origem desses núcleos urbanos como resposta a uma série de necessidades relacionadas ao povoamento brasileiro como um todo – o surgimento desses núcleos urbanos distancia-se da corriqueira máxima das cidades espontâneas, porque muitos já nasceram regulamentados, com definições para a locação de prédios públicos e determinações várias alinhamento das fachadas, por exemplo. A origem desses núcleos interferiu na arquitetura produzida, como mostramos no decorrer do desenvolvimento da tese – e o fato claro de que, apesar de terem um fio condutor comum, a pecuária – todas tiveram motivações, mesmo que minimante, distintas, que nortearam suas origens e desenvolvimento, e, consequentemente, sua produção residencial urbana.

Precisar quantos foram os quilômetros percorridos em busca dos "documentos ainda vivos" que embasariam nossa tese é algo quase impossível! Entre a estação seca e a estação chuvosa, encontramos de norte a sul do Piauí, paisagens quase que opostas – as estradas verdes e vivas de janeiro, fevereiro e março contrastavam a paisagem laranja e árdua de setembro, vivemos o vento do litoral, o subir da serra de Pedro II e os carnaubais – por vezes, lindamente alagados - de Campo Maior. Rumo a São Raimundo Nonato vimos a paisagem sertaneja correntemente retratada – o sul e sudeste ainda se desenham muito diferentes do centro-norte do estado. Mas não foi só na paisagem natural que vimos o Piauí se transformar enquanto o percorríamos – dentre as cidades que escolhemos para ilustrar a nossa pesquisa, encontramos vocações, origens e economias diferentes, que acabaram também se materializando na arquitetura. O centro/norte do estado – dentre as que pesquisamos, excetuando-se Pedro II, mais distante das rotas comerciais – especialmente após a transferência da capital, experimentou maior prosperidade frente a outras regiões. De maneira ainda tímida – mas certamente acentuada no século XX, quando houve o apogeu do ecletismo, da borracha de maniçoba e da navegação a vapor – essas cidades experimentaram, ainda no século XIX, o sabor do que viria a seguir. Exemplificamos isso através do uso das ogivas, particular a essas regiões.

Aliás, em virtude do cenário particular de cada cidade, ou região, podemos falar em uma arquitetura com traços comuns, mas não homogênea em todos os seus aspectos. Como vimos na tese, vários exemplos seriam aplicáveis para evidenciar essa heterogeneidade. Elegemos, então, três deles: a forte vocação comercial da cidade de Amarante como determinante na existência de muitas moradias e comércio ou moradias comércio e rancho; o fato de Oeiras ser a capital durante toda a primeira

metade do século XIX e de Parnaíba ser a cidade mais próspera como justificativas para ambas concentrarem o maior número de sobrados; e ainda a construção de uma capital – mesmo que com recursos limitados – em um local até então sem grande expressão urbana, que acabou por transformar fortemente a dinâmica de relações políticas, econômicas e sociais – e consequentemente da arquitetura – do Piauí do século XIX.

Na busca pelo reconhecimento da casa urbana piauiense do século XIX, buscamos ir além do que conseguíamos ver sob os nossos olhos nos numerosos edifícios que ainda restam, ou no que a bibliografia e os documentos nos contam. Investigar os agentes atuantes na determinação das características dessas moradias e eleger quais buscaríamos mais a fundo foi um dos grandes desafios da tese – elegemos os profissionais da construção e os Códigos de Posturas, ambos pouco retratados na bibliografia local – e assim, alargamos o nosso olhar para além das paredes das residências – que ainda assim, eram o nosso objeto principal.

Dar nome, buscar origens e funções dos profissionais que atuaram nas construções do Piauí de século XIX foi mais um dos grandes desafios que buscamos enfrentar – não com a intenção de responder todas as nossas perguntas – no decorrer da nossa tese. De fato, a carência de fontes, de registros ou, ainda mais possivelmente, da carência de profissionais especializados não nos permitiu dizer com absoluta clareza nomes e sobrenomes dos profissionais que atuaram na edificação das residências, objeto maior da nossa tese – mas esse fato, essa carência que inicialmente era apenas suposição, se tornou ainda mais clara. Ao considerar as edificações residenciais como parte de um todo – que era toda a estrutura urbana do Piauí do Século XIX, identificamos nomes desconhecidos, construímos uma lista de profissionais que atuaram na construção das cidades estudadas, buscamos suas origens e formações, apontamos a atuação dos escravos e dos demais profissionais envolvidos na construção civil e as tentativas do estado para capacitá-los. Explorá-los mais a fundo talvez nos desviasse no nosso foco principal, mas aqui abrirmos as portas e apontamos a necessidade de um maior conhecimento a respeito desses profissionais.

Evidenciamos, então, a atuação de engenheiros formados não apenas no Brasil, mas também no exterior – o que foi comum em outros centros também, outros possivelmente apenas profissionais práticos. Ressaltamos a atuação do profissional escravizado, que tiveram seus nomes em notícias de fuga e alforria e as tentativas, ainda que incipientes, de profissionalização dos grupos considerados marginalizados pela sociedade. Dentre os vários desdobramentos cabíveis desta pesquisa, apontamos

este como um dos aspectos de necessário enfrentamento.

A sistematização e a análise dos Códigos de Posturas promulgados no Piauí certamente podem ser consideradas uma das grandes contribuições da tese, tendo em vista que estes se encontravam dispersos em muitas fontes – não encontramos, em nenhuma outra referência bibliográfica, sequer uma lista ou sistematização desses documentos, consistindo assim, a reunião destes uma grande conquista por si só. Diante de uma gama de documentos com inúmeras possibilidades de análise, espacializamos as suas ocorrências em todo o território piauiense – o que mostrou que as maiores e mais importantes cidades possuíam, frequentemente, maior quantidade de códigos; sintetizamos suas características principais e analisamos a sua estrutura, onde percebemos certo alinhamento frente ao que acontecia no cenário nacional. Esse alinhamento deixa de ser mais preciso especialmente no final do século XIX, quando os códigos de muitas cidades do país já enfrentavam os problemas relacionados à higiene e salubridade, o que não aconteceu nos códigos locais – certamente, esse foi um fator de grande impacto na materialização da arquitetura do início do século seguinte.

Apontamos, no decorrer da tese, os vários momentos nos quais essa legislação teria influenciado na determinação das características das residências, como no seu alinhamento, por exemplo. Ciente de que esse material ainda tem incontáveis nuances a serem exploradas, indicamos aqui a possibilidade de desenvolvimento de novos trabalhos, com análises mais aprofundadas e um possível paralelo com os códigos promulgados posteriormente.

Na implantação das residências encontramos a materialização da característica comum a praticamente todas as edificações que tivemos acesso, percebendo claramente a forte relação com a arquitetura do período colonial e a ressonância da carta régia de 1761. As residências piauienses permaneceram presas aos limites lateral e frontal dos lotes durante todo o século XIX – lotes esses que podiam atingir grandes larguras, contrariando a característica corrente no Brasil colonial de apresentar lotes estreitos e profundos. Relacionando a configuração existente com as determinações contidas nos códigos de posturas, ressaltamos a importância dada às questões relativas ao alinhamento das construções nas cidades, certamente, em decorrência da manutenção da ordem e da aparência regulamentada.

Nas plantas baixas – apesar da inexistência de um único padrão, percebemos grandes semelhanças com as casas de fazenda com a casa urbana do Ceará. Percebemos também que, apesar de em termos gerais a casa apresentar uma privacidade ainda

frágil – especialmente pela ligação dos quartos entre si ou entre outros ambientes –, a materialização de algumas estratégias nesse sentido, como uma busca por setorização dos cômodos e fechamentos no corredor de acesso. Destacamos, ainda, a existência de alcovas – mesmo que não tão abundantes – como mais uma das reminiscências do período colonial.

Dentre os materiais utilizados, enfatizamos o farto emprego dos troncos de carnaúba nos telhados – mas também foi matéria prima na execução de paredes, enquanto sua palha foi vastamente empregada como fechamento nas residências mais humildes e não regulamentadas. Mesmo assim, nas alvenarias, destacou-se o uso do tijolo de adobe.

Além das residências, analisamos ainda as edificações de uso misto – a residência e comércio e a "moradia, comércio e rancho". Com relação à primeira, a prevalência absoluta de edificações térreas, preservando certo distanciamento com o que acontecia com mais frequência no Brasil – em que a bibliografia disponível relata a existência de uso misto em sobrados, tendo o comércio no térreo e a moradia no piso superior. Em relação à "moradia, comércio e rancho", acreditamos ser essa uma expressão genuína da arquitetura piauiense, uma vez que não identificamos manifestações similares em outras partes do país. Mas, mesmo nestas edificações de uso misto, que agregavam outros ambientes em decorrência da variação dos usos, percebemos, na suas áreas residenciais, uma manutenção quase que total das características das casas destinadas à este único fim.

Mais do que as características dessa arquitetura, vimos, durante os quase cinco anos de pesquisas e levantamentos, muitas das residências analisadas, perderem as suas características "originais", serem demolidas para simplesmente dar lugar a estacionamentos, virarem ruínas, ou serem substituídas por novos edifícios – em defesa de algumas cidades, moradores e poderes públicos municipais, ressaltamos que isso se deu de forma distinta, em maior ou menor escala em cada uma das cidades. Urge, portanto, a necessidade de proteger, ou de aprofundar os estudos e registros dessa arquitetura. Aqui fica a nossa contribuição!

Diante do que foi exposto no decorrer de toda a tese, ressaltamos, finalmente, a existência de fronteiras muito tênues entre a casa piauiense, a casa maranhense, a casa cearense, a casa brasileira – percebemos, um misto de influências e relações distintas ao longo de todo o território, que envolvia nuances como a proximidade geográfica, ou a proximidade de relações comerciais, por exemplo. De fato, a busca por uma única casa piauiense, encerrou-se em meio as pesquisas e levantamentos

bibliográficos, levantamentos e olhares in loco, junto aos tantos documentos e jornais lidos e um olhar profundo e afiado a todos estes no mostrou muitas casas piauienses surgidas em meio a tantos diálogos, relações, necessidades, abundâncias ou limitações e tantas outros fatores que ,manifestam em um grande território no grande intervalo de um século.

Ao olhar o trabalho "finalizado", percebemos o quão nosso objetivo, o de descortinar um século e um estado inteiro, foi ambicioso – de fato, não esgotamos as inúmeras possibilidades de análise que essas residências, ou seus agentes permitem – mas, acreditamos que, no decorrer desses cinco capítulos, alcançamos o que nos propomos e que, desse modo, estamos contribuindo para o debate da historiografia da arquitetura brasileira. E diante das várias janelas que deixamos abertas, desejamos que nossa investigação se desdobre em muitas outras e que essas casas e documentos ainda contem muitas histórias.





Referências

A IMPRENSA. Órgão do Partido Conservador. Parte Official. Theresina, 23 de junho de 1882c.

_____. Órgão do Partido Conservador. Emancipação de Escravos. Theresina, 21 de abril de 1877. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=783765&Pesq=PEDREIRO&pagfis=1288>. Acesso em: 15 out. 2019.

_____. Órgão do Partido Conservador. Theresina, 20 de Novembro de 1880c. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=783765&Pesq=PEDREIRO&pagfis=1927>. Acesso em: 15 out. 2019.

_____. Órgão do Partido Conservador. Theresina, 17 de setembro de 1880d.

_____. Órgão do Partido Conservador. Theresina, 11 de fevereiro de 1870. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=783765&Pesq=PEDREIRO&pagfis=692>. Acesso em: 20 out. 2019.

_____. Órgão do partido liberal, Theresina, 16 de fevereiro de 1871. Disponível em: <http1://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=783765&pesq=sobrado&pasta=ano%20186&pagfis=552>. Acesso em: 27 out. 2020.

_____. Noticiário. Theresina, 17 de Novembro de 1866. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=783765&pesq=sobrado&pasta=ano%20186&pagfis=257>. Acesso em: 31 out. 2020.

_____. A pedido. Theresina, 15 de Novembro de 1879c. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=783765&pesq=sobrado&pasta=ano%20186&pagfis=1691>.Acesso em: 31 out. 2020.

_____. Órgão do partido Conservador. Theresina, 09 de junho de 1869. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=783765&pesq=sobrado&pasta=ano%20186&pagfis=552>. Acesso em: 27 out. 2020.

_____. Órgão do partido Conservador. Theresina, 16 de fevereiro de 1871. Disponível em: <http1://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=783765&pesq=sobrado&pasta=ano%20186&pagfis=552>. Acesso em: 27 out. 2020.

_____. Termo de Jaicós, ao público. Theresina, 18 de outubro de 1879. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=783765&pesq=sobrado&pasta=ano%20186&pagfis=1673>. Acesso em: 27 out. 2020.

_____. Documentos Officiaes. Theresina, 25 de outubro de 1879b. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=783765&pesq=sobrado&pasta=ano%20186&pagfis=1673>. Acesso em: 27 out. 2020.

_____. Longarina. Theresina, 19 de maio de 1882.Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=783765&pesq=sobrado&pasta=ano%20186&pagfis=1673>. Acesso em: 28 out. 2020.

_____. Parte official. Theresina, 14 de agosto de 1880.

_____. Aviso Importante. Theresina, 30 de agosto de 1880b. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=783765&pesq=indispens%C3%A1veis%20para%20hospedaria&pagfis=1870>. Acesso em: 28 out. 2020.

_____. Noticiário. A imprensa, 16 de janeiro de 1882b. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=783765&pesq=sobrado&pasta=ano%20186&pagfis=2170>. Acesso em: 28 out. 2020.

_____. Noticiário. A imprensa, 18 de julho de 1882c. Acesso em 28 out. 2020.

_____. Theresina, 08 de setembro de 1883. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=783765&pesq=sobrado&pasta=ano%20186&pagfis=2528>. Acesso em: 28 out. 2020.

_____. Noticiário. Theresina, 17 de Novembro de 1866. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=783765&pesq=sobrado&pasta=ano%20186&pagfis=257>. Acesso em: 31 out. 2020.

_____. A pedido. Theresina, 15 de Novembro de 1879c. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=783765&pesq=sobrado&pasta=ano%20186&pagfis=1691>.Acesso em: 31 out. 2020.

_____. Órgão do partido Conservador. Theresina, 09 de junho de 1869. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=783765&pesq=sobrado&pasta=ano%20186&pagfis=552>. Acesso em: 27 out. 2020.

_____. Órgão do partido Conservador. Theresina, 16 de fevereiro de 1871. Disponível em: <http1://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=783765&pesq=sobrado&pasta=ano%20186&pagfis=552>. Acesso em: 27 out. 2020.

_____. Termo de Jaicós, ao público. Theresina, 18 de outubro de 1879. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=783765&pesq=sobrado&pasta=ano%20186&pagfis=1673>. Acesso em: 27 out. 2020.

_____. Documentos Officiaes. Theresina, 25 de outubro de 1879b. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=783765&pesq=sobrado&pasta=ano%20186&pagfis=1673>. Acesso em: 27 out. 2020.

_____. Longarina. Theresina, 19 de maio de 1882.Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=783765&pesq=sobrado&pasta=ano%20186&pagfis=1673>. Acesso em: 28 out. 2020.

_____. Parte official. Theresina, 14 de agosto de 1880.

_____.Aviso Importante. Theresina, 30 de agosto de 1880b. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=783765&pesq=indispens%C3%A1veis%20para%20hospedaria&pagfis=1870>. Acesso em: 28 out. 2020.

_____. Noticiário. A imprensa, 16 de janeiro de 1882b. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=783765&pesq=sobrado&pasta=ano%20186&pagfis=2170>. Acesso em: 28 out. 2020.

_____. Noticiário. A imprensa, 18 de julho de 1882c. Acesso em 28 out. 2020.

_____. Theresina, 08 de setembro de 1883. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=783765&pesq=sobrado&pasta=ano%20186&pagfis=2528>. Acesso em: 28 out. 2020.

_____. Parte Official: Resolução nº 1051. Teresina: 23 de setembro de 1882.

_____. Parte Official: Resolução nº 1066. Teresina: 3 de outubro de 1882b.

_____. Parte Official: Resolução nº 1086. Teresina: 8 de setembro de 1883.

_____.Parte Official: Resolução nº 1095. Teresina: 20 de agosto de 1883b. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=783765&pesq=banheiro&pasta=ano%20188&pagfis=2515>. Acesso em: 07 ago. 2020.

A OPINIÃO CONSERVADORA. Parte Official: Resolução nº 887. Teresina: 21 de novembro de 1874.

_____. Parte Official: Resolução nº 896. Teresina: 10 de outubro de 1874a.

_____. Parte Official. Theresina, 10 de outubro de 1874.

_____. Parte Official. Theresina, 31 de Outubro de 1875.

ABREU, J. C. de. **Caminhos antigos e povoamento no Brasil.** 4 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

_____, J. C. de. **Capítulos de História Colonial (1500-1800).** 7 ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1988.

ALENCASTRE, J. M. P. de. **Memória Cronológica, Histórica e Corográfica da Província do Piauí.** 4ª ed. Teresina: Academia Piauiense de Letras, 2015.

ALGRANTI, L. M. Famílias e Vida Doméstica. In: SOUZA, Laura de Mello (Org.). **História da vida privada no Brasil:** cotidiano e vida privada na América Portuguesa. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 83-154.

ALVARENGA, A. V. M. **Nação, país moderno e povo saudável:** política de combate a lepra no Piauí. Teresina: EDUFPI, 2013.

ALVES, V. E. L. **As bases históricas para a formação territorial piauiense.** Geosul, Florianópolis, v. 18, n. 36, p. 55-76, jul./dez. 2003.

ANDRADE, A. R.; CASTELO BRANCO, P. V. Entre normas e burlas: o viver em Teresina na Segunda metade do século XIX. In: **CONTRAPONTO:** Revista do departamento de história do programa de Pós-Graduação em história do Brasil da UFPI. Teresina, v.05, n.1 jan./jun. 2016.

ANDRADE, C.T.S.; MARQUES, J.G.W.; ZAPPI, D.C. (2006a). Utilização de cactáceas por sertanejos baianos. Tipos conexivos para definir categorias utilitárias. **Sitia, Série Ciências Biológicas6** (Etnobiologia): 3-12.

ANDRADE, A. R. de. PELAS TRAMAS DO URBANO: IDEIAS NORMATIZADORAS NA TERESINA OITOCENTISTA. In: **Revista do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História do Brasil da UFPI.** Teresina, v. 6, n. 2, jul./dez. 2017.

ARAGÃO, S. de. **Ensaio sobre a casa brasileira do século XIX** [livro eletrônico]. São Paulo: Blucher, 2007. Disponível em: <https://openaccess.blucher.com.br/download-pdf/324/20228>. Acesso em; 07 jul. 2019.

ARRAES, E. D. Plantar povoações no território: (re)construindo a urbanização da capitania do Piauí, 1697-1761. **Anais do Museu Paulista**: História e Cultura Material, v. 24, p. 257-298, 2016.

ARRAES, D. E. A. **Ecos de um suposto silêncio:** Paisagem e urbanização dos "certoens" do Norte, c. 1666 – 1820. Tese (Doutorado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo. São Paulo: 2017.

BARRETO, P. T. O Piauí e a sua arquitetura. In: **Arquitetura Civil I:** Textos escolhidos da revista do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. São Paulo: FAUUSP e MECIPHAN, 1975.

BASTOS, C. de A. **Dicionário Histórico e Geográfico do Estado do Piauí.** Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves – Prefeitura Municipal de Teresina (PMT), 1994. 600 p.

BITTENCOURT, J. M. **Apontamentos históricos da Piracuruca.** Teresina: COMEPI, 1989.

BORTOLUCCI, M. A. P. C. S. Atuação de engenheiros e arquitetos no interior paulista nas primeiras décadas do século XX: o caso de São Carlos. In: 3º Congresso Internacional de História da Construção Luso-Brasileira, 2019, Salvador - BA. **Anais do 3º CIHCLB.** Salvador - BA: Núcleo de Tecnologia da Preservação e da Restauração, 2019. v. 1. p. 651-660.

_____. **Moradias urbanas construídas em São Carlos no período cafeeiro.** Tese (Doutorado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1991.

BRAZ E SILVA, A. N. Planejamento e Fundação da primeira cidade no Brasil Império. In: **Cadernos Proarq 18.** UFRJ, 2012.

BRENNA, G. R. Del. Ecletismo no Rio de Janeiro (séc. XIX-XX). In: FABRIS, Annateresa. **Ecletismo na Arquitetura Brasileira.** São Paulo: Nobel; Editora da Universidade de São Paulo: 1987.

BRITO, A. O Município de Piracuruca: In: **O Piauhy no centenário da sua independência.** Therezina: Papelaria Piauhyense, 1922.

BRITO, P. H. T. H. P. **Arquitetura e urbanismo do período colonial na cidade de Pedro II (PI).** Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015.

BUENO, B. P. S; MOURA, N; ARRAES, E ; BORSOI, D . Décimas urbanas e censos: a dimensão material e visual de vilas e cidades em fontes textuais. **URBANA - REVISTA ELETRÔNICA DO CENTRO INTERDISCIPLINAR DE ESTUDOS DA CIDADE**, v. 10, p. 4-53, 2018.

CALDEIRA, T. P. do R. **Cidade de muros:** crime, segregação e cidadania em São Paulo. Tradução: Frank de Oliveira e Henrique Martins. São Paulo: Editora 34; EDUSP, 2000.

CARVALHO, M. de. Dezcripção do certão do Peauhy remetida ao Ilmo. E Rmo. Sr. Frei Francisco de Lima Bispo de Pernambuco. In: ENNES, Ernesto. **As guerras nos palmares:** subsídios para sua história. São Paulo: Companhia Editora Nacional. 1938. P. 370-389.

CARVALHO, A. Algumas notas sobre o uso da pedra na arquitetura religiosa do Nordeste. In: **Arquitetura Religiosa.** FAUUSP e MEC-IPHAN, 1978.

CARVALHO, H. F. AS POSTURAS E O ESPAÇO URBANO COMERCIAL ocupação e Transgressão na São Luís Oitocentista. In: **Caderno Pós Ciências Sociais** - São Luís, v. 1, n. 1, jan./jul. 2004.

_____. Urbanização em São Luís: entre o institucional e o repressivo. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFMA. São Luís, 2005.

CASTRO, J. L. de. Pequena informação relativa à arquitetura antiga no Ceará (Separata da **Revista ASPECTOS 5**, pp. 9 a 32). Fortaleza: Editora Henriqueta Galeno,1973.

_____, J. L. de. Aspectos da arquitetura no nordeste do país. In: ZANINI, W. Org. **História Geral da arte no Brasil.** São Paulo, Instituto Moreira Salles, 1983.

CARVALHO JUNIOR, D. F. de. **Passeio a Oeiras.** 3 ed. Recife: Apipucos, 1985.

CASAL, M. A. **Corografia Brasílica.** Rio de Janeiro, 1817.

CAVALCANTE, R. F. **Fatores da construção civil que influenciam na restauração, conservação e preservação do patrimônio histórico edificado.** Trabalho de conclusão de curso – Faculdade Santo Agostinho. Teresina, 2016.

CEPRO - Fundação Centro de Pesquisas Econômicas e Sociais do Piauí. **Guia Turístico do Estado do Piauí.** Piauí, 2002.

CHAVES, M. **Obra Completa.** Fundação Cultural Monsenhor Chaves, Teresina, 1998.

CHAVES, J. R. F. **O índio no solo piauiense.** Teresina: Centro de Estudos Piauienses, 1953.

CHAVES, Edneila Rodrigues. Criação de vilas em Minas Gerais no início do regime monárquico: a região Norte. **Varia hist.**, Belo Horizonte , v. 29, n. 51, p. 817-845, Dec. 2013 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-87752013000300009&lng=en&nrm=iso>. access on 11 May 2021. https://doi.org/10.1590/S0104-87752013000300009.

CORONA, E. e C. A. C. LEMOS. **Dicionário da arquitetura brasileira.** 2. ed. São Paulo: Romano Guerra, 2017.

COSTA, A. V. F; ANJOS, Claudiana Cruz dos Anjos; FIGUEIREDO, Diva Maria Freire (Org.). **Conjunto Histórico e Paisagístico de Parnaíba.** Teresina: IPHAN, 2008.

COSTA, N. N. **História Piauiense:** aventura, sonho e cultura. Teresina: Academia Piauiense de Letras, 2018.

COSTA, A. F. P. **Cronologia histórica do estado do Piauí.** Rio de Janeiro: Artenova, 1974.

COSTA, L. C. B. F. da. Um Coronel do Meio-norte. In: **Arraial e Coronel:** dois estudos de história social. São Paulo: Cultrix, 1978.

COUTO, P. M. do. Descripção do certão do Peauhy Remetida ao Illm.oeRm.o S.or Frei Francisco de Lima Bispo de Pernam.co. Escrita pelo Pe. Miguel D. Couto. 2/3/1697. In: ENNES, Ernesto. **As guerras nos Palmares**. São Paulo, 1938. vol. 127. p. 370 - 389.

CRAVO, T. A. **Pontes e estradas em uma província do interior do Brasil oitocentistas:** engenharia, engenheiros e trabalhadores no universo construtivo da infraestrutura viária de Minas Gerais (1835-1889). Dissertação – Mestrado. Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil, 2013.

DA COSTA E SILVA. In: **ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileiras.** São Paulo: Itaú Cultural, 2020. ISBN: 978-85-7979-060-7. Disponível em: <http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa5586/da-costa-e-silva>. Acesso em: 17 jun. 2020. Verbete da Enciclopédia.

DELSON, R. M. **Novas vilas para o Brasil Colônia:** planejamento espacial e social no século XVIII. Brasília: Ed. ALVA-CIORD, 1997.

_____, R. M. **Novas Vilas para o Brasil-Colônia:** planejamento espacial e social no Século XVIII. Brasília: Ed. ALVA-CIORD, 1997.

DERENJI, J. da S. Arquitetura eclética no Pará no período correspondente ao ciclo econômico da borracha: 1870-1912. In: FABRIS, Annateresa. **Ecletismo na Arquitetura Brasileira.** São Paulo: Nobel; Editora da Universidade de São Paulo: 1987.

DIAS, C. de C. **Engenharia Piauiense.** Ed. SIEARTE, Teresina, 2017.

DINIZ, N. M. M. **Um sertão entre tantos outros:** fazendas de gado das ribeiras do Norte. Tese (Doutorado – Área de concentração: História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo) – FAUUSP, São Paulo, 2013.

DUARTE JÚNIOR, R. Arquitetura colonial cearense: meio-ambiente, projeto e memória. In: **Revista CPC**, São Paulo, n. 7, pp. 43-73, nov. 2008/abr. 2009.

ENNES, E. **As guerras nos palmares.** Rio de Janeiro: 1938.

FAÇANHA, A. C. **A evolução urbana de Teresina:** Agentes, processos e formas espaciais da cidade. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1998.

FALCI, M. B. K. **Escravos do sertão.** Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1995.

FALCI, M. B. K. **O Piauí na primeira metade do século XIX.** 2. ed. Teresina: Comepi, 1992. v. 1.

FERREIRA, M. C. B. F. **Higiene e habitação.** O controle da atividade edificativa em Campinas: 1880-1934. 2016. Tese (Doutorado em Teoria e História da Arquitetura e do Urbanismo) — Instituto de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2016.

FICHER, S. **Os arquitetos da Poli:** Ensino e profissão em São Paulo. Edusp: São Paulo, 2005.

FIGUEIREDO, M. G.; VARUM, H.; COSTA, A. Caracterização das técnicas construtivas em terra edificadas no século XVIII e XIX no centro histórico de São Luís (MA, Brasil). In: **arquiteturarevista.** Vol. 7, n. 1, p. 81-93, jan/jun 2011

FIGUEIREDO, M. D. **O monumento habitado:** a preservação de sítios históricos na visão dos habitantes e dos arquitetos especialistas em patrimônio. O caso de Parnaíba. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco, 2001.

FOLGUEIRA. M. R. Álbum artístico comercial do estado do Piauí 1910**.** Fundação Cultural Monsenhor Chaves: Teresina, 1987.

FONSECA, M. V. **A educação dos negros:** uma nova face do processo de abolição escravidão no Brasil. Bragança Paulista: EDUSF, 2002.

FORTES, T. F. **Projeto de desenvolvimento de turismo sustentável no município de Pedro II.** 2007. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Arquitetura e Urbanismo) – Departamento de Construção Civil e Arquitetura, Universidade Federal do Piauí – UFPI, Teresina, 2007.

FRANCISCO, R. de C. **Construtores anônimos em Campinas (1892-19330:** fortuna crítica de suas obras na historiografia e nas políticas de preservação da cidade. Tese (Doutorado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

_____**.** Construtores anônimos em Campinas (1892-1929): reflexões sobre o estudo da história da arquitetura. In: **Revista Oculum Ensaios.** Nº 09/10, Campinas, Janeiro, 2009.

FRANCO, J. P. **O Município no Piauí – 1761 a 1961.** Teresina, 1977.

FREYRE, G. Casa de residência no Brasil. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional,** Rio de Janeiro, n. 26, p. 224-238, 1997. Edição Comemorativa dos 60 anos.

FUNDAC. **FOTOS PIRACURUCA – INVENTÁRIO CULTURAL DE 1984. PIAUÍ: 2013.** Disponível em: <https://crcfundacpiaui.wordpress.com/2013/01/22/fotos-piracuruca-inventario-cultural-de-1984/>. Acesso em: 30 jun. 2020.

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. CASA DE OSWALDO CRUZ. **A ciência a caminho da roça:** imagens das expedições científicas do Instituto Oswaldo Cruz ao interior do Brasil entre 1911 e 1913 [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 1992. 154 p. ISBN 978-85-7541-307-4. Availablefrom SciELO Books .

FURTADO, C. **Formação econômica do Brasil.** Rio de Janeiro: Edição Fundo de Cultura, 1959.

GAMA, J. M. da. Diário de viagem. In: LEITE, Serafim. **História da Companhia de Jesus no Brasil. Lisboa:** Portugália; Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1943.

GANDARA, G. S. **Rio Parnaíba... Cidades Beira.** Dissertação – (Mestrado). Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

GARDNER, G. **Viagens no Brasil.** São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1942.

_____, G. **Viagens no Brasil:** principalmente nas províncias do norte e nos distritos do ouro e do diamante durante os anos de 1836-1841. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1849.

HOMEM, M. C. N. **Cozinha e Indústria em São Paulo.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2015.

IBGE. **PARNAGUÁ IBGE CIDADES@.** Brasil, 2017. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pi/parnagua/historico>. Acesso em: 26 jun. de 2020.

_____. **Teresina IBGE CIDADES@.** Brasil, 2017. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pi/teresina/panorama>. Acesso em: 24 jun. 2020.

_____. **Campo Maior. IBGE CIDADES@.** Brasil, 2017. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pi/campomaior/panorama>. Acesso em: 30 jun. 2020.

_____. **Parnaíba. IBGE CIDADES@.** Brasil, 2017. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pi/parnaiba/panorama>. Acesso em: 30 jun. 2020.

_____. **IBGE Cidades@.** 2010. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/painel/painel.php?codmun=220790#>. Acesso em: 15abr. 2018.

IPHAN. APROVADO tombamento de imóveis rurais no Piauí, 2014. Disponível em: <https://iphan.gov.br/montarDetalheConteudo.do;jsessionid=BF074DAD799368CB11ECACB10E6A3B19?id=18442&sigla=Noticia&retorno=detalheNoticia>. Acesso em: 18 maio 2020.

_____. Instituto do Patrimônio Histórico Artístico e Nacional. **Processo de Tombamento nº 1.561-T-08.** Brasília: Iphan, 2014.

_____. **A ocupação do Piauí durante os séculos XVIII e XIX:** *Estabelecimentos das Fazendas Nacionais do Piauí.* Dossiê de tombamento, volume I. Teresina: Iphan, 2008.

_____. **Cidades do Piauí testemunhas da ocupação do interior do Brasil durante o século XVIII. Conjunto Histórico e Paisagístico de Oeiras:** dossiê de tombamento. Teresina, 2009.

_____. **Sobrado Dona Auta. Projeto de Restauro – Relatório 1.** Levantamento inicial. Janeiro, 2009b.

_____. **Parnaíba (PI). Brasil, 2014.** Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/280>. Acesso em: 31 out. 2020.

_____. **São Raimundo Nonato:** Memória e Patrimônio Serra da Capivara. Teresina, 2007.

_____. **Cidades do Piauí testemunhas da ocupação do interior do Brasil durante o século XVIII.** Conjunto histórico e paisagístico de Piracuruca. Brasil: IPHAN, 2008.

_____. **Conjunto Histórico e Paisagístico de Oeiras:** Dossiê de Tombamento. Teresina: Iphan/MinC, 2009.

_____. **Cidades do Piauí testemunhas da ocupação do interior do Brasil durante o século XVIII:** Conjunto Histórico e Paisagístico de Piracuruca. Dossiê de tombamento. IPHAN, 2008.

_____. **Cidades do Piauí testemunhas da ocupação do interior do Brasil durante o século XVIII:** Conjunto Histórico e Paisagístico de Oeiras. Dossiê de tombamento. IPHAN, 2009.

_____. **Piracuruca.** Brasil: 2014. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/355/>. Acesso em: 20 jun. 2020.

_____. **Parnaíba.** Brasil: 2014. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/354/>. Acesso em: 20 jun. 2020.

JUCÁ NETO, C. R. Os primórdios da organização do espaço territorial e da vila cearense –algumas notas. In: **Anais do Museu Paulista.** São Paulo. N. Sér. v.20. n.1. p. 133-163. jan.- jun. 2012.

_____, C. R. **A urbanização do Ceará setecentista:** as vilas de Nossa Senhora da Expectação do Icó e Santa Cruz do Aracati (Tese de Doutorado). Pós Graduação em Arquitetura da Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2007.

KANITZ, H. G.; RIBEIRO, F. M. S. N. Puxando pela memória: a Casa Grande Simplício Dias como ponto de compreensão entre as relações dos habitantes da cidade de Parnaíba/PI e seu patrimônio histórico. **Turismo: Estudos & Práticas (RTEP/UERN)**, Mossoró/RN, vol. 3 (Número Especial), p. 41-55, 2014.

KISHIMOTO, D. P. Sobrado Dona Auta: uma proposta de restauração. In: **INTER SCIENTIA,** Vol. 4, Nº 1, Ano 2016.

KLÜPPEL, G. P.; **A Casa e o Clima**: (Trans)Formações da Arquitetura Habitacional no Brasil (Século XVII - Século XIX). Tese – Doutorado. Universidade Federal da Bahia, Salvador, Bahia: 2009.

LEMOS, C. A. C. **A casa brasileira.** São Paulo: Contexto, 1989.

_____, C. A. C. Ecletismo em São Paulo. In: FABRIS, Annateresa. **Ecletismo na Arquitetura Brasileira.** São Paulo: Nobel; Editora da Universidade de São Paulo: 1987.

_____, C. A. C. **A República ensina a morar (melhor).** São Paulo: Hucitec, 1999.

_____, C. A. C. **História da casa brasileira.** São Paulo: Contexto, 1989.

_____, C. A. C. Transformações do espaço habitacional ocorridas na arquitetura brasileira do século XIX. **An. mus. paul.**, São Paulo , v. 1, n. 1, p. 95-106, 1993. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-47141993000100009&lng=en&nrm=iso>; <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-47141993000100009>. Acesso: 16 out. 2019.

_____, C. A. C. Uma nova proposta de abordagem da história da arquitetura brasileira. **Arquitextos**, São Paulo, ano 12, n. 141.00, Vitruvius, fev. 2012. Disponível em: <https://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/12.141/4214>. Acesso em: 16 out. 2019.

_____, C. A. C. **Cozinhas, etc.** São Paulo: Ed. Perspectiva, 1978.

LIGA E PROGRESSO. Theresina, 03 de abril de 1863. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=844080&pesq=PEDREIRO&pagfis=84>. Acesso em: 03 out. 2019.

LIMA, A. C. G. **Casa e documentação:** a história contada através de um acervo de projetos. Tese – Doutorado. Instituto de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo. São Carlos: 2020.

_____, A. C. G. Transformações do espaço habitacional ocorridos no arquitetura brasileiro do século XIX. In: **Anais do Museu Paulista.** São Paulo, 1993.

LIMA, E. G. de. **Lendas da cidade de Pedro II.** 3. ed. (revista e ampliada). Teresina: Halley, 2009. 73p.: il.

LIMA, S. O. **Fazenda**: pecuária, agricultura e trabalho no Piauí escravista (séc. XVII – séc. XIX). Teresina: EDUFPI, 2016.

LIMA REBELO, J. P. de. **A indústria da borracha no estado do Piauí.** Rio de Janeiro: Superintendência da Defesa da Borracha, 1913.

LINS, E. de Á. **Preservação no Brasil:** a busca de uma identidade. Dissertação Mestrado) – MAU – FAUUFBA, Salvador, 1989.

MAIA, D. S. NORMATIVAS URBANAS NO BRASIL IMPERIAL: A CIDADE E A VIDA URBANA NA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA (1822 – 1850). In: **Geo UERJ.** Rio de Janeiro - Ano 16, nº. 25, v.2, 2º semestre de 2014, pp.458-476.

MARX, M. **Cidade Brasileira.** São Paulo: Melhoramentos: Ed. Da Universidade de São Paulo, 1980.

_____, M. **Cidade no Brasil terra de quem?** São Paulo: EDUSP/Nobel, 1991.

_____, M. **Cidade no Brasil em que termos?** São Paulo: Studio Nobel, 1999.

MATTOSO, K. de Q. **Família e Sociedade na Bahia do Século XIX.** Tradução: James Amado. São Paulo: Corrupio; Brasília: CNPq, 1988.

MELO, N. B. A. L. **O Ecletismo Parnaibano:** hibridismo e tradução cultural na paisagem da cidade na primeira metade do século XX. Teresina: EDUFPI, 2012.

MINHA TERRA NOSSA. Pedro II: Prefeitura Municipal de Pedro II, ano 01, n. 01,09 jun. 2004. (Informativo da Prefeitura Municipal de Pedro II).

MOREIRA, A. C. **Teresina e as moradias da região central da cidade (1852-1952).** Dissertação (Mestrado). Universidade de São Paulo, São Carlos, 2016.

MONTEIRO, O. **Teresina**: memórias desta cidade para deleite dos velhos habitantes e conhecimento dos novos. Fortaleza: Ioce, 1987.

MORGADO NETO, J. M. **Casas nobres em Belém do Pará:** segunda metade do século XVIII e início do século XIX. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Pará, Belém, 2013.

MOTT, L. R. B. **Piauí Colonial.** População, economia e sociedade. Teresina: Projeto Petrônio Portella, 1985.

_____, L. R. B. **Piauí Colonial:** população, economia e sociedade. 2 ed. Teresina: APL; FUNDAC; DETRAN, 2010.

_____, L. R. B. Descrição da Capitania de São José do Piauí – 1772 (documentário). In: **Revista de História**, n.172, 1995, USP. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/64374/67044 >. Acesso em: 19. out. 2019.

MOURA, E. **Amarante antigo:** Alguns homens e fatos. Piauí, 1997.

NASCIMENTO, J. C. do. Um panorama da arquitetura tradicional do Ceará, a partir do relatório de João José Rescala, de 1941. In: **Fórum Patrimônio**, Belo Horizonte, v. 5, n. 1, p. 36-51, 2012.

_____, J. C. do. **(RE)Descobriram o Ceará?** Representações dos Sítios Históricos de Icó e Sobral: Entre Areal e Patrimônio Nacional. Tese (Doutorado) – Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal da Bahia, 2008.

NUNES, O. **Pesquisas para a história do Piauí.** Teresina: FUNDAPI, Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2007.

_____, O. **Pesquisas para história do Piauí.** Vol. I. Rio de Janeiro: Artenova, 1975.

_____, O. **Estudos de História do Piauí.** 2 ed. Teresina: COMEPI, 1983.

_____, O. **Pesquisas para a história do Piauí.** Rio de Janeiro: Artenova, 1975.

_____, O. **Pesquisa para a História do Piauí:** Lutas partidárias e a situação da Província. Teresina: FUNDAPI; Fund. Mons. Chaves, 2007. V IV.

NUNES, C. P. e ABREU, I. G. de. Vilas e Cidades do Piauí. In: SANTANA, R. N. Monteiro de (org.). **Piauí**: Formação, Desenvolvimento, Perspectivas. Teresina – PI: Editora FUNDAPI, 1998, p. 94.

O MERCADO PÚBLICO DE THEREZINA. **Diario do Piauhy,** Therezina, 19 de outubro de 1913.

OLIVEIRA, K. E. M. **No Laboratório da Nação**: Poder Camarário e Vereança nos anos iniciais da formação do Estado Nacional Brasileiro em fins do Primeiro Reinado e nas Regências, Mariana, 1828-1836. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte: 2013.

OPINIÃO CONSERVADORA. Parte Official: Resolução nº 920. Teresina: 01 de Outubro de 1875.

O ECHO LIBERAL. A mentira desmascarada. Oeiras: 04 de junho de 1852.

O PIAUHY. Órgão do partido conservador**.** Parte Official. Theresina, 20 de outubro de 1873.

_____. Parte Official: Resolução nº 805. Teresina: 30 de abril de 1873.

_____. Parte Official: Resolução nº 836. Teresina: 14 de Outubro de 1873b.

_____. Parte Official: Resolução nº 846. Teresina: 27 de Novembro de 1873c.

_____. Parte Official: Resolução nº 839. Teresina: 20 de Outubro de 1873d.

O PROPAGADOR. Theresina, 15 de janeiro de 1859. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=844063&pesq=PEDREIRO&pagfis=132>. Acesso em: 19 out. 2019.

PARETO JR. L. **O cotidiano em construção:** Os práticos licenciados em São Paulo, 1893-1933. Dissertação – (Mestrado). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 2011.

PENA, B; NEIVA, A. Viagem Científica pelo Norte da Bahia, sudoeste de Pernambuco, sul do Piauí e de norte a sul de Goiás. In: **Memórias do Instituto Oswaldo Cruz.** Rio de Janeiro, 1916.

PEREIRA DA COSTA, F. A**. Cronologia Histórica do Estado do Piauí.** Desde os seus primeiros tempos primitivos até a Proclamação da República. Volume I. Ed. São Cristóvão: Artenova, 1974.

_____, F. A. **Cronologia histórica do Estado do Piauí:** desde os tempos primitivos até a Proclamação da República. 3 ed. Teresina: Academia Piauiense de Letras, 2010, 1º vol., Coleção Centenário da APL nº 17.

PEREIRA, J. E. **Pedro II e Domingos Mourão:** coletânea de artigos – 1ª série. Teresina, 1986. (Coleção Itamaraty).

_____, J. E. **O Solar da Estrela Marrom:** Onde se conta a Saga do Indômito Coronel Domingos Mourão Filho. Teresina: Gráfica e Editora Júnior, 1991. (Coleção Itamaraty).

_____, J. E. **Pedro II e Domingos Mourão:** coletânea de artigos – 2ª série. Teresina: Gráfica e Editora Júnior, 1988. (Coleção Itamaraty).

PIAUHY. **Código das leis piauyhenses.** Maranhão: Typ. Do Observador, 1854.

PINHEIRO, A. C. Urbanização e normatização: o código de posturas do município e a educação do povo no início da República. **Anais do III Congresso Brasileiro de História da Educação**, 2004. Disponível em: <http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe3/Documentos/Individ/Eixo1/008.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2019.

PINHEIRO, M. L. B. A história da arquitetura brasileira e a preservação do patrimônio cultural. **Revista CPC**, (1), 41-74. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.1980-4466.v0i1p41-74>. Acesso em: 19. out. 2020.

POLLAK, M. Memória e identidade social.. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-215, jul. 1992. ISSN 2178-1494. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1941/1080>. Acesso em: 04 Mar. 2019.

PONTE, A. V. Nosso Sobrado Colonial, in HISTÓRICA. IHGGP. p.28. 1º Edição, Parnaíba – Piauí, 2007.

PORTAL DO SERTÃO. **Fotos antigas de São Raimundo Nonato preservam a história. São Raimundo Nonato, 2020.** Disponível em: <https://portalosertao.com/fotos-antigas-de-sao-raimundo-nonato-preservam-a-historia/>. Acesso em: 25 jun. 2020.

PORTO, C. E. **Roteiro do Piauí.** Rio de Janeiro: Artenova, 1974.

PRADO JÚNIOR, Caio. A evolução da geografia e a posição de Aires de Casal. In: **Boletim Paulista de Geografia – BPC.** São Paulo: 1955, nº 19.

PROCÓPIO, O. S. **Aprendendo com o outro:** os árabes em Floriano, PI. 2007. 100f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Ceará. Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira, Fortaleza-CE, 2007.

QUEIROZ, T. de J. M. **A Importância da borracha de Maniçoba na economia do Piauí:** 1900-1920. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1984.

_____, T. de J. M. Viver na Província. Transformações. In: QUEIROZ, T. de J. M. **Os literatos e a República:** Clodoaldo Freitas, Higino Cunha e as tiranias do tempo. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1994.

_____, T. de J. M. **A Importância da borracha de Maniçoba na economia do Piauí 1900-1920.** Teresina: FUNDAPI, 2006.

SAMPAIO, A. J. de. **A General Description oft he Stade of Piauhy.** Rio de Janeiro:1905

SANTANA, R. M. de. **Evolução histórica da economia piauiense.** Teresina: Cultura, 1964.

SCHIAVINATTO, I. L. Questões de poder na fundação do Brasil: o governo dos homens e de si (c.1780-1830). In: MALERBA, Jurandir (Org.). **A independência brasileira: novas dimensões.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p. 209-240.

SCHMACHTENBERG, R. Código de Posturas e Regulamentos: vigiar, controlar e punir. **IX Encontro Estadual de História da ANPUH-RS**, 2008.

SCHWARCZ, L. M. **As barbas do imperador:** D. Pedro II, um monarca nos trópicos. São Paulo: Cia. das Letras, 1998.

SEGAWA, H. **Arquiteturas no Brasil 1900-1990.** São Paulo: EDUSP, 2010.

SILVA, M. Celestino da. UMA MÃO PARA BATER, OUTRA PARA EDUCAR: O Colégio Agrícola de São Pedro de Alcântara e as discussões em torno da mão-de-obra escrava no Piauí. In: **ANPUH – XXV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA**, Fortaleza, 2009. Disponível em: <https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548772007_b468e86e1d07c7da69f0f2c726d006dc.pdf>. Acesso em: 01 jul. 2020.

SILVA FILHO, O. P. da. **Carnaúba, pedra e barro na Capitania de São José do Piauhy.** Belo Horizonte: Ed. do Autor, 2007. 3v.

SILVA, L. O. da. Os quintais e a morada brasileira. In: **Cadernos de Arquitetura e Urbanismo,** v. 11 n. 12 (2004). Disponível em: <file:///C:/Users/amand/Documents/Downloads/852-Texto%20do%20artigo-2802-1-10-20091104.pdf>. Acesso em: 19. Out. 2020.

SILVA FILHO, Olavo Pereira da. **Arquitetura Luso-Brasileira no Maranhão.** Belo Horizonte: Formato, 1998.

_____, O. P. da. **Sítios Históricos de Campo Maior e Pedro II:** Dossiê para proteção – Relatório final. Belo Horizonte: Ed. do Autor, 2008b.

SÃO LUÍS. Ilha do Maranhão e Alcântara. Guia de arquitectura y paisaje / guia de arquitetura e paisagem. Andalucia, 2008.

SÃO PAULO (Estado). Decreto nº 233, de 2 de março de 1894. Estabelece o Código Sanitário. Em Collecção das leis e decretos do estado de São Paulo de 1894. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Rio de Janeiro, 1895, p. 9-43.

SILVA FILHO, O. P. da. **Arquitetura Luso-Brasileira no Maranhão.** 2 ed. Belo Horizonte: Formato, 1998.

SILVA FILHO, O. P. da. **Carnaúba, pedra e barro na Capitania de São José do Piauhy.** Belo Horizonte: Ed. do Autor, 2007. 3v.

SIQUEIRA, F; MELO, N. ROTEIRO CULTURAL PARA O CENTRO HISTÓRICODE SÃO RAIMUNDO NONATO. In: **3º Colóquio Ibero Americano Patrimônio Cultural, Paisagem e Projeto – Desafios e Perspectivas.** Belo Horizonte, 2014.

SOUZA, M. A. de A. **Posturas do Recife Imperial.** 2002. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Pernambuco, Recife, 2002.

SOUZA, P. G. C. **Teresina.** Pulsar, 2004

SPIX, J. B. V; MARTIUS, Carl Friedr. Phil. von. **Reise in Brasilien in den Jahren 1817 - 1820.** Edição e organização de Karl Mägdefrau. Stuttgart: Brockhaus, 1980. 3 v.

SPIX & MARTIUS. **Viagem pelo Brasil (1817-1820)**. São Paulo: Melhoramentos, 1938.

REIS FILHO, N. G. **Contribuição ao estudo da evolução urbana do Brasil (1500/1720).** São Paulo: Livraria Pioneira e Edusp, 1968.

_____, N. G. **Quadro da Arquitetura no Brasil.** Editora Perspectiva: São Paulo, 2000.

REIS, A. de C. C; FERRO, M. do A. B. Estabelecimento de educandos artífices do Piauí: educação, trabalho e

disciplina. In: IV Congresso Brasileiro de História da Educação – A Educação e os Sujeitos na História, 2006, Goiânia. **Anais do IV Congresso Brasileiro de História da Educação.** Goiânia: Universidade Católica de Goiás, 2006. V. 1. p.1 -10.

REIS FILHO, N. G. **Imagens de vilas e cidades do Brasil colonial.** São Paulo: Edusp, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2000.

REIS FILHO, Nestor Goulart; BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira; BRUNA, Paulo Júlio Valentino. **Imagens de vilas e cidades do Brasil Colonial.** [S.l: s.n.], 2000.

REZENDE, N. C. de. **A cidade de São José do Rio Preto e as moradias do centro histórico (1865-1940).** Dissertação – (mestrado): Universidade de São Paulo, Instituto de Arquitetura e Urbanismo, São Carlos, 2019.

RIZZINI, I. **O cidadão polido e o selvagem bruto**: a educação dos meninos desvalidos na Amazônia imperial. Rio de Janeiro, 2004. 453 f. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro; 2004.

RODRIGUES, J. W. A Casa de Moradia no Brasil Antigo. In: **Arquitetura Civil I.** São Paulo, FAUUSP e MEC-IPHAN, p. 285-318, 1975. (Textos escolhidos da Revista do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional 1).

ROLNIK, R. **A cidade e a lei:** legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo. São Paulo: Studio Nobel: Fapesp, 1997.

SÁ, T. R. B. T. Códigos de Posturas Municipais como instrumentos normativos da produção de nova lógicas territoriais: estudo de caso do centro histórico de Salvador. **Percurso:** sociedade, natureza e cultura. nº 11, 2010-1, p. 273-289.

TEIXEIRA, Marina Lages Gonçalves. **Teresina (1890-1920):** indústria, ferrovia e arquitetura. Dissertação – (Mestrado). Universidade de São Paulo, São Carlos, 2018.

TELLES, P. C. da S. **História da engenharia no Brasil.** Rio de Janeiro: Clavero, 1994.

VASCONCELLOS, S. de. **Arquitetura no Brasil - Sistemas construtivos.** Revisão e notas: Suzy de Mello. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 1979.

VAUTHIER, L. L. Casas de Residência no Brasil. In: **Arquitetura Civil I.** São Paulo, FAUUSP e MEC-IPHAN, 1975.

VICENTE, M. F. O código de posturas como instrumento de controle social: reflexões sobre o código da vila de Guarany (1898). In: **Anais da XII Semana de História de FECLESC**, Quixadá, 2016.

anhy publica-se uma vez por semana. Assigna-se a 10$000 por anno, 5$000 por semestre e 3$000 por trimestre: numero vulso 320 reis. Os assignantes terão 10 lin
o o excedente a razão de 80 reis por linha. As publicações pedidas, devem vir legalmente reposta e sellada. Os autographos não publicados não se restituem.

PARTE OFFICIAL.

OVERNO DA PROVINCIA

ução n. 641. *Publicada em* 19 *agosto de* 1868. *Autorisando o esidente da provincia a facilitar a ecução da resolução n.* 487 *de* 14 *setembro de* 1859.

sé Manoel de Freitas, vice-pre te da provincia do Piauhy. Fa ber a todos os seus habitantes a assembléa legislativa provin decreton e eu sanccionei a reso seguinte:

t. 1.º O presidente da provin ca autorisado para facilitar a ção da resolução d'esta assem numero quatrocentos oitenta e de 14 de setembro de 1859, a eder a qualquer companhia ou esario, que contratar a construc de uma ponte sobre o rio Par a na capital da provincia, uma ução pelos cofres da provincia.

t. 2.º Esta subvenção será de enta contos de reis, sendo a pon nstruida de ferro, com pilares edra (tijolos) e cal ou de ferro; nta contos de reis sendo ella de ira com pilares de pedra (tijolos) e de vinte contos de reis sendo de barcas.

t. 3.º A subvenção pagar-se ha ez prestações iguaes em outros s annos, para cujo pagamento ão ser applicadas as sobras de s verbas do orçamento, deven presidente da provincia pres r as cautellas fiscaes que julgar s rias.

t. 4.º A ponte que se construir ter uma ponte movidica para dar transito aos bracos que tão no rio Parnahiba.

t. 5.º O praso de quarenta e annos de que trata o artigo dois ado resolução numero quatro e oitenta e sete será reduzido e cinco annos durante os quaes panhia ou o empresario pode orar uma taxa pelo transito na , a qual será sujeita a approva presidente da provincia.

ssado este praso pertencerá a a provincia sem mais indem o alguma.

. 6.º O presidente da provin petrará do governo geral não revelegio de que trata o artigo dente, mas tambem o da isen os direito de importação para os materiaes, maquinas e ap os que sejão necessarios para ução da ponte.

. 7.º Ficão revogadas todas as ições em contrario.

ado, por tanto, a todas as au des a quem o conhecimento, e ção da referida resolução per que a cumprão e fação cum o inteiramente como nella se n.

ecretario desta provincia a fa rimir, publicar e correr.

cio da presidencia da provin Piauhy, 19 de agosto de 1868, a Independencia e do Imperio.

José Manoel de Freitas.

uyete Fernandes de Moraes, a

Sellada nesta secretaria da presidencia do Piauhy, 19 de agosto de 1868.

O chefe de secção
Servindo de secretario
João de Castro Lima e Almeida.

Nesta secretaria da provincia do Piauhy, foi publicadas a presente resolução, aos 19 de agosto de 1868.

João de Castro Lima e Almeida

Resolução n. 642. *Publicada em* 20 *de agosto de* 1868. *Eleva a* 5:665$ *mil reis o ordenado do escrivão dos feitos da fazenda provincial.*

José Manoel de Freitas, vice-presidente da provincia do Piauhy. Faço saber a todos os seos habitantes que a assembléa legislativa provin decreton e eu sanccionei a resolução seguinte.

Art. 1.º Fica elevado a quinhentas mil reis annuaes, o ordenado do escrivão dos feitos da fasenda provincial desta capital.

Art. 2.º Revogão-se as disposições em contrario.

Mando, por tanto, a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução da referida resolução pertencer, que a cumprão, e façáo cumprir tão inteiramente como nella se contem.

O secretario desta presidencia a faça imprimir, publicar e correr.

Palacio do governo da provincia do Piauhy, em 20 de agosto de 1868, 47.º da Independencia e do Imperio.

José Manoel de Freitas.

Honorato Ferreira Cabral, a fez.

Sellada n'esta secretaria da presidencia do Piauhy, aos 20 de agosto de 1868.

O chefe de secção.
Servindo de secretario.
João de Castro Lima e Almeida.

Nesta secretaria da presidencia do Piauhy, foi publicada a presente resolução, aos 20 de agosto de 1868.

João de Castro Lima e Almeida.

Resolução nº 646 —*Publicada em* 20 *de agosto de* 1868.—*Determina que quando tenha lugar o enterramento de José Carvalho de Almeida na egreja matriz da villa da Barras, não terá lugar a imposição da multa em taes casos estabelecida por lei.*

José Manoel de Freitas, vice-presidente da provincia do Piauhy. Faço saber a todos os seos habitantes que assembléa legislativa provincial decreton e eu sanccionei a resolução seguinte.

Art. 1.º Não terá lugar a imposição da multa de que trata o artigo 3.º paragrapho 1.º, da resolução numero quatrocentos e trinta e sete de vinte cinco de julho de mil oito centos e cincoenta e sete, combinado com a resolução numero quinhentos e quarenta e nove de vinte e um de julho de mil oitocentos sessenta e quatro, quando tenha lugar o enterramento de José Carvalho de Almeida, na egreja matriz da villa das Barras.

Art. 2.º Revogão-se as disposições em contrario.

Mando, por tanto, a todas as autoridades, a quem o conhecimento, e execução da referida resolução pertencer, que a cumprão, e façáo cumprir tão inteiramente como nella se contem.

O secretario desta provincia a faça imprimir, publicar e correr.

Palacio do governo do Piauhy, 20 de agosto de 1868, 47 da Independencia e do Imperio.

José Manoel de Freitas.

Lafayette Fernandes de Moraes, a fez

Sellada nesta secretaria da presidencia do Piauhy, aos 17 de agosto de 1868.

O chefe de secção.
Servindo de secretario.
João de Castro Lima e Almeida.

Nesta secretaria da presidencia do Piauhy foi publicada a presente resolução aos 17 de agosto de 1868.

João de Castro Lima e Almeida.

EXPEDIENTE DO DIA 13 DE JANEIRO DE 1870.

=Officio—Ao Exm. presidente da provincia do Paraná.

Em resposta ao seo officio de 28 de outubro ultimo, cabe agradecer-lhe os dous exemplares que envion das leis dessa provincia promulgadas em o anno proximo passado.

—Idem—Ao Dr. chefe de policia.

Mandando informar sobre o conthendo da petição inclusa que devolverá do preso da cadeia desta capital, Severo da Silva Passos.

—Idem—Ao inspector da administração da fasenda provincial.

Remettendo-lhe o officio do director do estabelecimento dos educandos para informar acerca da venda de alguns instrumentos de musica d'aquelle estabelecimento q' se achão estragados para com seo producto comprar-se outros mais uteis.

—Idem—Ao gerente da companhia de navegação a vapor no rio Parnahiba.

Mandando dar passagem de estado a ré em um dos vapores dessa companhia deste para o porto da cidade da Parnahiba e vice versa a José Raimundo de Vasconcellos.

—Idem—Ao mesmo.

Mandando dar passagem de estado a ré na vapor «Piauhy» deste para o porto da cidade la Parnahiba a Casemiro Tavares da Silva.

—Idem— Ao commandante do destacamento da villa de S. Gonçalo

Este lhe será apresentado pelo portador que conduz para a cidade de Oeiras, alguns papeis importantes por ordem desta presidencia e determino-lhe que se por molestia ou qualquer outra circunstancia não poder elle seguir com a precisa promptidão, faça immediatamente partir um soldado de policia escolhido como andador, para levar os referidos papeis a seo destino com toda presteza.

—Idem—Ao da cidade de Oeiras.

Determinando-lhe que recebendo este faça immediatamente à despedida do capitão João Damaceno Ferreira, um soldado dos que ahi existem destacados sob seo commando para levar com a maior prestesa alguns papeis importantes, que esta presidencia faz seguir para a freguesia de S. João do Piauhy.

Dia 11.

=Officio=Ao Exm. presidente de Sergipe.

Accusando o recebimento de seo officio de 3 de dezembro ultimo e que fica sciente de no dia antecedente ter prestado juramento e tomado posse do cargo de presidente dessa provincia.

—Circular— Aos commandantes superiores da guarda nacional.

Communicando-lhes para seus conhecimentos, e para fazerem publico que segundo foi declarado em aviso circular do ministerio da justiça de 30 de novembro do anno proximo passado, os officiaes da guarda nacional, transferidos de uns para outros corpos, ou companhias, não devem entrar em exercicio sem que apresentem as respectivas patentes devidamente apostilladas, incorrendo na disposição do art. 65 § 1.º da lei n.º 602 de 19 de setembro de 1850, os que o não fizerem dentro dos prasos marcados pelo artigo 77 do decreto n. 722 de 25 de outubro do mesmo anno.

—Idem—Ao gerente da companhia de navegação a vapor no rio Parnahiba.

Mandando dar passagem de estado a proa na primeira viagem do vapor «Paranaguá» do porto desta cidade para o de S. Gonçalo, á Leandro José da Silva e duas filhas menores.

Dia 13.

=Officio=Ao Dr. Chefe de policia.

Accusando o recebimento de seo officio sob n. 14 de 13 do corrente, diz-lhe que fica sciente de ter remettido uma copia do despacho que deo no requerimento que lhe fez Manoel José Ferreira, do termo de Campomaior, pedindo a entrega ou deposito das escravas Maria e Theresa de que trata em seos officios sob n. 2 e 3 de 3 e 4 do corrente.

—Idem—Ao Dr. juiz de direito da comarca de S. Gonçalo.

Em resposta ao seo officio de 6 do corrente, declara-lhe que não tendo ainda sido remettido a secretaria desta presidencia a lista de antiguidade dos juizes de direito, relativa ao anno proximo findo, deixa de ser satisfeita a requesição que faz em dito officio.

—Idem—Ao da Parnahibã.

Ficando inteirado por seo officio de 22 de dezembro ultimo de ter procedido no dia 6 do dito mez a revisão do jury desse termo, e encarregado ao juiz municipal respectivo o do termo da Batalha.

—Idem—Ao vigario da freguesia da Batalha.

Recebendo com o seo officio de 3 do corrente o mappa dos baptisados, casamentos e obitos havidos nessa freguesia no ultimo trimestre do anno proximo findo.

—Idem—A Francisco Antonio de Souza Xarrão 1.º supplente do juiz municipal do termo de Peracuruca.

Ficando sciente pelo seo officio de 4 do corrente de ter naquella data deixado o exercicio do cargo de 1.º supplente do juizo municipal desse termo em consequencia de haver sido pronunciado em crime de responsabilidade, pelo respectivo juiz de direito.

Dia 17.

=Portaria.=Concedendo ao professor publico de 1.ª lettras da villa de Campomaior, José Vicente do Nascimento trez mezes de com seos vencimentos para sua saude.

Expedirão-se as precisas nicações

=Idem=Exonerando Miguel Archanjo Pereira cargo de delegado de polici mo de Parnaguá, e nomean substituil-o ao capitão Thi Napoleão de Moraes.

Expedirão-se as comm precisas.

=Idem=Concedendo midade com o art. 28 § 2.º lução n. 655 de 4 de dese anno proximo passado, ao Jesuino José de Freitas lent gua nacional do lyceo desta 6 mezes de licença com me seos ordenados para tratar interesses.

Expedirão-se as precisas nicações

—Officio—Ao commanda perior interino da guarda de Oeiras.

Para que possão ser forne objectos que requesita em se de 15 de desembro do anno passado, pare o expediente d taria do seo commando super vem que faça o mesmo pe forma de orçamento, men a quantia ou o preço dos s objectos, como exigo a ad de fasenda, em sua informaç do corrente.

—Idem—Ao inspector da raria de fasenda.

Em resposta ao seo officio je, declaro-lhe que approva ação que acaba de faser do Marcolino José Bizerra, para da fasenda nacional Gameli departamento do Piauhy, n quenio de 1870 a 1875, qu ça eu julho do corrente ann

—Idem—Ao juiz de direi tituto da comarca d'esta cap

Pelo seo officio de 14 do te, fico inteirado de haver e os trabalhos da junta revis jurados deste termo e que ten vir no corrente anno, sendo cados na urna geral 234, e suppentes 168.

—Idem—Ao de Oeiras.

Accusando o recebimento officio de 3 do corrente, e qu teirado dos motivos porqu de abrir correição nesse ter decurso do anno proximo pas

—Idem—Ao mesmo.

Communicando que fica pelo seo officio de 27 de d proximo findo de haver no do mesmo mez, procedido a das listas geral e parcial dões desse termo aptos para e que forão contemplados na ra 137 e na segunda 36.

—Idem—Ao mesmo.

Accusando o recebimento officio de 3 do corrente e de 3 relativos do juiz de direito, j nicipal, e promotor publico d marca, concernente ao seme do.

—Idem—Aos membros de revisão de votantes da f de N. S. das Dores.

Ficando sciente de ter a

ANNO III THERESINA, 19 DE FEVEREIRO DE 1870 NUMERO

O PIAUHY.

ORGÃO DO PARTIDO CONSERVADOR



...uhy publica-se uma vez por semana. Assigna-se a 10$000 por anno, 5$000 por semestre e 3$000 por trimestre: numero avulso 320 reis. Os assignantes terão 10 linh... o o excedente na razão de 80 reis por linha. As publicações pedidas, devem vir legalmente reconhecidas. Os autographos não publicados não se restituem.

PARTE OFFICIAL.

VERNO DA PROVINCIA

...ção n. 641. *Publicada em 19 ...agosto de 1868. Autorisando o ...idente da provincia a facilitar a ...ução da resolução n. 487 de 14 ...setembro de 1859.*

...é Manoel de Freitas, vice-pre... ...e da provincia do Piauhy. Fa... ...er a todos os seus habitantes ...a assembléa legislativa provin... ...decretou e eu sanccionei a reso... ...seguinte:

...1.º O presidente da provin... ...a autorisado para facilitar a ...ção da resolução d'esta assem... ...umero quatrocentos oitenta e ...de 14 de setembro de 1859, a ...der a qualquer companhia ou ...sario, que contratar a construc... ...e uma ponte sobre o rio Par... ...a na capital da provincia, uma ...ção pelos cofres da provincia.

...2.º Esta subvenção será de ...ta contos de reis, sendo a pon... ...struida de ferro, com pilares ...ra (tijolos) e cal ou de ferro; ...ta contos de reis sendo ella de ...ra com pilares de pedra (tijolos) ...e de vinte contos de reis sendo ...e barcas.

...3.º A subvenção pagar-se ha ...z prestações iguaes em outros ...annos, para cujo pagamento ...ão ser applicadas as sobras de ...verbas do orçamento, devendo ...presidente da provincia pres... ...as cautellas fiscaes que julgar ...ias.

...4.º A ponte que se construir ...er uma ponte movidica para ...dar transito aos braços que ...ão no rio Parnahiba.

...5.º O praso de quarenta e ...nnos de que trata o artigo dois ...da resolução numero quatro ...e oitenta e sete será reduzido ...e cinco annos durante os quaes ...anhia ou o empresario pode... ...rar uma taxa pelo transito na ...a qual será sujeita a approva... ...presidente da provincia.

...sado este praso pertencerá a ...a provincia sem mais indem... ...alguma.

...6.º O presidente da provin... ...petrará do governo geral não ...revelegio de que trata o artigo ...dente, mas tambem o da isen... ...s direito de importação para ...s materiaes, maquinas e ap... ...s que sejão necessarios para ...ução da ponte.

...7.º Ficão revogadas todas as ...ções em contrario.

...do, por tanto, a todas as au...

Sellada nesta secretaria da presi... ...dencia do Piauhy, 19 de agosto de ... 1868.

O chefe de secção... Servindo de secretario.

João de Castro Lima e ...

Nesta secretaria da ... Piauhy, foi publicada a ... solução, aos 19 de ...

João de Castro Lima e ...

Resolução n. 642. Publicada em ... de agosto de 1868. ... mil reis a ord... feitos da faz...

José Manoel de ... sidente da provin... ...ço saber a todos ... que a assembléa ... decretou e eu sa... seguinte.

Art. 1.º Fica ... tos mil reis annuaes ... escrivão dos feitos ... vincial desta capital.

Art. 2.º Revogadas as dis... ...ções em contrario.

Mando, por tanto, a todas as au... ...toridades a quem o conhecimento e ... execução da referida resolução per... ...tencer, que a cumprão, e fação cum... ...prir tão inteiramente como nella se ... contem.

O secretario desta presidencia a ... faça imprimir, publicar e correr.

Palacio do governo da provincia ... do Piauhy, em 20 de agosto de 1868, ... 47.º da Independencia e do Imperio.

José Manoel de Freitas.

Honorato Ferreira Cabral, a fez.

Sellada n'esta secretaria da presidencia do Piauhy, aos 20 de agosto de 1868.

O chefe de secção.
Servindo de secretario.

João de Castro Lima e Almeida.

Nesta secretaria da presidencia ... auhy, foi publicada a presente ... aos 20 de agosto de 1868.

João de Castro Lima ...

Resolução nº 646 —Publ... ... de agosto de 1868.— ... quando tenha lugar o ... de José Carvalho de Alm... ...ja matriz da villa do B... terá lugar a imposição da ... tas casos estabelecida por lei.

José Manoel de Freitas, vice-pre... ...dente da provincia do Piauhy. Fa... ...ço saber a todos os seos habitantes ... que assembléa legislativa provincial ... decretou e eu sanccionei a resolu... ...ção seguinte.

Art. 1.º Não terá lugar a imposi... ...ção da multa de que trata o artigo ... 3. paragrapho 1., da resolução nu... ...mero quatrocentos e trinta e sete

...lica sciente de no dia antecedente ter ... prestado juramento e tomado posse ... do cargo de presidente dessa provin...

...ar— Aos commandantes ... guarda nacional. ...-lhes para seus co... ...para fazerem publico ... foi declarado em aviso ...ministerio da justiça de ... anno proximo ... da guarda na... ...nas para ou... ...nias, não de... ...rio sem que a... ...as patentes de... ...stituidas, incorrendo ... art. 65 § 1.º da lei ...setembro de 1850, ...em dentro dos pra... ...ga 77 do de... ...de outubro do ... gerente da compa... ...ão a vapor no rio ...r passagem de esta... ...a primeira viagem do va... ...anaguá» do porto desta ci... ...ra o de S. Gonçalo, á Leon... ...e da Silva e duas filhas me...

Dia 15.

—Officio—Ao Dr. Chefe de policia.

Accusando o recebimento de seo officio sob n. 14 de 13 do corrente, diz lhe que fica sciente de ter remettido uma copia do despacho que deo ao requerimento que lhe fez Manoel José Ferreira, do termo de Campomaior, pedindo a entrega ou deposito das escravas Maria e Theresa de que trata em seos officios sob n. 2 e de 3 e 4 do corrente.

—Idem—Ao Dr. juiz de direito da comarca de S. Gonçalo.

Em resposta ao seo officio de 6 do corrente declara-lhe que não tendo ... mandado a secretaria des... ...lista de antiguidade ... relativa ao an... ...deixa de ser sa... ...questão que faz em dito ...

—Idem—Ao da Parnahiba.

...ando por seo officio ... do mez ultimo de ter pro... ...do dia 6 do dito mez a revi... ...desse termo, e encarre... ...juiz municipal respectivo o ...termo de Batalha.

—Idem—Ao vigario da freguesia da Batalha.

Recebendo com o seo officio de 3 do corrente o mappa dos baptisados, casamentos e obitos havidos nessa freguesia no ultimo trimestre do anno proximo findo.

Nascimento trez mezes de ... com seos vencimentos para ... sua saude.

Expedirão-se as precisas ...nções.

—Idem—Exonerando o ... Miguel Archanjo Pereira L... ...cargo de delegado de policia ...no de Paranaguá, e nomeando ... substituilo ao capitão Thi... Napoleão de Moraes.

Expedirão-se as commun... precisas.

—Idem—Concedendo de... ...midade com o art. 28 § 2.º ... ...lução n. 655 de 4 de dese... ...anno proximo passado, ao ... Jesuino José de Freitas lente ...gua nacional do lyceo desta ... 6 mezes de licença com met... ...seos ordenados para tratar ... interesses.

Expedirão-se as precisas ...nicações.

—Officio—Ao commandan... ...perior interino da guarda n... de Oeiras.

Para que possão ser fornec... objectos que requisita em se... de 15 de desembro do anno ... passado, pare o expediente d... ...taria do seo commando superi... vem que faça o mesmo pedi... forma de orçamento, menci... a quantia ou o preço dos ... objectos, como exige a lei ... de fasenda, em sua informação ... do corrente.

—Idem—Ao inspector da ...raria de fasenda.

Em resposta ao seo officio ... je, declara-lhe que approva a ...ção que acaba de faser do ... Marcolino José Bizerra, para ... da fasenda nascional Gamell... departamento do Piauhy, ne... quenio de 1870 a 1875, que ...ça em julho do corrente ano.

—Idem—Ao juiz de direi... ...tituto da comarca d'esta capi...

Pelo seo officio de 14 do ... te, fico inteirado de haver co... os trabalhos da junta revisa... ...jurados deste termo e que tem ... vir no corrente anno, sendo ...cados na urna geral 234, e ... suppientes 168.

—Idem—Ao de Oeiras.

Accusando o recebimento ... officio de 3 do corrente, e que ...eirado dos motivos porque ... de abrir correição nesse ter... decurso do anno proximo pas...

—Idem—Ao mesmo.

Communicando que fica ... pelo seo officio de 27 de de... proximo findo de haver no ... do mesmo mez, procedido a ...